

DEZEMBRO 2010

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. **Redução da Pobreza e Economia**
2. **Microfinanças**
3. **Mercado Informal**
4. **OGE investimens públicos e transparência**
5. **Governança descentralização e cidadania**
6. **Urbanismo e habitação**
7. **Terra**
8. **Serviços básicos**
9. **Género e Violência**
10. **Ambiente**

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Joyce Jose,
Jose Tiago, Gelson Gaspar
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

NORAD, Embaixada da Noruega
e LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda)

INDÍCE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Lukamba Gato propõe medidas concretas de combate a fome e pobreza	1
1.2	Maior dedicação às famílias de baixa renda	1
1.3	Indepedência e fome (III)	2
1.4	Automobilistas menos afogados	3
1.5	Banco Alimentar Inaugura sede em Luanda	3
1.6	“Temos uma agricultura ainda colonizada”	4
1.7	Executivo estuda causas da inflação	6
1.8	PIB deve crescer nos próximos tempos	7

2 MICROFINANÇAS

2.1	Melhoria no nível de vida dos camponeses	9
2.2	Melhoria no nível de vida dos camponeses	9
2.3	Crédito de Campanha concede USD 20 milhões em quatro meses	10
2.4	Crédito de Campanha concede USD 20 milhões em quatro meses	10
2.5	Banco Sol e OMA rubricam acordo	11
2.6	A difícil obtenção de crédito agrícola	12
2.7	Crédito aos camponeses	13

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Vendedores abandonam Panguila por falta de clientes	15
3.2	Bancarização poderá atingir 20 por cento até 2012	16
3.3	Só 29 % da população tem conta bancária	17
3.4	Administrador do Sambizanga protela data	18
3.5	Proibida venda de produtos perecíveis	19
3.6	Crianças trocam férias por trabalho de aluguer de botas	19
3.7	Proíbe venda de produtos perecíveis no mercado informal da Quissala	20
3.8	Multa de 72 mil kwanzas vira gasosa de oito mil	20
3.9	Serviços de mototaxi garante emprego à juventude	21
3.10	Vendedores satisfeitos com instalações	23
3.11	Construção de entrepostos comerciais recomendada na província de Cabinda	23
3.12	Beato Salú foi encerrado e vendedores transferidos	24
3.13	Na mão do capital privado	24
3.14	Automobilistas menos afogados	26
3.15	Cinzas de um óbito anunciado	26
3.16	Moradores estendem o percurso	27
3.17	Um espaço com mais de sete vidas...	27
3.18	Um espaço com mais de sete vidas	27
3.19	“Quando vejo um polícia sinto medo e muita raiva”	28
3.20	Mercado dos Kwanzas sobrelotado	29
3.21	Comerciantes especuladores estão em mira de fiscalização	30
3.22	“Beato Salú” deixa saudades	30
3.23	O que fazer do sector informal das economias?	30
3.24	Zungueiras espancadas e violadas diariamente por agentes da polícia	32
3.25	Fiscais maltratam zungueiras grávida s28 anos depois	34

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Dirigente da UNITA reúne com a Polícia Nacional no Moxico	35
4.2	OGE para 2011 continua polémico	36
4.3	Orçamento Geral do Estado é apreciado na especialidade	37
4.4	Deputados aprovam na especialidade Orçamental Geral do Estado para 2011	37
4.5	Orçamento Geral do Estado é apreciado na especialidade	38
4.6	Novo Regime da Contratação Pública garante gestão transparente dos bens	39
4.7	OGE 2011: investimento leva corte de Kz 162 mil milhões e excedente passa de 2% para 3,5% do PIB	40
4.8	Governo contra conflitos de terra	41
4.9	Educação e Saúde recebem menos do que em 2010	41
4.10	Oposição chumba OGE 2011-02-24	42
4.11	Fraca execução transparece ineficiências	43
4.12	Assembleia Nacional aprova OGE para 2011	44
4.13	Arguido fala em implicação de figuras no roubo de milhões de dólares	44

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Ministro Bornito de Sousa defende trabalho de equipa	46
5.2	Apresentadas linhas mestras para a governação de Luanda	46
5.3	GPL deve apostar mais nos impostos	47
5.4	UNITA acusa administrador municipal do Sambizanga de desvio de fundos	47
5.5	Negócios dos municípios	47
5.6	Nova directriz dá um claro cartão vermelho a Xica	48
5.7	Governador recebe sobas e religiosos	49
5.8	Direcções despromovidas no GPL	49
5.9	Municípios dizem-se desprezados	50
5.10	Administração municipal aumenta serviços básicos	51
5.11	Governador de Luanda estremece administrador do Cazenga	51
5.12	Governo continua a gerir sem transparência	52
5.13	MAT apronta prioridades para 2011	52
5.14	Tribunal resolve conflitos com base na tradição	53
5.15	Estradas e saneamento em estado crítico	54
5.16	Xica dos Espíritos Santo deitada às ortigas pelo MPLA Luanda	55
5.17	Governo provincial analisa contratos com publicitários gestores de espaços	56

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	“Projecto Casa Feliz” vai construir 100.000 moradias no Huambo	57
6.2	Microcenter oferece Casa Feliz a 40 mil dólares	57
6.2.1	Obter uma das 25 mil casas de baixa renda custa 40 mil USD	58
6.3	Plano Director Geral Metropolitano para Luanda	58
6.4	Empresa do ramo imobiliário lança projecto “casa feliz”	59
6.5	Empresa investe em projectos habitacionais	59
6.6	Desfavorecidos recebem casas	60
6.7	Projecto imobiliário no Huambo gerou novos postos de trabalho	61
6.8	O Governador de Luanda não poderia começar melhor o pulsar da cidade, senão através do Cazenga	61
6.9	Prédio da Cuca Adeus a um pedaço de história da cidade	62
6.10	Como tudo começou	62
6.11	“Angola Jovem” em banho-maria Angolense	63

6.12	Buraco afugenta moradores do prédio Cuca	63
6.13	Um bairro do “fim do mundo” em Luanda	64
6.14	Arquitectura da cidade de Luanda apresentada ontem em livro técnico	66
6.15	Presidente da República visita projecto habitacional	66
6.16	Lançado programa para construção de centenas de habitações no país	67
6.17	Cooperativas habitacionais provinciais	67
6.18	Promotoras desrespeitam procedimentos legais	68
6.19	Urbanizações amputada	69
6.20	Jovens recebem casas sociais no Kwanza-Norte	70
6.21	Jovens e habitação	70
6.22	Casas sociais entregues no Cattome de Baixo	71
6.23	Quando se perde património já não se recupera	73
6.24	Casas sociais para a juventude são entregues só no próximo ano	76
6.25	Começou construção em Saurimo de centenas de habitações sociais	76
6.26	Cidade do Caxito com mais casas	77
6.27	Começou construção em Saurimo de centenas de habitações sociais	77

7 TERRA

7.1	“Terras do futuro” dá os primeiros passos	78
7.2	Luanda e o novo (re) começo	78
7.3	Ocupação ilegal de terrenos passa a ser crime público	79
7.4	Casas comerciais da ilha de Luanda perderam espaço a favor da requalificação da baía	80
7.5	Sonangol Imobiliária prepara no Cazenga terrenos para construção e habitação	80
7.6	Moradores do prédio Cuca foram realojados no Zango	81
7.7	Mais de 10 por cento da reserva ALDASA ocupada	81
7.8	Preocupados	82
7.9	Do prédio Cuca ao Zango III	82
7.10	“Serão respeitados os interesses públicos e privados	84
7.11	A «outra vida» dos antigos inquilinos do prédio Cuca	86
7.12	União Nacional dos Artistas Plásticos suspende alguns dos seus membros	87
7.13	Fiscal burla 40 mil dólares na venda de terreno ao Kifica	87
7.14	«Pressão do GPL foi superior ao susto»	88
7.15	Acabou o pesadelo do «Prédio Cuca»	88
7.16	Desalojamentos no Lubango	89
7.17	Fiscais de Viana envolvidos na venda ilegal de terrenos	89
7.18	Três famílias para uma casa no Zango IV	90
7.19	Constituição em vigor	91
7.20	Moradores promovem vigília para clamar pelos seus direitos	91
7.21	Jovens suicidam-se em série	92
7.22	Governo apoio construtor e transfere moradores	92
7.23	Filme “Não apartam a minha casa” exibido em Luanda	93
7.24	Governo continua a gerir sem transparência	93
7.25	Três famílias numa casa	94
7.26	Visados em venda de terrenos desmentem administrador do Benfica	94
7.27	GPL distribui terrenos para auto-construção em 2011	95
7.28	Instituto entrega terras prontas para o cultivo	95
7.29	GPL distribui terrenos para auto-construção em 2011	96
7.30	OMUNGA lança documentário sobre demolições no país	96
7.31	Cidadãos descontentes com as residências	97
7.32	Entregues terrenos para a autoconstrução dirigida	98
7.33	Moradores da Tchavola continuam ao relento	98

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Munícipes do Prenda vandalizam condutas da EPAL	100
8.2	Luanda precisa de tempo	100
8.3	Começou limpeza de valas	101
8.4	Governador de Luanda exige mais competência	102
8.5	Gestão das águas passa por instituto	102
8.5.1	Apresentado projecto para construção de novos sistemas de captação de água	102
8.6	Água rara, água rara...	103
8.7	Execução do Programa exige atenção redobrada	103
8.8	Ministra da Energia e Águas verifica obras em Cambambe	104
8.9	Execução do Programa exige atenção redobrada	104
8.10	Governo melhora o abastecimento de água potável e energia eléctrica	105
8.11	Água insalubre provoca fuga de habitantes	106
8.12	Natal e ano Novo sem lixo	106
8.13	O desafio de saciar a sede com qualidade	107

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Viver em harmonia	109
9.2	Parlamento estuda projecto de lei	109
9.3	Comunicação e violência doméstica	111
9.4	Marginais assaltam e violam menores no Catinton	113
9.5	Vítimas de violência tendem a despersonalizar-se	113
9.6	Jornalistas solidárias com a igualdade no género	115
9.7	Governador reitera importância da igualdade no Género	116
9.8	LIMA no combate à violência doméstica	116
9.9	Parlamento analisa proposta	117
9.10	Há cada vez mais pessoas a denunciar a violência doméstica	117
9.11	INAC regista 378 casos de violência contra crianças	119
9.12	Arma e faca viraram brinquedos para as crianças angolanas	120
9.13	A lei e a violência	122
9.14	Violência doméstica poderá ser crime público	122
9.15	“Bater” contra a violência doméstica	123
9.16	“Violência Doméstica” discutida em mesa redonda	124
9.17	Moradores da Sapú amedrontados	125
9.18	Dois mil casos de violência em Luanda	126
9.19	Aluna violada por quatro homens	126
9.20	O momento criminal do assédio sexual	126
9.21	“Violência Doméstica” discutida em mesa redonda	128
9.22	Combate à violência um desafio do Executivo	129

10 AMBIENTE

10.1	Lixo nas praias preocupa munícipes de Luanda	130
10.2	Vice-ministro está satisfeito com obras para conter cheias	130
10.3	Chuvas provocam dezenas de mortes	131
10.4	Enxurradas continuam a fazer vítimas morais	131
10.5	Chuva deixa rasto de destruição e morte	132
10.6	Populares do bairro Uíge prevêm em natal apartado	133
10.7	Luanda nunca esteve preparada para receber enxurradas	133

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Lukamba Gato propõe medidas concretas de combate a fome e pobreza

Terra Angola

De 4 a 18 de Dezembro de 2010

Discursando por ocasião da aprovação do aGE para 2011, o Deputado Lukamba Gato propôs a criação de um fundo para apoio aos angolanos desfavorecidos, a partir de receitas resultantes da redução da subvenção aos combustíveis. “Entristece-me nesta terra fértil e com água em abundância, ver florescer o betão, a mão-de-obra...”

Lukamba Gato disse que em qualquer Democracia, um Governo e uma Maioria Parlamentar são sempre circunstanciais, todavia, podem sempre assumir a sua grandeza se com humildade e serenidade, souberem escutar e dialogar com as minorias que os legitimam, apesar das diferenças do ponto de vista filosófico e da vontade de executar a política administrativa do Estado e a gestão da Coisa Pública.

O deputado da UNITA referiu também que nas sociedades modernas, a economia tem uma aplicação social, em que os números podem ser multiplicados, não só em fórmulas meramente aritméticas, mas também e sobretudo, pela vontade política de mais desenvolvimento social, mais cultura, mais ambiente, etc.

Lukamba Gato avançou a propôs a criação de um Fundo, que a partir das receitas arrecadadas com a redução da subvenção aos combustíveis, se destine à concessão a todos os cidadãos angolanos mais desfavorecidos, sem qualquer discriminação de micro crédito individual, familiar ou colectivo, com montantes balizados.

Esta medida iria incentivar a fixação das populações à terra, aumentar a produção nacional, facilitar a circulação dos produtos, com reflexos evidentes na redução da pressão demográfica que pesa sobre a capital.

A estes - sublinhou - devia ser dado um período de carência a nível de execução fiscal, estendendo este desiderato a todas as empresas que venham a ser implementadas por cidadãos nacionais e que empreguem até cinco trabalhadores. Estas sim, são medidas concretas que contribuem decisivamente para o combate à fome e à pobreza.

Lukamba Gato disse a terminar a sua intervenção: Entristece-me nesta terra fértil e com água em abundância, ver florescer o betão, a mão-de-obra mesmo primária expatriada, sobrando para as nossas mães e irmãos a árdua actividade de percorrer dezenas de Kms/dia “zungando” e ou “vendendo” para a família poder sobreviver. Temos de mudar para desenvolver e a mudança pode começar por aqui

Para impedir que dinheiros de Angola caiam nas mãos de terroristas, Washington encerra consulados

“A saída de Assunção dos Anjos do Ministério das relações Exteriores não devia coincidir com o encerramento das contas bancárias dos consulados angolanos nos Estados Unidos, sobretudo em Washington”, este parecer é de Kandumbu Jorge, um namibiano descendente de angolanos que acompanha de perto a política angolana. Segundo Kandumbu, desta forma dificilmente se pode acreditar no argumento de que dos Anjos terá deixado Mirex a seu pedido, sobretudo por não se conhecer precedentes deste comportamento em Angola.

“Os angolanos ficam no poder 20, 30 anos e só saem quando são exonerados”, referiu.

Terra angolana sabe toda via que, a comunidade angolana e homens de negócios começam a sentir os efeitos do encerramento do Consulado de Angola em Washington.

I.2 Maior dedicação às famílias de baixa renda

Semanário Factual

De 11 a 18 de Dezembro de 2010

Marcolino Ramos afirmou que somente “estaremos diante de uma mobilidade social em Angola quando as inúmeras famílias que sobrevivem com cinco dólares por dia sentirem as suas necessidades minimizadas, acompanhadas de um equilíbrio financeiro para corresponder à subida de preços no mercado”.

“A mobilidade social acontece quando um indivíduo ou grupo de indivíduos são integrados como membros activos da sociedade, e posteriormente promovidos dentro das instituições em que estiverem a funcionar, ao ponto de satisfazerem as suas famílias” definiu.

O sociólogo afirmou que a mobilidade social continua estagnada em Angola para famílias de economia baixa, dado o índice da subida de preços nos mercados, situação que condiciona o equilíbrio entre as instituições e cidadãos que almejam melhorias na sua vida.

“O Executivo tem trabalhado suficientemente para a inclusão, criando maior oferta de trabalho face às necessidades pelas quais passam diversas famílias em Angola, possibilitando desta forma a reintegração paulatina de cada família, em geral. Mas o esforço deve ser unívoco e não singular”, sustentou.

Para as comunidades religiosas, enquanto parceiros do Executivo, o académico Marcolino Ramos reiterou o papel obrigatório destas em aproximarem as famílias, garantindo a estabilidade espiritual, cooperando com as instituições governamentais na execução de diversas tarefas sociais por intermédio de uma colaboração directa ou indirecta.

Sobre as crianças acusadas de feiticeiras por famílias e

denominações religiosas, o académico condenou tais práticas e afirmou não ser da autoridade das Igrejas julgarem as crianças como feiticeiras.

Para tal, Marcolino Ramos exorta o Executivo a sancionar duramente as confissões religiosas que voltarem a acusar os menores de idade de bruxas.

“As crianças foram durante muito tempo retardadas da sua motivação psico-emocional por falsas acusações, e ficaram deficientes receptivas ao se sentirem excluídas do meio familiar”, asseverou.

De acordo com o académico, “as igrejas devem diversificar as suas acções de trabalho no âmbito social, na criação de centros de formação para as comunidades e fiéis. Esta visão que se quer das igrejas actuais possibilitará uma mobilidade social direccionada se houver um olhar atento do Executivo para com essas denominações” Sobre as políticas de estruturação das cidades com maior densidade demográfica, Marcolino Ramos informou que “devem ser acompanhadas por uma mobilidade económica e social dos cidadãos para que não haja elevada disparidade no nível de reintegração social nos locais de vivência. Para tal, é necessário a descentralização contínua das cidades e dos municípios”, reiterou. Como recomendação, sociólogo reafirmou a força desempenhada pelos jovens nas instituições estatais e privadas como dinamizadora, capaz de mobilizar e influenciar um conjunto de tendências de crescimento individual e colectivo.

“Se todos os jovens acreditarem ser possível melhorar as condições das famílias angolanas, as instituições estatais e privadas abrir-se-ão para as necessidades de trabalho, e serão mais eficazes para corresponderem ao nosso Executivo”, fundamentou.

Marcolino Ramos concluiu que “como sequência positiva teremos uma acalmia social, sem jovens delinquentes e famílias frustradas. Esperamos também boa aplicabilidade do OGE para a atracção das famílias e jovens em Angola”.

1.3 Indepedência e fome (III)

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

HAVIA DECIDIDO que a última conversa sobre este tema incidiria exclusivamente sobre o que se pode fazer para acudir as esquecidas populações rurais e dar um passo certo no combate à fome. Contudo, os recentes acontecimentos relativos à governação de Luanda obrigam-me a um comentário adicional e a reduzir o espaço do que me propunha escrever.

A nova era uma vez mais anunciada só terá sentido se houver uma mudança radical nos métodos de governação, pois já o mais-velho Einstein dizia que não faz qualquer sentido esperar resultados diferentes persistindo na

mesma metodologia. Novos métodos significam muito mais do que mudar pessoas. Significam avaliar, de forma participativa, o que correu mal, aprender lições e atacar as causas dos problemas. Significam, também, uma outra atitude da comunicação social pública. Não se pode continuar a debitar elogios a novas eras, depois de se ter jurado, antes de declarações do Presidente, que a era anterior estava bem. Uma comunicação social deste tipo nunca contribuirá para a solução dos problemas de Luanda. Uma das causas desses problemas radica no abandono a que estão votadas as populações rurais, que procuram alternativas para os seus meios de vida, uma vez que a actividade agrícola não tem o apoio devido e nunca mais se resolve a questão do comércio nas áreas rurais. Basta analisar como a sua população cresceu desde 2002, estimando-se agora que já tenha ultrapassado os seis milhões, ou seja, que um em cada três angolanos vive na capital. Arrepiante!

Não é por acaso que uma comuna no Kuanza Sul viu reduzida em um terço a sua população nos últimos três anos. Que em grande parte das aldeias do Huambo os jovens saem todos os anos, principalmente para Luanda, para ganharem em três meses aquilo que não ganham a produzir milho durante um ano. Que num município de Malanje um grupo de jovens me tenha dito que não permaneceriam lá porque não tinham nenhuma perspectiva de vida, e agricultura é uma coisa só para desenrascar, os outros até te fazem pouco”. Que, noutro município, os professores bazam porque não têm condições de vida e de trabalho. Que, ainda mais chocante, na aldeia de Jungo, próxima da capital de província mais próxima de Luanda, Caxito, segundo a insuspeita TPA (notícia de 2 de Dezembro último), a população só sobrevive graças à caça (eu havia dito o mesmo sobre uma região do Kuanza Norte na última conversa) e uma criança tenha afirmado à reportagem que os seus pais haviam-na tirado da escola para ganhar 600 a 800 kuanzas por a esfolar animais caçados.

O problema de Luanda e de outras cidades não se resolverá enquanto o Executivo, entre outras coisas, não implementar uma estratégia adequada de desenvolvimento rural. Que se baseie no próprio Programa do Governo, não implementado porque se dá prioridade a projectos que comem muito dinheiro sem os correspondentes resultados. Desde há anos venho chamando a atenção para o enorme erro que representa o Projecto Aldeia Nova. Por favor, analise-se o resultado de um investimento de mais de 150 milhões de dólares, aprenda-se a lição, corrija-se o que ainda é possível corrigir e evitem-se novos erros. Neste caso não se tiveram em conta, por exemplo, apesar das sugestões de muitos, os trabalhos do Professor Mariano Feio, um dos portugueses que mais contribuiu para o conhecimento do território e denunciou com números e outros fundamentos os erros cometidos na Cela ao longo de

décadas. Ignorou-se, igualmente, o estudo de Gerald Bender sobre o mesmo colonato. Mas ouviu-se quem não conhecia nada sobre o assunto e cometeram-se os mesmos erros anteriores. E continuam a ser aprovados projectos que não têm condições para andar, como o da cultura do algodão no Kuanza Sul e muitos outros.

Ouvimos este ano de representantes do Executivo as virtudes do crédito de campanha, aprovado há quase dois anos, mas que só agora começou a ser implementado. É um passo, mas está longe de ser a solução. Desde logo porque

a sua execução está a encontrar barreiras burocráticas e debilidades de capacidades, pessoais e institucionais. Depois, porque um Programa de Desenvolvimento Rural não se pode resumir ao crédito. Até temos já outros instrumentos:

o Programa de Extensão Rural, o Programa de Promoção do Comércio Rural e a Estratégia de Segurança Alimentar. Bastaria dotá-los de recursos e capacidades. Só que o primeiro tem vindo a arrastar-se por falta de recursos, pois nos dois últimos anos quase não houve dinheiro para além do gasto com salários e com despesas correntes. O segundo, depois do fracasso da era PRESILD e aprovado há mais de um ano, nem sequer começou a ser implementado, sem que aos cidadãos seja dada alguma explicação sobre ambos os factos, e sem que a comunicação social - incluindo a privada - se preocupe com o assunto. Em princípio estará tudo bem nesta era. Até ver. Até que o Presidente diga que está mal, e pergunte, por exemplo, porque os centros de recolha de produtos frescos instalados há cerca de dois, anos no Chinguar, na Calenga (Caála) e na Gabela permanecem encerrados.

E.T. Quando é que a nossa comunicação social deixará de dizer absurdos como o de que o Moxico e o Kuando Kubango podem ser o celeiro do Mundo (sic)?

1.4 Automobilistas menos afogados

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

QUEM, POR VIATURA, se movimentasse para a Petrangolou Cacucaco, usando como trajecto a rota que passa pelo mercado Roque Santeiro sente agora alguma calma naquela estrada que era agitada de Terça-feira à Domingo, tornando a vida dos condutores menos complicada. Siumara dos Reis, moradora do complexo de Eco-campo, em Cacucaco, confirma tal facto.

Aquela estudante do Colégio Alpega usa aquela via durante a semana e confessa que havia uma grande diferença entre o tráfego que se estava no tempo em que a praça estava ali instalada”. Das cinco

horas da manhã até o pôr-do-sol, conta a interlocutora, a agitação não parava, num “entra e sai de todos que acorriam àquele quejã esteve entre os grandes mercados a céu aberto de África.

1.5 Banco Alimentar Inaugura sede em Luanda

Folha 8

18 de Dezembro de 2010

A pobreza em Angola tem acentuado principalmente, depois da crise financeira mundial Centenas de empresas têm estado a encerrar, por falta de capacidade monetária e pelo aumento das tarifas aduaneiras que não se estão a adequar aos novos tempos.

Nessa conformidade, uma série de acções de ONG's têm-se intensificado no apoio aos mais carenciados e é nesta perspectiva que Luanda viu, no dia 3, abrir a primeira sede do Banco Alimentar Contra a Fome, cujo objectivo principal é actuar na luta contra a pobreza, com o apoio da sociedade civil

Alexandre Santos, director-executivo desta instituição, diz o País ter sido uma aposta por possuir “uma camada muito carenciada da população, a necessitar de ajuda e da filantropia dos angolanos” e, igualmente, por arrasto já contar com o apoio de empresas nacionais, com responsabilidade social, nomeadamente a ENSA, a Coca-Cola e a UNITEL.

O Banco Alimentar Contra a Fome funciona através da recolha de excedentes de produção do sector agro-alimentar, produtos agrícolas e de contribuições gratuitas vindas dos cidadãos, restaurantes, supermercados, refeitórios, padarias e cantinas.

Alexandre Santos disse que, em Angola, como acontece em outras partes do mundo onde existem Bancos Alimentares Contra a Fome, as campanhas vão acontecer em determinada época e deverão contar sempre com o apoio de voluntários.

A distribuição dos apoios adquiridos pelos Bancos Alimentares Contra a Fome não é feita directamente aos carenciados, tendo os produtos que passar por instituições locais incumbidas de ajudar as pessoas em situação de pobreza.

A ajuda alimentar feita pelas instituições às pessoas carenciadas acontece sob forma de refeições servidas em lares, creches, refeitórios sociais, na rua, apoio domiciliário e cabazes de alimentos entregues a famílias necessitadas.

1.6 “Temos uma agricultura ainda colonizada”

O País

24 de Dezembro de 2010

Quando o encontrámos estava a falar para os seus colegas da ADRA, numa reunião. Dizia que a organização se assemelhava ao umbi umbi, uma ave que voa e que cresce como uma rede capaz de apanhar cada vez mais peixe o mesmo é dizer levar a palavra a mais pessoas.

O que é e o que faz o Observatório Político e Social num país como Angola?

Em vários países do mundo existe uma tradição da existência de observatórios que, nuns casos, são organizações e, noutros, apenas espaços. No nosso caso o Observatório Político e Social Angolano é um espaço, embora muita gente pense que é uma organização e procure interagir connosco • como organização. O OBSA tem razão de existir quando as pessoas se encontram, e podem encontrar-se

em reuniões ou por via da Internet, hoje é fácil reunir um grupo de pessoas virtualmente.

O OBSA foi criado em 2004, numa altura em que se davam os primeiros passos da reconciliação e da reconstrução do país. A ideia era juntar pessoas de várias sensibilidades, político partidárias, e outras sensibilidades, que pudessem reflectir sobre os problemas do país. Depois de algumas discussões, o núcleo duro que criou o OBSA concluiu que deveríamos formar uma espécie de triângulo, com um vértice para a sociedade civil, um outro para

O Estado e um terceiro vértice para os partidos políticos. E procurámos que no OBSA estivessem pessoas representativas de cada uma das categorias de cada vértice. Claro que não estão todos os partidos, por exemplo, somos vinte pessoas que reflectem e debatem os problemas do país, determinados problemas, não dá para discutir todos, apenas os que mais nos preocupam, e procuramos emitir comunicados, declarações consensuais têm de ser consensuais, se o não forem ou não sai, ou isso é dito nos documentos publicados. Uns pensam assim e outros pensam de forma diversa, tem de ser dito.

E quais são os assuntos que interessam ao OBSA?

Pobreza; construção da democracia; comunicação social; educação; Orçamento Geral do Estado, porque entendemos que o OGE é o instrumento que corporiza as políticas, não adianta discutir as políticas no vazio, temos de analisar as políticas em termos do que é a sua concretização. Dizer que se está a combater a pobreza sem recursos é porque não se está a combater nada, é preciso ver até que ponto são justos os recursos atribuídos ao combate a pobreza. A questão da descentralização é um tema que

abordamos muitas vezes. Em termos legislativos isso é uma verdade. Há medidas que indicam que, em pouco tempo, teremos as autarquias. Pensamos que isto é positivo mas quando vamos analisar o orçamento vemos que 87 por cento do orçamento é gerido centralmente, o que fica para ser gerido pelas provúncias e pelos municípios é uma fatia pequena do bolo.

Normalmente emitimos dois comunicados por ano, não o fazemos mais vezes porque não só dá muito trabalho, somos todos voluntários, como saturaríamos a opinião pública. Obrigatoriamente saem dois comunicados por ano: um que reflecte a análise do país no ano anterior - no próximo tocaremos a questão da probidade, a dívida pública, etc. - e o outro é sobre o OGE. Mas podem acontecer outros comunicados, de acordo com a importância dos assuntos que surjam, como faina altura da Constituição, que era suficientemente importante para exigir uma tomada de posição, também o fizemos na altura das eleições...

E o acesso do país todo ao observatório que se quer nacional?

Nós procuramos reflectir não apenas as vivências pessoais de cada um de nós, que lemos jornais, vemos televisão, participamos em debates, mas procuramos trazer o país todo porque alguns de nós vão a outras províncias por força do seu trabalho, ou por informações que vamos recebendo de pessoas que estão em vários pontos do país. Deixe-me dar-lhe um exemplo que o PAÍS jornal tratou também, a matéria dos terrenos na Huíla, é um assunto que, de certo modo, foi despoletado por nós. Pessoas que trabalham connosco foram alertando... mas temos noção de que não cobrimos a totalidade do país. Mas há assuntos como os problemas em Cabinda em que não emitimos opinião por falta de elementos. Se não temos informação sólida não opinamos, não se dá opinião sobre aquilo que não se conhece.

A OBSA tem um vértice, diz, em que se faz presente o Estado. E o Estado já lhe reconheceu utilidade pública?

Não. Porque o OBSA não é uma organização e utilidade pública é dada a organizações. O OBSA é um espaço, não aberto, onde participam pessoas que os membros do OBSA convidam. Às vezes aparecem pessoas que querem ser membros do OBSA, nós podemos analisar e também podemos concluir que determinada pessoa não tem condições para ser membro.

E que condições são essas?

Pessoas com credibilidade na sociedade. Se uma determinada pessoa não tem credibilidade, ao nível nacional, ou mesmo no seu local de residência... tem de ter credibilidade, não pode ser alguém que depois se revele ter problemas com a justiça... um mal comportado não pode ser. Tem de ser alguém credível. Mesmo dentro do

governo há pessoas mais credíveis que outras, por isso é que, de quando em vez, há as chamadas cabeças roladas. O seu espaço de intervenção estende-se também pela ADRA. Encontramo-lo a dizer que a ADRA é já uma rede que apanha muito peixe...

(Risos) o apanha muito peixe poderá ter uma interpretação dúbia.

Então é uma rede capaz de apanhar muito peixe, em potencial...

Gostaria de esclarecer o que significa apanhar o peixe. É motivar, mobilizar muitas pessoas, muitas organizações. É neste sentido que se fala do peixe apanhado. Inclusivamente ideias. A rede, aqui, é em sentido figurado. Diria que é uma rede que já apanhou muito peixe mas ainda há muito peixe por apanhar.

Um dos lemas da ADRA é que o caminho faz-se a caminhar, e nesses seus 20 anos de existência é um caminho através da sua prática, procura-se mostrar ao país que é possível construir um modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável, participativo, em que as pessoas possam opinar sobre os caminhos que devem seguir. Porque acreditamos que nos processos de desenvolvimento demasiado acelerados, em que se procura correr para objectivos quantitativos normalmente perde-se a qualidade.

E um dos aspectos que faz perder a qualidade é a apropriação pelos nacionais. Confesso que fico preocupado quando ouço os governantes dizerem que queremos um país moderno em poucos anos.

Por aquilo que conheço dos processos de desenvolvimento, e permita-me dizer que leio e trabalho sobre esses assuntos há 35 anos, acho que tenho uma experiência que me permite emitir opiniões ... a minha experiência diz-me que o caminho quando é percorrido de forma acelerada, ou as pessoas caem e não chegam ao objectivo, ou, se lá chegam, esses objectivos são atingidos à custa da participação dos nacionais.

Em 2002, quando acabou a guerra, e ainda hoje o país tem muitas dificuldades e carências ... pode-se apelar a andar devagar num mundo moderno em que tecnologicamente até se podem queimar algumas etapas e temos de resolver, rapidamente questões como a fome, a malária, etc? Sei que isso é problemático e, às vezes, corro o risco de ser acusado de querer travar o desenvolvimento do país ao expor as minhas ideias. O que digo é que ao procurarmos atingir determinado objectivo... olhe, falemos do comércio: há muita gente que pensa que modernizar o comércio significa criar grandes superfícies. Isto é feito à custa dos pequenos comerciantes. Até nos países mais desenvolvidos dificilmente os pequenos comerciantes convivem com as grandes superfícies. As grandes superfícies abafam o pequeno comerciante. Nós nem sequer podemos falar de pequenos comerciantes, estamos a falar de cantineiros, vendedores ambulantes, indiví-

duos com muito pouco traquejo nesse tipo de coisas. Se formos nesse caminho das grandes superfícies, e algumas já cá estão, algumas estão a chegar e outras virão, o que acontece é que as grandes superfícies dominam o mercado internacional, se quiserem vender um sumo ou uma fruta não estão preocupados em ir buscar a baillma ao Uíge... banana eles podem ir buscar à Guatemala, por exemplo, porque sai mais barato ou porque têm outros interesses. Teoricamente o consumidor tem acesso à banana, mas isso tem um custo: o agricultor do Uíge não recebeu o incentivo necessário para continuar a cultivar banana, amanhã deixa de produzir e pode cair no desemprego.

É essa questão da sustentabilidade que me parece suficientemente importante para justificar que, em vez de três anos, se percorra o caminho em cinco ou dez.

E não se consegue outra forma de controlo do circuito de distribuição ... o Estado não pode impor quotas?

Todas as tentativas no nosso país de se desenvolver grandes superfícies, desde a independência, foram fracassos. Estamos a falar da EMPA, o primeiro grande fracasso, depois os Zambas, segundo grande fracasso, o Nosso Super muita gente diz que não é fracasso mas na minha opinião é. E a prova é que se lhe está a preparar a reconversão. Uma coisa é a vontade política, e acredito que possa haver vontade política para se corrigirem as coisas, mas, outra, é a realidade dos factos. E no nosso país sabemos que é fácil fazer boas leis, mês é extremamente difícil pô-las em prática.

Quando fala do produtor de banana do Uíge como exemplo, não se põe a questão da dinâmica da sociedade que obriga a que se encontrem espaços ... tivemos o Roque Santeiro que também era uma grande superfície, onde se encontrava tudo num só lugar ... não devemos partir para um comércio mais organizado e, provavelmente, mais contributivo para os impostos?

Eu não acho que obrigatoriamente a solução do problema do abastecimento de uma grande cidade tem de forçosamente pelos grandes espaços. Os grandes espaços são sempre muito difíceis de gerir, e permitem, por vezes, efeitos perversos. Muitas vezes queremos determinado objectivo e acabamos por cair noutra. Até porque, como país jovem, com poucas experiências, com instituições debilitadas, incluindo as empresas... não temos grandes empresários, por muito que doa...

E temos empresários quando na apresentação dos projectos aparece sempre um parceiro estrangeiro que diz vir ensinar e gerir, ou quando aparece sempre um estrangeiro a dar o rosto?

É você quem o diz, não eu... é evidente que estou de acordo consigo e essa é uma questão que vem ao encontro

do que estou a dizer. O caminho para as grandes superfícies vai acabar por cair no abocanhamento desse empresariado nacional que temos. Esse

Como país jovem, com poucas experiências com instituições debilitadas, incluindo as empresas... não temos grandes empresários, por muito que doa ...

E temos empresários quando na apresentação dos projectos aparece sempre um parceiro estrangeiro que diz vir ensinar e gerir, ou quando aparece sempre um estrangeiro a dar o rosto?

É você quem o diz, não eu ... é evidente que estou de acordo consigo e essa é uma questão que vem ao encontro do que estou a dizer. O caminho para as grandes superfícies vai acabar por cair no abocanhamento desse empresariado nacional que temos. Esse empresariado nacional nascente não tem experiência de gestão, de agir no mercado onde se movem as grandes empresas e rapidamente podem cair em armadilhas. Nem têm de ser armadilhas feitas de má fé, mas se um” determinado empresário angolano se associa a um estrangeiro num sistema de partes iguais, sem discutir como o angolano adquiriu a sua parte, mas admitindo que tem lá a sua parte, a fonte onde o angolano conseguiu a sua parte não é inesgotável, ou seja, se houver um aumento de capital o empresário angolano dificilmente consegue acompanhar o seu parceiro. Isso é um estratagema conhecido. Há histórias de fortunas em todo o mundo, em que com os chamados aumentos de capítulo o empresário com menos capacidade vai ficando cada vez com menos percentagem. O estrangeiro começa com 50 por cento, depois passa para oitenta e depois acabou.

Voltando à questão anterior. Parece-me, como angolano, que se em vez da grande superfície, tiver uma outra superfície ajustada a minha capacidade de gestão, penso que é mais seguro e mais sustentável em termos de futuro.

Mas também se diz que o angolano começa a contratar know how. Entra com dinheiro e compra serviços.

Primeiro temos de ver se é verdade que os angolanos têm esse dinheiro. Tenho as minhas dúvidas. Sei que existe essa corrente, mas tenho algumas dúvidas sobre essa capacidade financeira da parte dos empresários angolanos. E digo-o porque sei que os empresários angolanos normalmente estão a correr para os bancos, onde ao nível comercial as taxas de juros estão bastante elevadas e criam dificuldades para.

1.7 Executivo estuda causas da inflação

Angolense

De 25 de Dezembro de 2010

à 15 de Janeiro de 2011

O presidente da República José Eduardo dos Santos, há mais de trinta anos 110 poder, falou pela primeira vez do estado da nação no parlamento, tendo dedicado grande parte do seu discurso a vertente económica. Falou dos preços dos serviços e produtos básicos em Angola que, no seu entender sobem permanente, tomando a vida dos cidadãos cada vez mais apertado

Durante o seu discurso, Eduardo dos Santos anunciou algumas medidas que estão a ser ensaiadas pelo executivo para inverter o quadro. O Chefe de Estado avançou que o executivo está a terminar um estudo sobre as causas reais da inflação em Angola, de modo a concluir se esta é importada ou se resulta do financiamento do défice causado pela despesa pública, pois os seus efeitos incidem sobre altos patamares actuais das taxas de juros em ‘termos de medidas adequadas para estimular o investimento e o crédito’.

No seu discurso acrescentou que o executivo iniciou um programa de reorganização das finanças públicas com o apoio de conceituadas consultorias externas, tendo como propósito central fortalecer o relacionamento institucional entre o Banco Nacional de Angola e os Ministérios das Finanças, do planeamento e da administração emprego e segurança social e também reforçar a observância dos procedimentos e das boas práticas universalmente aceites, de modo a garantir a execução eficiente e eficaz da empresa pública e a elevar os níveis de arrecadação da receita.

Com efeito, dizia, “pretendemos níveis de inflação que não onerem as taxas de juros, encarecendo assim o crédito”.

De acordo com o chefe de Estado, o executivo deverá ainda adoptar novas medidas, acções directas sobre as causas da permanência de níveis ainda elevados de preços no nosso país, quando comparados com os níveis de preços médios de outros países em desenvolvimento. Eduardo dos Santos informou que está elaborado um estudo objectivo, amplo e minucioso sobre a formação dos preços dos bens e serviços no nosso país, na base do qual serão em breve anunciadas medidas com destaque para a criação de uma instituição de supervisão dos preços e da concorrência.

1.8 PIB deve crescer nos próximos tempos

Jornal de Angola
30 de Dezembro de 2010

O Banco Nacional de Angola prevê o crescimento do Produto Interno Bruto do nosso país nos próximos tempos o Produto Interno Bruto deve “dilatarse” em cerca de quatro por cento nos próximos tempos, numa altura em que se perspectiva progressos significativos do sector não petrolífero, cujo crescimento deve situar-se em torno de 5,7 por cento, num contexto macroeconómico em que a economia angolana não se dissociou da mundial.

A previsão é do governador do Banco Nacional de Angola, José Massano, que ao discursar, na terça-feira em Luanda, na tradicional cerimónia de cumprimentos de fim de ano, destacou como pontos altos da economia angolana o apuramento do risco soberano que mereceu avaliação positiva das principais instituições de análise de risco.

Outro ponto alto, disse, residiu no facto de o FMI ter aprovado o desembolso da segunda e terceira tranche do financiamento ao abrigo do Acordo celebrado pelas autoridades angolanas e a instituição.

Em relação à economia mundial, José Massano reconheceu que, de modo geral, deu sinais de recuperação, sendo expectável que a taxa de crescimento se situe ao redor dos 4,8 por cento.

Na ocasião, lembrou que o BNA, enquanto entidade responsável pela preservação do valor da moeda, tem acompanhado a evolução do mercado monetário e cambial, particularmente nos momentos em que o aumento da Liquidez na economia pode estimular uma maior instabilidade de preços.

O governador do Banco Nacional de Angola lembrou ainda, que face à volatilidade da taxa de câmbio e os efeitos que exercem sobre as expectativas dos agentes económicos e sobre a estrutura de custos à economia, o BNA esforçou-se em prover o mercado de recursos suficientes para assegurar a oportuna cobertura e manutenção do ciclo normal de importação de bens e serviços.

Para tal, o BNA disponibilizou à economia, via sistema bancário, cerca de 11,7 mil milhões de dólares, a uma taxa de câmbio média de referência ao redor dos 92,2 kwanzas por dólar americano.

Relativamente às reservas internacionais líquidas do país em comparação com as do ano anterior, o governador disse terem crescido em aproximadamente 27 por cento, situando-se em cerca de 15,8 mil milhões de dólares.

No domínio monetário, os meios de pagamento, até finais do terceiro trimestre, sofreram uma contracção, inflectindo apenas nos meses de Novembro e Dezembro, reflexo do impacto da crise sobre a economia angolana e do controle da evolução dos efeitos combinados de política orçamental e monetária sobre o comportamento da inflação.

N o que respeita à captação de depósitos, até finais de Novembro a taxa de crescimento no ano era de sete por cento, numa altura em que a banca conseguiu manter-se estável com um rácio médio de solvabilidade de 16,8 por cento, mantendo também a continuidade dos programas de expansão da rede bancária. Até agora, o sistema conta com 875 balcões e a taxa de bancarização ronda os 11 por cento da população.

Coordenação

O sistema financeiro é instrumental para a sustentação de programas de desenvolvimento económico e social e a crise deixou referências importantes para o processo de desenvolvimento de Angola, disse José Massano, que entende que a sustentabilidade das economias passa pela construção de um sistema financeiro sólido, eficazmente regulado e socialmente responsável.

Este factor, prosseguiu, é capaz de incentivar a poupança e a afectação de recursos para a promoção de capacidades internas de produção e consequente defesa de postos de trabalho.

Desafios

Para sustentar os preços na economia, não basta adoptar políticas monetárias restritivas ou disponibilizar recursos cambiais em larga escala. E crucial, disse, que se mantenha uma permanente coordenação entre política fiscal, orçamental e monetária para que se alcance e se mantenha a estabilidade nos mercados.

Realçou ser determinante o controle da inflação para que se garanta a confiança dos aforradores e investidores, já que uma medida do género assegura também a preservação da moeda e permite a protecção da economia contra choques externos.

Entre os inúmeros desafios do BNA consta a necessidade de assegurar o ritmo de crescimento da economia com estabilidade macroeconómica, conforme determina o Plano Nacional para 20 11.

Uma série de iniciativas normativas e monetárias tomadas no último trimestre pelo BNA e que vão no sentido de alinhamento do Banco aos objectivos de desenvolvimento económico traçados pelo Executivo para 2011, realça a redução da taxa de redesconto, a introdução de facilidades permanentes de liquidez.

A redução progressiva da exposição cambial permitida nos bancos comerciais, a regulamentação das casas de câmbio e a aprovação pelo Conselho de Ministros da regulamentação das sociedades financeiras não bancárias de microcrédito e cooperativas de crédito, fazem parte do conjunto de iniciativas tomadas pelo BNA para 20 11.

Para o novo exercício económico a meta de inflação está fixada em 12 por cento, um desafio que exige o esforço de todos os agentes económicos, num momento em que o BNA pretende uma política monetária rigorosa, mantendo controlados os factores de expansão monetária em

coordenação com o Ministério das Finanças.

Numa cerimónia que contou com a presença de administradores do BNA e de bancos comerciais, José Massano disse que a intervenção no mercado cambial deve atender as necessidades legítimas de procura de divisas pela economia, devendo assegurar também o crescimento e preservação das mesmas com o mesmo sentido de defesa de solvabilidade externa da economia nacional.

“O BNA vai promover a revisão dos instrutivos de política cambial, facilitando a sua interpretação pelos agentes económicos e aprimorando os mecanismos de controle pela autoridade cambial”, prometeu.

O próximo ano revela-se como um ano de muitos desafios para o BNA. Entre eles, está o reforço da defesa dos consumidores de serviços financeiros com a institucionalização de uma unidade vocacionada à aceitação, registo e acompanhamento de reclamações, num ano que se prevê exigente e intenso.

“Contamos com a colaboração de todos para dar sustentabilidade à economia nacional, o que significa manter um sistema financeiro sólido e eficiente e competitivo”, referiu José Lima Massano. Outro desafio, disse, tem a ver com a supervisão bancária, um dado que incide na contínua modernização dos serviços de fiscalização preventiva não presencial e acompanhamento da implementação de normas de boa governação pelos agentes financeiros licenciados pelo Banco Central.

A institucionalização da Unidade de Informação Financeira, órgão do BNA vocacionado para análise, prevenção e detecção de tentativas de utilização do sistema financeiro para actos de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, consta também das acções prioritárias do BNA. A Unidade entra em funcionamento no primeiro trimestre de 2011.

Para a solidez do sistema financeiro, o governador aponta a implementação do programa de consolidação da banca angolana, que passa pelo reforço da estrutura de capitais dos bancos e a adopção de critérios de prudência em harmonia com as melhores práticas internacionais, como favorável a isso.

2 MICROFINAÇAS

2.1 Melhoria no nível de vida dos camponeses

Jornal de Angola
9 de Dezembro de 2010

Várias famílias beneficiárias do micro-crédito, em Ndalatando, no Kwanza Norte, conhecem hoje mudanças significativas, na sua condição social, contrariamente a outras, cujo modo de vida se mantém estacionário. Constatação feita, terça-feira, por João Miguel, responsável da União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA).

Para o responsável da Unaca, o crédito aos camponeses não devia, entretanto, ser aplicado nos mesmos moldes, do das pessoas com algumas oportunidades, como os pequenos produtores e fazendeiros, que além das culturas para o auto sustento, têm outras formas de rendimentos. Pois, segundo ele, a melhoria nas condições de vida dos camponeses beneficiários, contrariam, a existência das muitas bolsas de fome e de pobreza no mundo rural. Relativamente à lentidão, no reembolso dos empréstimos, o responsável justificou com a ausência de uma rede de comércio rural permanente, e a degradação das vias de acesso, dificultando o escoamento dos produtos. Situação que, segundo ele, encarece os juros com a aplicação das taxas de mora, mantendo os camponeses permanentemente endividados, e dificultando o acesso ao crédito, de outros, em listas de espera.

“Mesmo depois da liquidação do valor do capital emprestado, os beneficiários continuarão a pagar, ainda durante muito tempo, devido à acumulação dos juros de mora às taxas adicionais dos juros, colocando-se a questão de saber, quando é que os camponeses vão ressarcir na totalidade, as suas dívidas com o credor”, questionava João Miguel. De seguida, defendeu uma data limite, para o pagamento das taxas de juro, como uma situação, capaz de isentar os camponeses de tributações adicionais, em caso de incumprimento no pagamento das prestações, sob pena destes trabalharem a vida inteira para ressarcir dívidas.

Saliente-se que, no âmbito do programa de micro-crédito, iniciado em 2006, foram constituídos na província 563 grupos solidários, com sete elementos cada dos quais, cerca de 379 beneficiaram de empréstimos, do Banco de Poupança e Crédito (BPC), num valor de 253.750 dólares, acrescidos de 15.857.620kwanzas, reembolsáveis em seis meses, a uma taxa de juro, de oito por cento. Em situações de incumprimento, o juro sofre um incremento de cinco por cento ao mês. Destes, continuou, 168 efectuaram já o reembolso das suas dívidas, que variam entre 100 a mil dólares por grupo.

Para o responsável da Unaca, o crédito aos camponese-

ses não devia ser aplicado nos mesmos moldes do das pessoas com algumas oportunidades, como os pequenos produtores e fazendeiros, que além das culturas para o auto sustento, têm outras formas de rendimentos.

2.2 Melhoria no nível de vida dos camponeses

Jornal de Angola
9 de Dezembro de 2010

Várias famílias beneficiárias do micro-crédito, em Ndalatando, no Kwanza Norte, conhecem hoje mudanças significativas, na sua condição social, contrariamente a outras, cujo modo de vida se mantém estacionário. Constatação feita, terça-feira, por João Miguel, responsável da União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA).

Para o responsável da Unaca, o crédito aos camponeses não devia, entretanto, ser aplicado nos mesmos moldes, do das pessoas com algumas oportunidades, como os pequenos produtores e fazendeiros, que além das culturas para o auto sustento, têm outras formas de rendimentos. Pois, segundo ele, a melhoria nas condições de vida dos camponeses beneficiários, contrariam, a existência das muitas bolsas de fome e de pobreza no mundo rural. Relativamente à lentidão, no reembolso dos empréstimos, o responsável justificou com a ausência de uma rede de comércio rural permanente, e a degradação das vias de acesso, dificultando o escoamento dos produtos. Situação que, segundo ele, encarece os juros com a aplicação das taxas de mora, mantendo os camponeses permanentemente endividados, e dificultando o acesso ao crédito, de outros, em listas de espera.

“Mesmo depois da liquidação do valor do capital emprestado, os beneficiários continuarão a pagar, ainda durante muito tempo, devido à acumulação dos juros de mora às taxas adicionais dos juros, colocando-se a questão de saber, quando é que os camponeses vão ressarcir na totalidade, as suas dívidas com o credor”, questionava João Miguel. De seguida, defendeu uma data limite, para o pagamento das taxas de juro, como uma situação, capaz de isentar os camponeses de tributações adicionais, em caso de incumprimento no pagamento das prestações, sob pena destes trabalharem a vida inteira para ressarcir dívidas.

Saliente-se que, no âmbito do programa de micro-crédito, iniciado em 2006, foram constituídos na província 563 grupos solidários, com sete elementos cada dos quais, cerca de 379 beneficiaram de empréstimos, do Banco de Poupança e Crédito (BPC), num valor de 253.750 dólares, acrescidos de 15.857.620kwanzas, reembolsáveis em seis meses, a uma taxa de juro, de oito por cento. Em situações de incumprimento, o juro sofre um incremento de cinco por cento ao mês. Destes, conti-

nuou, 168 efectuaram já o reembolso das suas dívidas, que variam entre 100 a mil dólares por grupo. Para o responsável da Unaca, o crédito aos camponeses não devia ser aplicado nos mesmos moldes do das pessoas com algumas oportunidades, como os pequenos produtores e fazendeiros, que além das culturas para o auto sustento, têm outras formas de rendimentos.

2.3 Crédito de Campanha concede USD 20 milhões em quatro meses

O Independente

18 de Dezembro de 2010

Pelo menos 20 milhões de dólares norte-americanos é o valor concedido a 12 mil agricultores das províncias do Huambo, Huíla, Bié, Benguela, Bengo, Luanda e Malanje, no quadro do Crédito Agrícola de Campanha, um programa do Governo angolano que visa reduzir os índices de pobreza, através do apoio aos camponeses.

No balanço aos quatro meses de implementação desse crédito, realizado em Luanda, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Afonso Pedro Canga, afirmou que em função dos números apresentados o resultado parcial é satisfatório, mas reconheceu haver ainda muito trabalho pela frente.

O governante, que falava na condição de porta-voz da III Sessão do Comité Coordenador do Crédito Agrícola, disse que entre as províncias beneficiadas o Huambo foi a que absorveu mais do valor disponibilizado, numa média estimada em USD 10 milhões.

Considerou haver um grande empenho dos quatro bancos operadores envolvidos no programa, factor que” contribui de forma decisiva para o aumento da produção agrícola nacional e do rendimento daqueles que actualmente não possuem qualquer possibilidade de acesso ao crédito bancário”.

Aos bancos operadores, nomeadamente o Banco de Poupança e Crédito, Banco Sol, Banco de Comércio e Indústria e o BAI Miero-Finanças, o porta-voz do encontro recomendou o alargamento da sua área de actuação, por forma a criarem, gradualmente, as condições para que o Crédito Agrícola de Campanha possa ser uma realidade em todos os municípios do país.

Pedro Canga disse ser fundamental para o êxito do programa, que tem um orçamento na ordem dos USD 150 milhões, o empenho dos governos provinciais, das administrações locais, das cooperativas e associações de camponeses.

A finalizar, o governante apelou a essas instituições a intensificarem esforços, a fim de garantirem que os Comités Locais de Peritagem e os Grupos Técnicos de Acompanhamento Local realizem o seu trabalho com sucesso.

O Comité Coordenador do Crédito Agrícola de

Campanha é encabeçado pelo ministro da Economia, Abraão Gourgel, e integra representantes dos ministros das Finanças, Comércio, bem como membros da comissão técnica de acompanhamento e presidentes dos conselhos de administração dos bancos envolvidos.

Camponeses de Viana vão beneficiar de crédito Agrícola

Quarenta e três camponeses do município de Viana vão beneficiar até final deste ano, de crédito agrícola, através do Banco de Comércio e Indústria (BCI). Segundo o chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Ana Salomão, o crédito vai permitir que os agricultores organizados em cooperativas possam adquirir os insumos necessários para a produção, enquanto a preparação de terras está sob responsabilidade da Empresa Nacional de Mecanização Agrícola (Mecanagro).

Segundo disse, o valor máximo a ser disponibilizado a cada camponês é de cinco mil dólares norte-americanos, para obterem os “inputs” agrícolas e que a IDA vai prestar assessoria técnica aos camponeses que vão obter o crédito.

Para uma melhor orientação das quantidades de sementes ou meios técnicos a investir por cada hectare. O município de Viana conta com 15 cooperativas e 11 associações.

“Os cinco mil dólares a que cada camponês tem direito são traduzidos em sementes e instrumentos de trabalho. O reembolso dos valores será feito num período de 10 meses, com juros de cinco por cento”, disse o responsável.

2.4 Crédito de Campanha concede USD 20 milhões em quatro meses

O Independente

18 de Dezembro de 2010

Pelo menos 20 milhões de dólares norte-americanos é o valor concedido a 12 mil agricultores das províncias do Huambo, Huíla, Bié, Benguela, Bengo, Luanda e Malanje, no quadro do Crédito Agrícola de Campanha, um programa do Governo angolano que visa reduzir os índices de pobreza, através do apoio aos camponeses.

No balanço aos quatro meses de implementação desse crédito, realizado em Luanda, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Afonso Pedro Canga, afirmou que em função dos números apresentados o resultado parcial é satisfatório, mas reconheceu haver ainda muito trabalho pela frente.

O governante, que falava na condição de porta-voz da III Sessão do Comité Coordenador do Crédito Agrícola, disse que entre as províncias beneficiadas o Huambo foi a que absorveu mais do valor disponibilizado, numa média estimada em USD 10 milhões.

Considerou haver um grande empenho dos quatro bancos operadores envolvidos no programa, factor que” contribui de forma decisiva para o aumento da produção agrícola nacional e do rendimento daqueles que actualmente não possuem qualquer possibilidade de acesso ao crédito bancário”.

Aos bancos operadores, nomeadamente o Banco de Poupança e Crédito, Banco Sol, Banco de Comércio e Indústria e o BAI Miero-Finanças, o porta-voz do encontro recomendou o alargamento da sua área de actuação, por forma a criarem, gradualmente, as condições para que o Crédito Agrícola de Campanha possa ser uma realidade em todos os municípios do país.

Pedro Canga disse ser fundamental para o êxito do programa, que tem um orçamento na ordem dos USD 150 milhões, o empenho dos governos provinciais, das administrações locais, das cooperativas e associações de camponeses.

A finalizar, o governante apelou a essas instituições a intensificarem esforços, a fim de garantirem que os Comités Locais de Peritagem e os Grupos Técnicos de Acompanhamento Local realizem o seu trabalho com sucesso.

O Comité Coordenador do Crédito Agrícola de Campanha é encabeçado pelo ministro da Economia, Abraão Gourgel, e integra representantes dos ministérios das Finanças, Comércio, bem como membros da comissão técnica de acompanhamento e presidentes dos conselhos de a administração do bancos envolvidos.

Camponeses de Viana vão beneficiar de crédito agrícola

Quarenta e três camponeses do município de Viana vão beneficiar até final deste ano, de crédito agrícola, através do Banco de Comércio e Indústria (BCI). Segundo a chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Ana Salomão, o crédito vai permitir que os agricultores organizados em cooperativas possam adquirir os insumos necessários para a produção, enquanto a preparação de terras está sob responsabilidade da Empresa Nacional de Mecanização Agrícola (Mecanagro).

Segundo disse, o valor máximo a ser disponibilizado a cada camponês é de cinco mil dólares norte-americanos, para obterem os “inputs” agrícolas e que a IDA vai prestar assessoria técnica aos camponeses que vão obter o crédito.

Para uma melhor orientação das quantidades de sementes ou meios técnicos a investir por cada hectare. O município de Viana conta com 15 cooperativas e 11 associações.

“Os cinco mil dólares a que cada camponês tem direito são traduzidos em sementes e instrumentos de trabalho. O reembolso dos valores será feito num período de 10 meses, com juros de cinco por cento”, disse a responsável.

2.5 Banco Sol e OMA rubricam acordo

Jornal de Angola

21 de Dezembro de 2010

Um protocolo financeiro, que visa a concessão de créditos às mulheres camponesas, foi ontem assinado, em Luanda, entre o Banco Sol e a Organização da Mulher Angolana (OMA).

O acordo, renovável de três em três anos, vai permitir o acesso ao micro-crédito, que varia de mil a 10 mil dólares, reembolsáveis num período de 24 meses e a uma taxa de juros 3,99 por cento ao mês.

Além do crédito, o protocolo permitirá capacitar as associadas, que actualmente desenvolvem actividades agrícolas, sobre matérias de micro e pequenos negócios.

O protocolo foi rubricado pelo presidente da comissão executiva, Coutinho Nobre Miguel, e a secretária geral da Organização da Mulher Angolana, Luzia Inglês.

A secretária geral da Organização da Mulher Angolana, Luzia Inglês, afirmou que o acordo vai beneficiar membros da organização seleccionadas que terão acesso aos valores, através da inscrição que será efectuada a nível das províncias. “Vamos organizar as mulheres beneficiadas em grupos, que serão maioritariamente as que trabalham nas zonas rurais, e em função dos interesses de cada uma seguindo o acordo do banco”, referiu.

Luzia Inglês garantiu que a concessão de créditos visa melhorar a qualidade de vida das populações, através do apoio às mulheres o Banco Sol continua a liderar o financiamento dos programas ligados ao crédito no mercado bancário do país camponesas que cada vez mais tenham uma participação activa na sociedade. O presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, ressaltou que o acordo faz parte de um programa de acções sociais que a instituição leva a cabo, para erradicação da fome, combate à pobreza para a melhoria da vida das populações.

Coutinho Nobre Miguel informou que existe um fundo de cinco milhões de dólares para o financiamento das mulheres agrícolas. “Vamos continuar a apostar na melhoria da vida produtiva das populações e promover a inclusão social”, referiu.

Abertura de balcão

O presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, inaugurou ontem, em Luanda, mais um balcão no município do Sambizanga, no bairro Miramar, somando 78 o número de agências existentes no país.

Coutinho Nobre Miguel afirmou que a abertura de mais uma agência representa um crescimento e a expansão da instituição no mercado. O balcão, construído num período de dois meses, referiu, visa satisfazer de forma correcta e harmoniosa os interesses do mercado.

“É preciso que a banca vá ao encontro dos clientes e esteja dotada de tecnologia avançada e recursos humanos capazes de dar soluções adequadas aos clientes”, acrescentou. Em relação ao balanço anual das actividades realizadas, informou que o banco cresceu a nível da carteira de créditos e depósitos e de lançamento de produtos e serviços no mercado.

2.6 A difícil obtenção de crédito agrícola

Jornal de Angola

26 de Dezembro de 2010

O município do Soyo, este ano, está a receber chuvas abundantes, para alegria dos camponeses, que fazem a sua parte, que é trabalhar a terra, com vista à obtenção de uma colheita satisfatória. Mas apesar das condições naturais favoráveis e da boa vontade dos camponeses, a colheita não será igualmente abundante, por causa de factores limitativos como a prática agrícola rudimentar e o difícil acesso ao crédito bancário.

A prática da agricultura ainda é feita de modo artesanal, numa perspectiva de subsistência familiar. A agricultura mecanizada ou empresarial não é uma realidade, dado que os camponeses não dispõem de verbas que possibilitem a aquisição de máquinas agrícolas.

Da agricultura de subsistência ou familiar resulta uma colheita que não satisfaz a demanda local, atendendo ao crescimento demográfico sem precedentes que a região regista. O desenvolvimento de formas mais modernas de agricultura, que garantam maior produção, está dependente do fomento e do acesso ao crédito.

Quando se dispõem a recorrer aos bancos os camponeses ficam desalentados com as exigências burocráticas e as taxas de juro onerosas. Como resultado, a agricultura no Soyo está impedida de se expandir para níveis mais altos de produção. Produtos como a mandioca, ginguba, banana-pão e de mesa e citrinos (laranja, tangerina e limão), que constituem a base alimentar dos habitantes do Soyo, são produzidos localmente em quantidades ínfimas.

Grande parte dos produtos mencionados e outros provêm dos municípios do Tomboco e Nóqui, na província do Zaire, bem como da região do Baixo Congo, na República Democrática do Congo. “Para se acabar com esta dependência e garantir o sustento da população local, o Soyo deve procurar aproveitar as potencialidades • que dispõe em termos de terras aráveis e desenvolver uma

agricultura mecanizada para garantir maior safra.

Mas infelizmente, até hoje, continua-se a depender da agricultura tradicional ou de subsistência, pelo facto de não haver máquinas e outros meios para a realização da actividade agrícola em grande escala”, afirmou o responsável em exercício da área da Agricultura do município do Soyo, Pedro Aguiar dos Santos. Segundo o responsável, dificilmente a produção agrícola actual vai satisfazer a demanda da população do Soyo, estimada em 116 mil habitantes. “Com o actual crescimento demo gráfico, urge uma agricultura em grande escala, com vista a aumentar as áreas de cultivo e satisfazer a demanda em termos de produtos básicos, o que vai reflectir-se nos preços dos principais bens de consumo”, disse.

As autoridades estão conscientes do problema e Pedro dos Santos acredita na mecanização do sector, nos próximos tempos. “Com a agricultura familiar não se consegue uma boa colheita para atender à densidade populacional local, porque o que cada família produz não serve para vender, apenas para o consumo caseiro”, acrescentou.

A campanha de 2010

A presente campanha agrícola no Soyo, iniciada no passado mês de Setembro, conta com 19.837 hectares de terras aráveis preparadas manualmente por 39.675 camponeses associados e singulares. O processo de sementeira começou apenas em Novembro. Segundo Pedro dos Santos, o atraso das chuvas esteve na base do arranque tardio do processo de sementeira. O sector o desenvolvimento de formas modernas de municipal da Agricultura não está directamente envolvido na actividade agrícola. Apenas supervisiona e apoia materialmente os camponeses tradicionais. “Neste momento controlamos 39.675 famílias camponesas, que garantiram a preparação de 19.837 hectares, à razão de meio hectare por cada grupo familiar”, referiu Pedro dos Santos.

A presente campanha supera a anterior na ordem dos 26 por cento de terra preparada, já que, segundo a nossa fonte, “apareceram grupos com máquinas próprias, que estenderam as áreas de cultivo”.

O responsável confessou-se satisfeito com a intensidade das chuvas, apesar de tardias. “Vislumbram-se sinais de boa colheita, uma vez que não se registam, até ao momento, inundações. Efectuamos uma visita aos campos e constatámos que a semente está a germinar bem. Se tudo continuar assim, contamos com uma boa colheita no fim da campanha”, frisou.

Pedro dos Santos garantiu à nossa reportagem que o seu sector tem projectos gizados para mecanizar a agricultura nos próximos anos. A Mecanagro, empresa de mecanização agrícola, já trabalha na província, estando neste momento a desenvolver uma actividade em grande escala no município do Tomboco.

“No município do Soyo já se faz tarde a Mecanagro

levar a cabo a mecanização do sector, uma vez que os camponeses já lançaram a semente à terra”, referiu. “Nas próximas campanhas, com a desminagem de grandes extensões dos campos, o sector vai desenvolver-se mais, de modo a garantir uma maior produção e a consequente auto-suficiência alimentar”, acrescentou.

Apoios do Governo

Os camponeses do Soyo beneficiam de apoios da área da Agricultura do Soyo, consubstanciados na venda, a preços módicos, de enxadas, machados e catanas.

A semente tem sido distribuída a título devolutivo, de modo a contemplar outros camponeses na campanha agrícola seguinte. “Sempre que tenhamos semente, os camponeses não a compram. Por exemplo, se o camponês recebe um quilo de ginguba, no fim da campanha devolve dois quilos, e assim sucessivamente”, disse Pedro dos Santos.

No próximo ano será implementado um programa de formação dos camponeses tradicionais. Esse programa vinha sendo adiado por falta de meios de transporte para os técnicos e formadores. “O município do Soyo é muito extenso e como sabemos o camponês vive na zona rural. Para lá chegarmos tem de haver um meio de transporte todo-oterreno, por causa do mau estado das vias rodoviárias”, deu a conhecer o responsável. O objectivo da acção formativa é transmitir aos camponeses o conhecimento das novas técnicas disponíveis para a prática da agricultura extensiva.

Crédito difícil

O Executivo aprovou um montante de 300 milhões de dólares para o fomento da agricultura, mas os camponeses da província do Zaire dizem que encontram enormes dificuldades para aceder a esse dinheiro através dos bancos comerciais.

José Nkai, fazendeiro que actua na região do Tomboco, disse à reportagem do Jornal de Angola que existe uma excessiva burocracia na concessão de créditos bancários. “O Governo Central, através do Banco de Desenvolvimento de Angola, alocou a verba aos bancos comerciais, para estudarem os projectos e procederem ao seu financiamento. Mas os bancos comerciais têm as suas políticas”, disse.

Segundo o fazendeiro, a concessão de crédito pelos bancos comerciais “não passa de um sonho, que um agricultor pode ter”.

“É um processo sem fim, pela burocracia das instituições bancárias na região. Não há memória de um camponês, um agricultor organizado ou não, que foi a um banco apresentar um estudo de viabilidade, e logo de seguida lhe foram concedidos os valores disponíveis para a implementação do seu projecto”, frisou.

José Nkai acha que o Governo Central e os bancos comerciais deviam flexibilizar o processo, no sentido de

viabilizar a concessão desse tipo de crédito, para alavancar a economia.

“Os bancos nem sempre falam a verdade do que anda por trás da cortina. Para obter dinheiro de um banco é preciso ter um histórico e o agricultor actual nem sempre tem capacidade de criar um histórico num determinado banco”.

Segundo a fonte, os bancos na província do Zaire não estão em condições de satisfazer a demanda. “Mesmo oferecendo como garantia a própria terra e outros bens que eventualmente podem ser penhorados a favor do banco, a burocracia é tanta que o investidor acaba por desistir”, rematou.

2.7 Crédito aos camponeses

Jornal de Angola

22 de Dezembro de 2010

É dado adquirido que o desenvolvimento rural contribui para o combate à fome e à pobreza no país, estando por isso as autoridades a priorizar programas orientados para a criação de condições que permitam aos camponeses aumentar a sua produção e a melhorar a distribuição desta.

Pretende-se que a agricultura, um sector que está a gerar empregos, comece a ter um peso considerável na estrutura do Produto Interno Bruto, no quadro da diversificação da economia, para que esta não esteja muito dependente das receitas do petróleo. Tem havido uma grande preocupação no sentido de o sector agrícola constituir igualmente um catalisador do crescimento económico e um factor que contribua para eliminar definitivamente a fome e a pobreza no nosso país. A especial atenção que se dá ao campo resulta do facto de que aí se registam ainda situações de pobreza extrema que estão progressivamente a ser eliminadas, concedendo-se sob diversas formas apoios aos camponeses, em particular aos que estão organizados em cooperativas ou noutro tipo de associação, para que possam resolver os seus problemas.

Existe felizmente em Angola uma União Nacional dos Camponeses angolanos (UNACA) em que estão filiados muitos milhares de camponeses. Será necessário que essa organização, em face dos problemas actuais, continue a empreender acções que levem os camponeses, de forma organizada, a participar no aumento da produção agrícola e a encontrarem permanentemente soluções para os problemas que afligem os seus associados e que não são poucos. Seria ideal que o diálogo entre a UNACA e as autoridades fosse regular e se reforçasse essa parceria, o que poderia resultar em melhores soluções para os problemas dos camponeses, até porque aquela associação tem princípio um conhecimento aprofundado dos anseios e dificuldades dos camponeses em todo o território.

rio nacional. Acreditamos que uma estreita colaboração entre os poderes públicos e a UNACA haveria de resultar em grandes ganhos para os camponeses que constituem uma parte considerável da população angolana. E importante que se criem mecanismos expeditos de colaboração entre a UNACA e as autoridades, a fim de que a resolução dos problemas seja rápida.

O que todos nós queremos é que o aumento da produção agrícola venha a beneficiar, não só os camponeses, mas também os que habitam nas zonas urbanas, e que consomem produtos provenientes do campo.

Se tivermos em conta que temos zonas urbanas com milhões de consumidores, pode-se imaginar quão importante é o desenvolvimento da agricultura. E por ter certamente compreendido a importância do desenvolvimento da agricultura é que há bancos a financiar campanhas agrícolas, por via da concessão de créditos aos camponeses.

Registámos, por exemplo, o facto de um banco comercial ter concedido crédito a oito municípios da província da Huíla, num valor superior a quatro milhões de dólares, na sequência de mais de duzentos contratos com cooperativas e outras associações, beneficiando mais de dois mil camponeses.

Esse crédito destina-se a permitir que os camponeses passem da agricultura de subsistência para a produção de excedentes, a fim de se assegurar a segurança alimentar e de os camponeses aumentarem os seus rendimentos.

Organizados em cooperativas e noutras associações, os camponeses poderão, se usarem bem os créditos que lhes são concedidos, rentabilizar bem as suas actividades, podendo fornecer de forma continuada diversos produtos ao mercado interno. O problema que têm enfrentado os camponeses, em relação ao abastecimento do mercado interno, tem a ver com a falta de transporte dos seus produtos para as áreas urbanas, o que faz com que, nalguns casos, muitas das mercadorias apodreçam e levem os camponeses a desistir de produzir, por falta de lucros, particularmente aqueles que não produzem apenas para subsistir. Trata-se de um assunto que deveria continuar a merecer a atenção das autoridades, em parceria com as diversas associações de camponeses, com vista a se encontrar uma solução que resulte em benefício para os camponeses e para os milhares de consumidores dos seus produtos espalhados por todo o território nacional.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Vendedores abandonam Panguila por falta de clientes

Semanário Económico
2 de Dezembro de 2010

A “romaria” para o Mercado do Panguila, o novo “Roque Santeiro”, começou perto das 7 da manhã de sábado, mas só duas horas e meia depois, chegámos ao local. O percurso entre a sede Municipal de Cacucaco até ao Panguila foi feito em 30 minutos. O trabalho de terraplanagem que visa o alargamento da estrada nacional que vai dar ao Bengo é a razão da marcha lenta. Depois do marco histórico, o trânsito é feito de forma fluida. Por isso, só chegámos ao mercado quando eram 9 horas e 30 minutos. A tempo de ouvir o roboteiro Pinto João que também estava a entrar no mercado, depois de ter levado uma carga até à paragem de táxis, a pedido de um cliente, a lamentar-se: “Aqui o trabalho está mal. No Roque era melhor. Por dia, levava dois mil kwanzas para casa. Agora nem se quer consigo ter mil”. A comparação com o “Roque Santeiro” é inevitável. O transportador de carga acha que muita gente prefere ficar pelos mercados pequenos nas zonas do Kikolo e Viana, evitando o Panguila, devido à distância.

Um grupo de jovens, vendedor de roupa, também partilha da mesma opinião. Albano Domingos Lemos é um deles. Numa linguagem ‘terra - a - terra’, começa por se queixar que “as vendas aqui está “gato”. “As vendas não estão conforme esperávamos. Não está a dar para fazer nada, é só perdas”. Fazendo uma comparação com o antigo Roque e o mercado do Panguila, Albano Lemos não avança valores, mas sim o número de peças: no Roque, podia vender 13 camisas e 1S calças, ao passo que, no Panguila, vende apenas duas calças por dia, números que, obviamente, colocam o negócio em risco. “O dinheiro tem servido apenas para comer e apanhar táxi”. Apesar da situação crítica, Albano Lemos mantém intenções de continuar por aqui, pois não encontra outra solução que não seja manter o negócio, na esperança de um dia as vendas melhorarem.

Também o vendedor da secção de roupa do mercado do Panguila, Geovane António, não tem dúvidas em considerar que as vendas “estão péssimas”, dizendo mesmo que não há comparação com o Roque Santeiro. “No Roque podíamos vender até 200 mil kwanzas por dia, mas agora para vender até três mil é muito difícil”. Para ele, o facto de o Panguila ser uma zona pouco habitada está na base da falta de clientes, assim como aponta a existência de vários mercados, ao longo do percurso que vai dar ao local como uma das causas. São os casos, por exemplo, do mercado do Kikolo, que também acolhe

muitos antigos vendedores do extinto Roque Santeiro. “Algumas

pessoas apontam a estrada como motivo para falta de clientes, mas não concordo porque a zona onde estava o Roque também conhecia muito engarrafamento, mas até às 9 horas tínhamos muitos clientes. O grande problema é mesmo a falta de habitação”. Mesmo com essas dificuldades, Geovane António tem de continuar no Panguila porque precisa de “manter o sustento da família”

À espera de melhores dias

Manuel Salomão “Kimbuto” vende calçado no Panguila e também sente, todos os dias, a inércia do mercado: “não temos clientes. Antes, vendíamos até 70 mil kwanzas por dia, mas agora nem mesmo 10 mil conseguimos”. Nestes três meses que está aqui, houve um mês em que só vendeu um par de sapatos. “Kimbuto” responsabiliza “o mau estado da estrada” que dá acesso à comuna do Panguila como estando na base da falta de clientes. Contudo, ainda espera pela conclusão da via para ver se a situação melhora. “Antes de nos terem tirado do Roque deveriam recuperar a estrada. Muita gente vive distante e não consegue deslocar-se até aqui para fazer compras. É por esta razão e outras que não temos clientes”, afirmou, tendo sublinhado que o dinheiro das vendas serve apenas para pagar o táxi e a alimentação. Rufino Chikulo é outro comerciante descontente. Mas mostra-se esperançado por dias melhores em função dos trabalhos de alargamento da via em curso.

“O engarrafamento começa na vila. Da vila até Kifangondo fazem-se duas horas, isso nos dias críticos”. No entanto, disse esperar que até Janeiro o quadro mude para melhor: “antes as pessoas saíam de todas as partes de Luanda para irem ao Roque, o que não é possível agora. Por exemplo, há pessoas que se deslocavam da Samba para o Roque só para comprar um par de sapatos, o que não acontece agora”.

Vendedores abandonam bancadas

Na zona do comércio interno, a situação é idêntica. Uma das vítimas do mau negócio é a jovem Júlia Adão que, tal como os seus colegas, concorda que a venda está baixa no Panguila. “Claro que vendíamos mais no antigo mercado. Aqui as coisas estão mal”. “Está duro”, foi com esta frase que a vendedora Domingas Manuel da Cruz resume o estado das vendas, que se dedica à venda de detergentes: “às vezes não vendemos nem sequer um pacote de uma barra de sabão ou um pacote de Orno. Se fosse no Roque venderia mais de uma caixa”.

Moradora do bairro da Vidrul, Domingas Manuel garante que, para conseguir, pelo menos, mil kwanzas, é obrigada a fazer venda ambulante no interior do mercado. “Há dias em que para termos dinheiro para

apanhar táxi somos obrigadas a pedir empréstimo nas outras colegas”.

Nas naves, onde são vendidos produtos do comércio interno podem ser vistas muitas clareiras resultado de bancadas desocupadas. O Semanário Económico apurou, junto das vendedoras, que muita gente já abandonou o local por falta de clientes, contrastando com o movimento que antecedeu a abertura do mercado, caracterizado por uma grande disputa por uma bancada. “Existem mais de 100 lugares vagos. As pessoas não querem mais voltar”.

Mais uma vez, a estrada foi apontada como a base da falta de clientela. No entanto, outra vendedora, Ana Bela, reconhece haver “melhorias no mercado” comparativamente ao Roque Santeiro. “Aqui estamos melhor acomodados”, lamentando apenas a falta de clientes. Tal como outros colegas, também ela acredita que as coisas possam melhorar, logo que acabem as obras nas vias de acesso, sobretudo no troço da vila de Cacucão ao Panguila.

Sérgio Tana é vendedor de acessórios para telefones móveis. No Roque Santeiro chegava a ganhar, às terças-feiras, como primeiro dia de vendas, 60 dólares número que está longe de ser conseguido no Panguila. “Há dias que vendia 200 dólares. Pela manhã, conseguia, no mínimo, ter 100 dólares, são quase 10 horas e não vendi ainda nada”, lamentou.

Ao lado de Sérgio Tana, outra vendedora, Joana Nsimba, trazia outras contas: “o Roque foi transformado em oito, alguns vendedores para Viana, Kikolo, até nos bairros e bicos existem vendedores do antigo Roque Santeiro”.

Não muito distante de Joana Nsimba, está Pedro Vicente, que se dedica à venda de aparelhos de som. Também ele tem saudades dos negócios do Roque, em que chegava a vender cinco aparelhos levava, para casa, um mínimo de 50 mil kwanzas. Mas mantém esperanças: “o mercado está bom, vai faltando clientes, por dia consigo vender apenas cinco a três mil kwanzas, mas vamos esperar pela melhoria da estrada que está a ser reabilitada”.

Na zona dos “frescos”, o cenário é também desolador, tal como nos outros sectores: num espaço reservado para mais de 500 pessoas pedem ser contabilizadas menos de 100. Neste sábado, poucos comerciantes têm interesse no mercado. “As vendas estão mal. Hoje sábado seria o dia de grandes vendas (dikomba). Podíamos vender mais de 10 caixas. Agora vender uma caixa é um grande sacrifício”, disse Vitória António, vendedora de carne. Além da ausência de clientes, os vendedores ainda se debatem com a hora de encerramento decretada pela

direcção: 16 horas. Consideram ser “cedo”, porque é a essa hora que se registava o maior número de clientes que procuram os produtos alimentares.

Apesar do negócio ter caído, também Vitória António reconhece que os vendedores ganharam um lugar com “melhores condições” de sanidade e protegido do sol e das chuvas.

“Com a estrada boa podemos ganhar alguns clientes”, admitiu, mas prontamente contrariada por uma colega que defende a retirada do mercado informal do Kikolo. “Sem tirar o Kikolo, tenho dúvidas”, manifestou outra vendedora, que lembra que muitos mercados foram reforçados depois da extinção do Roque, como é o caso do Poubinha e são esses que “travam” os clientes.

No Panguila, quatro navios estão reservados aos ‘frescos’, onde se incluem o peixe, carne abatida, ovos e frangos. “Estão todas as desistir. Não sei como manter o meu negócio, mas vamos pedir a bênção do Senhor para que tudo corra bem. Se o Senhor não olhar para nós não sei o que será”, lamenta Vitória António.

Ainda na venda de carnes, outra vendedora, Yeta dos Santos, recorda-se de comercializar no ‘Roque’ produtos que lhe rendiam 200 mil kwanzas. Aqui, prefere passar pelas vendas apenas uma ou duas vezes por semana” que rejeita aderir, como muitos fizeram, à venda ambulante por ser hipertensa.

Administração “encerrada”

Apesar das tentativas do SE, não foi possível ouvir a administração do Panguila que, àquela hora, não tinha nenhum elemento no mercado.

3.2 Bancarização poderá atingir 20 por cento até 2012

Semanário Factual

De 04 11 de Dezembro de 2010

Segundo o governador do BNA, José Lima Massano, que falava no recente Fórum da Associação dos Bancos Comerciais de Angola (ABANC), “o BNA tem presente os esforços desenvolvidos pela banca nacional na expansão da sua rede comercial e na redução dos condicionamentos de acesso aos serviços e produtos bancários, embora persistam dificuldades de natureza organizativa, operacional e até mesmo logística”.

José Massano reconheceu o facto de a banca ter sido dos sectores que nos anos recentes mais desbravou caminho ao encontro das necessidades do mercado.

“Mas também é nossa convicção de que muito há por fazer. A taxa de população bancarizada ainda é baixa, está estimada em 11 por cento, e o nível de educação financeira também precisa de aumentar”, asseverou o governador do BNA.

Adiantou ainda que “é também por isso que procuramos desenvolver um sistema bancário financeiramente sólido e socialmente responsável. Até finais de 2012 gostaríamos de ver iniciativas bancárias em todos os municípios do país e estar muito próximo dos mil balcões. Nessa altura, também seria desejável atingirmos uma taxa de bancarização superior a 20 por cento da população”.

Indicou que “vamos manter a nossa atenção na formulação de políticas que promovam e premeiam a inovação e a competitividade no sistema bancário. Queremos um sistema de pagamentos mais eficiente, soluções de relacionamento mais equilibradas e acesso ao crédito menos caro mas mais seguro”. Destacou também que o Governo de Angola aprovou uma estratégia de desenvolvimento e consolidação do sistema financeiro que, em linhas gerais, procura assegurar o crescimento da banca em harmonia com as melhores práticas para o sector, conferindo maior confiança aos depositantes e dando maior sustentabilidade à função de afectação de recursos para o desenvolvimento do tecido empresarial. “Nesta senda, e do lado do BNA, foi já colocada em funcionamento a Central de Informação e Risco de Crédito, um instrumento ao alcance dos operadores bancários para reduzir o risco de crédito, conhecendo-se melhor a capacidade de endividamento dos clientes e permitindo ajustar em baixa o factor risco na determinação da taxa de juro”, ajuntou.

Realçou a redução da taxa de redesconto e a introdução de facilidades permanentes de liquidez, despenalizando falhas pontuais de liquidez e conferindo maior segurança às operações em moeda nacional.

“As Casas de Câmbio têm também nova regulamentação, ficando mais clara a sua relação com o mercado e adoptando-se regras que visam alinhar a sua actuação aos princípios contidos na Lei Contra o Branqueamento de Capitais”, frisou o governador.

Segundo José Massano, “pensamos que a crise económica e financeira que perpassa os mercados à escala global impõe não só cautelas para a salvaguarda do sistema financeiro no seu todo, como deve igualmente inspirar e estimular o engenho criativo de todos os operadores para que, criando produtos, serviços e organizando instrumentos financeiros novos, inovando e aperfeiçoando os métodos de trabalho actuais, possam conquistar um número cada vez maior de utilizadores de serviços financeiros”.

Movicel investe mil milhões de dólares em quatro anos

Movicel investe mil milhões de dólares em quatro anos. A operadora de telefonia móvel, Movicel, estima investir até mil milhões de dólares em projectos de expansão, de modernização de serviços e de formação de quadros, nos próximos quatro anos. Segundo o director-geral da Movicel, Bento Lourenço, a operadora está a inves-

tir na manutenção da rede CDMA, no lançamento de sistemas modernos e produtos tecnológicos inovadores, assim como na formação de técnicos especializados.

Bento Lourenço, falava durante a cerimónia de lançamento, Segunda-feira, 29, do sistema GSM. Citado pela ANGOP destacou como tendo apostado na formação de recursos humanos como uma das principais estratégias da Movicel, visto que só com técnicos especializados e motivados a empresa pode rentabilizar o investimento que está a realizar.

O responsável frisou que em cerca de um ano a Movicel conseguiu antecipar os projectos que estavam programados para ser executados até ao final de 2012 e que o lançamento da rede GSM vai inverter o desequilíbrio que se verifica na estrutura do mercado das telecomunicações móveis no país.

Salienta que com o novo sistema GSM a Movicel coloca à disposição dos clientes um produto que permitirá maiores opções de escolha no mercado e o aumento da qualidade dos serviços.

3.3 Só 29 % da população tem conta bancária

Semanário A Capital

4 de Dezembro de 2010

No Fórum que contou a presença do governador do BNA, José Massano, do presidente e vice-presidente da ABANC, Armílcar Silva, entre outras figuras da vida financeira do país, foi destacada a relação entre a bancarização, a estrutura do sector bancário com a estabilidade e inclusão social.

Não se trata apenas de conseguir resolver os problemas de acesso ao crédito, mas também de o mercado dispor de estatísticas mais confiáveis e de incrementar o acesso a serviços bancários mais seguros, sublinhou uma assessora da Associação Industrial Angolana (AIA), M. Sampaio.

O novo titular do banco central realçou a conotação entre a melhoria da eficiência do sector financeiro e a eficácia dos instrumentos de política monetária. Trata-se de aumentar a taxa de bancarização, a inovação e a competitividade. Lima Massano, tal como as principais figuras dos círculos financeiros e bancários do país, reconhece a existência, actualmente, de um sistema de pagamentos mais eficiente e maior facilidade de acesso ao crédito. Um crédito que por agora ainda é caro.

A decisão da entrada em funcionamento da central de informação e risco de crédito com um alcance universal e um ajuste em baixa do risco das empresas, assim como a descida da taxa de redesconto, a despenalização das baixas de liquidez e a regulamentação da actividade

das casas de câmbio, figuram entre os desenvolvimentos positivos do sector.

Por seu turno, Arnaldo Magalhães, presidente da Associação de Bancos do Rio de Janeiro realçou importância dos sistemas financeiros com base das economias à escala global, com a quebra do mito de que a banca é só para os que têm posses. A bancarização, acrescentou, de quem que ser um processo de win-win (ganha-ganha) para todos os intervenientes, onde interagem os bancos, os cidadãos, os empresários, o poder público.

Na medida em que se chega ao limite dos “público-alvo” com as várias classes que interagem com a banca, o sector é chamado a colocar em prática a criatividade para atingir outros públicos, outros clientes. Um facto que o convidado ilustrou no caso brasileiro a com a abertura de produtos para constituição de previdência privada para as pessoas de menores posses.

Entre os factores que contribuem para o sucesso, o brasileiro Arnaldo Magalhães, destacou as inovações tecnológicas, o bom atendimento ao cliente, a redução de custos, agilidade nas operações e a criação de postos de bancarização através de redes com cobertura nacional tais como correios, serviços de telemóvel, ATM’S incluindo os modelos de self-service, supermercados, estações de comboio, terminais rodoviários, serviços bancários ambulantes exteriores e outros. Foi também referida a figura do correspondente bancário com um horário de serviço muito mais alargado que os tradicionais balcões dos bancos.

Mais pontos de negócio

Em resumo, para o aumento da bancarização toma-se necessário criar pontos de negócio e não apenas agências bancárias. A economista e professora universitária Marinela Amaral, do grupo técnico de trabalho da ABAN e teve oportunidade de apresentar dados do estudo conduzido pela ABAN em parceria com o BNA, a Marktest e a Universidade Lusófona salientou que percentagem entre o número de pessoas que possuem cartão multicaixa (considerando só as pessoas que têm depósitos) relativa ao total da população atinge os 11 %. Uma taxa que “quase duplica atingindo os 20% se tonar-se em consideração só a população adulta, maior de quinze anos. A percentagem do crédito relativa ao total do produto interno bruto atinge os 43%. Mas considerando apenas a relação com o PIE não-petrolífero atinge os 70%, apesar do contexto económico de crise.

Os dados de 2009, com algumas comparações relativas ao período 2006-2008, demonstram também que as preferências de liquidez foram diminuindo em 2009, evidenciando uma diminuição da pressão sobre o caixa dos bancos, traduzindo um aumento de confiança. Mas

o mapa da localização geográfica das agências bancárias considerando o universo de 20 bancos traduz uma dispersão dos serviços com uma evolução da concentração em 19% dos municípios de Angola significando 31 municípios do território total (163 municípios) para 46%, isto é 75 municípios.

No ranking da dispersão dos serviços bancários Luanda vem em primeiro lugar com 131 das 266 ATM’S, seguida de:

3.4 Administrador do Sambizanga protela data

Semanário Factual

De 11 à 18 de Dezembro de 2010

Mas, segundo garantiu ao Factual o administrador municipal do Sambizanga, José Tavares, todas as condições estão criadas para que os vendedores do mercado do Beato Salú, que se formou na década de 80, sejam transferidos para o novo espaço criado no mercado do São Paulo no dia 13 de Dezembro.

O responsável do município do Sambizanga apontou que as causas para o encerramento do mercado estão relacionadas com as condições precárias de higiene e de saneamento básico do local, bem como a situação preocupante de acomodação dos vendedores.

Num périplo realizado pelo Factual ao mercado do Beato Salú foi possível constatar a falta de saneamento básico na área referente ao mercado, bem como a ausência de higiene quanto ao manuseamento dos produtos e o seu armazenamento.

Outra situação que saltou à vista tem a ver com a existência de alguns prédios junto ao mercado, que têm o sistema de esgotos obstruído, o que tem causado um cheiro nauseabundo no local e a concentração de moscas que posteriormente pousam nos produtos com facilidade de deteriorar, como a carne e peixe, Visto que as condições não favorecem a prática de venda no local.

Paulo Cassule, um dos moradores da circunscrição, falou ao Factual que “eu concordo com a saída do mercado se foram criadas as condições para a mudança do mesmo. É melhor do que continuar nesta lástima, uma vez que, para além dos prédios que inundam parte do mercado com água estagnadas e nauseabundas, que arrastam consigo vermes que podem fazer mal a saúde, o mercado se torna deplorável quando chove, dada à mistura entre lamaçal, lixo e água podre, tornando o local impróprio para ser frequentado”.

A vendedora Fátima de Sousa, que trabalha no mercado há mais de cinco anos, afirmou que se sente feliz pela atitude tomada pelo administrador do Sambizanga, pois que o local não oferece condições de acomodação, como acontece com o novo espaço no mercado do São Paulo,

“Estamos prontos para sair, muito embora com saúde, mas é importante que estejamos num local com boa higiene”, sublinhou.

Segundo deu a conhecer o administrador José Tavares, em conversa com o Factual, o mercado do Beato Salú reúne mais de 100 vendedores. Para suprir a necessidade de lugares para a venda foi preparado no mercado de São Paulo um espaço para albergar cerca de 200 vendedores, no largo adjacente a esse mercado.

Para o administrador José Tavares, com criação do novo espaço no mercado de São Paulo não serão apenas beneficiadas as feirantes do mercado do Beato Salú mas também algumas vendedoras ambulantes.

José Tavares afirmou que esta medida serve também para salvaguardar o direito do consumidor, visto que no novo espaço do mercado de São Paulo o controlo dos produtos é rigoroso, facto que não acontecia no mercado do Beato Salú.

José Tavares fez saber que um dos objectivos de seu pelouro é acabar com a venda ambulante na sua área de jurisdição, criando espaços que ofereçam condições de acomodação, de saneamento básico e de higiene.

3.5 Proibida venda de produtos perecíveis

Jornal de Angola
8 de Dezembro 2010

A saúde pública tem sido colocada em risco, em certas localidades da província do Huambo, que albergam mercados informais, e a comercialização indevida de produtos perecíveis. Nesse contexto a Administração Municipal do Huambo, sai em defesa das populações - na sua maioria de renda modesta e muito pouco informada, sobre a qualidade dos produtos. “Para preservar a saúde pública, e pôr cobro à situação, ficou proibida, a comercialização de produtos perecíveis, como a carne, o peixe fresco, e hortícolas, no mercado informal da Quissala”, informou o administrador adjunto do Huambo, Joca Figueiredo.

Tendo assegurado que a medida visa preservar a qualidade dos produtos perecíveis, que os cidadãos consomem, o responsável administrativo, disse que a construção de um novo mercado, agora concluído na Quissala, vai permitir a comercialização, em boas condições aos produtos perecíveis. A decisão em construir novo mercado, visou igualmente prevenir e minimizar os casos de cólera, que têm afectado a província nos últimos anos, situação que agora encontra resposta - porque, segundo ele, “grande parte das causas de cólera, tem origem na venda de bens alimentares sem nenhuma qualidade e, por vezes, em condições muito precárias”, assinalou.

Com capacidade para albergar mais de mil e quinhentos vendedores, o mercado da Quissala, dispõem de

câmaras, arcas, talhos onde podem ser conservados, todos os produtos perecíveis, em boas condições para o consumo humano. “Os perecíveis, passam a ser comercializados, a partir de terça-feira, no novo mercado da Quissala. Os fiscais vão tomar medidas, contra todos os que infringirem a medida”, sublinhou.

O administrador adjunto do Huambo, Joca Figueiredo, assegurou que os vendedores de produtos não perecíveis, vão por agora, continuar a comercializá-los no mercado informal - uma vez que, o mercado da Quissala foi construído no âmbito da reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild). O empreendimento inaugurado este ano no município do Huambo, está avaliado em 512 milhões de kwanzas. Comporta mais de mil bancadas, 11 lojas comerciais, sapatarias, alfaiatarias, pastelaria/padarias, peixaria, duas fábricas de gelo, três snack-bar, bem como uma farmácia.

3.6 Crianças trocam férias por trabalho de aluguer de botas

Novo Jornal
10 de Dezembro de 2010

POR CAUSA DAS FORTES chuva que têm caído sobre Luanda nos últimos dias, no bairro da Cuca município do Cazenga, algumas crianças com idades compreendidas dos oito aos 13 anos, aproveitam-se da lagoa criada - pelo aguaceiro para fazer negócio de aluguer de botas para quem quiser atravessar de um lado para o outro, cobrando a quantia de 50 kwanzas por viagem.

Apesar dos enormes risco que correm por estarem na rua às 5h00 da madrugada, os petizes garantiram que os esforços são válidos, porque com o dinheiro arrecadado com o aluguer das botas conseguem ajudar as mães no consumo da casa. São cerca de 20 crianças que se dedicam a este tipo de negócio. O Novo Jornal teve uma breve conversa com os mini-empresários, que se apelidam de “botoeiros”. Eles alegaram estar muito satisfeitos e orgulhosos por poder ajudar a família durante este período de férias.

Segundo o pequeno José, de oito anos, para conseguir levar diariamente para casa seis mil kwanzas, acorda às 5h00 da manhã e sai do 10cal do trabalho” às 10h00 da noite. “Com o dinheiro que ganho aqui dá para fazer muita coisa como, comprar a minha roupa e material didáctico para o próximo ano.

José Capita disse também que a sua mãe nunca se opôs à sua nova profissão. “Ela não me diz nada”, garantiu. Freitas Agostinho disse que acorda às 5h30. Como o seu companheiro, ele também leva todos os dias no bolso cerca de seis mil kwanzas. A sua mãe nunca ralhou com

ele por trocar as férias pelo trabalho. “Com o valor que ganho aqui comprei uma bicicleta para mim e também roupa”, revelou o pequeno, de 10 anos.

Para Fernando Domingos, o dinheiro que ele arrecada com o aluguer das botas compra alguns brinquedos e calçados. O menino, que frequenta a 4a classe disse também que gosta do que faz e não sente vergonha por ganhar dinheiro honestamente.

O mais velho do grupo, António Marcelino, de 13 anos, garantiu que acorda às 4h00 da manhã e volta para casa às 22h00.

Quem não tem tanta sorte e não consegue levar para casa todos os dias seis mil kwanzas é Paulo Barbosa, de oito anos, porque, segundo ele, depende do dia. “Há dias em que levo apenas dois mil kwanzas, mas dá para alguma coisa”.

Idalino Soares, de 10 anos, esclareceu que foi a sua mãe quem lhe comprou as botas de chuva para trabalhar e poder ajudá-la nas despesas da família. “Foi a minha mãe que me deu as botas. O dinheiro que ganho aqui é para todos de casa”, frisou, acrescentando que o dinheiro que consegue diariamente faz com que não se deitem a fome, porque o negócio da mãe não rende.

Maria Albertina é moradora do referido bairro. Segundo ela, o trabalho das crianças é louvável. “Apesar deles serem crianças, acho que é uma iniciativa de louvar, em vez de se tornarem gatunos eles optaram por encontrar uma maneira de sustentar os seus vícios”, rematou, acrescentando que os petizes têm feito “um excelente trabalho”.

“Se não fosse esses miúdos, iríamos pisar nessa água podre, fico feliz por eles terem esse tipo de iniciativa. Enquanto os mais velhos ficam só a olhar, estas crianças partiram para um grande objectivo”, defendeu Mateus Pedro, quando calçava as botas alugadas.

Carla Jordão é vendedora do mercado adjacente à lagoa. Ela admitiu que os esforços feitos por aquelas crianças é uma maneira que encontraram de ajudar a solucionar os problemas que aquele bairro vive na época chuvosa. “O único problema é que elas são crianças e acordam muito cedo, senão não há crise”.

Os meninos estão preocupados, porque em Luanda não chove há já alguns dias e eles vêem o seu negócio por um fio.

3.7 Proíbe venda de produtos perecíveis no mercado informal da Quissala

O Independente

11 de Dezembro de 2010

A comercialização de produtos perecíveis como carne, peixe fresco e hortícolas, no mercado informal da Quissala, foi proibida pela administração municipal do

Huambo, para a preservar a saúde pública nesta circunscrição facto foi anunciado pelo administrador adjunto do Huambo, Joca Figueiredo, tendo assegurado que a medida visa melhorar a qualidade de salubridade na aquisição de produtos perecíveis por parte dos cidadãos. De acordo com o administrador, o governo construiu um mercado que reúne condições para preservação e venda dos produtos perecíveis, para se evitar casos de cólera que têm afectado a província nos últimos anos e muitos deles são originados de venda de bens alimentares em condições precárias.

O mercado da Quissala com capacidade para albergar mais de mil 500 vendedores, dispõem de câmaras, arcas, talhos onde podem ser conservados todos os produtos perecíveis em boas condições para o consumo humano. “Todos produtos perecíveis passam a ser comercializado, a partir de terça-feira, no novo mercado da Quissala. Os fiscais vão tomar medidas a todos que infringirem a medida da administração local, que visa evitar várias doenças nas comunidades”, sublinhou.

O administrador adjunto do Huambo, Joca Figueiredo, assegurou que os vendedores de produtos não perecíveis vão continuar a comercializar no mercado informal até que o governo crie condições. O mercado da Quissala foi construído no quadro do programa do governo que visa melhorar a qualidade e conservação de produtos, no âmbito da reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild). O empreendimento, inaugurado este ano no município do Huambo, está avaliado em 512 milhões de kwanzas. Comporta mais de mil bancadas, 11 lojas comerciais, sapatarias, alfaiatarias, pastelaria padarias, peixaria, duas fábricas de gelo, três snackbar, bem como uma farmácia.

3.8 Multa de 72 mil kwanzas vira gasosa de oito mil

Novo Jornal

10 de Dezembro de 2010

UM MOTORISTA profissional, funcionário de uma empresa a operar em Angola, foi multado em 72 mil por alegada intenção de comprar um CD a um vendedor de rua.

A multa, passada por um dos quatro fiscais da Direcção Provincial dos Serviços de Fiscalização, afectos ao município da Ingombota, foi transformada em “gasosa”, no minuto a seguir ao preenchimento do documento de Contra-Fé.

Um dos colegas do fiscal que passou a multa negociou com o infractor, depois de lhe passar o número de telemóvel. Começou por lhe exigir metade do valor da multa, 36 mil kwanzas, mas acabou por aceitar apenas oito mil kwanzas.

“Assim que ele me passou a multa, perguntou-me se eu tinha 72 mil kwanzas. Eu respondi que não, que aquilo era o triplo do meu salário. Então, ele disse-me que me ia ajudar, para eu ir para casa e arranjar metade daquele valor. Deu-me o número do telemóvel dele e que lhe ligasse assim que tivesse o dinheiro”, relata Marcos Focosso.

O motorista ainda está incrédulo com o que lhe aconteceu. Estava parado no trânsito, no dia 16 de Novembro, quando um vendedor de CD's o interpelou. “Pedi-lhe um CD para ver e um grupo de quatro ou cinco fiscais chegou, prendeu o vendedor e apreendeu os documentos do meu carro”, recorda.

“Eles disseram que deviam passar uma multa no valor de 100 mil kwanzas, mas como eu era do Uíge, província de onde um deles também era natural, iam facilitar-me a vida e passar uma multa de 72 mil kwanzas”, acrescenta Marcos, exibindo uma cópia do auto de Contra-Fé. No documento, assinado por Rui Miguel Cahava, está escrito, a caneta, que a importância de 72 mil kwanzas é proveniente da multa que foi imposta por infracção de “Postura nº 1 Aquisição de bens na via pública combi - Art-7 n01”.

Assim que um dos agentes da fiscalização dá o mote para negociar a “gasosa” diz ao agente que assina a Contra-Fé para riscar os números das contas bancárias, em dólares e em kwanzas, que constam no documento e onde a quantia da multa deve ser depositada no prazo de 72 horas a contar da data da transgressão.

“Liguei-lhe na tarde desse dia e disse que só tinha conseguido cinco mil kwanzas e ele respondeu que essa quantia não dava para dividir por todos. Eu implorei, mas ele não quis saber. Disse que eles são controlados pelo bloco das multas e que o chefe também lhe ia pedir a comissão”, afirma Marcos Focosso. O fiscal, de nome Fernando, acabou por aceitar oito mil kwanzas. I.C.8.

3.9 Serviços de mototaxi garante emprego à juventude

Jornal de Angola

13 de Dezembro de 2010

Devido à falta de emprego no mercado formal, João Manuel Agostinho, de 27 anos, optou pela lavagem de viaturas na via pública rua. Conta que começou a lavar os carros dos vizinhos, no Cazenga, a troco de 500 kwanzas por carro. Com o tempo, sentiu que o negócio estava a render pouco e arranjou um carro de mão para transportar mercadorias no mercado do Quilómetro 30, em Viana.

João Manuel Agostinho queria, a todo o custo, mudar de vida, por isso poupava dinheiro para comprar uma

motorizada, pois ambicionava fazer serviço de moto-táxi. Há três anos as suas poupanças permitiram-lhe comprar uma motorizada e começou a actividade de moto táxi, transportando pessoas de porta em porta no perímetro compreendido entre a zona das salinas e o interior do bairro do Cacucaco, Panguila, Vidrul e Cimangola.

Aprendeu a conduzir a motorizada por intermédio de um amigo. Com o tempo sentiu necessidade de aprender o Código de Estrada, inscrevendo-se na Escola de Condução de Motorizadas da Amotrang. Aprendeu as regras do Código de Estrada e, actualmente, tem carta de condução que o habilita a conduzir e está muito satisfeito.

Afirma que desde que passou pela escola de condução de motorizadas da Amotrang nunca mais teve acidentes e usa o capacete de protecção.

“Antes tinha muitos acidentes, mas desde que aprendi as regras evito desastres na via pública”.

Escola de condução

Garcia Pedro, de 21 anos, conhece todos os sinais de trânsito afixados no quadro da Escola de Condução Amotrang.

Garcia Pedro inscreveu-se na escola de condução para concretizar um desejo antigo, que é ser motorista. Afirma que a escola tem bons professores e condições para aprender as regras de trânsito. “Quanto tirar a carta de condução, posso conduzir motorizadas e carros”.

Garcia Pedro afirma que os jovens com carta de condução conduzem motorizadas sem problemas, levando e trazendo passageiros com toda a normalidade.

Frederico Huambo, 46 anos, dirige núcleo da Associação dos Motoqueiros e Carregadores de Angola (AMOTRANG), na comuna do Quicolo, composto por mais de 400 motoqueiros. Desmobilizado das Forças Armadas Angolanas, recua no tempo e afirma que consegue sustentar a família, pagar propinas dos filhos, fazendo táxi com motorizada.

Desempregado, com mulher e filhos, para dar de à família, começou por trabalhar em mercados com um carro de mão. Hoje, além de fazer serviço de táxi, também lidera um grupo de filiados na Amotrang. Dirige encontros de esclarecimentos aos filiados, aconselha-os a entrarem para a escola de condução para obtenção de conhecimentos sobre legislação rodoviária e a legalização da motorizada.

Tem igualmente como tarefa mobilizar os mototaxistas no sentido de usarem o capacete de protecção e optarem

por uma condução responsável, onde a prudência tem sido a grande batalha.

Afirma que boa parte dos motoqueiros, principalmente os filiados, aceitam os conselhos que, em companhia do seu grupo de trabalho, faz questão de fornecer. Mas reconhece que um número reduzido de mototaxistas ainda teima em desrespeitar o Código de Estrada.

Garantia de trabalho

Há muitos jovens a exercer a actividade de mototáxi para sustentarem a família ou pagar a escola, serviços de saúde e a renda de casa. E a realidade vivida por Joaquim Hebo Calambo, de 37 anos. Disse à reportagem do Jornal de Angola que se levanta às cinco da manhã e só depois das 18 horas é que encosta a motorizada em casa do proprietário, a quem entrega os valores arrecadados. Cada viagem custa 100 kwanzas, dependendo da distância. Há rotas que, devido à distância, o preço aumenta mediante pré acordo com o passageiro.

Pai de cinco filhos, afirma que diariamente deve apresentar ao patrão o valor de 2.500 kwanzas, valor que nem sempre consegue fazer devido à concorrência de outras motorizadas.

A motorizada de Joaquim Calambo, uma Yamaha, apresenta sinais de cansaço e está a pedir reforma. Mas Joaquim Ebo Calambo faz tudo para manter a moto em condições de transportar pessoas. “Gostava de ter uma motorizada nova, mas como dizem os mais sábios, quem não tem cão caça com gato”.

Há cinco anos a trabalhar como mototaxista, tem a motorizada documentada, mas o facto de ainda não possuir carta de condução deixa-o inquieto. Apesar de não frequentar uma escola de condução, afirma que tem um do Código de Estrada. “Estou a tratar da documentação para, em Janeiro, entrar para uma escola de condução de motorizadas da Amotrang”, sublinhou o jovem.

Felisberto Carruagem tem 18 anos e é estudante. O dinheiro que ganha na actividade de moto táxi investe na sua formação académica. Afirma que antes de enveredar pela profissão fazia parte de um grupo de marginais. Com o tempo percebeu que não era justo o que fazia e a convite de um primo começou a realizar actividade de taxista e jura que jamais voltou a roubar. “A motorizada é o meu emprego, mas penso fazer um curso de serralharia e montar o meu próprio negócio”, afirma.

Surgimento da associação

Quem deseja ser um grande médico é António Inácio, de 28 anos. Pai de uma filha, frequenta a 128 classe e está determinado a concretizar o seu sonho. Trabalha

para pagar propinas e com o tempo pretende mudar de actividade.

“Gostava de trabalhar numa empresa que me garantisse um salário mensal e dispor de mais tempo para estudar. “Por vezes, como tenho de completar a conta do patrão, sou obrigado a largar tarde e isso prejudica-me”.

A Amotrang é a Associação de Motoqueiros Transportadores de Angola e tem mais de oito anos de existência. Surgiu por altura da desmobilização de muitos soldados da FAA que, como forma de sobrevivência, começaram a transportar cargas em carros de mão. Posteriormente, com o dinheiro que receberam das Forças Armadas Angolanas, muitos adquiriram motorizadas para realizarem actividade de mototáxi.

Segundo João Amaral dos Santos, delegado provincial da Amotrang em Luanda, o aparecimento da associação foi promovido pelo antigo administrador municipal do Cacucaco, Agostinho Miguel Lima, que queria ver os motoqueiros organizados.

A Amotrang tem duas escolas de condução, no Cacucaco e Mulenvos, onde os motoqueiros aprendem as normas do Código de Estrada.

João Amaral dos Santos revela que os seus filiados, depois de frequentarem a escola de condução, são submetidos a exame para obterem a carta de condução.

“Queremos que as administrações municipais nos concedam um espaço onde pretendemos criar uma escola de alfabetização, uma escola de condução e um centro de formação profissional, para ministrar cursos de mecânica, bate-chapa e pintura aos motoqueiros”, sublinhou João Amaral dos Santos.

Actualmente, a associação está empenhada na abertura.

Número

A Amotrang tem inscritos mais de 17 mil membros, 3.770 dos quais na comuna da Funda, 920 na zona do Panguila e 2.880 no Cacucaco. João Amaral dos Santos afirma que, na comuna do Quicolo, a associação tem 3.720 motoqueiros, Viana 5.800 e Cazenga 780.

Actualmente estão inscritos mais de mil membros para frequentarem a escola de condução, mas deste número boa parte tem faltado às aulas para ir trabalhar, situação que deixa descontente João Amaral dos Santos.

“É necessário que a sensibilização continue, porque o objectivo é prevenir acidentes e legalizar as motorizadas. O ciclo formativo começa às sete horas da manhã e estende-se até às 18 horas, cabendo ao candidato a escolha do horário”, disse João Amaral dos Santos. Revelou ainda que muitos motoqueiros ainda não estão inscritos na associação. Compram as motos e estão a conduzir.

Aulas de Alfabetização

O trabalho desenvolvido pela associação está igualmente virada para a vertente da alfabetização, porque um número considerável de cidadãos que conduzem motorizadas não sabe ler nem escrever. “Alguns motoqueiros já experientes dão aulas de alfabetização a outros colegas. O núcleo do Quicolo alfabetiza mais de 100 jovens ao passo que o de Mulenvos ensina a ler e a escrever 180 cidadãos, entre mulheres e homens”.

As aulas são ministradas numa escola comparticipada, de tarde, altura em que já não há mais aula na escola de condução.

A Amotrang conseguiu um crédito, através do Banco Sol, que vai permitir a aquisição de 97 mil motorizadas na República Popular da China. Do acordo firmado com o banco, disse João Amaral dos Santos, consta igualmente a vinda a Angola de técnicos de mecânica, pintura e bate chapa para formarem quadros angolanos.

A importação das motos vai ser feita de forma faseada, chegam 100 motorizadas de cada vez que vão ser distribuídas aos sócios da Amotrang, que, além de possuírem conta bancária no Banco Sol, devem ter 70 por cento do valor da motorizada depositado no banco. O resto do valor é amortizado.

3.10 Vendedores satisfeitos com instalações

Jornal de Angola

14 de Dezembro de 2010

Os habitantes da cidade do Sumbe, capital da província do Kwanza-Sul, contam, desde o último fim-de-semana, com novo mercado municipal com capacidade para 800 vendedores, no quadro do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD).

O novo mercado, construído de raiz durante dois anos, para além das bancadas, tem lojas, armazéns, câmaras frigoríficas para conservação e congelação de perecíveis e hortícolas, creche, alfaiataria, sapataria, restaurantes, posto de socorro, padaria e pastelaria.

As transacções financeiras ficaram facilitadas, com a implantação de um balcão do Banco Sol e outro do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

O director provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, Luís Neto, afirmou que o processo de transferência do pessoal da antiga praça para o novo mercado ocorreu na base das orientações do Governo Provincial e quanto aos outros serviços obedeceram a concurso público promovido pelo Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à

População.

Sobre a situação dos vendedores que não tiveram lugar no novo mercado, Luís Neto anunciou que o Governo Provincial está a criar condições para acomodá-los dentro de um programa em curso.

A entrada em funcionamento do novo mercado municipal trouxe inúmeros benefícios aos comerciantes e clientes, destacando-se as excelentes condições no edifício e dos equipamentos. As vendedoras aplaudem a criação da creche no mercado, porque assim podem trabalhar à vontade porque sabem que os filhos estão bem cuidados. Rosalina António disse ao nosso jornal que, no passado, era uma dor de cabeça arranjar um sítio onde deixar as crianças. Muitas vendedoras andavam com elas às costas, enquanto trabalhavam para não ficarem desprotegidas ou serem maltratadas.

“Hoje já podemos trazer os nossos filhos para a creche e vendemos tranquilamente, sem pensar mais no filho pequeno que ficou em casa”, disse.

Rosalina António vendia legumes na antiga praça da feira, há mais de 15 anos. Foi contemplada com um lugar no novo mercado. Agora é a dona da bancada número 200. Está feliz com as condições que encontrou no mercado e lançou um apelo a todos os utentes para colaborarem com as autoridades na sua conservação.

No acto de inauguração, o governador provincial, Serafim do Prado, afirmou que o grande objectivo é criar condições condignas para a população: “por isso construímos o mercado para dar maior dignidade aos vendedores e qualidade aos clientes”.

Serafim do Prado anunciou que está prevista a inauguração e a construção de novos mercados nos municípios de Porto Amboim, Amboim (Gabela) e Cela (Wako Kungo) enquadrados no programa do Executivo que visa a melhoria de vida das populações.

3.11 Construção de entrepostos comerciais recomendada na província de Cabinda

Jornal de Angola

15 de Dezembro de 2010

A sétima sessão ordinária do conselho de Cabinda realizada, na segunda-feira, na capital da província, recomendou a construção de entrepostos comerciais nos principais mercados fronteiriços da região para facilitar a actividade comercial naquelas localidades.

O comunicado final do encontro refere que a construção de mercados, armazéns/entrepostos comerciais e de câmaras de frio nas principais fronteiras e nos municípios, comunas e localidades, com grande concentração populacional, vai permitir aos comerciantes da província contribuírem na redução da pobreza.

Os participantes analisaram também questões relacionadas com a celeridade e qualidade das obras de abertura de estradas no interior da província, permitindo ao governo adequar o sistema de melhoria da actividade comercial, criando redes de abastecimento.

O conselho recomendou maior atenção, por parte do sector da agricultura, na implementação de programas, cujo objectivo é a recuperação das principais unidades produtivas, com vista revalorização do coconote, óleo de palma, café e cacau. Os membros do conselho da província analisaram a situação do porto e das alfândegas, a modalidade de aproveitamento das estruturas existentes e de aplicabilidade do regime aduaneiro específico de Cabinda. Quanto ao apoio empresarial e investimento privado, o conselho decidiu aumentar o investimento nacional e estrangeiro para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento económico, a reconstrução nacional, a criação de emprego, a redução da pobreza e a formação de uma base empresarial e económica de alto nível controlada por gestores angolanos.

3.12 Beato Salú foi encerrado e vendedores transferidos

Jornal de Angola

15 de Dezembro de 2010

Mais de 200 vendedores do mercado Beato Salú, no Bairro Operário, em Luanda, foram transferidos para o mercado de São Paulo, por ordem da Administração Municipal. O mercado foi encerrado e as barracas estão a ser demolidas.

Em declarações à imprensa, o administrador da comuna do Bairro Operário, Tony Caldas, disse que o propósito é requalificar o local e vão ser criadas condições para a construção de edifícios e outros empreendimentos.

“Os espaços vão ser ocupados sempre na perspectiva de melhorar a qualidade de vida das populações”, disse o administrador comuna!. Tony Caldas pediu calma aos vendedores que ainda não têm a sua situação de transferência normalizada, acrescentando que é preocupação do Estado criar condições para que todos estejam enquadrados.

A transferência dos vendedores do Beato Salú para o mercado de São Paulo tinha sido anunciada para 5 de Dezembro passado, mas foi adiada por razões organizativas. O Jornal de Angola apurou que, no mercado de São Paulo, foram construídas centenas de bancadas de venda para os vendedores transferidos.

O encerramento do mercado informal Beato Salú deixou satisfeita a população que reside no Bairro Operário porque o espaço estava em constante degradação. Residente nas proximidades do mercado há mais de 30 anos, Pedro Nelas, embora tenha reconhecido a impor-

tância do mercado no quotidiano dos moradores, disse que o fim do mercado vai trazer maior dignidade à vida da população local, porque as péssimas condições de higiene do local vão desaparecer.

Apontou o lixo, o deficiente saneamento básico e as bancadas feitas de madeira e chapas como as principais características daquele espaço de vendas que descaracterizavam a área.

A vendedora Esperança Manuel, que herdou a bancada de uma irmã mais velha, nunca experimentou outro tipo de trabalho. Para ela, a transferência é bem-vinda, e apenas manifestou alguma preocupação com a concorrência das zungueiras que circundam o mercado São Paulo. O mercado Beato Salú foi criado há 23 anos.

3.13 Na mão do capital privado

O País

17 de Dezembro de 2010

Findo o idealismo também no domínio da produção do mais básico dos alimentos, o pão, experiências como Kaxicane e as suas pequenas réplicas pelo interior de Angola cederam o espaço à iniciativa privada.

À semelhança de outros negócios, quando o país se abriu à livre empresa no princípio da década de 90, foram sobretudo comerciantes chegados do estrangeiro - Próximo Oriente e Arábias - os primeiros a lançarem-se na panificação. libaneses, mauritanianos, egípcios, montaram dezenas de pequenas indústrias em Luanda e fora da capital, num movimento de conquista das cidades a partir da periferia.

Num ápice, o pão, que na escassez generalizada da economia do país monolítico era produto raro e ligado à triste imagem das grandes filas à madrugada, converteu-se num bem fácil, acessível e barato, numa espécie de resgate glorioso do seu papel bíblico de alimento essencial nos vários momentos da saga do homem sobre a Terra.

Nasceu ali a verdade, hoje apenas mito, de que “o negócio do pão é dominado pelos libaneses”, a universalização simplista e redutora para referir a ligação de cidadãos de origem árabe a este ou aquele segmento do mercado.

Muitos mais players

A AROSFRAM, um gigante da distribuição alimentar detido por cidadãos naturais do I.º Bano, foi efectivamente grande no negócio da panificação enquanto nele se manteve. Possuiu sete (7) padarias mas há cinco anos atrás desistiu. “Os roubos protagonizados pelos trabalhadores levaram-nos a mudar de planos. Praticamente os lucros eram divididos ao meio, de modo fraudulento, e não havia como continuar com o negócio”, diz a O PAÍS um executivo angolano da empresa.

No supermercado que a empresa tem na avenida Comandante Valódia, em Luanda, há contudo produ-

ção e venda de pão. “É uma actividade residual, quase caseira, que só serve para ajudar os nossos clientes. que assim não precisam de ir à procura do pão longe daqui”, explica o empresário. Na rápida passagem da reportagem de O PAÍS naquele estabelecimento, soube-se por intermédio de David Bendo Kiocamba, o gerente, que todos os dias são processados ali, no único forno existente, entre nove a dez sacos de 50kg. Produz-se o chamado “pão normal (cassete)”, vendido a 30 kwanzas; o pão para hambúrguer, a preço igual, e o pão de forma, que se comercializa a 200 kwanzas.

Consumada a desistência quase absoluta do gigante AROSFRAM e animados por vários indicadores e diversas leituras de mercado, numerosos nacionais, de modo individual ou unidos a parceiros, abraçaram o negócio do pão e ajudaram a mudar a paisagem.

Com a expansão dos conglomerados habitacionais à volta do casco metropolitano de Luanda, o pão acompanhou esse movimento e as pequenas indústrias foram-se espalhando, repetindo-se nesse percurso as histórias de sucesso, nuns casos, e de puro descalabro, noutros, como em toda a aventura do empreendedorismo.

No coração da cidade, casas de história consolidada como a padaria Uma, ao Maculusso, voltaram a agigantar-se e hoje, sozinha, ela é responsável pela injeção de seis mil pães cassete no mercado. Labora com 3 fornos, das 7 às 22 horas, em dois turnos.

O pão, como negócio, auto regulou-se e os seus preços estão, claramente, entre os mais estáveis do mercado. É mais fácil encontrar diferenças abismais na comercialização de produtos como a cerveja ou o refrigerante (vide a roubalheira na venda da Coca-Cola em texto de José Kaliengue, nesta edição) que no circuito de distribuição do pão. A unidade mais usual entre nós (cassete) pesa entre 180 a 220 gramas e custa entre 2S a 30 kwanzas. Essa mesma porção do mais importante produto extraído do trigo custa, em Portugal, três vezes mais, de acordo com consultas feitas por O PAÍS a fontes na capital lusa, Lisboa.

O impulso de mulher zungueira

Se é verdade que o negócio do pão liga-se de modo umbilical à concentração humana, sendo-lhe proporcional nos ritmos de comercialização, não deixa de ser certo que o momento presente fica a dever-se, em muito, à intervenção de uma figura que o imaginário de Angola lembrará ao longo dos tempos: a mulher zungueira.

Quase se pode dizer, na verdade, que só há rentabilidade do lado de quem produz pão por existirem as mulheres que adquirem o produto às centenas, diariamente, para o fazerem chegar o mais longe possível dos locais de fabrico. Os ganhos são altamente compensadores para essas revendedoras do asfalto e do areal adquirem o pão cassete a 17 kwanzas e revendem-no a 30, em média - e estabelece-se um pacto de cumplicidade que realimenta

o circuito: os donos das padarias precisam delas como os pulmões do oxigénio e as zungueiras precisam daqueles exactamente na mesma proporção.

O papel valioso das mulheres revendedoras entrelaça-se com a sobrevivência de milhares de operários e outros trabalhadores de recursos minguados, que cedo pela manhã saem de casa em busca do sustento e não podem sonhar com as refeições caras inacessíveis aos seus bolsos. A saída, para eles, são as porções generosas de “motorola”, pedaços de pão cassete recheadas de coxas de frango.

O triângulo produção-zungueiras-consumidor é de tal ordem estratégico e vital para o negócio que já há a operar no mercado unidades de panificação que se dão ao luxo de prescindir da venda ao cliente que quer a quantidade tradicional de pão para o consumo diário do núcleo familiar. O PAÍS, na demorada ronda que fez para perceber os circuitos do pão nosso de cada dia, esteve numa dessas casas, no enfiamento do bairro Marçal.

Ango- Barack é o sugestivo nome da padaria, propriedade do mauritaniano Abdul Raman e que é gerida pelo sudanês Mohamed Ibrahim. Ali o mínimo que se aceita vender são cinquenta pães, sendo por isso um negócio estruturado a pensar em exclusivo na mulher revendedora. São dezoito sacos de 50 kg que os trinta e dois trabalhadores transformam diariamente no único forno que equipa a Ango- Barack, de tecnologia turca. As revendedoras compram o pão a 17 kwanzas cada.

A farinha: cartéis?

Urna verdade de La Palisse entre nós, é esta: ou há farinha disponível e faz-se pão, ou não havendo farinha, fica-se sem pão.

Manter os níveis de segurança mínima da farinha no mercado constitui, por isso, assunto da mais alta pertinência política. É, claramente, um elemento de estratégia do Estado.

Na avaliação que O PAÍS fez ao mercado, apurámos que estão estabelecidos no terreno vários fornecedores e a quota principal tem o domínio de mercadores do Oriente Médio. Ou seja, como diz o povo, é um negócio “dominado pelos libaneses”.

Um saco de 50 kg de farinha é vendido em média por 3.750 kwanzas e de acordo com um conhecedor do circuito auscultado pelo nosso jornal, este preço representa uma subida que pode ser consequência directa da escassez de trigo no mercado internacional, sobretudo depois que a Federação Russa suspendeu as exportações.

Esse mesmo entendimento, que ganha a vida no mundo da panificação, lembrou que há seis meses o custo do saco estava fixado nos 2.600 kwanzas mas que o mês de Dezembro, a par da referida crise da “commodity” nos mercados, presta-se também a movimentos especulativos. Acredita, por isso, que em Janeiro/Fevereiro próximos, pode acontecer que o saco do deri-

vado do trigo possa baixar até aos 3 mil Kz.

PAÍs soube dessa fonte que já por uma vez, nos últimos anos, o mercado angolano se viu em situação de colapso, quando deixou de haver farinha nos circuitos de comercialização. Foi em 2007, em Dezembro, e as padarias, em larga escala, tiveram simplesmente de parar a produção. “Foi um desastre total, que espero nunca mais volte a acontecer”, disse, peremptório.

3. 14 Automobilistas menos afogados

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

QUEM, POR VIATURA, se movimentasse para a Petrangolou Cacucaco, usando como trajecto a rota que passa pelo mercado Roque Santeiro sente agora alguma calma naquela estrada que era agitada de Terça-feira à Domingo, tornando a vida dos condutores menos complicada. Siumara dos Reis, moradora do complexo de Eco-campo, em Cacucaco, confirma tal facto.

Aquela estudante do Colégio Alpega usa aquela via durante a semana e confessa que havia uma grande diferença entre o tráfego que se estava no tempo em que a praça estava ali instalada”. Das cinco horas da manhã até o pôr-do-sol, conta a interlocutora, a agitação não parava, num “entra e sai” de todos que acorriam àquele que já esteve entre os grandes mercados a céu aberto de África.

3.15 Cinzas de um óbito anunciado

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

CHÃO LAMACENTO num dia cinzento, com várias ruas intransitáveis como consequência das chuvas era o cenário que podia ser observado nos arredores do Roque que se habituava já a ter momentos de calma. A agitação característica daquele espaço “emigrou” para lugares incertos. Eram as ruas que circundavam o maior mercado a céu aberto que o país tinha, estando entre os maiores de África. As chamadas casas de processo, espaços destinados a conservação e armazenamento de bens comercializados no mercado, auxiliavam os vendedores a guardarem os seus produtos nas cercanias daquele grande centro de venda que, durante mais de vinte anos, fez parte do “modus vivendi” dos angolanos, sobretudo dos luandenses. A sua fama se estendeu para além das fronteiras de Angola, não só pela sua dimensão mas também por outros aspectos que tomavam aquele mercado num espaço que o levava na boca do povo, tais como a delinquência, prostituição e oportunismo de

outras pessoas pouco sinceras que se aproveitavam de compradores menos informados para fazerem das suas. “É uma vida que para além de deixar de fazer parte do nosso contexto, deixa também saudades e marcas indeléveis, ninguém vai tirar isso da nossa história de vida”, afirmou o mais velho Cardoso, natural do Kwanza-Sul. Aquele ancião, que saiu da sua terra natal para Luanda no irúcio dos anos 70, é proprietário de uma residência naquelas cercanias e, que teve de convertê-la em casa de processo. Confessa que a utilidade que o seu espaço tinha, proporcionava algum desafogo financeiro para a satisfação das suas necessidades.

o Kota Cardoso, como era tratado pelas pessoas que o conheciam, disse que “a vida nesta altura dá uma volta de noventa graus porque as coisas já não são como antes para quem vivia do Roque”. Segundo o seu desabafo, muita coisa mudou porque “nem tudo vai bem”. Da mesma opinião é o jovem Hossi, roboteiro que carregava de tudo um pouco, prestando serviços para clientes ou vendedores daquela praça. “Com a saída do mercado para outras «bandas», o rendimento baixou e temos que arranjar alternativas para levar algum dinheiro à casa no final do dia” disse.

Ruas que antes eram movimentadas com a agitação dos vendedores ambulantes, barracas adaptadas que vão dos comes e bebes às roupas de baixo custo compradas nos armazéns dos senegaleses e malianos para revenda já “inundavam” os arredores, mesmo antes de qualquer cliente chegar aos espaços principais onde os taxistas (que já lá não estão) faziam todo o tipo de rotas, ligando o imponente mercado as outras partes da capital. Zezito, morador da Terra Nova, taxista que sempre teve como eleição a rota Congolenses-Brigada-Roque, reconhece que, apesar de haver uma forte influência do desaparecimento nos seus interesses, afirma também que tal situação levou a que os passageiros tivessem outras rotas com maior afluência dos vulgos “candongueiros”.

O grande problema, acrescenta o automobilista, é que os engarrafamentos são o principal constrangimento dessas paragens que ganharam novos utentes.

“Pode parecer que não, mas o Roque influenciou muitas vidas. Mesmo quem não vivia directamente do Roque sente um pouco disso porque todas as franjas sociais paravam aqui, directa ou indirectamente, para adquirirem alguns bens”, ainda o mais velho Cardoso a falar das suas memórias, pensando no que fazer com a sua casa que deixou de ser de processo e que poderá alugar para outros fins

Os “doleiros”, como eram chamados no local as pessoas que faziam conversão de moeda, não se sabe o destino de muitos deles porque, o curso das coisas aponta que não terão espaço no Panguila, sob o risco de punição dos fiscais.

Para a Divisão da Polícia Nacional, que tem ao longo da Lueji Ankonda (estrada que liga o Roque a avenida

que dá ao mercado do S.Paulo) duas esquadras, a situação abrandou um pouco em termos de criminalidade, segundo um agente da unidade que fica á entrada do mercado, no sentido ascendente da baixa da cidade. A antiga 9a Esquadra tinha várias inquietações relativas a criminosos de vária do mercado.

Aquele polícia, não querendo ser identificado porque não competia a ele dar certas informações, disse ainda que é um virar de página na dinâmica de trabalho daquela unidade já que as queixas de crimes cometidos deram lugar a ocorrências de situações que acontecem nas zonas circundantes.

Enquanto exercia as funções de Oficial-Dia, o interlocutor disse ainda que a mesma situação se regista com os seus colegas da esquadra em frente ao mercado, de onde não foi possível colher alguma informação por alegada falta de autorização para falar à Imprensa. O que podemos notar é que apenas a noite a segurança é a dobrar, a vedação colocada a volta do espaço onde se instalava o mercado desaparecia na calada da noite.

3.16 Moradores estendem o percurso

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

“ANTES NÃO precisavamos de ir à linha férrea, onde existia um mercado para comprar as nossas coisas de casa ou de procurar as pracinhas” disse um morador da rua da Capela, uma das mais conhecidas no interior do Sambizanga, mais próximas daquele mercado. Julinho (como ele mesmo se identificou) disse que muitas vezes se sente na necessidade de ir até ao mercado do S.Paulo onde as coisas são, de certa forma mais caras porque os que lá vendem compravam produtos no grande mercado que era o Roque.

Para ele, a evacuação do Roque, embora seja benéfica em alguns aspectos, “parece um «after party» de um momento festivo pouco agradável para quem fazia daquilo a sua vida”, não só os vendedores como todas as outras pessoas que nela se confinavam ainda que por alguns momentos, apenas para comprar um saco de água ou um quilograma de fuba.

Para Fadi El Bachouti, de nacionalidade libanesa, a extinção do mercado é um mal necessário que trouxe prejuízos para muitos negócios, principalmente para os armazenistas, grupo do qual faz parte, tendo que fazer ‘Jogo de cintura’ para inverter a situação, direccionando os negócios para outros lugares, abrindo, inclusive, sociedade com donos de outros estabelecimentos para que o seu trabalho não ficasse parado.

3.17 Um espaço com mais de sete vidas...

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

DOMAISANTIGO ao mais novo vendedor do mercado do Roque, qualquer um podia ser entrevistado, mas era quase impossível porque afinal de contas era uma imensidão de pessoas que exerciam actividades naquele lugar que agora se tornou um terreno baldio e mais perigoso de se circular à noite, mesmo com a esquadra da Polícia por perto. Nenhum registo histórico existe sobre este centro informal de comércio que influenciou a dinâmica do mercado paralelo, muito menos se sabe do destino dado ao dinheiro que era recolhido aos vendedores pela administração, para pagamento de uma taxa diária. Até onde a nossa reportagem sabe é que, segundo informações recolhidas numa reportagem efectuada durante a existência do mercado, os valores eram dirigidos no final do dia para as instalações da Administração Municipal do Sambizanga.

Tal como a morte de um gato (mesmo tendo sete vidas), o Roque acabou por ter a história do antigo mercado da Calemba em finais dos anos 80, arredores da Tourada, no município da Maianga. Os vendedores daquela praça “emigraram” para lá porque alí seria construído o Palácio da Cultura, obra que não passou de uma promessa.

Desta forma, o mercado foi se agigantando em forma e dimensão, fazendo fronteiras com as ravinas das barrocas que dão para o bairro da Boavista.

O que circulava sobre o mercado era a delinquência e o facto de se encontrar tudo ou quase tudo, acompanhando um pouco da evolução tecnológica que a sociedade angolana registava porque até um telemóvel encontrava solução em caso de avaria. Depois de muitos anúncios de evacuação, entre promessas de melhoria na década de 90, com a construção de um muro que não foi concluído, o Roque Santeiro, nome inspirado numa novela brasileira exibida pela TPA, foi banido, para alegria de uns que pensam na requalificação do Sambizanga e tristeza de outros que não sabem como sustentar as suas famílias porque de lá vinha o seu ganha-pão.

A notícia não caiu bem a muitos que são agora, por via das circunstâncias, obrigados a venderem no novo mercado do panguila mas o espaço não corresponde a quantidade de vendedores.

3.18 Um espaço com mais de sete vidas

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

DOMAISANTIGO ao mais novo vendedor do mercado do Roque, qualquer um podia ser entrevistado, mas era quase impossível porque afinal de contas era uma imen-

sidão de pessoas que exerciam actividades naquele lugar que agora se tornou um terreno baldio e mais perigoso de se circular à noite, mesmo com a esquadra da Polícia por perto. Nenhum registo histórico existe sobre este centro informal de comércio que influenciou a dinâmica do mercado paralelo, muito menos se sabe do destino dado ao dinheiro que era recolhido aos vendedores pela administração, para pagamento de uma taxa diária.

Até onde a nossa reportagem sabe é que, segundo informações recolhidas numa reportagem efectuada durante a existência do mercado, os valores eram dirigidos no final do dia para as instalações da Administração Municipal do Sambizanga.

Tal como a morte de um gato (mesmo tendo sete vidas), o Roque acabou por ter a história do antigo mercado da Calemba em finais dos anos 80, arredores da Tourada, no município da Maianga. Os vendedores daquela praça “emigraram” para lá porque ali seria construído o Palácio da Cultura, obra que não passou de uma promessa.

Desta forma, o mercado foi se agigantando em forma e dimensão, fazendo fronteiras com as ravinas das barrocas que dão para o bairro da Boavista.

O que circulava sobre o mercado era a delinquência e o facto de se encontrar tudo ou quase tudo, acompanhando um pouco da evolução tecnológica que a sociedade angolana registava porque até um telemóvel encontrava solução em caso de avaria. Depois de muitos anúncios de evacuação, entre promessas de melhoria na década de 90, com a construção de um muro que não foi concluído, o Roque Santeiro, nome inspirado numa novela brasileira exibida pela TPA, foi banido, para alegria de uns que pensam na requalificação do Sambizanga e tristeza de outros que não sabem como sustentar as suas famílias porque de lá vinha o seu ganha-pão.

A notícia não caiu bem a muitos que são agora, por via das circunstâncias, obrigados a venderem no novo mercado do Panguila mas o espaço não corresponde a quantidade de vendedores.

3.19 “Quando vejo um polícia sinto medo e muita raiva”

Angolense

De 18 à 25 de Dezembro de 2010

Domingas Gomes, vendedora que foi alvejada por um agente da polícia no dia 23 de Novembro de, no São Paulo, em entrevista exclusiva ao Angolense (a 08 de Dezembro de 2010), que o agente da Polícia Nacional primeiro bateu nela e, por ela ter reclamado da agressão, fez um disparo que a atingiu. Mingota, como é carinhosamente tratada pelos ses familiares, disse que hoje, para andar, tem que ser ajudada por alguém, o que a impede

de voltar ao trabalho. Tem duas filhas e uma sobrinha soa a sua responsabilidade e nesta altura não tem como sustentá-las. Da Polícia Nacional, onde funciona o policial que a atingiu, diz que não recebeu qualquer apoio.

Angolense (ANG): *Há quanto tempo trabalha como vendedora?*

Domingas Gomes D.G.: O meu nome é Domingas Gomes, tenho vinte e cinco anos, sou mãe de duas meninas, mas também tenho uma sobrinha sob a minha responsabilidade. Vendo há nove anos, comecei quando tinha dezasseis anos, normalmente vendo calçados.

ANG: *Sabia que é proibida a venda ambulante nas imediações do mercado do São Paulo?*

D.G.: Sabia, mas não tive escolha, porque não tenho lugar em nenhum mercado para vender, aqui, para se conseguir lugar, temos que pagar e eu não tenho dinheiro, o pouco que consegui só chegava para fazer o negócio. Sou separada e tenho que cuidar do sustento das minhas filhas, por isso me arrisquei.

ANG: Sabemos que no dia 23 de Novembro deste ano foi alvejada por um agente da polícia. Como tudo aconteceu?

D.G.: Nesse dia ia para o São Paulo vender, como era habitual, as oito horas da manhã comprei duas caixas de calçado, junto com a minha prima e começamos a vender. Passaram dois agentes da polícia, quando eram quinze horas, nós fugimos. Depois de algum tempo apareceu um agente da polícia com um pau na mão, voltamos a fugir, pensamos que ele estava a vir para correr connosco, fugimos, eu fiquei no outro lado, ao lado das bombas. As minhas colegas voltaram ao seu lugar, eu estava destruída, a olhar ao redor, então o agente da polícia veio em minha direcção, sem eu me aperceber. As minhas colegas quando viram o agente da polícia vinha na minha direcção gritaram: “Mingota, olha a frente!”, assim que virei ele me bateu com o pau no braço direito, eu lhe disse: “não te fiz nada, como é que você está a me bater?”, ele me disse cala boca, mas voltei a perguntar porquê que ele estava a me bater, ele voltou a me outro pau do braço direito, quando voltei a perguntar porque ele me batia e ele me deu com outro pau no braço esquerdo.

ANG: *As suas colegas reagiram?*

D.G.: Elas viram que era demais, eu estava a apanhar e não estava a me defender, começaram a critica-lo. A minha prima, a Avozinha, que vende lá comigo, aproximou-se e lhe disse: “estás a bater assim porquê, não sabes que bater na mulher do outro é crime, mesmo sendo polícia?” Ele mandou a prima calar a boca e lhe deu também com um pau do rosto, chegou a ferir a minha prima, ao lado do olho direito. Ela reclamou, nesse momento ele pegou a pistola, como estávamos junto

dele, pensamos que ele só puxou para ameaçar, a minha prima correu, ele virou para o -meu lado e disparou contra o meu pé direito, eu cai, as colegas gritaram para a minha prima: “a Mingota apanhou tiro”, ela virou, se aproximou do agente e a disse ao agente: “vê o que você fez”, o agente levou a mão para a cabeça, a minha prima pediu que me levassem disse pega nela e lhe leva para o hospital. As colegas pegaram nos panos que nós colocamos o negócio e amarraram no meu pé, porque estava a sangrar muito, estava estendida no chão.

ANG: *O agente levou-lhe ao hospital?*

D.G.: Não. Ele me arrastou até a esquadra móvel deles, como viu que a população o seguia, disparou o segundo tiro no ar. A população fugiu, ele continuou a arrastar -me, quando viu a população a seguir novamente, ele deixou-me no chão e fugiu, depois já não sei o que aconteceu, porque desmaiei.

ANG: *Quando acordou?*

D.G.: Quando acordei estava dentro de um carro e caminhávamos para o hospital.

Perguntei a minha prima quem me tinha levado para ali, ela disse-me que foi o agente regulador de trânsito que mandou parar o carro para me levar ao hospital.

ANG: *Foi atendida em que hospital?*

D.G.: Recebi os primeiros socorros no Hospital Militar, depois, quando eram vinte horas encaminharam-me para o Maria Pia, lá fiquei durante uma semana.

ANG: *Como se sente neste momento?*

D.G.: Sinto-me mal. A bala até hoje não foi retirada, porque os doutores disseram que com a ferida fresca não dá, primeiro tem que sarar a ferida. Terei uma consulta no dia 10, verei o que me vão dizer. Nesse momento não tenho uma muleta que preciso para andar, a minha sobrinha é que me ajuda, as minhas filhas é que me levam para o quarto de banho, hoje não consigo fazer nada.

ANG: *Onde tem feito curativos?*

D.G.: Os curativos estão a ser feitos por conta própria, em centros privados.

ANG: *Tem recebido apoio da polícia?*

D.G.: Não tenho recebido apoio de ninguém, só sei que o agente que me alvejou é chamado de Sayovo, mas nem o nome dele conheço, ouvi dizer que é Ribeiro, mas não tenho a certeza. Desde que recebi alta no hospital o primeiro contacto que tive com a polícia foi no dia 07, quando apareceram dois agentes da polícia na minha casa e me fizeram algumas perguntas sobre o incidente e no dia 09 fui chamada para prestar declarações no Comando Provincial. Não sei o que foi feito ao agente, se está preso ou não.

ANG: *No momento do incidente perdeu muitas coisas?*

D.G.: Perdi tudo, não sei onde foi parar o negócio nem a pasta do dinheiro. Estava com cinquenta mil Kwanzas que recebi por causa da quixiquila e dez mil a parte, que a minha irmã mandou-me guardar, como ela vive próximo do São Paulo, ela passaria para pegar, tinha também o dinheiro da venda do negócio que eu não contei, porque tenho hábito de só contar o dinheiro quando chego a casa, perdi também o telefone. Comprei duas caixas de calçado, cada caixa vem 36 pares e cada calçado vendo a quinhentos Kwanzas.

ANG: *Hoje, o que sente quando olha para um agente da polícia?*

D.G.: Sinto medo e muita raiva, não consigo olhar para um agente da polícia duas vezes.

3.20 Mercado dos Kwanzas sobrelotado

Agora

18 de Dezembro de 2010

O encerramento do Roque Santero originou um aumento significativo de vendedores no mercado dos Kwanzas, que rebenta pelas costuras por falta de espaços. Os ex-vendedores do antigo maior mercado a céu aberto do país recusam-se a ir ao Panguila, alegadamente devido à sua localização e à distância.

O quintalão da empresa Indap, que antes foi parque de estacionamento de viaturas, também não foi poupado pelos vendedores. Outros comercializam anarquicamente junto às vias.

Isabel da Silva, 34 anos, vendedora há mais de 10, afirma que antes de encerrar o Roque no mercado dos Kwanzas havia poucos vendedores e os negócios eram muito concorridos. Com a pressão dos concorrentes de outros mercados veio a confusão baixaram os rendimentos e aumentou a delinquência.

A administração municipal do Cazenga parece estar com as mãos atadas sem alternativas tanto para os vendedores como para estancar a criminalidade, apesar das suas boas intenções.

Espera-se, contudo, que com a reabilitação do troço rodoviário Refinaria /Ngola Kiluanje/Mercado dos Kwanzas melhore a circulação de viaturas e transeuntes. “Estamos a aguardar pelo arranque das obras”, indicou um funcionário da administração.

3.21 Comerciantes especuladores estão em mira de fiscalização

Jornal de Angola

18 de Dezembro de 2010

Os comerciantes que forem apanhados a especular com os preços dos produtos alimentares durante a quadra festiva são punidos com penas de prisão até dois anos e multa correspondente, alertou na quinta-feira, em Luanda, Cristiano Francisco, da inspecção da Polícia Económica.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, Cristiano Francisco, disse que a Polícia Económica tem vindo a intensificar as acções de fiscalização e inspecção nos estabelecimentos comerciais estatais e privados do país, para evitar a apêntia pelo lucro fácil que muitos comerciantes têm durante o período da quadra festiva.

“Esta prática é punível por lei, e os eventuais prevaricadores devem abster-se dela, sob pena de passarem a quadra festiva na cadeia”, lembrou.

Cristiano Francisco informou que a Polícia Económica criou 70 brigadas que estão distribuídas pelo país e acrescentou que a acção de fiscalização é abrangente aos taxistas, que tendem a encurtar as rotas ou cobrar preços além do estabelecido e aos postos de venda de combustíveis e lubrificantes. “Aproveitamos a ocasião para prevenir também os organizadores de festas que solicitam autorizações às respectivas direcções provinciais da Cultura, caso queiram realizar convívios seguros e tranquilos, sob pena de serem punidos, caso não cumpram”, disse. Cristiano Francisco apelou à população para denunciar toda a situação que envolva especulação, produtos deteriorados, em mau estado de conservação ou outras situações que carecem da intervenção dos órgãos da Polícia Nacional. Para o efeito, deixou disponível os telefones 914041033; 222336691 e também o site www.policiaeconomica.jv.ao.

3.22 “Beato Salú” deixa saudades

Agora

18 de Dezembro de 2010

Neste mercado que existiu há mais de duas décadas, no “coração” do bairro Operário, podia-se consumir um bom funje com bagre fumado na barraca da tia Vaidade, da Gingongo ou da jovem Suzete. O “Beato Salú” I desapareceu esta semana e os vendedores foram transferidos para o São Paulo, onde muitos destes terão de enveredar por outros negócios por falta de espaço. Para os mais I assíduos frequentadores o “sumisso” do “Beato” trouxe transtornos, mas ficam saudades, próprias de quem estava acostumado a um lugar. O administrador do Sambizanga, José Tavares, disse que será

construído um outro moderno, não se sabendo quando arrancarão as obras nem se os antigos feirantes serão chamados a ocupar as bancadas.

3.23 O que fazer do sector informal das economias?

Expansão

24 de Dezembro

A minha reflexão desta semana foi inspirada pelo alarme que um estudo, conduzido pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Portugal), sobre o excepcional peso da economia informal no PIB português despoletou na opinião pública lusitana. Os resultados desta investigação foram divulgados no dia 8 do corrente mês e provocaram uma autêntica onda de choque na sociedade portuguesa, que se julgava afastada destes problemas do Terceiro Mundo. No entanto, a informalidade económica é um fenómeno universalmente generalizado, diferenciando-se, apenas, na sua dimensão e em alguns vectores de natureza cultural.

O fenómeno do sector informal suscita a curiosidade dos investigadores desde o início da década de 70 do século passado e aparece frequentemente associado às crises económicas, ao subdesenvolvimento e à megapolarização de certas cidades que se tornam incapazes de dar emprego e condições de geração de rendimento a camadas crescentes das respectivas populações. O debate foi inicialmente promovido pelo Bureau International du Travail (BIT), preocupado em compreender o novo quadro do desemprego e as suas características, tendo sido precisamente nesta altura que o termo informal surgiu (Keit Hart) para designar o conjunto de actividades praticadas em meio urbanizado e com a finalidade de superar a incapacidade da economia formal de responder às solicitações de emprego e de cobrir as necessidades de sobrevivência dos cidadãos.

E é, igualmente, neste quadro de referência que se coloca uma questão essencial: deve o sector informal das economias desaparecer através da sua formalização? As respostas não são simples, nem universais, pois, em última instância, dependem da sua dimensão económica e do seu papel enquanto instrumento de solidariedade e sobrevivência social. Os adeptos da sua erradicação baseiam os seus argumentos nos prejuízos que o sector informal provoca sobre a concorrência - tornando-a, em certos produtos, desleal -, a produtividade global (a situação normal no sector informal é de subemprego de factores e recursos), a obtenção de receitas fiscais, os equilíbrios macro monetários, a estabilidade dos preços e, em última instância, sobre o valor global do PIB, esquecendo-se, esta radical corrente de pensamento, das incapacidades, por vezes estruturais, da economia formal para propiciar as mesmas oportunidades de geração de renda e de insti-

tuição de autênticas redes sociais de solidariedade.

Que peso efectivo tem o sector informal na redução da pobreza num qualquer país? As evidências empíricas apontam para valores expressivos em termos de contribuições concretas das actividades informais para tornar menos dramáticas as condições de vida dos cidadãos dos escalões mais baixos de rendimento. Por exemplo, o que aconteceu, no nosso País, aos desempregados que o sector formal da construção civil gerou em 2009 devido à quebra da actividade das respectivas empresas por falta ou atraso no ressarcimento da dívida do Estado? Seguramente que foram absorvidos pelo sector informal urbano, até como forma de atenuar/evitar convulsões sociais e perturbações da ordem pública.

Mas há outras marcações positivas reconhecidas ao sector informal, às quais mais adiante me referirei.

Evidentemente que não existe nenhuma corrente de pensamento que abertamente defenda a existência do sector informal, porque representa uma imperfeição de mercado e, conseqüentemente, com influência perversa sobre uma afectação de factores e recursos que se pretende racional e eficiente. Não obstante, as abordagens mais amigas do sector informal reconhecem-lhe virtudes.

No cerne destas abordagens está a ligação do sector informal à livre iniciativa, considerando-o como o alfobre da inventividade empresarial

O enfoque deixa então de ser “sector informal como massa de trabalhadores desempregados e subempregados” para se redescobrir aí um conjunto de pequenos empresários privados com as suas respectivas actividades, criadas para, através da livre iniciativa, solucionarem o problema da sobrevivência num meio urbano hostil e numa economia formal insuficiente para ocupar, numa forma eficiente e produtiva, toda a massa de trabalhadores disponíveis para o processo produtivo. Esta interpretação do sector informal corresponde, no fundo, à visão actual do papel e da importância das pequenas e médias empresas na estrutura económica de todos os países, enquanto actores e actividades promotoras de crescimento e geradoras de emprego. Inclusivamente as propostas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial sobre os fundamentos dum crescimento económico forte nos países em desenvolvimento destacam a necessidade de os respectivos governos aplicarem políticas públicas incentivadoras da criação dum tecido empresarial estruturado em torno das pequenas e médias empresas. Muitas das reformas económicas e das medidas de liberalização que estas e outras instituições internacionais propõem são dirigidas ao sector informal da economia, visto não na óptica do BIT como um “problema de subemprego de difícil solução, mas sim como um sector empreendedor e dinâmico, competitivo e concorrencial. A sua reconciliação com o mundo

formal é, assim, possível num quadro de disseminação da sociedade de mercado.

Qual a génese do sector informal e como deve ser analisado para que sejam efectivas eventuais medidas de apoio?

> *Como um subproduto do desemprego urbano e um produto directo da movimentação e da instabilidade das populações?*

> Como um alfobre de inventividade e iniciativa empresarial, na esteira das doutrinas liberais e, portanto, passível de maior estímulo por ser aqui que se encontram os embriões das futuras boas pequenas e médias empresas?

> *Ou tudo isso, mas, também e mais complexo e sério, no sentido de que o sector informal está contido na esfera familiar tradicional que garante a sua sobrevivência?*

Uma esfera específica em África que, ao contrário do mercado, das políticas económicas e da legislação positiva, pressupõe a família alargada, a solidariedade e a respeitabilidade comunitária? As sociedades africanas, numa perspectiva sistémica, são constituídas por subsistemas sociais heterogéneos e que se justapõem, processando-se o processo de produção e de reprodução social dentro dum modelo específico de organização social com peso comunitário determinante: todas as fases que conduzem à produção material (obtenção de crédito, organização da produção, recrutamento de mão-de-obra, administração, localização física e resolução de conflitos se passam na esfera familiar das comunidades.

> *Qual o papel do mercado na economia informal?*

O mercado apenas intervém na venda dos bens e serviços deste sector, e quando alguém aparece no mercado a vender estes bens e serviços de maneira informal, esta é a única etapa em que as relações mercantis intervêm de maneira clara e efectiva, ou seja, é a única fase em que a produção informal se sujeita à lógica oficial do mercado. Parece, portanto, que o sector informal não é um mero subproduto do desemprego urbano (para a resolução do qual seriam suficientes medidas de apoio nos domínios do crédito, da formação, etc.), mas um processo de imigração/submersão para outros sistemas económicos que garantam a sobrevivência e a reprodução social dos deserdados do circuito económico oficial. As crises económicas, ao provocarem múltiplos e diferenciados movimentos de estrangulamento dos circuitos formais de reprodução social (desemprego, reduções salariais, aumento do custo de vida, acesso dificultado aos sistemas de saúde e de educação), aceleram a fuga e a migração para outro sistema de reprodução socioeconómica baseado nas estruturas comunitárias e na família alargada.

As alegações anteriores mostram que a abordagem do

sector informal é complexa e deve ser sistémica, não podendo quedar-se por aproximações lineares que não mostram a essencialidade do fenómeno em causa. Por outro lado, em África, não são aconselháveis aproximações metodológicas excessivamente economicistas, dada a presença e a importância dos elementos socioculturais.

3.24 Zungueiras espancadas e violadas diariamente por agentes da polícia

Semanário Continente

24 de Dezembro de 2010

Apesar das constantes formações sobre métodos de operação e respeito aos direitos humanos, de que beneficiam os agentes da Polícia Nacional, passando pelos novos métodos de trabalho que a instituição tem implementado com o objectivo de aproximar a polícia ao cidadão e vice-versa, ainda é visível a atitude desumana como os homens da farda azul actuam sobre as mulheres zungueiras, em diversos locais da cidade de Luanda.

As chamadas zungueiras, em várias regiões de Luanda, informaram à nossa reportagem que são vítimas de maus-tratos por parte da Polícia Nacional, quando apreendido os seus produtos. “Nós passamos mal meu irmão, principalmente quando a polícia prende o nosso negócio, batem-nos, recebem o nosso dinheiro e em alguns momentos, para recebermos o produto, temos que negociar sexualmente”, informaram. No mercado dos congolenses, as zungueiras contaram também que sofrem os mesmos abusos, não só por parte dos agentes da ordem, mas também por parte dos fiscais do Governo Provincial de Luanda.

A jovem zungueira Amélia Kimbungo, de 22 anos, manifestou a este jornal, que já se envolveu sexualmente com um agente da 8ª Esquadra Móvel, facto pelo qual o mesmo tornou-se quase namorado mas, segundo confessou, traiu o esposo e quando este tomou conhecimento, acabou por abandoná-la com três filhos. “Estragou o meu lar, agora ele também não quer assumir as coisas como devem, visto que foi o causador da minha desgraça”, lamentou a zungueira

A mesma reiterou que são forçadas a namorar com os agentes, porque quando apreendido o seu negócio, basta ligar para o “amigo” ou namorado, e mesmo que ele não esteja de serviço, conversa com o colega, mesmo por telefone, e o problema fica solucionado. A fonte adiantou ainda que para além de serem forçadas a namorar com os agentes, eles batem-nas com os porretes e outros meios que estiverem ao seu alcance. “Eles nos têm batido muito, nos dão pontapés de qualquer maneira, é triste no nosso próprio país sermos tratadas assim,” lamentaram. Maria Júlia tem 30 anos, é mãe de três filhos e vende há mais de três anos no mercado em referência. Declarou que a vida da mulher zungueira é como ter um fio amar-

rado ao pescoço. “A nossa vida só Deus sabe quando é que a polícia nos atinge com uma bala”. Recordou que ainda que em 2007, no dia 4 de Dezembro, foi morta uma amiga, a queima roupa, na rua Henrique Gago da Graça, junto ao mercado informal das “pedrinhas”, próximo do Comando Provincial de Luanda.

As zungueiras constataram, por outro lado, que caso medidas não forem tomadas sobre o método de actuação dos agentes da ordem, o pior poderá continuar a acontecer.

Desde 2007 até agora, a polícia já matou mais de duas zungueiras, isto, segundo afirmam, é guerra silenciosa contra a mulher zungueira.

“No mercado dos congolenses a polícia faz e desfaz, ninguém diz nada. Espera-se que um dia eles matem mais uma zungueira para pedirem desculpas”, desabafou a vendedora Catarina Kiala.

No Golfo II, as zungueiras informaram também que a situação é precária naquela localidade do município do Kilamba Kiaxi. “Para vender na zunga tem que ter cabeça, a polícia nos recebe o negócio, quando não tens dinheiro no momento te levam mesmo o produto”.

Inês Martins, diz que é vendedora junto ao “Nosso Super” há seis meses e explica que a polícia age de má fé contra a mulher zungueira. “A polícia devia estar atrás dos marginais, dos que assaltam os bancos e os que têm praticado a criminalidade nos bairros e não estarem só a perseguir as zungueiras”.

A fonte informa que é mãe de seis filhos, cujo pai faleceu em defesa da Pátria e todos são estudantes, “três a terminar o ensino médio e os outros a frequentar o mesmo nível, então onde é que vão encontrar dinheiro para sustentar os seus estudos se os mesmos não trabalham e dependem da mãe?”, questionou.

As zungueiras que exercem o seu negócio na rotunda do Avô Kumbi, junto à estátua de Agostinho Neto, disseram a este semanário que vivem a mesma situação das colegas dos distintos mercados espalhados por Luanda.

Laurinda Miguel explicou que nunca gostou de vender na zunga, só o faz porque se acabou o mercado do Roque Santeiro onde exerceu o seu trabalho há mais de seis anos. “Se não tirassem o Roque do Sambizanga nós não estaríamos a vender aqui na zunga”. Acrescentou que foram para o mercado municipal do Panguila mas, segundo disse, não havia lugares para as senhoras que vendiam carvão.

A nossa reportagem ouviu também os comerciantes dos antigos mercados da Estalagem e da Mama Gorda, no município de Viana. Isabel Miranda, de 20 anos, salientou que vende gasosa na linha férrea por destruição das praças da Estalagem e Mama Gorda. A mesma informa que têm enfrentado uma batalha com os agentes da polícia, pelo que manifestou o desejo de regressar

para a sua terra natal, Mbanza Congo, logo que concluir a venda do seu negócio. “Já não aguento mais, tenho que voltar para junto dos meus pais”. Acrescentou que têm contribuído com algum valor monetário para que a polícia não as incomode e assim vendem a vontade.

Já para as zungueiras de São Paulo, local que alberga um grande número delas, disseram que desde que foi baleada a sua colega, a polícia intensificou as suas operações. Joaquina, como se identificou, disse que os agentes da polícia levaram-lhe todo o produto e segundo informa, já não tem mais recursos e não sabe como vai passar a quadra festiva com a sua família. “Mesmo a galinha, para ser morta o seu dono tem que ter planos, aqui somos tratados como se fossemos pessoas sem dignidade na nossa própria terra”.

Os agentes da ordem, segundo informaram as zungueiras, maltratam as mulheres que exercem as suas vendas em várias artérias da cidade de Luanda. As mesmas contam que eles batem, recebem os seus produtos e ainda as violam sexualmente e quando os polícias e os fiscais não obtêm nada das suas cobranças, nem sequer um saldo para o telemóvel ou a chamada “gasosa”, ficam mais furiosos.

As balconistas dos armazéns do São Paulo, que preferiram o anonimato, denunciaram que muitas vezes os polícias e os fiscais do GPL têm negociado com elas para que guardem os produtos subtraídos às zungueiras.

Inês Tiago, que também diz ser vendedora no mesmo local, informa que os agentes da polícia da 9ª Esquadra Móvel do Sambizanga violam sexualmente as zungueiras para restituírem os seus produtos apreendidos.

O Continente deslocou-se também à zona da Cuca, Hoji - ya - Henda e Mabor - Embondeiro, e pelas informações ali colhidas, a situação não foge à regra dos outros locais já descritos.

A nossa reportagem tentou contacto com as respectivas unidades policiais por onde passou, mas lamentavelmente os nossos esforços foram em vão.

3.25 Fiscais maltratam zungueiras grávidas

Folha 8

25 de Dezembro de 2010

Tal como outras, Luciana Vihemba, de 21 anos de idade, é empregada do circuito informal. vendedeira de batata rena. Há poucos dias da quadra festiva, provavelmente devido às marchas forçadas de todos os dias pela cidade com bacias carregadas sobre a cabeça, ou coincidentemente pelo facto de cinco dias depois de ter sofrido agressão dos fiscais, começou a sentir fortes dores no baixo-ventre e o seu feto deixou de ter as reacções normais. Fizeram demarches junto dos órgãos da justiça para pedir reparação; em resposta, ela e a mãe foram simplesmente ignoradas. As colegas, que acom-

panharam os incidentes e os movimentos das lesadas, afiançaram Luciana Vihemba, ao terem dito que a justiça em Angola está carente. Segundo constatações feitas, a “Zungueira de profissão” está a precisar de uma intervenção médico medicamentosa, junto das autoridades vocacionadas ao sector da saúde materna. Depois de ser inda e molestada por agente da Polícia Fiscal da Administração Municipal, cujo nome preferimos omitir, surpreende que o mesmo não terá sido responsabilizado judicialmente, em virtude das suas atitudes grosseiras, cujas consequências perigaram a vida da gestante zungueira.

Outras colegas, que souberam da ocorrência do triste cenário e a indiferença das autoridades, inclusive as hospitalares, organizaram, de forma espontânea, um grupo que se revoltou centro a Administração Municipal da cidade das Acácias Rubras.

Durante a manifestação das senhoras, as autoridades usaram meios coercivos para retirar as vendedoras do local e advertiu-as, para que ninguém fosse à sede municipal, sob pena de ser imediatamente presa. Desde essa data, a vida das vendedoras tornou-se sofrível. “O que esperamos deste Governo _ ‘que, em vez de nos ajudar, no maltrata’? Lúcia Maria, mãe a Vitima, manifestou aos nossos a sua mais viva indigna, pelo tratamento brutal que deram à filha, sobretudo no estado em que se encontra. De acordo com as suas palavras, compreendemos que o Governo tem feito esforços para organizar a cidade, dar sentido às coisas; mas temos visto que não tem sido feliz na escolha das prioridades e da forma como aplica os meios na implementação dos programas. Correr com as zungueiras não é prioridade para a cidade de Benguela. Não provocamos distúrbios, não produzimos lixo nas ruas e o facto de não estarmos a vender no interior do mercado a culpa não é totalmente nossa. A realidade de vida é insuportável, o que obtemos do pouco que vendemos mal chega para cobrir o mínimo do que precisamos. Os nossos maridos não encontram emprego, precisamos de ter os nossos filhos a estudar, para os salvar da criminalidade.

No Mercado Heróis há poucos clientes; estes estão sempre apressados e, raras vezes, penetram para fazer compras, salvo aos fins-de-semana.

Por isso, não temos como”, disse a dona Lúcia Maria, por sinal, é também zungueira. “Destruir o pouco que nos; sustento, sem nos apresentar-se. uma alternativa que nos garanta decência e algo para subsistência, penso não ser muito correcto. Por vezes, pode passar a ser crime, porque muitos se têm suicidado por não encontrarem outra maneira de viver, depois de serem perseguidos desta forma pelas autoridades”, continuou a senhora, visivelmente muito alterada e que pediu mais ponderação às autoridades.

Leopolth Muhongo, vice-administrador municipal de Benguela, em declarações à imprensa local, fez, há dias, acreditar que, para os grupos fiscais, as responsabilidades no caso de infracções têm sido um facto. Para ele, a acção do fiscal é sempre tendente a educar o munícipe no seu entender, e reconhecendo explicitamente o deslize do agente, confirmou que se tem registado variadíssimos erros da polícia fiscal e que têm sido ultrapassados por meios de debates com os seus parceiros.

Recorde que, contrariamente parece que, muitas das senhoras que deambulam nas ruas a vender atingiram o ensino médio, mas, por razões à vontade delas, encontraram a zunga como o único escape para evitar o pior.

3. 26 O adeus ao Roque Santeiro, 28 anos depois

Angolense

De 25 de Dezembro de 2010

à 15 de Janeiro de 2011

Depois dos sucessivos adiamentos, o Governo Provincial de Luanda deu por encerrado o mercado Roque Santeiro, no dia 05 de Setembro, 28 anos depois da sua criação. Para alguns vendedores, a medida do governo apressou-se tendo em vista a realização das eleições gerais em Angola prevista para 2012.

De acordo com os populares entrevistados pelo Angolense, caso a transferência não se efectivasse este ano, o executivo da capital do país, na altura liderado por Francisca do Espírito Santo, teria dificuldades de o fazer no próximo em 2011, ano considerado da campanha eleitoral.

Na hora das explicações o vice-governador de Luanda reconhecia que uma transferência que envolve cerca de 8 mil vendedores, entre nacionais e estrangeiros não podia colher a unanimidade, tendo explicado que o governo trabalharia apenas para a dignificação humana.

Francisco Domingos dava conta também que o processo de cadastramento para transferência foi transparente e contou com a ampla participação dos vendedores do Roque Santeiro.

A imundice, as características do actual mercado Roque Santeiro, a requalificação do Sambizanga entre outros factores, foram apontadas como justificações para o desmantelamento do mercado. Para isso, o mercado municipal do Panguila, construído de raiz, era o destino indicado para alguns, enquanto que outros, a maioria esmagadora ficou desempregada por falta de espaço para continuar a exercer a actividade comercial.

No entanto, mesmo os que foram para o Panguila não estão contentes. Queixam-se da falta de clientes como consequência da distância e engarrafamento.

Enquanto isso, o espaço que era o Roque Santeiro foi tomado pelos delinquentes que transformaram o local no seu “refúgio” após assaltos e violações sexuais aos moradores do Sambizanga.

Salienta-se que o Roque Santeiro, mais do que uma fonte de receita, permitia a sobrevivência de milhões de seres humanos.

Alguns moradores do Sambizanga argumentam que a origem do seu nome veio de uma telenovela brasileira “Roque Santeiro”.

O mercado surgiu entre 1982 e 1983 e a actividade começou na década 80, com as peixeiras do bairro Boa vista, mais tarde vieram as retomadas e com elas acrescentara-se os deslocados de guerra que assolou o país. Pouco a pouco o mercado foi se ampliando até chegar onde chegou 28 anos depois.

Entretanto, o governo não parou por ai, aliás parece estar apostado em acabar com os tradicionais mercados que servem de sustento para muitas famílias, para dar lugar a projectos habitacionais. Foi assim com o mercado do Kinaxixi, Estalagem, Beato Salú e agora fala-se da retirada do Tunga Ngó.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4. I Dirigente da UNITA reúne com a Polícia Nacional no Moxico

Terra Angola

De 4 a 18 de Dezembro de 2010

O Secretário Provincial da UNITA no Moxico, João Muzaza Caweza, no quadro das visitas que vem efectuando às instituições do Estado, foi recebido em audiência no dia 29 de Novembro do ano em curso pelo Comandante Provincial da Polícia e representante do Ministério do Interior, Comissário Felisberto Espanhol e seus colaboradores para as áreas de protecção e intervenção subcomissário Russo.

O dirigente da UNITA aproveitou a ocasião para manifestar a sua apreensão perante a das instituições do Estado no Moxico, a violência entre o partido que governa e outras forças políticas que ainda se faz sentir um pouco por toda a província.

João Muaza acusou alguns comandantes municipais da polícia que mesmo estando diante de situações puníveis perante a Lei, que envolvem indivíduos ligados ao partido no poder escusam-se, tomar medidas, segundo dizem, “para não meter o seu pão no gasóleo”.

João Muzaza realçou a necessidade do comando da polícia prestar mais atenção aos agentes, acompanhando o seu dia-a-dia, garantindo-lhes refeições antes de ir ao posto de serviço, criar condições de pequenos balcões bancários, para evitar que um fardado fique nas bichas, criar condições de transportes e comunicações para os agentes em serviço, combater o consumo de álcool pelos agentes em serviço ou fardados e redobrar a prevenção de acidentes rodoviários.

O número um do galo negro discutiu com base no artigo 210 da Lei constitucional disse que “o polícia não tem tempo, porque o crime também não tem tempo acontece a qualquer altura. É preciso que se vele pelo polícia para que vele pela tranquilidade das populações”.

Por sua vez, o Comissário Felisberto Espanhol agradeceu o gesto do secretariado provincial da UNITA e garantiu estar a traçar o plano operativo onde para além de continuar com o que o seu antecessor deixou, vão acrescentando aquilo que forem a recolher como opiniões de formas a colocar a polícia mais próximo do cidadão.

Garantiu a salvaguarda das instituições do estado e de partidos políticos bem como símbolos colocados nas suas sedes. Disse mais adiante que o órgão que dirige é partidário, pelo que no exercício das suas actividades não vai aceitar que os agentes misturem as suas paixões

partidárias para comprometerem o trabalho do Estado angolano.

Quanto aos acidentes rodoviários apela a maior prevenção nas estradas. Reconheceu que a prevalência de índices elevados de acidentes deve-se às condições das estradas, tendo apontado a camada jovem como a mais envolvida em aventuras pelas estradas e provocadores de acidentes.

O comandante Espanhol pediu a cooperação de todas as forças vivas da província na denúncia de tudo quanto perturbe a tranquilidade das populações.

Malange ridiculariza-se em tribunal

O tribunal provincial de Malange condenou 16 militantes da JURA a quinze dias de prisão efectiva, detidos na sequência das celebrações do 11 de Novembro por exibirem as cores partidárias do Galo Negro. A informação foi avançada por Santos Magalhães, membro daquele partido na terra da palanca negra.

Entretanto, o porta-voz da UNITA Alcides Sakala acha que a prisão dos seus militantes e a onda de perseguição que se assiste um pouco pelo país belisca o ambiente de paz e de reconciliação nacional, para além de ridicularizar o sistema judicial.

Ganhos da independência procura-se no Kuimba

Uma delegação do executivo provincial do Galo Negro encabeçada pelo Secretário provincial da UNITA do Zaire, João Marques Ntiama, coadjuvado por António João, Ana Aurora, João Garcia Quitas e Tomas Fontes deslocou-se recentemente ao município mais a nordeste da província do Zaire, para um contacto com a população.

Estamos pois a falar do Kuimba, um município potencialmente agrícola e com paisagens maravilhosas que ao longo destes 35 anos independência conheceu pouco progresso. “O cenário é desolador; temos um povo trabalhador e generoso, mas não é ajudado. Aqui o produto da nossa actividade apodrece porque não existem escoamento do campo para a cidade”, lamentou Matondo, uma donzela que por três vezes tentou comercializar a sua produção em Luanda, utilizando “candongueiros”, mas que acabou perdendo tudo.

Eu levei tomate e hortaliça diversa que poderia resistir 4 dias. Acontece que a viagem durou ou semana e tudo apodreceu.

Foi assim em 2008, assim em 2009 e foi assim agora. Acho que o governo deve reparar as vias estruturantes”, desabafou Matondo, que em Kikongo significa obrigado. Ntiama instou os militantes da sua organização a consolidarem a paz e a Democracia.

4.2 OGE para 2011 continua polémico

Terra Angola

De 4 a 18 de dezembro de 2010

Os deputados a Assembleia Nacional aprovaram a proposta orçamental referente ao ano de 2011. O documento apreciado em finais de Novembro na generalidade, comporta receitas e despesas estimadas em quatro triliões, duzentos bilhões, 417 milhões, 663 mil e 145 kwanzas.

Antes da aprovação pelos deputados, o novo OGE, foi apresentado pela equipa executiva do Estado, encabeçada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da presidência da república, Carlos Maria Feijó.

Na ocasião, o Ministro Feijó, disse que o combate a fome e a pobreza constituem os principais desafios do executivo.

Já o deputado pela bancada parlamentar da U ITA, Silvestre Gabriel Samy, defendeu uma visão diferente sobre o Orçamento Geral do Estado para 2011. Fê-lo na Assembleia Nacional e nos seguintes termos:

“O Orçamento que nos é hoje apresentado e sobre o qual vamos reflectir, tem as raízes teóricas ainda na Roma Antiga, nos idos anos de 55 A.c., quando Marcus Tullius dizia e eu cito: “O Orçamento Nacional deve ser equilibrado... As dívidas públicas devem ser reduzidas... A arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada... Os pagamentos a governos devem ser reduzidos se a Nação não quiser ir à falência... As pessoas devem novamente aprender a trabalhar em vez de viver por conta pública”, fim de citação.

Essas reflexões foram feitas há 2065 anos, num contexto próprio, mas o seu fundamento continua válido para uma realidade como a nossa.

O nosso apelo ao Executivo, no momento em que o assunto a abordar são os dinheiros com que o País se vai coser durante o ano de 2011, vai no sentido de que se abandone definitivamente o erro repetido vezes sem conta de elaborar e trazer para aprovação orçamentos desequilibrados, que teimam em promover as assimetrias. Bastará um olhar fugaz ao OGE que aqui nos é trazido para concluirmos que se insiste e se persiste nesse erro. Pensar no futuro deste país é pensar no Homem Angolano; e pensar no Homem Angolano é pensar nas melhores formas de ele servir a pátria rumo ao desenvolvimento crescente. E, convenhamos, nada disso pode ser alcançado não se lhe proporciona saúde e educação.

E este Orçamento continua, nesta matéria e não só, igual aos outros que por aqui têm passado, mau grado todas as recomendações contidas nos Relatórios-Pareceres emitidos por esta augusta Assembleia. Continuamos, pois, a ver neste Orçamento migalhas atribuídas à Saúde, com todas as insuficiências que observamos quotidianamente nesse sector, bem como à Educação, apesar de toda a

precariedade que o sector respira e transpira.

O que é que impede este Executivo de atribuir verbas mais consistentes, mais substanciais a esses dois sectores tão importantes na vida de qualquer Povo, de qualquer País? Porque razão se insiste em dar ares de grandeza quando temos carências gritantes? Não seria melhor celebrar os 35 anos de independência com mais pão, água e luz para os angolanos? Pensar em salários mais dignos e condignos para os trabalhadores deste país? Não seria mais confortável, mais benéfico pagar, por exemplo, os salários em atraso dos professores da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, em vez de oferecer alguns milhões de dólares ao Sport Lisboa e Benfica? Porque não investir de forma séria na formação do Professor, a começar pelo primário, na melhoria das condições do enfermeiro, do médico e dos próprios centros hospitalares? Porque não investir na consolidação da Paz e da Reconciliação, cumprindo com os pendentes relativos aos compromissos para com os desmobilizados, todos os desmobilizados, hoje entregues à sua sorte? Que país pretendemos ter se continuamos a ter um Orçamento onde as fatias combinadas da Saúde, da Educação, da Reinscrição Social e da Agricultura representam apenas metade do orçamento da Defesa?

Fracassado que está o objectivo de dar um milhão de casas aos angolanos, o Executivo devia de L'Xar de partir as casas dos poucos que as têm, qualquer que seja a razão da demolição, antes de determinarem em que local vão as pessoas ser condignamente realojadas.

A vergonha da Sapú, da Ilha de Luanda, do Lubango, de Benguela, etc., etc., etc., devia de L'Xar de ser prática reiterada porque magoa, porque fere, porque mata. Haja algum respeito pela vida humana!

Os angolanos querem um orçamento com clareza e transparência, que não crie condimentos que levem ao incremento da corrupção, que grassa no país como uma verdadeira planta trepadeira, que abala profundamente a nossa independência e a democracia nascente, e mesmo assim não é crime contra a segurança do Estado. Por falar nesse fenómeno, gostaríamos de saber quando é que o País poderá ver esclarecido o caso dos muitos milhões de dólares desaparecidos dos cofres do BNA.

Informações veiculadas pela Procuradoria-geral a República davam conta que esses milhões tinham ido, que parte deles tinha regressado, sem sabermos quem os levou, para onde e com a facilidade de quem. Ouvimos que foi nessa senda suspenso o Comandante Provincial de Luanda da Polícia Nacional. Esperemos que se faça rapidamente luz sobre esse caso.

Ainda nessa senda, desde o dia 9 deste mês de Novembro que as contas da nossa Embaixada nos Estados Unidos da América estão congeladas. Essas contas foram congeladas porquê? Como é que estão a sobreviver os nossos compatriotas afectados àquela missão diplomática? Isso preocupa-nos sobremaneira.

Outro motivo de preocupação é o PRESILD. O PRESILD surgiu e criou uma grande expectativa nos angolanos, sobretudo nos agricultores que viram nascer um ponto seguro de evacuação por compra dos seus produtos.

O PRESILD parece ter ganho um movimento uniformemente desacelerado, a minuar, a morrer.

E agora? Estará o sonho a morrer? Muito Obrigado.

4.3 Orçamento Geral do Estado é apreciado na especialidade

Jornal de Angola

14 de Dezembro de 2010

A Assembleia Nacional reúne hoje para apreciar, na especialidade, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011, a proposta de Lei contra Violência Doméstica e as alterações ao Código Civil e ao Código do Registo Predial.

O OGE para 2011, aprovado na generalidade, tem receitas estimadas em cerca de 4,3 triliões de kwanzas “4.290.417.663.145,00”.

Os membros do Executivo vão hoje à Assembleia Nacional para responderem às questões dos deputados e ouvirem as recomendações relativas ao OGE para o exercício económico de 2011.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o porta-voz da bancada parlamentar do MPLA, Ventura de Azevedo, afirmou que o partido maioritário vai recomendar ao Executivo a melhoria e o aperfeiçoamento dos métodos de elaboração do OGE, com vista a aproximar, cada vez mais, os resultados da execução do Orçamento com as necessidades das províncias.

Segundo Ventura de Azevedo, com essa melhoria, as províncias vão traçar as estratégias definidas pelos órgãos centrais do Estado. A bancada parlamentar do MPLA, disse, vai também recomendar que o Orçamento destinados aos sectores da Saúde e Educação sejam alterados.

O vice-presidente da bancada parlamentar da UNITA, Silvestre Gabriel Samy, disse que o seu partido vai pedir explicações sobre o desequilíbrio entre os orçamentos destinados aos sectores da Saúde, Educação, Agricultura e Reinserção Social, que representam a metade das verbas destinadas à Defesa e Segurança.

Silvestre Samy disse que a UNITA defende que os sectores da Saúde e Educação mereçam maior atenção. O deputado afirmou que Angola, em comparação com outros países da África Austral, é o único que continua a investir menos nos sectores da Educação e da Saúde.

A Nova Democracia via propor que no próximo OGE o Executivo dê maior atenção ao sector social. Quintino de Moreira, deputado da coligação, considera que con-

tinua a haver no Orçamento uma certa “asimetria” em relação às províncias do interior.

“As províncias do interior são as que menos beneficiam no que diz respeito à atribuição de verbas. No Orçamento, estas províncias devem beneficiar de mais verbas, porque foram as que mais sofreram com a guerra”, conclui o deputado.

Após o debate na especialidade, os deputados recomendaram o aumento do peso percentual da despesa com o sector da Saúde, para cinco por cento, com vista à prossecução das Metas do Milénio.

Recomendaram, igualmente, o aumento da receita para o sector não petrolífero e reduzir a despesa de capital em cerca de 162 biliões de kwanzas, tendo em conta que o histórico entre 2006 e 2009 revela que o nível de execução média das despesas não ultrapassa os 60 e 80 por cento.

4.4 Deputados aprovam na especialidade Orçamental Geral do Estado para 2011

Jornal de Angola

15 de Dezembro de 2010

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, na especialidade, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2011, com 166 votos a favor, 22 contra e nenhuma abstenção.

O OGE tem receitas totais estimadas em 4.290.417.145 (quatro triliões, duzentos e noventa biliões, quatrocentos e dezassete milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e quarenta e cinco) kwanzas.

O orçamento prevê receitas fiscais previstas em cerca de 3.394.266.963.128, (triliões, trezentos e noventa quatro biliões, duzentos e sessenta seis milhões, novecentos e sessenta e três mil e cento e vinte e oito) kwanzas.

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, respondendo às questões dos deputados, referiu que o Executivo tem como prioridade, para o próximo ano, a institucionalização e operacionalidade do mercado de capitais, acrescentando que para a materialização do programa de investimento público, Angola fez recurso ao financiamento externo e estabeleceu acordos de crédito com Exim Bank da China e com o Banco de Desenvolvimento da China.

Carlos Lopes destacou o aumento das despesas no sector da Saúde, avaliadas em cerca de oito mil milhões de kwanzas.

O Executivo, anunciou, pretende também reforçar a dotação orçamental para a compra agrupada de medicamentos em 4,7 mil milhões de kwanzas.

“Pretende-se, igualmente, reforçar a dotação orçamental para a aquisição de medicamentos essenciais e para as campanhas de vacinação”, revelou, antes de anunciar a

criação do programa específico “cuidados primários de saúde”, no valor 191,52 mil milhões de kwanzas, para cada um dos 166 municípios do país.

Melhorias na Saúde

Dúnem, respondendo a uma questão colocada pelo deputado Adriano Botelho de Vasconcelos, referiu que o orçamento programa é uma técnica de gestão que o seu sector tem vindo aplicar em algumas unidades sanitárias de Luanda.

José Van-Dúnem referiu que, apesar dos esforços de desenvolvimento para aumentar a rede de comunicação, o sector da saúde ainda enfrenta dificuldades.

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, garantiu que o Executivo vai empenhar-se na execução do orçamento no limite que for fixado na Lei Geral do Orçamento do Estado e no comprimento das principais recomendações dos deputados.

Prioridades

A deputada Júlia Ornelas, da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional e que apresentou o relatório, referiu que o Orçamento Geral do Estado para o ano de 20 11, “está dirigido ao asseguramento das prioridades constantes no Plano Nacional para o ano de 20 11”, frisando a promoção, unidade, coesão nacional e a consolidação da democracia e das suas instituições.

Júlia Ornelas disse que o OGE aprovado vai garantir um ritmo elevado e sustentado de desenvolvimento económico, com estabilidade, transformação e diversificação das estruturas económicas.

Na sessão, orientada pelo Presidente da Assembleia Nacional, António Paulo Kassoma, com a presença de membros do Executivo, a deputada declarou que o OGE para o próximo ano está dirigido à melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento humano dos angolanos, ao estímulo do sector privado e do empresariado nacional e a reforçar a inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

A proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 20 11 é constituída pelos Orçamentos da Administração Central e Local do Estado, dos Institutos Públicos, dos serviços e fundos autónomos e pelos subsídios e transferências a realizar para as empresas públicas e as instituições de utilidade pública.

Autorização de financiamentos

Com a aprovação do OGE, a Assembleia Nacional autoriza o Executivo a fixar o limite anual de cabimentação da despesa com os projectos de investimento públicos, com base na programação financeira e a ajustar o Orçamento para despesas suplementares autorizadas, quando ocorrerem variações de receitas, por alteração

da taxa de câmbio utilizada. O Parlamento autorizou o Executivo a contrair empréstimos e a realizar outras operações de créditos no mercado interno e externo para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes dos investimentos públicos e da amortização da dívida pública previstos no Orçamento Geral do Estado para 20 11.

Ao Executivo é autorizado, igualmente, a emitir títulos do Tesouro Nacional e a contrair empréstimos internos de instituições financeiras para socorrer as necessidades de tesouraria, de acordo com os montantes a propor pelo ministro das Finanças, a reembolsar durante o exercício fiscal.

Recomendações ao Executivo

Os deputados à Assembleia Nacional recomendaram, ontem, ao Executivo que reduza as despesas de capital em cerca de 162 mil milhões (cento e sessenta e dois biliões) de kwanzas, tendo em conta o histórico dos anos 2006 a 2009 revelar que o nível de execução média de tais despesas não ultrapassam os 60 e 80 por cento.

Outra recomendação vai no sentido de, na elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano 2012, reforçar a atribuição de verbas ao Tribunal Supremo, que reclama a exiguidade de recursos alocados. Pediram, também, maior atenção à construção, reabilitação. Alargamento e apetrechamento de infra-estruturas onde funcionam, em todo o país, os serviços das conservatórias, notariados e tribunais.

Ao Ministério da Justiça, os deputados recomendam a disseminação e desconcentração dos centros de emissão do Bilhete de Identidade pelo território nacional, o desagravamento das taxas e emolumentos relativos aos serviços de Justiça, adaptando-as à realidade económica e social do cidadão.

A Assembleia Nacional aconselhou o Executivo a, no quadro do OGE 2011, encontrar soluções para as reclamações dos ex-militares inscritos na Caixa Social das Forças Armadas Angolanas que, por razões orçamentais, não têm auferido as pensões a que têm direito e defendem que se deve continuar a modernizar o órgão e a prestar especial atenção ao trabalho de educação patriótica do efectivo, melhorando a disciplina e a prontidão combativa, além de garantir a defesa da independência e soberania e integridade territorial do país.

4.5 Orçamento Geral do Estado é apreciado na especialidade

*Jornal de Angola
14 de Dezembro de 2010*

A Assembleia Nacional reúne hoje para apreciar, na especialidade, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011, a proposta de Lei contra Violência Doméstica

e as alterações ao Código Civil e ao Código do Registo Predial.

O OGE para 20 11, aprovado na generalidade, tem receitas estimadas em cerca de 4,3 triliões de kwanzas “4.290.417.663.145,00).

Os membros do Executivo vão hoje à Assembleia Nacional para responderem às questões dos deputados e ouvirem as recomendações relativas ao OGE para o exercício económico de 2011.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o porta-voz da bancada parlamentar do MPLA, Ventura de Azevedo, afirmou que o partido maioritário vai recomendar ao Executivo a melhoria e o aperfeiçoamento dos métodos de elaboração do OGE, com vista a aproximar, cada vez mais, os resultados da execução do Orçamento com as necessidades das províncias.

Segundo Ventura de Azevedo, com essa melhoria, as províncias vão traçar as estratégias definidas pelos órgãos centrais do Estado. A bancada parlamentar do MPLA, disse, vai também recomendar que o Orçamento destinados aos sectores da Saúde e Educação sejam alterados.

O vice-presidente da bancada parlamentar da UNITA, Silvestre Gabriel Samy, disse que o seu partido vai pedir explicações sobre o desequilíbrio entre os orçamentos destinados aos sectores da Saúde, Educação, Agricultura e Reinserção Social, que representam a metade das verbas destinadas à Defesa e Segurança.

Silvestre Samy disse que a UNITA defende que os sectores da Saúde e Educação mereçam maior atenção. O deputado afirmou que Angola, em comparação com outros países da África Austral, é o único que continua a investir menos nos sectores da Educação e da Saúde.

A Nova Democracia via propor que no próximo OGE o Executivo dê maior atenção ao sector social. Quintino de Moreira, deputado da coligação, considera que continua a haver no Orçamento uma certa “asimetria” em relação às províncias do interior.

“As províncias do interior são as que menos beneficiam no que diz respeito à atribuição de verbas. No Orçamento, estas províncias devem beneficiar de mais verbas, porque foram as que mais sofreram com a guerra”, conclui o deputado.

Após o debate na especialidade, os deputados recomendaram o aumento do peso percentual da despesa com o sector da Saúde, para cinco por cento, com vista à prossecução das Metas do Milénio.

Recomendaram, igualmente, o aumento da receita para o sector não petrolífero e reduzir a despesa de capital em cerca de 162 biliões de kwanzas, tendo em conta que o histórico entre 2006 e 2009 revela que o nível de execução média das despesas não ultrapassa os 60 e 80 por cento.

4.6 Novo Regime da Contratação Pública garante gestão transparente dos bens

Jornal de Angola

15 de Dezembro de 2010

A secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe, garantiu ontem, em Luanda, que a aprovação da Lei que regula o novo regime da Contratação Pública, que entrou em vigor a 7 de Dezembro, vai garantir uma gestão célere e transparente dos bens públicos.

Valentina Filipe discursava na abertura do seminário sobre “Processo de Compras no Âmbito da Lei da Contratação Pública” e informou que foi criado um gabinete da Contratação Pública que actua como entidade supervisora e de fiscalização, prestando apoio ao Executivo.

“E da responsabilidade do Departamento de Aprovisionamento Público organizar o processo de compras a nível nacional, provincial e municipal”, disse Valentina Filipe, acrescentado que tem um papel regulador na gestão dos contratos com os fornecedores, actuado de forma conjunta com diversos órgãos orçamentais, garantindo a correcta separação de funções e transparências nos processos de compras públicas.

Valentina Filipe anunciou a necessidade de certificar e avaliar os fornecedores de Estado, com base em critérios de conhecimento de todos, para evitar a falência de empresas, dificuldades de entrega de bens e prestação de serviço de qualidade e assegurar a equipe no processo de licitação. “O novo modelo de Contratação Pública não tem como missão centralizar as compras públicas ou retirar autonomia dos gestores, mas permitir que utilizam as melhores ferramentas de gestão consigam administrar recursos públicos de forma racional e efectiva”, sublinhou.

Janeiro de 2011 uma formação de formadores dirigida aos “assistentes de compras”, que constituem os agentes dos organismos ministeriais, sobre o novo regime da contratação pública.

O técnico do Ministério das Finanças, Alexandre Júlio, que abordou o tema “Alterações no processo de compras”, informou que formação de formadores vai basear-se nos módulos sobre políticas do processo de compras, técnica de negociação, gestão de relação com os fornecedores e riscos e controlos.

“A formação visa alcançar o sucesso na execução de boas práticas de gestão dos bens públicos no processo de compras”, sublinham acrescentando que o Ministério das Finanças pretende com a formação de formadores difundir informações sobre as melhores práticas de gestão de acordo com a Lei.

4.7 OGE 2011: investimento leva corte de Kz 162 mil milhões e excedente passa de 2% para 3,5% do PIB

O País

17 de Dezembro de 2010

O orçamento Geral do Estado para 2011 foi aprovado com um corte no investimento programado no documento inicial, da ordem dos 20%. Com efeito, a recomendação é de redução da despesa de capital em cerca de Kz 162 mil milhões.

No seu conjunto, a despesa de capital programada na proposta orçamental ascende a Kz 2.033,75 mil milhões, englobando despesas de investimento (Kz 973,396 mil milhões), transferências de capital (Kz 11,59 mil milhões), despesas de capital financeiro (Kz 1.048,76 mil milhões) e reservas (Kz 20 mil milhões). Mas tudo leva a crer que o corte irá mesmo incidir sobre o investimento dado que, como argumento a seu favor, foi tido “em conta o nível de execução histórico dos anos 2006 a 2009 revelar que o nível de execução média de tais despesas não ultrapassar 60 a 80%”.

O OGE 2011, que foi aprovado na generalidade pelo plenário da Assembleia Nacional no passado dia 18 de Outubro no passado dia 18 de Outubro, traz ainda outras novidades na sua versão [mal, ou seja, após passar pelo crivo da discussão na especialidade em sede das diversas comissões parlamentares especializadas. O peso percentual das despesas com o sector da saúde é aumentado para 5% (o equivalente a Kz 44 mil milhões), sendo que na proposta inicial apresentada à Assembleia Nacional absorvia apenas 3,8% dos gastos totais. Com este suplemento a saúde ultrapassa a habitação e serviços comunitários (com 4,9%), e posiciona-se, do ponto de vista da distribuição funcional da despesa, logo a seguir à educação (que absorve 8% do total), a qual não conta com qualquer suplemento, não obstante os relatórios das comissões especializadas também apontarem para um reforço dos gastos no ensino. Dos 31,6% da despesa consignada pelo OGE 2011 aos sectores sociais, é à protecção social que continua a caber o maior quinhão: 12,8% da despesa orçamental global.

A outra novidade é a decisão de aumentar a receita prevista para o sector não petrolífero em Kz 10,60 mil milhões. Na proposta orçamental eram inscritos Kz 662,3 mil milhões de receitas provenientes da cobrança de impostos ao sector não petrolífero, o que se traduziria numa variação da ordem dos 7,9% em relação à receita que se projecta recolher no corrente ano.

A versão final do OGE 2011 acrescenta à receita fiscal captada no sector não petrolífero Kz 10,6 mil milhões, passando assim o total programado a somar Kz 672,9 mil milhões, aproximando-se da receita programada para o corrente ano (Kz 673,2 mil milhões).

O Relatório/Parecer da Assembleia Nacional sobre

o OGE 2011 considera que, “com base nas projecções, pode-se conseguir um aumento da receita (prevista para o sector não petrolífero) em cerca de Kz 10.600.000.000,00”. Registe-se a este respeito que o Relatório de Fundamentação do OGE 2011 estima que o sector não petrolífero cresça a um ritmo de 11,2% no próximo ano, bastante acima dos 5,7% previstos para 2010. Já o sector petrolífero deverá desacelerar ligeiramente, passando de um crescimento estimado em 2010 de 2,7% (o que é muito bom, atendendo a que recupera de um crescimento negativo de 5,1 % verificado em 2009) para um crescimento de 2,3%. As receitas resultantes dos impostos cobrados ao sector não petrolífero cresceu a um ritmo de 9,5% em 2009 e, projecta-se, cresça a um ritmo de 10,1 % este ano.

O balanço destes ajustamentos (aumento das despesas com a saúde, aumento da receita fiscal captada junto do sector não petrolífero e redução da despesa de capital) resulta numa diminuição da despesa total em Kz 128,6 mil milhões, passando o saldo orçamental a ser excedentário em 3,5% do produto interno, um bom bocado acima do objectivo que era apontado na proposta orçamental: 2% do PIE.

“Falta credibilidade”, diz a Oposição

A alegada falta de previsibilidade da execução do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, foi uma das causas de terminantes para o voto negativo da bancada da UNITA, partindo da posição manifestada na declaração política, lida por Jaka Jamba. O deputado considera que o OGE 2011 denota dependência em relação ao petróleo, cujo preço é ditado pelo mercado internacional, facto que ilustra que qualquer alteração de conjuntura internacional pode afectar imediatamente a performance da economia angolana. O preço médio do barril de petróleo subjacente ao OGE foi estimado em 68 dólares

“Continuamos a pecar por uma falta de previsão e de leitura dos sinais do tempo” disse o deputado, lembrando que já nos anos de 2006 a 2008 se esperava uma taxa de inflação da ordem dos 10%, sendo que, contudo, a verificada se fixou nos 12,21%.

No entendimento do PRS, a elaboração do OGE deveria obedecer rigorosamente ao princípio da integridade e às regras da universalidade, que se traduzem em unidades orçamentais, bem como aos princípios da discriminação orçamental e controlo público, entre outros, cuja aplicação se traduz na transparência da gestão orçamental. Sapalo António (PRS) lembra, por outro lado, que muitas das obras iniciadas continuam por terminar, referindo o caso concreto da rede rodoviária, para além de defender a implementação do subsídio de desemprego para todos os angolanos, por acreditar que país detém recursos suficientes para tal.

O líder da bancada parlamentar da FNLA, Ngola Kabango disse esperar que OGE para 2011 seja um instrumento que permita ao Executivo assegurar aos angolanos uma melhor qualidade de vida, saúde, alimentação e habitação, reiterando a necessidade da eliminação das assimetrias regionais, apontadas como factor impeditivo do desenvolvimento harmonioso do país.

4.8 Governo contra conflitos de terra

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

AS AUTORIDADES da província do Uíge querem acautelar possíveis conflitos de terra naquela região, onde já se nota um movimento medonho de pessoas com tendência para a expropriação de terras.

A tendência de incursão é já evidente nos municípios de Negage, Uíge, Puri, Bungo, Sanza Pombo, Quitexe.

Uma fonte governamental, que prestou a informação ao Novo Jornal, referiu que as administrações municipais têm vindo a promover espaços de diálogo, junto das autoridades tradicionais, informando-os sobre os propósitos do Governo relativamente à problemática da terra.

“O Governo não pode prejudicar os camponeses, visto que a Lei é clara: são reconhecidas às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei”, argumentou.

“A expropriação de terras a algumas populações provoca ira”, resumiu a fonte, reconhecendo que chegam informações referindo que grandes fazendeiros com poder económico querem expropriar “abusivamente” terras que pertencem à população. “O executivo tem os seus objectivos no sentido de reconstruir o país, mas não deve lesar os camponeses, obrigando-os a abandonar forçosamente as suas terras que lhes foram deixadas pelos seus antepassados”, disse o soba Domingos Malungo, do município de Sanza Pombo.

Para o mesmo soba, as fanúlias ocupam e cultivam as suas terras há longos anos e ali constituíram as suas fanúlias, casas, roças. “Mesmo produzindo e vivendo há tanto tempo naquelas terras, já aparecem vigaristas a aliciar as autoridades governamentais para penalizar o povo”, explicou.

O estudante de agronomia João Nkoxi entende que a invasão injusta das terras dos camponeses é um processo de dilaceramento da cidadania no campo.

“A actual Lei de Terras foi debatida por organizações da sociedade civil e partidos políticos. Ela não deve ser cumprida em defesa de todos os angolanos”, acrescentou. O comerciante Domingos da Silva diz que os desprovidos economicamente não podem ser despojados das suas terras porque tornam-se assim cada vez mais pobres.

“A questão do conflito de terras em Angola é uma realidade, sendo urgente a tomada de medidas para mudar

este cenário. Felizmente para nós, aqui no Uíge, a situação ainda não é dramática”, reconheceu o comerciante. Na sua opinião, todos os uigenses têm direito à terra, visto que a região possui vasto espaço que ninguém explora.

Segundo uma fonte ligada ao sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural, nos últimos tempos, a utilização da terra em actividades agropecuárias regista, de momento, um acompanhamento actualizado susceptível de caracterizar o sector. Para a mesma fonte, as características ecológicas e a abundância de água, além de proporcionar condições ideais para a cultura de diversos produtos, conferem à província, por um lado, vastas possibilidades de atingir um nível de ampla diversificação agrícola em todo o seu território, desde que haja um apoio substancial.

“A direcção da agricultura. está aberta aos que queiram investir neste sector, sem, no entanto, prejudicarem os camponeses”, referiu, salientando existirem vários pedidos relativamente à actividade pecuária nos municípios de Negage, Bungo, Alto Cauale, Puri Kangola, Sanza Pombo, Songo, Damba e Maquela do Zombo.

4.9 Educação e Saúde recebem menos do que em 2010

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

As análises podem incidir sobre a perspectiva que o analista quiser, mas contra factos não há argumentos: o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011, votado (e aprovado pela maioria do MPLA) na generalidade terça-feira, 14, atribui menos verbas a dois sectores fundamentais para o desenvolvimento do país - saúde e educação. Por outro lado, os gastos com segurança, defesa, ordem pública e agricultura vão aumentar.

Os dados foram analisados e tomados públicos através de um documento bunlado pelo Observatório Político e Social Angolano (OPSA) e pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). Assim, o sector educativo representará uma despesa equivalente a cerca de 2,6 biliões de dólares, o que corresponde a uma redução de 5,47% comparativamente a 2010. Quanto à saúde, a proposta de OGE para 2011 aloca cerca de 1,5 biliões de dólares, o que significa uma diminuição na ordem dos 5,32% comparativamente a 2010.

Este dado é de difícil compreensão, sobretudo quando comparado com outros sectores aparentemente menos essenciais - referimo-nos concretamente aos quase 7 biliões de dólares (um ligeiro acréscimo quando comparado com 2010) que Angola irá despende ao nível da segurança, defesa e ordem pública. Depois de oito anos de paz, o peso do exército continua a ser enorme, ao mesmo tempo que a aposta na requalificação da Polí-

cia acarreta elevados custos. Para compor o ramalhete, os serviços de inteligência interna e externa, absorvem um elevado quinhão do aGE, como tem sido habitual. Relativamente à agricultura, os gastos vão aumentar em 7,44%. o relatório do ApSAJ ADRA realça que é uma medida “positiva”, mas realça que o valor total “se mantém a um nível ainda muito inferior ao desejável e ao que Angola se comprometeu no âmbito do CAADP2 (Programa Global de Desenvolvimento da Agricultura em África, um programa no âmbito do NEPAD e onde os estados africanos se comprometem a dedicar 10% dos seus orçamentos à agricultura). A previsão de despesas com a Agricultura na Proposta do OGE 2011 é de 490 milhões de dólares.

O cenário começa a ganhar fortes contornos de inquirição quando a análise descai para a comparação com os OGE de outros países africanos. Segundo o relatório divulgado durante a semana, “a importância relativa que Angola tem dado aos sectores da educação (6,0% na proposta para 2011) e da saúde (3,4% na proposta para 2011) está muito abaixo da importância que muitos outros países (alguns com menos recursos que Angola) reservam a estes sectores”.

Para a educação, Angola e o Congo Democrático (8% em 2005) são os únicos países da África Subsaariana que despendem menos de 10% dos seus orçamentos nesta rubrica. “Mesmo países saídos recentemente de conflitos como o Burundi (22%, 2008) e Cote D’Ivoire (25%, 2008), gastam, em termos reais, acima dos 20% para a educação, de acordo com o Banco Mundial (2010) citado pelo African Monitor (Development Support Monitor, pg 11)”, assegura o observatório. Como Angola se comprometeu junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) a despendar um mínimo de 20% para o chamado sector social caso contrário estava afastada a possibilidade da instituição de Bretton Woods financiar o Estado angolano - fica claro que é a rubrica “serviços de protecção social não especificados” que permite fazer cumprir aquele condicionalismo da finança internacional. Uma solução “pouco transparente”, como lembra o OPSA e a ADRA.

APROXIMAR O OGE DO CIDADÃO Actualmente, o OGE continua a ser praticamente desconhecido da maioria dos cidadãos. O que não é de estranhar, uma vez que os níveis de iliteracia, por um lado, e a dificuldade de acesso a informação plural e diversificada é enorme. Consequência: os governados não participam na discussão acerca do documento e as organizações da sociedade civil, igrejas e parceiros sociais se participam, acabam por não fazer valer os seus pontos de vista. Os mecanismos de pressão são ineficazes e é o MPLA, respaldado por uma maioria de mais de 80% dos deputados na Assembleia Nacional, que elabora o orçamento a seu bel-prazer.

“Foram feitas consultas, mas é ainda bastante limitada

a discussão pública e a busca de concertação com os diferentes actores sociais. Um alargamento da base de consulta é, por isso, necessário para futuros processos”, recomendam os autores do estudo. Por outro lado, “não se possuem também evidências de terem sido tomadas iniciativas de auscultação sobre o OGE, por parte dos diferentes grupos parlamentares, e dos deputados eleitos pelos círculos provinciais, junto dos cidadãos”. Isto limita a possibilidade dos eleitores fazerem ouvir a sua voz junto daqueles que têm o mandato de os representar nas decisões que se tomam ao nível da Assembleia Nacional. O cenário aqui colocado é claro e deve ser mudado, assim exista vontade política e vontade dos parceiros sociais em trabalhar afincadamente num objectivo: divulgar, sobre as mais diferentes perspectivas, a importância do Orçamento Geral do Estado e o impacto que tem na vida dos cidadãos. Esta aproximação deve também contar com a força dos partidos na oposição (que não costumam ter voz activa no lançamento de um escrutínio público à volta deste tema) e deve resultar, no final do encadeamento, numa participação responsável mas decisiva por parte da sociedade.

Como isto não acontece “é de prever que dificilmente as prioridades definidas no OGE sejam perfeitamente alinhadas com as necessidades expressas pelos cidadãos e pelas prioridades definidas nas comunas e municípios” do país, alerta o OPSA e a ADRA.

4.10 Oposição chumba OGE 2011-02-24

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

O ORÇAMENTO Geral do Estado para 2011 foi aprovado na generalidade, apenas pelos deputados do MPLA com 166 votos. Todos os deputados (22) representantes da oposição parlamentar, presentes, votaram contra e não houve abstenção.

O Orçamento Geral do Estado para 2011, estima receitas e despesas na ordem de quatro triliões, cento e setenta e dois biliões, quatrocentos e dezassete milhões, seiscentos e sessenta e três mil e cento e quarenta e cinco Kwanzas. Do seu valor global, 886 biliões, 208 milhões, 340 ml1 e 517 kwanzas se destinam ao Programa de Investimentos Públicos.

As projecções apontam para que em 2011 se observe um aumento das despesas com os encargos financeiros em detrimento das despesas com a defesa, segurança e ordem pública, bem como o sector económico e administração.

Deste modo, o orçamento continua a privilegiar o sector social com 31,5 por cento, registando-se um aumento em relação a 2010, em um por cento.

Os objectivos do Executivo para o próximo ano são, do ponto de vista sectorial, implementados através de

grandes programas, que incluem as despesas de execução, manutenção e de investimentos necessários aos objectivos pretendidos.

Para o efeito, nos sectores sociais, os programas atendem às suas prioridades consubstanciadas na educação, no alargamento do acesso ao ensino e melhoria da sua qualidade. A melhoria dos serviços da saúde, primando pelo combate às grandes endemias, das quais como Sida, bem como das condições habitacionais e da protecção social, são igualmente metas a atingir.

O sector da Saúde poderá assim consumir ao longo do ano 2011 um valor monetário global estimado em mais de dois mil milhões de dólares norte americano em virtude do ajustamento que será feito em conformidade com o aumento das suas despesas de 3,78 por cento para 5, previsto no OGE aprovado terça-feira.

O prognóstico é do ministro das Finanças, Carlos Lopes, acrescentando que com tais ajustamentos, a serem feitos em função da decisão dos deputados, será afectada à função saúde uma verba adicional de cerca de 44 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 450 milhões de dólares. Ao pronunciar-se sobre o OGE para o próximo ano, o governante sublinhou que os ajustes propostos consistem na dotação total para a Saúde em cerca de 128 mil milhões de kwanzas e uma reafecção de cerca de 44 mil milhões de kwanzas, elevando a sua cabimentação orçamental para um valor actual acima de USD dois mil milhões.

Neste contexto, o ministro das Finanças informou ser intenção do seu pelouro reforçar a dotação orçamental para a compra agrupada de medicamentos em 4,7 mil milhões de kwanzas, perfazendo o valor em 8,2 mil milhões de kwanzas.

De acordo com Carlos Lopes, poder-se-á também reforçar o orçamento dos Hospitais Gerais de referência, nomeadamente o Josina Machel, Américo Boavida e Centro Nacional de Oncologia, bem como os hospitais provinciais e municipais com despesas adicionais no valor de 5,5 mil milhões de kwanzas. “Pretende-se igualmente reforçar a cabimentação orçamental para a aquisição de medicamentos essenciais, em 831 mil milhões de kwanzas, perfazendo-se assim um valor orçamental para o ano 2011 de 2,5 mil milhões de kwanzas” - explicou, acrescentando não ter qualquer comentário a fazer em relação as emendas expressas sobre o OGE. A mesma acção será extensiva à campanha de vacinação para se atingir a cifra de 1,7 mil milhões de kwanzas, através do reforço de 1,4 mil milhões de kwanzas. Igualmente vai-se reforçar o montante para a implementação da bio-segurança nas unidades sanitária em 238,7 milhões de kwanzas, perfazendo assim um valor de 336,2 milhões. Adiantou que será criado um programa específico com a designação “Cuidados Primários de Saúde” no valor de 191,52 mil milhões de kwanzas para cada 1 dos 163 municípios, cujo valor a inscrever no Orçamento Geral

do Estado é de 31,2 mil milhões de kwanzas, ou seja o equivalente em kwanzas a 318,4 milhões de dólares.

Na ocasião, o titular das Finanças explicou que para alimentar o programa do Executivo de financiamento público, Angola fez recurso a ajudas externas e estabeleceu acordos de créditos com o Ex Bank da China e o Banco de Desenvolvimento da China.

Assim sendo, disse que com o Ex Bank da China foram contratados 4,5 mil milhões de dólares divididos em três facilidades, estando deste valor contratado, comprometidos 3,9 mil milhões de dólares.

“Com o Banco de Desenvolvimento da China foram contratados financiamentos no valor de 1,5 mil milhões de dólares. Nesse momento nós temos uma ínfima parte apenas comprometida - 107 milhões de dólares comprometidos” - precisou. Em traços muito reduzidos, pró seguiu o interlocutor, o perfil dos dois financiamentos referidos podem ser descritos da seguinte forma: “Tratam-se de financiamentos com prazos de 15 anos; com uma taxa de juro de 1,5%; financiamento que prevêem desembolso com prazos de três anos e com reembolso de 12 canos”.

Por outro lado, o ministro das Finanças, manifestou-se a favor de uma afectação de 20 por cento das dotações do programa integrado de combate à pobreza e desenvolvimento rural.

Aprovado com 166 votos a favor, 22 contra e nenhuma abstenção, o OGE para 2011 estima receitas e despesas na ordem de quatro triliões, cento e setenta e dois biliões, quatrocentos e dezassete milhões, seiscentos e sessenta e três mil e cento e quarenta e cinco kwanzas, privilegiando o sector da saúde.

4.11 Fraca execução transparece ineficiências

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

Uma das questões menos discutidas acerca do OGE, mas que será das mais importantes, é a execução que se faz daquilo que está planificado. Porque uma coisa é identificar estratégias e alinhar orçamentos para as cumprir, mas a grande diferença é depois marcada no terreno - entre aqueles que conseguem executar com competência o que está previsto e os outros, aqueles que por falta de conhecimento, organização ou vontade deixam de avançar com os projectos orçamentados.

De facto Angola não está bem neste campo - afinal, “os dados revelam um claro incumprimento das previsões orçamentais (44% das receitas e 33% das despesas), denotando incapacidade de cobrança, por um lado, e uma baixa taxa de execução dos programas fixados”, segundo a análise a que o Novo Jornal teve acesso. Se havia dúvidas acerca de falta de eficácia da máquina

pública, mais uma vez os factos comprovam argumentos. Esta situação acaba por traçar uma linha descontinuada no trabalho da administração central, que resulta depois numa série de incongruências - salários em atraso, falta de liquidez por longos períodos em ministérios e estruturas públicas, desequilíbrios na balança de pagamentos, projectos que arrancam em grande velocidade e depois quase são abandonados... “Isto tem um efeito muito negativo sobre as famílias e sobre o desenvolvimento global da economia por minar o desenvolvimento do sector empresarial angolano”, frisa a parceria OPSA/ ADRA.

Mas há mais: “Por outro lado, é comum surgirem períodos de pressão para que se gaste de forma acelerada em períodos curtos - geralmente no fim do ano - o que afecta a qualidade da despesa. Estes desvios aos prazos dos desembolsos limitam a implementação das medidas preconizadas e tornam ineficaz a política económica, comprometendo os objectivos fixados”. Os sucessivos relatórios de execução do OGE têm revelado uma fraca capacidade de execução, tanto pelas estruturas centrais, como pelas locais, do Estado.” Por detrás deste facto poderá estar uma combinação de limitações ao nível da capacidade de análise da realidade socioeconómica, concertação, previsão, programação, implementação, acompanhamento e avaliação dos projectos.

Não é uma grande novidade, mas não há como deixar de falar na doença centralizadora que o país sofre - Luanda come tudo e deixa apenas migalhas para as restantes províncias. Mesmo ao nível orçamental. Depois, a forma como o Executivo funciona (decidindo tudo a partir da Cidade Alta, sobretudo o que está fora da adjudicação prevista nos programas provinciais e municipais) potencia a constante procura pela capital, que se continua a registar a um ritmo preocupante.

Por exemplo: o orçamento para algumas províncias está abaixo dos 0,5% do orçamento total, mas a rubrica híbrida e opaca classificada de “Serviços de Protecção Social Não Especificados” tem um peso de 12% no orçamento total. Entretanto, podemos olhar para outro exemplo. “A análise da distribuição efectiva da despesa pública (com base na informação presente nas Despesas por Programa) mostra que, em termos de despesa per capita, à província de Luanda é alocada três vezes mais do que a média do país. Constata-se assim que as despesas públicas têm sido a principal causa das assimetrias económicas regionais e das assimetrias demográficas verifica das em Angola”, regista o relatório citado.

É preciso ter também em atenção que a distribuição local das despesas públicas não depende do orçamento alocado a cada província pois devem ser também consideradas as despesas do Governo Central em cada província. Recorde-se que, tal como tem acontecido em anos anteriores, só o Governo Central executa 87% da despesa - o que confirma que o orçamento verdadeiramente local, gerido nas províncias, é irrisório e repre-

senta apenas as despesas correntes. Investimentos, programas de infra-estruturas e outros projectos de impacto são, regra geral, decididos, adjudicados e geridos a partir de Luanda e da Cidade Alta.

Esta situação tem uma consequência óbvia: Luanda já concentra cerca de 30% da população total do país.

4.12 Assembleia Nacional aprova OGE para 2011

O Independente

18 de Dezembro de 2010

O Orçamento Geral do Estado para 2011 foi aprovado na especialidade pelos deputados à Assembleia Nacional com 166 votos a favor, 22 contra e nenhuma abstenção. O Orçamento Geral do Estado para 2011, estima receitas e despesas na ordem de quatro triliões, cento e setenta e dois biliões, quatrocentos e dezassete milhões, seiscentos e sessenta e três mil e cento e quarenta e cinco Kwanzas. Do seu valor global, 886 biliões, 208 milhões, 340 mil e 517 kwanzas se destinam ao Programa de Investimentos Públicos.

As projecções apontam para que em 2011 se observe um aumento das despesas com os encargos financeiros em detrimento das despesas com a defesa, segurança e ordem pública, bem como o sector económico e administração. Deste modo, o orçamento continua a privilegiar o sector social com 31,5 por cento, registando-se um aumento em relação a 2010, em um por cento.

Os objectivos do Executivo para o próximo ano são, do ponto de vista sectorial, implementados através de grandes programas, que incluem as despesas de execução, manutenção e de investimentos necessários aos objectivos pretendidos.

Para o efeito, nos sectores sociais, os programas atendem às suas prioridades consubstanciadas na educação, no alargamento do acesso ao ensino e melhoria da sua qualidade.

A melhoria dos serviços da saúde, primando pelo combate às grandes endemias, das quais o HIV/Sida, bem como das condições habitacionais e da protecção social, são igualmente metas a atingir.

4.13 Arguido fala em implicação de figuras no roubo de milhões de dólares

Angolense

De 25 de Dezembro de 2010

à 15 de Janeiro de 2011

Almerino Manhenje disse abertamente ao juiz da causa, Qctávio Tchuma, que “há perguntas que não posso responder em nome da segurança do Estado e da paz” e

acrescentou: se o mentissi mo insistir que eu responda, é melhor notificar os meus superiores hierárquicos que têm competências para isso”. As suas declarações levaram a que viessem a baila os nomes do então Presidente da República, Joaquim Chissano e Luísa Dias Diogo, Primeira-Ministra de Moçambique no período em que supostamente foram roubados 250 milhões de meti cais (cerca de nove milhões de dólares norte-americanos).

O juiz nem sequer aceitou a justificação do réu Almerino Manhenje de notificar Chissano e Diogo para o banco dos réus, tendo argumentado que “o julgado capaz de se defender é o réu Manhenje e não os seus superiores hierárquicos”, mas, mesmo assim, o juiz não mais insistiu e prosseguiu com o julgamento até ao fim, tendo fixado o dia 22 de Março de 2011 para a leitura da respectiva sentença.

No mesmo processo estão o ex-director nacional das finanças e seu adjunto no Ministério do Interior, Rosário Fidelis e Álvaro de Carvalho, respectivamente. Aliás, o roubo que fez o ex super ministro e dois colaboradores seus incidiu mais nos pagamentos a pessoas estranhas ao Estado moçambicano com o dinheiro do ministério. Os referidos pagamentos, segundo Manhenje, foram feitos a informadores de esconderijo de armas que serviram para a guerra sangrenta dos 16 anos movida pela Renamo de Afonso Dhlakama para que tais armas fossem recolhidas e destruídas após os acordos de paz assinados em Roma entre. O governo e a liderança da Renamo, a 4 de Outubro de 1992. Contudo, as explicações do réu Manhenje constituíram infracção grave para os inspectores das finanças durante a auditoria que detectou o uso indevido ou simplesmente roubo de cerca de nove milhões de dólares.

Curiosamente, o Estado moçambicano sempre colocou à disposição do Ministério do Interior um determinado valor visando pagar despesas extras que por sua natureza delicadeza não podem ser reveladas publicamente em benefício da segurança do Estado e da paz, para além de que o orçamento anual do Ministério do Interior foi sempre aprovado pelo Tribunal Administrativo e pela Assembleia da República, factos usados pelos réus para consubstanciar a sua inocência no roubo daquele montante.

Por sua vez, o Ministério Público insistiu nas alegações finais que os réus agiram à revelia das leis e regulamentos de uso do dinheiro do Estado, sendo que para isso devem ser condenados a penas pesadas e reembolsar o Estado todo o dinheiro supostamente roubado. Importa lembrar que Almerino Manhenje é acusado neste processo de ter praticado crimes de abuso de poder, violação de legalidade orçamental, pagamento ilícitos e encobrimento de crimes.

Este é o terceiro julgamento de “pesos pesados” neste país. O primeiro foi o “caso Aeroportos de Moçambique” em que o respectivo PCA, Diodino Cambaza, foi condenado 20 anos e está a cumprir, bem como o ex-minisrro dos Transportes e Comunicações, António Francisco Munguambe foi igualmente sentenciado a 20 anos mas ainda não está preso. O segundo mega julgamento foi o “caso CPD Centro de Processamento de Dados”, cujo respectivo director e seu financeiro foram condenados a 20 anos de cadeia provado que foi o seu envolvimento directo no roubo que desfalcou o Estado moçambicano em milhões de meticais.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Ministro Bornito de Sousa defende trabalho de equipa

Jornal de Angola
1 de Dezembro de 2010

O Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, apelou, ontem, ao empenho e trabalho da nova equipa do governo provincial de Luanda para solucionar os problemas da capital.

Bornito de Sousa, que falava na apresentação do novo governador, José Maria dos Santos, e dos vice-governadores, disse que o governo provincial e as estruturas municipais devem empenhar-se e trabalhar em conjunto. O ministro, que classificou prioritária a organização administrativa da província, lembrou que existem municípios muito extensos e com grande concentração populacional e de infra-estruturas.

Bornito de Sousa considerou acertado o enquadramento das novas centralidades, designadamente as de Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Zango.

“As novas estruturas devem primar pela organização e evitar a transferência das dificuldades de gestão, o uso indevido dos equipamentos e dos solos, bem como as construções anárquicas”, sublinhou. E importante e necessário, referiu, promover a boa conduta nos centros urbanos, o bom convívio entre os cidadãos e a resolução de questões comunitárias, com destaque para a energia, água, recolha de resíduos sólidos e transporte.

O orçamento de Luanda, frisou, deve basear-se, fundamentalmente, na cobrança de impostos.

O ministro louvou o empenho da equipa do governo provincial que cessou funções e pediu-lhe que colabore com o novo elenco.

Foram apresentados o novo governador, José Maria Ferraz dos Santos, e os vice-governadores Manuel Ventura Catraio (sector económico), Jovelina Alfredo António Imperial (político e social), Cada Leitão Ribeiro de Sousa (técnicos e infra-estruturas) e Graciano Francisco Domingos (organização administrativa).

5.2 Apresentadas linhas mestras para a governação de Luanda

Jornal de Angola
2 de Dezembro de 2010

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó, foi ontem ao Comité

Provincial de Luanda do MPLA apresentar o programa detalhado para a governação da província de Luanda que prevê acções de grande impacto da responsabilidade do Executivo e do governo local.

O plano incorpora o reforço das competências técnicas da instituição e a delimitação de poderes das Administrações Municipais.

Uma área que vai ser reforçada é a jurídica, para cuidar dos contratos, do contencioso e dos litígios provocados pelas transgressões administrativas.

O reforço dos financiamentos ao Governo Provincial de Luanda também faz parte do plano. Está em curso a alteração da Lei das transgressões Administrativas e a elaboração do novo diploma sobre taxas e multas que permitem obter receitas próprias.

O plano para melhorar o Governo da Província de Luanda prevê a regulação da ocupação e uso do solo, com o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, que se encontra em execução. O futuro diploma que aprova o Plano Director vai determinar as áreas de terrenos que ficam fora do comércio e as do domínio privado. O Executivo criou a Empresa de Limpeza e Manutenção das Valas de Drenagem que tem intervenções permanentes no Rio Seco, Samba, Cazenga, Senado da Câmara e Lagoa de São Pedro. Também são da responsabilidade do Poder Central a conclusão e estrada de serviço da via rápida entre Luanda e Viana, a reabilitação da Avenida Ngola Kiluange, da Quarta Avenida, Estrada do Golfe, Quinta Avenida, Sexta Avenida, construção de infra-estruturas da área da Boavista, construção da via rápida entre Luanda e Kifangondo e construção da auto-estrada periférica de Luanda. A reabilitação da estrada entre Viana e o Kikuxi, ampliação da estrada do Golfe no troço entre o Gamek e o antigo Controlo da Polícia estão também entregues ao Executivo.

Unidades técnicas

O plano visa dotar o Governo Provincial de Unidades Técnicas Municipais que vão garantir intervenções na cidade que vão melhorar a qualidade de vida dos luandenses.

Para corrigir as assimetrias na gestão financeira, vão ser encerradas de imediato todas as contas bancárias dispersas, alimentadas por várias receitas. O plano impõe a criação de uma Conta Única do Tesouro Nacional. Os gestores municipais vão ter cursos de formação.

Ocupações ilegais

O Governo Provincial passa a licenciar e fiscalizar as instalações onde são armazenados combustíveis e outros produtos perigosos.

Aos serviços do Governo Provincial compete o licenciamento e fiscalização dos recintos de espectáculos, cobrar taxas em praças, mercados, feiras, publicidade na via pública, cobrar multas por construções, projec-

tos ou licenças, por poluição sonora ou ambiental. O plano para o Governo de Luanda prevê a criação de mecanismos que permitam controlar e registar todos os terrenos disponíveis para construção, distinguindo os de domínio público e os que pertencem os privados. Para os processos de urbanização dos terrenos o Governo Provincial vai criar uma base de dados de imóveis, do sistema de planeamento, das redes técnicas e recensear todas as intervenções urbanísticas.

Nesta área vão ser elaborados planos territoriais e o regulamento de operações de licenciamento. Vai ser aprovada uma lei para criminalizar as ocupações e venda ilegal de terrenos. No diploma legal, a ocupação ilegal de um terreno passa a ser crime público e por isso não necessita de queixa.

5.3 GPL deve apostar mais nos impostos

Semanário Continente
3 de Dezembro de 2010

O orçamento de Luanda é uma preocupação e o actual elenco governativos deve adquirir rendimentos, fundamentalmente, da cobrança de Impostos

O novo governador da Província de Luanda, José Maria dos Santos, e os vice-governadores, foram apresentados na terça-feira, 30 de Novembro, pelo ministro da Administração do Território, Bomito de Sousa, que pediu ao novo elenco empenho e trabalho em conjunto, com as estruturas municipais, para solucionar os problemas de Luanda.

De acordo com Bornito de Sousa, a organização administrativa da Província é prioritária. Contudo, O orçamento de Luanda é uma preocupação e o actual elenco governativo deve adquirir rendimentos, fundamentalmente, da cobrança de impostos.

O ministro aconselhou os governantes ora empossados a dedicarem mais atenção às pequenas e médias actividades comerciais e económicas, espalhadas por toda a província que devem ser legalizadas e consequentemente contribuir para o erário público com o pagamento de taxas ou impostos, de acordo com o rendimento de cada uma.

Assim sendo, o Governo Provincial de Luanda (GPL) terá mais meios para resolver os diversos problemas com que se debate a capital dos pais. Mas, para tal, é necessário implementar-se uma rigorosa organização, acabar com a corrupção e os desvios, para que os valores provenientes dessas cobranças entrem para os cofres do Estado, para benefício de toda a população e não de meia dúzia de I aproveitadores da fiscalização, da policia económica ou de ordem pública, entre outros, que vão enriquecendo à custa do sacrifício do povo, como acon-

tece actualmente com as taxas pagas diariamente por quem vende nos mercados de Luanda, sejam eles oficiais ou Informais e pelos milhares de cantinas, botequins, casas de fotografias, fotocópias, digitalização de documentos, salões de beleza, barbearias e demais actividades lucrativas, algumas bastante caras para o tipo de serviço que prestam, espalhadas por todos os bairros da cidade, exploradas maioritariamente por estrangeiros. Quem autoriza tais actividades? Quem legaliza? Quais são as contrapartidas? Quanto e a quem pagam os impostos? O que é feito desses valores? São apenas algumas questões que podem ser feitas a quem de direito e com que o novo elenco governativo de Luanda tem que ter em conta, caso tenham em consideração as orientações do ministro da Administração do Território.

5.4 UNITA acusa administrador municipal do Sambizanga de desvio de fundos

Semanário Continente
3 de Dezembro de 2010

O secretário municipal da Unita no município do Sambizanga, disse que o orçamento destinado àquele município tem sido desviado para fins incertos, porquanto não tem havido transparência no uso do mesmo por parte do administrador local, nem se sabe se tem tido alguma utilidade positiva ou negativa para a comunidade. Na mesma esteira, o responsável da Unita acusa a Polícia de maltratar a população e nada fazer para acabar com a delinquência que se transformou num flagelo no município e apontou como exemplo a zungueira recentemente baleada pela Polícia no mercado de São Paulo.

Em reacção, falando à Rádio Ecclésia, o administrador municipal, José lavares, disse não ser verdade as acusações de que foi alvo a sua administração e a Polícia local por parte do secretário da Unita, porquanto a Polícia tem trabalhado em conjunto com a comunidade para prevenção da delinquência, tendo havido sinais positivos, porque inúmeros jovens têm abandonado a bandidagem e muitos chegaram a ingressar em universidades. De igual modo, afirmou que a administração trabalha com a sociedade civil organizada e são visíveis os trabalhos positivos em prol da comunidade, caso da intervenção feita na rua em que se situa a Rádio Ecclésia e a sede da Unita.

5.5 Negócios dos municípios

O País

3 de Dezembro de 2010

Doravante, as administrações municipais de Luanda vão ter competência para contratar empreiteiros quando precisarem de efectuar, nos respectivos territórios, acções de terraplanagem das vias secundárias e terciárias.

A novidade foi avançada também por Carlos Maria Feijó, na reunião que vimos referindo e que se realizou, como é público, na passada quarta-feira em sede do Comité Provincial de Luanda do MPLA.

As vias estruturantes, essas, continuarão a ser da responsabilidade do Governo Central, segundo fez questão de deixar claro o chefe da Casa Civil do PR.

Outra notícia transmitida nesse encontro por Carlos Feijó relacionasse com a criação de brigadas técnicas comunitárias, a partir de parcerias público-privadas e que poderão envolver a chamada sociedade civil (Organizações Não Governamentais, denominações religiosas e organizações juvenis). Tais brigadas servirão para trabalhar na implementação do programa de auto construção dirigida, com a utilização de kits específicos a disponibilizar.

5.6 Nova directriz dá um claro cartão vermelho a Xica

O Independente

4 de Dezembro de 2010

O ministro da Casa Civil Carlos Maria Feijó, apresentou as directrizes que doravante deverão nortear a administração a nível da capital do país, consubstanciadas num conjunto de normas que visam conformar os principais objectivos para a melhoria das condições sociais básicas para a província de Luanda.

Consta na nova acção governativa o reforço institucional, operacionalização do regime financeiro local, regulamentação da ocupação e uso de solo da província, bem como dissipa também as dúvidas quanto a intervenção do poder central sobre os mecanismos locais.

Para Carlos Feijó, as acções de impacto social ligadas ao saneamento do ambiente e energia eléctrica, são linhas de força neste referido programa, cuja concepção estrutural esteve sob responsabilidade da Comissão Técnica do Conselho Estratégico de Coordenação para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico para a cidade de Luanda, criada em Junho deste ano, pelo titular do poder executivo, o presidente da República José Eduardo dos Santos.

“Há tarefas de responsabilidade local que incidem sobre o território de Luanda e estes são da competência do Governo Central, cuja implementação competirá ao Conselho da Comissão Estratégica com o apoio da comissão técnica”, esclareceu o governante.

Nova directriz não se compatibilizaria com lica
 “Assumimos, há dois anos, o compromisso de realizar mudanças nos nossos métodos de gestão e de trabalho, (...) mas a verdade é que alguns chefes de diferentes níveis continuam a trabalhar com métodos desenquadrados das normas e com dificuldades de adaptação à nova era”, asseverou o Chefe de Estado angolano, quando intervinha no acto de tomada de posse dos novos membros do executivo, à luz da recente remodelação governamental. Segundo o que O Independente apurou, a exoneração de Francisca do Espírito Santo, que esteve a frente do governo da província de Luanda desde Abril de 2008, teve como base os constantes incumprimentos das orientações emanadas do poder central, tal como nas entrelinhas dissera JES, nomeadamente a falta de um programa prévio, estrutural. No que toca ao programa provincial de habitação social, a Presidência da República, verificando a “gafe”, incumbiu à Rosa Pacavira, secretária da PR para os Assuntos Sociais, o dever de permanentemente constatar in-loco as áreas que mereciam intervenção urgente do governo, bem como balancear os relatórios que a governadora enviava para apreciação central.

O esvaziamento de poder submetido a Francisca do Espírito Santo, levou a que o Presidente da República, (após ouvir o Conselho de Ministros, seu órgão de consulta), assumisse in-situ a responsabilidade dos principais assuntos referentes aos investimentos públicos e privados para Luanda.

Junta-se também a isso o rol de atropelos administrativos de Francisca do Espírito Santo, as altercações que a mesma vinha tendo com o ‘seu adjunto para a Área Técnica, Bento Frago Soito, factor que levou a que a governadora esquivasse sempre alguns despachos que deveriam estar estritamente sob a batuta do seu “Vice”, tendo preferido despachar com o arquitecto Hélder José, director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, IPGUL, que substituíra assim, tecnicamente, Bento Soito.

Os valores da venda de vários espaços tanto da zona urbana como periférica da província estão por apurar, naquilo que é mais um incumprimento administrativo. O aumento do lixo, até em zonas da urbe consideradas nobres, pesou sobremaneira na medida, visto que mal aqueceu a cadeira, José Maria, actual governador, exonerou Lúcio do Amaral do cargo de Director da Elisal, que foi substituído por Antas Miguel, que regenerado, dois anos depois de ser exonerado por Francisca do Espírito Santo de forma estranha, reassume o cargo na condição de membro da Comissão Técnica do Conselho Estratégico de Coordenação para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico da cidade de Luanda.

Avisado, JES, que vira assim as intenções do governo central no âmbito das requalificações de municípios,

vias estruturantes e áreas consideradas importantes para a conformação dos programas sociais e económicos de Luanda serem postergados, ante as preferências pessoais/ou privadas, procedeu, a 26 de Novembro, à exoneração da governadora provincial.

5.7 Governador recebe sobas e religiosos

Jornal de Angola
7 de Dezembro de 2010

O governador de Luanda recebeu, ontem, garantias de apoio ao programa de boa governação da província, recentemente apresentado em público, durante encontros separados que teve com autoridades tradicionais e líderes religiosos.

No decorrer dos encontros, José Maria dos Santos reafirmou que os dois segmentos da sociedade são parceiros do Governo Provincial na solução dos problemas que afligem Luanda e considerou positivo o sinal de aproximação, diante dos desafios que tem pela frente.

Em declarações à imprensa, a vice-governadora para o sector Político e Social, Jovelina Imperial, disse que a iniciativa visou reforçar o papel das autoridades tradicionais e das igrejas na mobilização e educação dos municípios com vista à melhoria do comportamento e atitude cívica.

Jovelina Imperial esclareceu que foram apontadas várias preocupações e apresentadas contribuições para a solução dos problemas ligadas à água, energia eléctrica, limpeza das valas e ao saneamento básico.

“A responsabilidade da boa governação de Luanda não pertence apenas ao Governo Provincial, mas a todos os cidadãos que residem na cidade”, disse Jovelina Imperial. O programa de boa governação de Luanda contempla a criação de Unidades Técnicas Municipais para dar resposta às necessidades básicas dos municípios.

O governador de Luanda recebeu, ontem, garantias de apoio ao programa de boa governação da província, recentemente apresentado em público, durante encontros separados que teve com autoridades tradicionais e líderes religiosos.

No decorrer dos encontros, José Maria dos Santos reafirmou que os dois segmentos da sociedade são parceiros do Governo Provincial na solução dos problemas que afligem Luanda e considerou positivo o sinal de aproximação, diante dos desafios que tem pela frente.

Em declarações à imprensa, a vice-governadora para o sector Político e Social, Jovelina Imperial, disse que a iniciativa visou reforçar o papel das autoridades tradicionais e das igrejas na mobilização e educação dos

municípios com vista à melhoria do comportamento e atitude cívica.

Jovelina Imperial esclareceu que foram apontadas várias preocupações e apresentadas contribuições para a solução dos problemas ligadas à água, energia eléctrica, limpeza das valas e ao saneamento básico.

“A responsabilidade da boa governação de Luanda não pertence apenas ao Governo Provincial, mas a todos os cidadãos que residem na cidade”, disse Jovelina Imperial. O programa de boa governação de Luanda contempla a criação de Unidades Técnicas Municipais para dar resposta às necessidades básicas dos municípios.

5.8 Direcções despromovidas no GPL

O País
10 de Dezembro de 2010

A adequação ao novo Estatuto Orgânico do Governo da Província de Luanda levará o governador de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, a proceder a uma remodelação profunda do executivo provincial. O que poderá acontecer ainda neste mês de Dezembro.

O novo Estatuto, publicado no Diário da República do dia 22 de Novembro do ano corrente, cria áreas novas como as direcções provinciais das Actividades Económicas, Organização e Modernização Administrativa, sendo que a primeira acabará por absorver algumas áreas de serviço do GPL, as que no presente diploma passaram de “direcções” provinciais para departamentos.

Estão nessa condição as áreas do Comércio, Hotelaria e Turismo, Geologia e Minas e Indústria agora integrados como departamentos da Direcção Provincial das

Actividades

Económicas. Esta nova direcção, de acordo com o novo Estatuto, está incumbida, dentre as várias tarefas, de propor medidas, velar pelo cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam a actividade comercial, industrial, hoteleira e turística e na área da geologia e minas. As estratégias e a promoção do desenvolvimento das actividades dos diversos sectores são as principais tarefas cometidas a esta nova direcção.

O vice-governador Graciano Francisco Domingos responde pela área que deverá executar as medidas de modernização e simplificação administrativa dos serviços do GPL e suas extensões, as administrações municipais.

“Recuos” do novo Estatuto

A publicação do novo organograma no jornal oficial gerou apreensão por parte de alguns responsáveis que até ao dia 22 de Novembro não sabiam se iriam, ou não, ser reconduzidos nos seus cargos.

Contudo, a Direcção Provincial da Comunicação Social

que passa à categoria de departamento e o Instituto de Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), que agora se transforma em Direcção Provincial de Gestão Urbanística e Habitação, são casos que, para funcionários seniores do governo provincial, representam um retrocesso.

«Com a entrada em vigor do novo Estatuto Orgânico, Luanda passa a ser a única província sem uma Direcção Provincial da Comunicação Social», revelou uma fonte do GPL a O PAÍS, adiantando que com o novo desenho todas as tarefas e competências atribuídas à Direcção da Comunicação Social serão absorvidas pelo Centro de Documentação e Informação, serviço agregado à Secretaria do governo.

Do ponto de vista evolutivo, o regresso do IPGUL à fórmula antiga, com a Direcção Provincial de Gestão Urbana que agora recebe a Habitação, é também considerado um retrocesso por funcionários do GPL, tendo em conta os desafios da gestão, ordenamento do território de Luanda e o surgimento das novas centralidades.

Estas, o IPGUL e a Comunicação Social, são preocupações que estão sobre a mesa do governador de Luanda, José Maria dos Santos, que deverá encontrar uma solução antes de proceder à nomeação do executivo por forma a conformá-lo com o novo Estatuto Orgânico do governo provincial aprovado recentemente pelo Conselho de Ministros

O PAÍS apurou que foi solicitada ao director do Gabinete Jurídico do GPL, em articulação com os actuais responsáveis destas áreas, a redacção de um documento que fundamente a permanência tanto do IPGUL como da Direcção da Comunicação Social. O documento, uma vez escrito, deverá ser remetido ao titular do Executivo com a intuito de propor eventuais reajustes ao decreto presidencial 261/10 de 23 de Novembro.

Por enquanto, José Maria dos Santos procedeu a remodelações pontuais. No seu primeiro dia de trabalho exonerou o então director da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (EUSAL) Lúcio Martins, sendo que pelos corredores do palácio da Mutamba se cogita também uma eventual exoneração do arquitecto Hélder José do IPGUL.

Para alguns observadores mais atentos, as saídas dos directores da EUSAL e do IPGUL ficaram bem evidentes depois da delimitação das competências do executivo de Luanda pelo ministro de Estado e da Casa Civil, Carlos Feijó, quando discursava no Comité Provincial do MPLA, tendo centrado o discurso nas questões do lixo e ordena.

5.9 Municípios dizem-se desprezados

Angolense

11 de Dezembro de 2010

Municípios do Cazenga manifestaram-se insatisfeitos, por as autoridades nunca se deslocarem às suas

áreas de residência, constatou sábado, 04, o Semanário Angolense, por ocasião da visita que o governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, efectuou ao município do Cazenga.

Os moradores do bairro Hoji-ya-Henda e de outras áreas mostraram-se muito revoltados com Administração Municipal, por considerarem que o administrador tem preferências pelas zonas do Tala Hady, Cazenga, Cariango e a Frescangol.

Isto mesmo, segundo as nossas fontes, ficou demonstrado quando José Maria visitou somente as referidas localidades, à semelhança do que têm feito outros governantes.

Júlio Mateus, morador da Cerâmica, disse isso os deixa chateados, recordando que “isto já vem de há muito tempo, mesmo quando o Presidente (da República) veio cá, foi sempre a esses locais próximos da Administração (Municipal), onde todos eles passam. As outras áreas parecem até que não existem, nós também merecemos melhores condições e não somente os moradores daqueles locais.”

Segundo a população, os seus problemas são sempre resolvidos em último plano, citando o caso dos armazéns e do campo da Refinor, que está a ser destruído, a falta de segurança, as empresas abandonadas, as águas estagnadas e muitas outras situações.

«Eu não sei o que se está a passar, porquê que os bairros próximos da administração são os preferidos, será que o resto não faz parte do município do Cazenga?, questionou Adão Félix, morador no bairro da Nocal.

Falando da sua visita, o governador José Maria frisou que faz parte dos seus objectivos conhecer de perto as grandes dificuldades da cidade capital para depois agir com exactidão. «Com estas visitas, estamos a procurar conhecer bem a casa, onde a situação não é muito boa, mas há soluções e serão encontradas. Por isso, vamos implementar o programa do Executivo para a província de Luanda, envolvendo na sua concretização todos os recursos humanos e materiais possíveis», sublinhou.

José Maria percorreu durante cerca de quatro horas, de automóvel e helicóptero, algumas zonas dos municípios do Cazenga e o Kilamba Kiaxi e reconheceu perante a Imprensa a gravidade daquilo que esteve a observar, destacando as vias de comunicação rodoviária de acesso aos diversos bairros e à zona urbana da cidade.

Durante a visita de campo, o governador de Luanda aproveitou a oportunidade para apresentar o novo director da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), Antas Miguel, e ainda reuniu com o conselho de direcção do comando provincial da Polícia Nacional. O novo homem forte de Luanda afirmou que o director da Elisal deve exigir maior competência e trabalhar com uma equipa de trabalhadores bastante dinâmica, tendo como missão concreta a limpeza e recolha do lixo, baseando-se nas orientações estratégicas baixadas

nos últimos dias para a resolução dos problemas da província de Luanda.

Falando à Imprensa, o novo director da Elisal disse que, de novo, não tem muito, por ser simplesmente um filho que regressa a casa, adiantando que a primeira prioridade vai ser estruturar a via terciária que está ligada ao portão principal da empresa que dirige para facilitar o seu trabalho e de outras empresas que estão naquela zona.

Reagindo às declarações de José Maria, os cidadãos mostraram-se indignados, uma vez que não chegou às suas localidades, culpando, por isso, a Administração Municipal pelo sucedido. «Como é que ele vai saber de nós se ele nunca vai às nossas áreas», interrogou-se uma jovem que se identificou simplesmente como Lena.

Residentes nos bairros Mabor, Mercado dos Kwanzas e a Cerâmica disseram que eles dificilmente são lembrados, pois quando chove, as águas paradas secam por si, mas nas zonas mais próximas da Administração os trabalhos são imediatos, aparecem máquinas a fazer a sucção dos líquidos.

«Até parece que o nosso administrador não gosta da nossa comuna, desta maneira, é melhor não ter administrador», reiterou um jovem, que falou sob anonimato. Por seu lado, o administrador municipal do Cazenga, Tani Narciso, afirmou que as acusações feitas pela população à sua administração não correspondem à verdade, porque ele trabalha em prol de todo o Cazenga, sem preferências por nenhuma zona.

Explicou que a Administração Municipal só tira as águas de zonas estratégicas, como escolas, hospitais e que só não ataca todas as restantes por falta de meios próprios para tal, não havendo, por isso, motivo para beneficiar uns e prejudicar outros. «Devemos lutar juntos para melhorar a qualidade de vida de todo o Cazenga», apelou o administrador.

«A melhor coisa que um administrador deve querer é o bem da população, eu sou nato do Cazenga, por isso, não tenho nada que fazer diferenças. Trabalhar aqui é difícil, mas não impossível, por isso, fazemos tudo que está ao nosso alcance para melhorar as coisas no nosso município», defendeu-se

Tani Narciso afirmou ainda que nos últimos tempos trabalharam mais na zona 17 e não entende porquê que os populares prejudicam em vez de apoiarem a administração.

5.10 Administração municipal aumenta serviços básicos

Jornal de Angola
15 de Dezembro de 2010

O administrador municipal do Huambo, José Luís de Melo Marcelino, garantiu que vai aumentar e melhorar cada vez mais os serviços básicos, principalmente no

saneamento da cidade, zonas suburbanas e instituições escolares e sanitárias.

O administrador do Huambo, que considerou de positivo o balanço das actividades levadas a cabo pela administração ao longo do ano, a administração conseguiu organizar os processos de loteamento de terrenos.

José Marcelino disse que no próximo ano são entregues os espaços requeridos e vai dar continuidade aos processos pendentes.

O administrador do Huambo disse que vai ser requalificada e legalizada a área de Sassonde, daí ter pedido aos cidadãos para deixarem de construir nas zonas consideradas de risco, evitando criar situações de perigo. José Marcelino salientou que estão a ser feitos esforços para fortalecer as administrações comunais e criar os seus estatutos legais a fim de que possam funcionar com eficiência.

Neste momento está já regularizada a situação da Estufa-Fria, que vai ser requalificada, disse o administrador. Anunciou intervenções no jardim zoológico e na feira, cujos financiamentos dependem de privados.

O administrador do Huambo está satisfeito com o empenho das autoridades policiais, que têm feito o máximo no combate aos vândalos, que perturbam a calma na cidade e agradeceu a colaboração da população pela denúncia dos casos de violência nos lares.

José Luís Meio Marcelino pediu aos munícipes para criarem a cultura de depositar o lixo nos contentores e não no chão. Esta medida facilita o trabalho das operadoras de saneamento e recolha de resíduos sólidos nas ruas da cidade.

5.11 Governador de Luanda estremece administrador do Cazenga

O Independente
18 de Dezembro de 2010

Na sua primeira jornada de campo, o recém-empossado governador provincial de Luanda, José Maria, visitou o Cazenga, o município mais populoso de Luanda.

Ao que se constatou, o “Nguvulu” da cidade capital não gostou nada do estado em que aquele município se encontra, em termos de infra-estruturas sociais básicas, o que interfere negativamente na qualidade de vida dos cidadãos.

E, talvez tendo a lição bem estudada, pois o Cazenga representa considerável segmento político para os camaradas, numa altura em que se aproxima o período de campanha eleitoral para 2012, tudo quanto se pode fazer para inverter o quadro será feito.

É nesta perspectiva que, olhando a imundície a que muitos dos cazenguistas estão submetidos, o chefe de Tani Narciso deu uma semana (o prazo terminou no último fim-de-semana), para que as valas de escoamento

das águas fossem reabertas, assim como fosse feita a desobstrução das ruas.

Corno que a passar uma lição na primeira classe, o Governador de Luanda disse ao seu “pupilo” que o poder é para ser exercido e, caso contrário, a opção é o abandono, seja ele voluntário ou involuntário.

Não se sabe se o aviso feito em público, de urna forma menos urbano, pode indiciar a exoneração do administrador municipal, que não goza de muita simpatia por parte dos moradores do Cazenga, que se auto-adjectivam como filhos do sofrimento, sobretudo na época chuvosa. Como um mal que veio para bem, constatamos que, na segunda-feira, 6, a empreitada levada a cabo pelos órgãos da administração, no sentido de dar resposta às orientações do governador, dava gosto de ver; era um verdadeiro movimento de homens e máquinas a trabalhar.

Ao que se diz hoje, ruas intransitáveis há largos anos, em pouco mais de 48 horas tomaram-se transitáveis, para alegria dos seus utilizadores, coisa para dizer que, afinal o administrador municipal foi estremecido e alguma coisa mudou.

E, caso o princípio seja este, recomenda-se outros tantos empurrões aos administradores do Rangel, Sambizanga, Kilamba Kiaxi, enfim, a todos que o merecerem.

5.12 Governo continua a gerir sem transparência

Folha 8

18 de Dezembro de 2010

Discrepâncias significativas nos dados publicados pelo Governo Angolano sobre os rendimentos na indústria petrolífera subvertem as tentativas de o mesmo se libertar da sua reputação de corrupto, de acordo com um novo estudo da Global Witness e da Open Society Initiative for Southern Africa – Angola (OSISA-Angola).

“A dimensão destas discrepâncias é chocante, totalizando milhares de milhões de dólares. Os problemas com os dados oficiais não fornecem provas de corrupção, mas suscitam questões profundas quanto à qualidade dos números oficiais de Angola relativos a receitas petrolíferas”, referiu Diarmid O’Sullivan da Global Witness.

“O povo de Angola tem o direito a informações completas e fiáveis sobre os ganhos do país provenientes do petróleo, os quais são vitais para o desenvolvimento de Angola. Os números publicados pelo Governo são inferiores a este padrão e precisam de ser consideravelmente melhorados”, referiu Elias Isaac, Director Nacional da OSISA-Angola. Angola depende, grandemente, das receitas do petróleo: cerca de dos terços do rendimento do Governo e 42,5% do Produto Interno Bruto do país provêm actualmente do petróleo. Desde 2004, o Governo tem respondido a preocupações relativas à corrupção na sua gestão das receitas petrolíferas, através da

publicação de números pormenorizados sobre a produção, a exportação, os preços e os impostos relacionados com o petróleo.

Em contrapartida, o relatório revela sérias lacunas e anomalias nos números de 2008 provenientes das três fontes mais importantes de dados sobre o petróleo: os Ministérios das Finanças e do Petróleo e a poderosa empresa petrolífera estatal, a Sonangol. As principais conclusões incluem o seguinte:

Uma discrepância, de um valor teórico de 8,55 milhões de dólares americanos, entre os valores dos ministérios quanto a volumes de petróleo vendido pela Sonangol em 2008, a diferença entre os valores dos ministérios para impostos sobre o rendimento das empresas petrolíferas é de um valor teórico de mais de 1,2 mil milhões de dólares.

Uma discrepância de 87 milhões de barris entre os resultados dos dois ministérios quanto a exportações de petróleo em 2008. A falta de uma explicação visível para esta diferença e, profundamente, problemática.

Em 2006, os meios de comunicação noticiaram que empresas petrolíferas tinham oferecido mais de 3,2 mil milhões de dólares em bónus de assinatura ao Governo de Angola. Em contra partida, as contas do Governo parecem apenas registar 998 milhões de dólares em receitas. Estas não parecem registar grandes dividendos da Sonangol.

Nenhum dos valores oficiais parece ter sido verificado por uma fonte independente. As contas da Sonangol são auditadas de forma independente, mas os auditores proferiram várias advertências. Por conseguinte, os cidadãos de Angola não têm qualquer garantia de que os valores sejam exactos.

Os esforços por parte de Angola para demonstrar transparência não alcançaram as referências internacionais, tais como a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE). O relatório lança um apelo ao Governo Angolano, no sentido de realizar uma análise independente às conclusões do relatório e de publicar dados mais completos sobre o petróleo, que sejam verificados de forma independente por uma terceira entidade. A Global Witness e a OSISA-Angola apelam ao Governo que responda publicamente ao relatório.

5.13 MAT apronta prioridades para 2011

Jornal de Angola

22 de Dezembro de 2010

A preparação das condições técnicas e logísticas para as eleições de 2012 e a actualização mais abrangente da base de dados do registo eleitoral, constituem as principais prioridades do Ministério da Administração do Território (MAT) para o próximo ano, anunciou ontem, em Luanda, o titular da pasta, Bornito de Sousa.

O ministro, que falava à imprensa durante a tradicio-

nal cerimónia de cumprimentos de fim de ano no seu Ministério, apontou ainda a necessidade de conformação da actual Lei Eleitoral à nova Constituição como outra das tarefas a serem executadas em 20 11.

Bornito de Sousa reconheceu que a preparação das eleições não é tarefa exclusiva do Ministério da Administração do Território, mas defendeu a necessidade de que o pleito seja preparado com certa antecedência, dentro de uma “articulação necessária” entre o Executivo e a Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

“A preparação das eleições não é exclusiva do Ministério da Administração do Território, mas a principal tarefa que teremos em 20 11 é fazer a actualização geral da base de dados do registo eleitoral. Outra tarefa será a de criar as condições de base de logística eleitoral e conformar a Lei Eleitoral à nova Constituição”, disse.

Para justificar a actualização da base de dados do registo eleitoral, o ministro disse haver, por exemplo, vários cidadãos que terão extraviado cartões, além de outros que terão sido expulsos de países vizinhos ou que estão a ser transferidos para novas urbanizações, como o Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Zango. “Então, há que fazer a actualização geral da base de dados do registo eleitoral”, frisou.

Ainda para o ano de 2011, Bornito de Sousa espera continuar a trabalhar com os governos provinciais e, sobretudo, com as administrações municipais, para que se possam providenciar os serviços básicos e elementares para as populações, garantindo assim a melhoria das suas condições de vida.

“Temos também como outra tarefa o trabalho com as autoridades tradicionais, além de algumas questões ligadas à organização territorial e sobre o funcionamento dos municípios e das novas urbanizações”, anunciou ainda o titular da Administração do Território, antes de sublinhar que tais acções serão levadas a cabo em colaboração com outros departamentos governamentais.

Avaliação de 2010

Relativamente ao ano que está a terminar, o ministro disse que o mesmo foi, sobretudo, organizativo. Lembrou que, neste sentido, foi aprovado um novo Estatuto Orgânico para o Ministério, no quadro das reformas que foram feitas no Executivo. A principal missão, disse, foi estruturar o Ministério de acordo com as novas direcções e departamentos. Bornito de Sousa lembrou ainda que em 2010 foi possível pôr em funcionamento o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), no sentido de preparar os quadros dos governos provinciais e das administrações municipais em matérias ligadas à gestão orçamental, à aplicação da nova Lei da Administração Local do Estado e à gestão das áreas urbanas, bem como à melhoria da condição de vida das populações. “Trabalhamos, de igual modo, em algumas questões ligadas à divisão político-administrativa. Os casos mais salientes foram os de Luanda, cujos debates prosseguem.

Temos também algumas áreas da província de Benguela e da Huíla”, disse.

Segundo o ministro, parece ser clara a ideia de inclusão dos actuais municípios de Icolo e Bengo e da Kissama (da província do Bengo) na província de Luanda e, provavelmente, uma reestruturação da organização interna dos próprios municípios que integram a capital do país.

Bornito de Sousa destacou também o trabalho de organização das novas urbanizações, nomeadamente Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Zango. Aídeia, disse, é de se criar nessas urbanizações pólos ou centralidades que possam ser modelos de gestão de cidades. Para além dessas, anunciou o surgimento de novas urbanizações em todas as províncias entre 2011 e 2012.

5.14 Tribunal resolve conflitos com base na tradição

Jornal de Angola

23 de Dezembro de 2010

O Lumbu lua Ntótela, local destinado a albergar julgamentos tradicionais, situado no pátio do Museu dos Reis do Congo, em Mbanza Congo, província do Zaire, tem desempenhado um papel fundamental na resolução de conflitos no seio das comunidades locais. A equipa de reportagem do Jornal de Angola esteve no Lumbu kua Ntótela e presenciou o decorrer de um julgamento, mfundu, em kikingo.

“O julgamento tradicional realizado no Lumbu é uma prática ancestral herdada, há milénios, dos antepassados artífices da cultura kikongo. Era lá que resolviam todas as querelas nas comunidades, num período em que os tribunais convencionais não existiam”, disse ao Jornal de Angola o coordenador do Núcleo das Autoridades Tradicionais do Zaire, soba Afonso Nunes.

Afonso Nunes frisou que, no intuito de conservar o local, considerado como um património cultural da região, o governo da província construiu uma sala moderna no recinto do Lumbu, confortável e devidamente apetrechada. O gesto, segundo disse, é demonstrativo do reconhecimento do Estado pela actividade judicial costumeira realizada pelas autoridades tradicionais.

“Depois da independência, o Governo entendeu que os assuntos tradicionais deviam continuar a ser tratados da maneira que já o eram no passado, razão pela qual nos construiu estas infra-estruturas, para passarmos a resolver os problemas que vão surgindo no seio das comunidades”, esclareceu o soba, acrescentando que todos os julgamentos ocorridos no Lumbu são relatados em actas que depois são enviadas ao Tribunal Provincial, à Administração Municipal e à Direcção Provincial da Cultura.

No Lumbu, termo kikongo que em português significa recinto, funcionam um total de 25 dignitários

tradicionais, que se interrelacionam hierarquicamente. São dois juízes principais, sendo os restantes conselheiros. Exprimindo-se num português bastante fluente, Afonso Nunes detalhou que o Núcleo das Autoridades Tradicionais do Zaire tem recebido, quase todos os dias, casos com tipologias distintas, desde conflitos conjugais a acusações de prática de feitiçaria. “Também temos resolvido problemas concernentes a conflitos de terras. As terras onde viviam os nossos antepassados antes da chegada dos colonialistas, que chamamos ‘mazumbus’, em kikongo, ficaram como património familiar. E o que tem acontecido é que algumas famílias invadem as terras das outras, violando os limites ou apropriando-se delas na totalidade, facto que tem provocado muitos conflitos entre famílias”, disse Afonso Nunes.

Em pleno julgamento

A equipa de reportagem do Jornal de Angola foi até ao Lumbu assistir ao julgamento de um caso que envolvia duas famílias, que entraram em conflito devido a uma acusação de alegada prática de feitiçaria. Pudemos constatar que os procedimentos utilizados pelos juízes tradicionais não diferem muito dos que norteiam os tribunais modernos ou convencionais.

No Lumbu, o julgamento é antecedido de um ritual em que todos os presentes, incluindo os juízes, entoam um cântico acompanhado de instrumentos sonoros artesanais. O cântico chama-se “Nsansi e Ngongui” e a sua mensagem serve de aconselhamento ao suposto criminoso, que é instado a manifestar o seu arrependimento durante o interrogatório. Após o ritual de abertura, o réu apresenta-se diante dos juízes sentados de pernas cruzadas numa esteira, para prestar declarações sobre o crime de que é acusado. Os membros da equipa de juízes, num total de seis, vão interrompendo-o quando consideram necessário.

Aqui os julgamentos são feitos com base na busca do entendimento e do perdão entre as partes envolvidas no conflito. “Não sancionamos, procuramos sempre encontrar mecanismos para que o queixoso e o ofendido cheguem a um entendimento e possam perdoar-se. Se uma pessoa acusa outra falsamente, para a sua reconciliação com o ofendido, compram-se bebidas como o maruvo (nsamba, em kikongo) e as partes bebem em conjunto. Aconselhamo-las a abraçarem-se para acabarem com o problema, pondo assim fim ao conflito”, explicou Afonso Nunes.

O século exortou as populações da região, em particular, e do país, no geral, a pautarem-se por uma conduta que não fomente intrigas no seio das comunidades.

Leitura sociológica

O sociólogo Zolana Avelino, abordado pelo Jornal de Angola, referiu que o tribunal tradicional tem grande impacto na cultura Congo, sobretudo nas comunida-

des rurais, e preenche o vazio jurídico dos casos que os tribunais convencionais não conseguem resolver, tais como os de acusação de prática de feitiçaria. Tais casos não têm qualquer enquadramento legal e são fonte de imensos conflitos.

Zolana Avelino explicou que uma das principais características do direito tradicional é o entendimento e não a aplicação de sanções. “O tribunal tradicional traduz, de certo modo, a existência de dualidade de direitos, problema que não é apenas angolano mas de toda a África, como fruto da experiência social ou da evolução das sociedades”.

O sociólogo lembrou que, num momento em que o Governo está a desenvolver esforços junto da Unesco tendentes à consagração da cidade de Mbanza Congo como património cultural da humanidade, no quadro do projecto “Mbanza Congo, Cidade a Desenterrar para Preservar”, pormenores como o julgamento tradicional no Lumbu devem ser preservados e valorizados, uma vez que se tratam de elementos do património imaterial da antiga capital do reino do Congo. “A resistência do julgamento tradicional no Lumbu, para nós é um património cultural imaterial a ser valorizado. Não podemos ter uma percepção pejorativa sobre esta prática milenar dos povos de Angola, em particular, e “de Africa, em geral”, disse o académico, que defendeu a realização de um trabalho aturado de valorização do património imaterial da região e do país no seu todo. “Deve ser feito ainda outro trabalho, que permita o enquadramento ou codificação dessa prática, para possibilitar a sua aproximação ao direito positivo”, sublinhou.

Um pouco de História

A cidade de Mbanza Congo, ex São Salvador do Congo, é detentora de inúmeras potencialidades culturais, resultantes da sua rica história. Foi a capital do antigo reino do Congo, localizado no sudoeste de Africa, num território que hoje corresponde, no seu conjunto, ao Norte de Angola, incluindo Cabinda, à República Democrática do Congo e ao Centro e Sul do Gabão. O reino era governado pelo “Manicongo”. Tinha nove províncias e três reinos tributários (Ngoyo, Kakongo e Loango). A sua influência estendia-se aos Estados limítrofes do Ndongo, Matamba, Kassanje e Kissama.

5.15 Estradas e saneamento em estado crítico

Jornal de Angola

24 de Dezembro de 2010

O estado das infra-estruturas básicas, saneamento básico e das vias secundárias e terciárias no município do Kilamba Kixi é crítico, à semelhança do que se veri-

fica nos municípios do Cazenga, Rangel e Samba, disse ontem o governador provincial de Luanda.

José Maria dos Santos, que se dirigia aos funcionários da administração do Kilamba Kiaxi, no final de uma visita de campo que efectuou àquele município, adiantou que o quadro aconselha que se encontrem soluções práticas para a resolução de alguns problemas.

“A situação aqui é muito crítica. Temos aqui quase um milhão e duzentas mil pessoas, angolanos, patriotas como todos nós, e que vivem em áreas com muitos problemas”, lamentou o governador de Luanda.

José Maria dos Santos, que sob a chuva que ontem caiu sobre a cidade de Luanda, percorreu as ruas Olímpio Macuéria, Machado Saldanha, Ngola Mbandy, Serpa, Gabela e a conhecida Estrada Nova, no Palanca, recomendou aos técnicos municipais a recorrerem aos meios técnicos que possuem e a incrementarem parcerias com a sociedade civil, empresários, brigadas comunitárias e organizações juvenis para que sejam solucionados os problemas existentes há muito tempo.

O governador de Luanda reconheceu que existem problemas de intervenção técnica que, por terem sido deixados a meio, agravaram a situação de vida das populações e referiu que é preciso chamar à responsabilidade as estruturas que estão na base da paralisação das obras, uma vez que, com os meios disponíveis, é possível resolver os problemas do lixo e das águas estagnadas. “*Vimos ao longo do trajecto pelo Neves Bendinha que, por iniciativa própria e pela pressão dos problemas, estão a tentar solucionar a questão das sarjetas. Onde está o papel das administrações e que fazem os técnicos?*”, interrogou o governador.

José Maria dos Santos questionou também a capacidade de recolha do lixo das empresas que operam no Kilamba Kiaxi e sobre a existência de planos de trabalho e políticas de pressão.

5.16 Xica dos Espírito Santo deitada às ortigas pelo MPLA Luanda

Folha 8

25 de Dezembro de 2010

Luanda não pára de crescer, ao contrário do se passa no resto do em praticamente as províncias, que, as migalhas bolo do Orçamento do Estado (OGE), se aram continuamente I constrangimentos e vêem possibilidade melhorar substancialmente as condições de vida das suas populações. Para além do enormíssimo desequilíbrio entre os montantes do OGE - migalhas alocadas às províncias em comparação com a opípara fatia do rei leão

a Luanda ,outro fosso advém da enorme discrepância orçamental, isto é, quanto mais se investe em Luanda, mais gente das outras províncias é atraída para a capital e quanto mais gente chega a Luanda menos capacidade tem o Governo de resolver os seus problemas.

OS esforços que deveriam ser feitos na promoção do bem-estar nas nossas províncias são sacrificados e por vezes postos de lado em nome do crescimento desordenado da capital do país, que a encher-se da maneira que se está a encher, um destes dias há-de rebentar pelas costuras.

Um destes dias, após a tomada de posse do novo governador de Luanda, apresentado na sede do partido do poder em Luanda, o chefe dessa inestimável organização política, Bento Bento saiu-se com um discurso muito a despropósito, considerando agora sim é que Luanda tem um dos nossos camaradas e nós do comité provincial de Luanda, deveremos dar-lhe todo o nosso apoio.

Aqui chegados quer isso dizer que Xica dos Santos não contava com o apoio dos homens e militantes controlados por Bento Bento e até é mesmo legítimo considerar que estes se constituíam em obstáculo a sua governação. A anterior titular tem sido, enxovalhada quer pelo 1.º como pelo segundo secretário partidário, em público, como se fosse de outra constelação política. Tenha governado mal, o regime deveria ter a hombridade de não chamuscar a honra e dignidade de uma senhora, mãe e dirigente, em hasta pública, sem dizer porque o faz e quais as condições e orçamento que lhe foi alocado. Aos olhos de muito, com o seu carácter afável, Xica deu o melhor de si, não tanto para os cidadãos, mas para o próprio MPLA, que agora lhe vira as costas e lhe vilipendia como se fosse uma “leprosa política” de outra galáxia, sem se ter em conta, ser Luanda, uma cidade difícil de governar em função das interferências do poder central.

LUANDA VISTA DE FORA

Para ser conciso, podemos dizer que os desempenhos dos sucessivos governadores de Luanda, de facto reféns das políticas geradas pelo defuncto governo de Angola e, muito particularmente, pelo Executivo actual, pouco mais foram do que fiascos colossais, uns atrás dos outros. Segundo Bruno Garschagen, jornalista brasileiro e mestre em Ciência Política e Relações Internacionais no IEP/UC, autor de um estudo sobre as condições de desenvolvimento da economia angolana, a nossa Luanda tornou-se na cidade mais cara do mundo. «Não há calçadas para pôr os pés. Não há espaços nas ruas para tantos carros. Os veículos novos e importados dribtam o tráfego intenso e a miséria que bate nos vidros em busca de clientes para produtos chineses de marcas famosas.

5.17 Governo provincial analisa contratos com publicitários gestores de espaços

Jornal de Angola

29 de Dezembro de 2010

O governo da província de Luanda criou uma comissão para proceder à análise e apreciação dos contratos celebrados com as empresas publicitárias, gestoras de espaços públicos, empreiteiras, prestadoras de serviços e fornecedoras de produtos diversos.

Um despacho do governo provincial, emitido na segunda-feira, refere que a comissão de análise e apreciação de contratos vai, também, aferir o grau de cumprimento e a viabilidade de manutenção dos contratos e apresentar, no prazo de 30 dias, um relatório ao governador.

O vice-governador para o sector económico e produtivo, Miguel Catraio, é o coordenador da comissão constituída, também, pela vice-governadora para os serviços técnicos e infra-estruturas, Carla de Sousa, director da Elisal, Afonso Miguel, e pelo assessor para o sector económico e produtivo do governador, Cesarino Miguel.

O director do gabinete jurídico, Augusto Inglês, a delegada de Finanças de Luanda, Ana Maria Wola, directora de gabinete de estudos e planeamento, Angelina Agostinho, secretária do governo, Judite Pereira, e o assessor para o sector social do governador, Fernando da Silva, são também membros da comissão de análise e apreciação de contratos.

O governador José Maria dos Santos, através d outro despacho emitido, ontem, criou um grupo de coordenação para a implementação do programa executivo para a boa governação de Luanda.

O grupo, coordenado pelo governador, é composto pelos vice-governadores, administradores municipais, delegados e directores provinciais, representantes dos órgãos sectoriais centrais com projectos na província, Elisal, Encib, Edel, Epal, Macon, Tcul, Tura, Angoaustral, SGa e um representante do conselho provincial de auscultação e concertação social.

Nos primeiros 90 dias, o grupo de coordenação reúne-se semanalmente, às quintas-feiras, sob coordenação do vice-governador para a organização administrativa, e quinzenalmente sob coordenação do governador.

Posteriormente, o grupo de coordenação apenas tem encontros quinzenais, com o vice-governador para a organização administrativa, e, uma vez por mês, com o governador.

O grupo de coordenação vai também apresentar, mensalmente, um balanço sobre a execução do programa ao conselho de coordenação estratégica para o ordenamento territorial e desenvolvimento económico e social da província de Luanda.

O despacho do governador refere, também, a criação de

um secretariado integrado para coadjuvar o grupo de coordenação.

O secretariado integrado é composto pelos directores do gabinete jurídico, gestão urbanística e habitação, Mapess, Saúde, Educação e do GEPE, pelo delegado do Interior e pela secretária do governo.

Em todos os municípios vão ser criados grupos municipais, coordenados pelo vice-governador para a organização administrativa, tendo como adjunto o administrador municipal.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 “Projecto Casa Feliz” vai construir 100.000 moradias no Huambo

Semanário Económico
2 de Dezembro de 2010

Projecto imobiliário de baixa renda pretende pôr à disposição dos potenciais clientes residências compatíveis com as suas capacidades de compra. Por isso, a Microcenter Construções apresentou o “Projecto Casa Feliz”, que numa primeira fase visa a construção de 25 mil casas de baixa renda nas províncias de Huambo, Luanda, Huíla, Benguela, Cabinda, Soyo e Bié proporcionando assim melhor qualidade de vida, gerando emprego e requalificando o território. O projecto Casa Feliz é uma iniciativa de cariz social levada a cabo em parceria com o Governo de Angola, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação que prevê a construção de um milhão de casas de baixa renda.

Com este projecto a Microcenter Construções pretende oferecer uma habitação digna à população angolana, conjugando qualidade e custo, e procurando sempre a satisfação das necessidades do cliente, a um preço acessível.

O projecto Casa Feliz irá construir moradias unifamiliares que apresentam uma arquitectura simples, tendo em atenção os parâmetros de orientação solar favorável. As moradias terão uma sala, três quartos, um deles suite com casa de banho, uma segunda casa de banho e cozinha, contarão com 100 m² de área útil em lotes até os 400 m², e serão comercializadas a preços reduzidos, ou seja, a menos de 10% do valor médio praticado no mercado imobiliário, podendo orçar os 40 mil dólares americanos.

A par das moradias, a Microcenter Construções irá assumir a construção de um conjunto de infra-estruturas comuns de lazer, tais como parques infantis, campos desportivos, entre outras infra-estruturas.

“Este projecto reflecte as necessidades da maioria da população Angolana. Por um valor mais baixo do que é praticado actualmente no mercado angolano as famílias poderão comprar uma habitação com melhores condições, para que nela sejam felizes.

Esse é o nosso objectivo: promover felicidade e realizar projectos de vida.”, refere uma nota da Micro Center.

6.2 Microcenter oferece Casa Feliz a 40 mil dólares

O País
3 de Dezembro de 2010

A empresa angolana de construção civil Microcenter apresentou quarta - feira, 1 de Dezembro, no Hotel Trópico, o projecto Casa Feliz, uma iniciativa de cariz social em parceria com o Governo, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de um milhão de casas.

Serão construídas, numa primeira fase, 3.000 residências no Huambo, igual cifra na Huíla e 7.000 em Luanda. Em Benguela 5.000, Cabinda 3.000, Zaire e Bié duas mil casais cada uma. A Microcenter propõe ao mercado habitações que considera “condignas dos clientes angolanos”, conjugando qualidade e custo. Segundo a direcção do projecto, ‘a construção de 25 mil fogos será desenvolvida de acordo com a adopção de uma linguagem arquitectónica simples e clara, tendo em linha de conta os parâmetros de orientação solar favorável, assim como a implantação das moradias de acordo com os eixos visuais mais favoráveis”.

“Paralelamente à construção dos fogos habitacionais, a Microcenter Construções é igualmente responsável pela construção da totalidade das infra -estruturas de base de suporte às habitações, nas quais se incluem a rede eléctrica, a rede de água e de esgotos” , salienta a construtora, acrescentando que, “a par das moradias, irá assumir a construção de um conjunto de infra-estruturas comuns de Jazer, tais como parques infantis e campos desportivos”.

Cada moradia unifamiliar terá uma sala, três quartos, um deles suite, uma segunda casa de banho, com 100 metros quadrados de área útil, e serão construídos em lotes até os 400 metros quadrados. A zona de circulação terá 6, 88 metros quadrados, tendo os quartos 14,41/12,18 e 10,13 metros quadrados. E áreas essenciais como cozinha e casa de banho, terão, respectivamente, 15, 70 e 3. 12 metros quadrados.

Contrariando a tendência da oferta de habitação, que se posiciona maioritariamente no segmento das residências de luxo destinadas às classes mais favorecidas, as casas do Projecto Casa Feliz serão comercializadas a preços reduzidos. A empresa estima que será a menos de 10 por cento do valor médio praticado no mercado imobiliário, podendo orçar os 40 mil dólares norte-americanos.

6.2.1 Obter uma das 25 mil casas de baixa renda custa 40 mil USD

Expansão

3 de Dezembro de 2010

Os interessados em adquirir uma das 25 mil casas de baixa renda do projecto Casa Feliz, a serem construídas, numa primeira fase, nas províncias de Cabinda, Benguela, Luanda, Huíla, Huambo e Zaire, terão de pagar entre 40 mil e 55milUSD.

O projecto, sob a alçada da construtora angolana Microcenter, que conta com a parceria do Governo, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de um milhão de casas, assume a tipologia unifamiliar, com uma sala, três quartos, um deles suíte, uma casa de banho e uma cozinha. As mesmas serão construídas em lotes de até 400 metros quadrados.

Quanto aos acabamentos e revestimentos a serem utilizados destacam-se os pavimentos em betão afagado nas zonas de circulação, sala, quartos e cozinha; revestimento cerâmico nas instalações sanitárias e zonas húmidas; tecto falso em todas as divisões; chapa metálica; portas exteriores e interiores em alumínio e aglomerados de madeira; lava-loiças em alumínio e loiças sanitárias.

Paralelamente à construção dos fogos habitacionais, a Microcenter Construções é igualmente responsável pela construção da totalidade das infra-estruturas de base de suporte às habitações, nas quais se incluem a rede eléctrica, a rede de água e de esgotos.

A par das moradias, a Microcenter Construções irá assumir a construção de um conjunto de infra-estruturas comuns de lazer, tais como parques infantis, campos desportivos, entre outras infra-estruturas.

Quanto ao número de casas a serem construídas em cada província, Luanda concentra a maior parte, com 15 mil; Benguela, 5 mil; Huambo, 2 mil; Huíla, Cabinda e Zaire, com mil casas cada uma.

Durante o lançamento do projecto, na passada quarta-feira (dia 1), em Luanda, o administrador da Microcenter, Agostinho Kapaia, afirmou que a escolha das províncias a implementar o projecto Casa Feliz baseou-se em critérios sociais e demográficos. “Estas são as províncias que, devido à sua densidade populacional e condições sociais, mais necessitam da nossa intervenção para as dinamizar e trazer melhores condições habitacionais”, acrescentou.

Sem adiantar o orçamento global deste projecto, o responsável garantiu que a entrega das primeiras casas será feita ainda neste ano, considerando já haver algumas disponíveis na província do Huambo.

O mesmo explicou que a venda das habitações poderá ser feita a pronto pagamento ou a crédito, não havendo

diferença de preços, apenas de disponibilização mais célere da habitação.

“Estão a ser estudadas condições de crédito especiais, de acordo com o espírito do projecto, estando em análise parcerias com várias instituições financeiras”, referiu.

Quanto à participação do Governo neste projecto, Agostinho Kapala explicou que o mesmo garante o pagamento da totalidade das infra-estruturas e presta garantias soberanas para assegurar os financiamentos junto das instituições financeiras.

A conclusão da primeira fase do projecto Casa Feliz está prevista para 2012, um ano depois de se dar por concluída a primeira fase.

6.3 Plano Director Geral Metropolitano para Luanda

Novo Jornal

3 de Dezembro

O PROGRAMA do Executivo provincial de Luanda apresentado quarta-feira, pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, integra o reforço das competências técnicas do Governo Provincial de Luanda (GPL) e das administrações municipais e a alteração e adequação do seu estatuto orgânico.

O governante anunciou, para os próximos tempos, a elaboração do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, cuja gestão será atribuída ao Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL). Num encontro mantido com dirigentes do partido que sustenta o Executivo angolano, Carlos Feijó destacou também a delimitação e execução das responsabilidades do

GPL e das administrações municipais com base num diploma sobre a delimitação de competências.

Está ainda prevista a publicação de um decreto-lei sobre as taxas e multas e ainda o reajustamento da área jurídica do Governo Provincial de Luanda, que deverá cuidar também dos contratos, do contencioso e dos litígios das transgressões administrativas. A própria Lei das Transgressões Administrativas será alterada, segundo Feijó.

“No diploma que aprova o Plano Director Geral deve haver também a classificação e desafectação de terrenos do domínio público, para se determinar quais os terrenos não concedíveis, ou fora do comércio, e os do domínio privado concedíveis”, disse Carlos Feijó.

Segundo o ministro de Estado, foi criada a Empresa de limpeza e Manutenção das Valas de Drenagem, com o objectivo de proceder a limpeza e manutenção siste-

mática das valas e valetas, reperfilamento das mesmas, entre outras tarefas”.

A colocação de anilhas nas valetas que se encontram no interior dos municípios, a recolha de resíduos sólidos à volta das valas e a deposição directa no aterro sanitário, constituem outras funções da empresa.

Carlos Feijó referiu que na província de Luanda a empresa irá intervencionar as valas e bacias do Rio Seco, Samba, Cazenga, Cariango até ao nó, Senado da Câmara até a foz do Cambamba e Lago de São Pedro até aos suroca mulenvos.

Quanto às vias estruturantes, o programa prevê a construção da via rápida Luanda-Viana e reabilitação da avenida Ngola Kiluanje, da Quanta Avenida, da estrada que liga o Golfe à Viana e a rua conhecida como do Sanatório.

Do programa do GPL apresentado pelo ministro de estado e chefe da Casa Civil fazem igualmente parte a reabilitação da Sexta Avenida, o Programa de construção das infra-estruturas da área da Boavista, construção da via rápida Luanda-Kifangondo e ligação de Luanda à Viana

Esta ainda prevista a construção da auto-estrada periférica de Luanda, Viana - Cabolombo (troço Ponte do Benfica - Cabolombo e extensão das passagens hidráulicas da estrada de serviço), assim como a reabilitação da estrada Viana - Kikuxi e a ampliação da estrada do Golfe, no troço entre o Gamek e o antigo controlo.

Enquanto isso, o novo “homem forte” da província de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, nomeou Antas Miguel para o cargo de director geral para a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (EUSAL). Antas Miguel substitui no cargo de António Lúcio Martins.

Já Cesário Cláudio dos Santos Miguel foi nomeado assessor do governador para a área económica e produtiva.

6.4 Empresa do ramo imobiliário lança projecto “casa feliz”

Angolense

De 4 à 11 de Dezembro de 2010

A Microcenter Construções apresentou esta quarta-feira, O 1 de Dezembro, o projecto “Casa Feliz”, que numa primeira fase prevê a construção de 25 mil casas de baixa renda nas províncias de Huambo, Luanda, Huíla, Benguela, Cabinda, Soyo e Bié. De acordo com uma nota de imprensa, da Microcentecer, o projecto “Casa Feliz” é uma iniciativa de cariz social levada a cabo em parceria com o Governo de Angola, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação que prevê a construção de um milhão de casas de baixa renda.

De acordo com o documento, com este projecto, a Microcenter Construções pretende oferecer habitação condigna à população angolana, conjugando qualidade e custo e procurando sempre a satisfação das necessidades no quadro do cliente, a um preço acessível.

O projecto, irá construir moradias unifamiliares que apresentam uma arquitectura simples e clara, tendo em consideração os parâmetros de orientação solar favorável. As moradias terão uma sala, três quartos, um deles suite com casa de banho, uma segunda casa de banho e cozinha, contarão com 100 metros quadrados de área útil em lotes até os 400 metros quadrados e serão comercializadas a preços considerados reduzidos pela empresa promotora. Ou seja, a menos de 10% do valor médio praticado no mercado imobiliário, podendo orçar os 40 mil dólares americanos.

A par das moradias, a Microcenter Construções irá assumir a construção de um conjunto de infra-estruturas comuns de lazer, tais como parques infantis, campos desportivos, entre outras infra-estruturas.

Sobre a Microcenter Construções

A Microcenter Construções é uma empresa Angolana que actua na área da construção civil, fornecendo um conjunto de produtos e de serviços a empresas e público em geral

A empresa apresenta-se como tendo uma extensa experiência no mercado africano e através de parcerias com empresas internacionais, disponibiliza soluções modernas e integradas para garantir um completo funcionamento dos trabalhos desenvolvidos.

6.5 Empresa investe em projectos habitacionais

Jornal de Angola

5 de Dezembro de 2010

Mais de 250 milhões de dólares foram investidos pela empresa imobiliária Grupo Sólida em projectos de construção e urbanizações, investimentos em propriedades fundiárias e recursos humanos, disse, em Luanda, ao Jornal de Angola, o presidente do Conselho de Administração, João Mainsel.

Falando à margem do acto que marcou o quinto aniversário da criação do Grupo Sólida, João Mainsel anunciou para breve a construção de dez mil casas. “O projecto teve várias fases de análise por órgãos do Executivo. Primeiro foi apreciado pelo Governo Provincial de Luanda e depois esteve em consultas com entidades técnicas governamentais e pensamos que falta pouco para ficar concluído”, disse o empresário.

O projecto, sublinhou, tem uma solução que não vai pressionar o Estado sob ponto de vista do financiamento. O Estado tem apenas que transmitir o direito de super-

fície, na medida em que a terra é propriedade originária do Estado.

“A autoconstrução dirigida, levada a cabo de há alguns uns anos a esta parte, foi adoptada por nós mas aproveitamos para fazer uma inovação introduzindo a componente da planificação”, explicou João Mainsel.

A missão do Grupo Sólida, disse, é urbanizar e dirigir todas as acções ligadas a uma boa planificação fazendo com que cada um possa edificar uma casa com dignidade, mas o presidente do conselho de administração do Grupo Sólida disse que a construção das dez mil casas vai acontecer em urbanizações com todas as infra-estruturas nacionais e os equipamentos sociais, parte do comércio e áreas de lazer.

Com isso, acrescentou, as pessoas vão desencadear elas próprias o processo construtivo mediante uma planificação que passa, primeiro, pela escolha de um projecto numa opção de dez.

Os interessados têm que acatar determinadas regras de construção e regras de convivência social, que são muito importantes para a preservação dos espaços comuns que forem construídos.

O desafio do Programa Nacional de Habitação é muito grande e ele tem várias vertentes. “Mas a nossa visão não é a construção de casas para o Programa Nacional de Habitação. A nossa estratégia é apoiar esse programa através da criação de novas urbanizações”, disse.

Para João Mainsel, o futuro de Angola passa pela construção de urbanizações uma vez que se inverte imediatamente a tendência de ocupação de espaços de forma irregular e a construção de musseques na calada da noite.

“Se nós tivermos um trabalho preventivo, se tivermos soluções prévias, podemos organizar a ocupação do território de acordo com critérios e normas, de tal maneira que o cidadão possa construir uma casa onde é possível viver bem”, esclareceu João Mainsel.

Mercado imobiliário

João Mainsel afirmou que existe, neste momento, uma retracção muito grande no mercado imobiliário nacional devido à crise económica e financeira mundial. Por isso, disse que existem alguns mecanismos de financiamento que podem ser criados para viabilizar os projectos em momentos de crise.

“Existe uma crise, mas não é a única, sempre existiram crises e vamos voltar a ter crises porque fazem parte da própria dinâmica do mundo. Precisamos de encontrar soluções que permitam a sobrevivência em tempo de crise”, frisou, acrescentando que estando o crédito associado a uma taxa de juros muito alto, a capacidade de endividamento dos clientes é muito reduzido. “Os bancos não vão, de maneira nenhuma, dar crédito a quem não tem condições de se endividar e a taxa de juros é um dos factores determinantes para medir a capacidade de endividamento do cliente”, explicou João Mainsel. O presidente do conselho de administração do

Grupo Sólida disse que há uma preferência dos bancos em não dar crédito nem aos operadores privados e nem aos clientes. “Nós temos uma composição dos nossos negócios muito clara relativamente ao fundo de financiamento. Os nossos parceiros, investidores, alguns deles são ligados à banca, temos tentado encontrar soluções, criando protocolos de crédito com algumas taxas não muito agressivas que de alguma forma permitem a venda de imóveis a muitos clientes”, afirmou.

Recentemente, o grupo negociou um crédito com o Banco de Investimentos Africano (BAI) que tem estado a ser utilizado para a venda de alguns imóveis, mas acrescentou que não é suficiente, na medida em que a crise ainda persiste.

6.6 Desfavorecidos recebem casas

Jornal de Angola

7 de Dezembro de 2010

A comuna do Sande, no município da Catabola, acaba de beneficiar de 50 casas, feitas de materiais rudimentares, para acolher cidadãos, que ficaram sem as suas residências, durante o conflito armado. Obra do Ministério da Assistência e Reinserção Social, no quadro do plano que visa dotar as famílias das condições básicas.

Em fase de arranque, está a construção de uma escola primária e um posto de saúde para a população daquela localidade, segundo avança a Angélica Benvindo, a directora do Minars no Bié - que acrescenta, estar o Minars empenhado, em continuar a sua colaboração com as administrações municipais. Nesse sentido, 40 famílias da comuna do Malengue, município do Chitembo, vão receber chapas de zinco e outros materiais de construção. Por seu turno, o governo local vem implementando o plano para a construção de um centro infantil, e de um comunitário, destinado à formação profissional dos deficientes.

Ainda segundo a responsável do Minars, em fase final de construção, encontram-se igualmente no Kuito, quatro centros comunitários - dos quais, dois infantis, concebidos para albergar crianças. Um centro artesanal, e outro para formação profissional, destinada a adultos, em idade escolar e profissional.

Angélica Gonçalves que lançou um apelo ao governo e às instituições sociais, no sentido de prestarem maior atenção, aos extractos sociais mais vulneráveis, concluindo, que foram seleccionadas cinco educadoras, no domínio da formação para formadores, encarregues de transmitir os seus conhecimentos, aos cidadãos interessados.

6.7 Projecto imobiliário no Huambo gerou novos postos de trabalho

Jornal de Angola

7 de Dezembro de 2010

O projecto imobiliário “Casa Feliz”, que prevê a construção de 25 mil casas de baixa renda, em sete das 18 províncias do país, proporcionou 60 postos de trabalho no ramo da construção civil no Huambo, disse, sábado, o sócio-gerente da empresa promotora da iniciativa, Agostinho Kapaia.

Em declarações à Angop, o responsável do projecto disse que está enquadrado no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que visa fundamentalmente beneficiar cidadãos de baixos e médios rendimentos.

O projecto “Lar Feliz” vai criar postos de trabalho directos e indirectos, cujos beneficiários são maioritariamente jovens angolanos. Está prevista a construção de três mil fogos a sua execução demora dois anos, a uma média de quatro casas por dia. A empresa imobiliária vai construir urbanizações “Lar Feliz” nas províncias de Luanda, Huambo, Huíla, Benguela, Cabinda, Bié e Zaire.

As habitações são dotadas de infra-estruturas urbanísticas, designadamente de redes de abastecimento de água potável, electricidade e saneamento básico. Agostinho Kapaia informou que as habitações são do tipo T3, com 100 metros quadrados de área útil, e vão ser vendidas ao preço de 40 mil dólares.

6.8 O Governador de Luanda não poderia começa melhor o pulsar da cidade, senão através do Cazenga

Semanário continente

10 de Dezembro de 2010

Quando a equipe de apoio ao Chefe do Executivo anunciou as mudanças que teriam lugar no GPL, ficou-se com a ideia que mais uma vez seria indicado para o cargo um dos nomes de peso do Governo Central ou m Deputado, que só teria de trocar de funções. Daí que, quando se ouviu o nome do candidato, já que nesta altura se encontrava a exercer a função de Vice-Governador do Kuando Kubango, que a tempos idos

- já se chamou também “Terras do fim do mundo”, houve especulação em Luanda se teria “peito” para aguentar a conflituosa Luanda.

O governador, no seu primeiro discurso, mostrou ser humilde, pois que disse que havia de aprender com os técnicos antigos e ouviria a população, para que não falhasse no desempenho das suas tarefas, dando graças a Deus nosso senhor todo-poderoso. Discurso que, coincidência ou não, encontrou junto das populações vulneráveis do Cazenga, na zona sinistrada do Patrício.

Tudo indica que não se ficou só pelo discurso e, logo, no primeiro fim de semana, calçou botas, as famigeradas “Mata cobras”, que nos arredores da cidade já são modas, pois que as vias não lhes dão outras alternativas, senão o seu uso em tempo chuvosos. O governador visitou demoradamente o Cazenga, naquele clima desolador que a chuva causou. Na Vala do S. Pedro, CÚ do Boi e Patrício, ouviu a população sem “os não me toques habituais” e ordenou ao Administrador local, para dentro de uma semana esvaziar as águas da lagoa e reabrir a estrada do Patrício, com os meios disponíveis. O que permitiu ver que afinal, como a população dizia, os administradores municipais não faziam mesmo nada, porque se com ordens superiores poderão realizar estes trabalhos que são o seu dever, deviam-no fazer sem receberem as ordens. Vamos aguardar o resultado. Mas, como se diz na gíria, “a nódoa cai no pano mais limpo”. O prédio da Cuca do Kinaxixe estremeceu e a população depois da derrocada do prédio da DNIC, já acredita que afinal os prédios caem. Saiu toda em alvoroço e lá o Governador não deu azo ao aforismo e, de pronto, desalojou a população do edifício e mandou-os para inaugurarem as torres do lango. E tem mais: aqueles que embora não fossem ocupantes de apartamentos, na verdadeira acepção da palavra, mas tinham o seu bequinho no edifício, não foram escorraçados, foram sim encaminhados para outra área, onde como bons cidadãos também terão os seus aposentos. Agora, os cépticos estão todos a olhar o que poderá acontecer ao nosso governador, quando suceder outra enxurrada que parece que estão a fazer a paz com ele, pois que embora as previsões do INAMET, dizerem que todo o mesmo de Dezembro seríamos castigados com cargas daquelas, ela a chuva, cai, mas de mansinho.

Por aquilo que José Maria nesta primeira semana de trabalho demonstrou, ficou claro que o discurso inicial foi modéstia a mais. Ele conhece bem a realidade da cidade e sabe bem o que fazer, para que esta seja melhor para os habitantes. Agora como começou pelo Cazenga, não custa nada ir também ao Kilamba Kiaxi, onde as grandes makas são os terrenos e na Samba que os moradores dizem que esta só brilha no estrada principal, mas no interior da Camuxida e ao lado das valas só há desgraça. Agora, seria bom que como até esteve na origem de uma das primeiras associações estudantis, recorresse a esta experiência e ao contrario dos anteriores governadores, que mataram as associações dos bairros e só precisavam destas para as marchas e/ ou baterem palmas, reactivasse essas desde estruturas de base aos condóminos, comunas e por ai afora, envolvendo-os na preservação, embelezamento e mesmo para trabalhos voluntários que, em ultima análise, dos quais eles seriam os principais beneficiários.

Se eu pudesse falar ao governador pessoalmente, lhe teria dito que começou bem. Porém, a tarefa que se segue é

bastante árdua e tem que prestar atenção aos funcionários das administrações locais, pois que é aí,

6.9 Prédio da Cuca. Adeus a um pedaço de história da cidade

Semanário continente
10 de Dezembro de 2010

Com cerca de quarenta anos e devido a diversas vicissitudes e falta de manutenção e reparações pontuais que uma obra daquela natureza deve merecer periodicamente, o edifício foi sofrendo graves danos arquitectónicos como o vazamento de água da sua canalização interna podre pelos anos aliado ao mau uso e da falta de saneamento.

O conhecido prédio da Cuca, assim apelidado por causa do enorme letreiro luminoso que tem em cima, foi um dos cartões postais do Kinaxixi e da cidade de Luanda. Construído no início da década de setenta, era considerado, na altura, como um dos mais caros e luxuosos edifícios da capital angolana, com revestimento em mármore.

Com cerca de quarenta anos e devido a diversas vicissitudes e falta de manutenção e reparações pontuais que uma obra daquela natureza deve merecer periodicamente, o edifício foi sofrendo graves danos arquitectónicos como o vazamento de água da sua canalização interna podre pelos anos aliado ao mau uso e da falta de saneamento, sobretudo na sua retaguarda, onde águas putrefactas e montes de lixo se acumularam ali durante anos, corroendo as entranhas do gigante que a pouco e pouco foi dando mostras de a qualquer momento dar de si.

Na madrugada desta segunda-feira, 06/12, como consequência das obras que estão a ser feitas na sua parte frontal, nomeadamente no espaço do ex-mercado do Kinaxixi onde um deslizamento de terra ocorreu na enorme escavação ali efectuada, o prédio da Cuca crepitou e estremeceu como se fosse desabar, causando pânico aos seus moradores e nos arredores.

Lançado o pânico, situação que era de esperar de algum tempo a esta parte, com a recordação ainda fresca do desabamento do prédio da Dnic, as autoridades provinciais, para salvaguardar a integridade física das pessoas, de imediato transferiram os moradores para a centralidade do Zango. Segundo se soube tal hipótese estava já nos planos do Governo Provincial de Luanda que já estavam a cadastrar os moradores antes do susto de segunda-feira.

O prédio já dava sinal de algum estremeamento, mas na referida madrugada o estremeamento foi pior. “O edifício voltou a mexer mais hoje às cinco horas, por isso ligamos para os bombeiros para nos ajudarem, mas por incrível que pareça depois dos bombeiros aparecerem o prédio

já não mexeu, mesmo assim pedimos ao governo que fizesse alguma coisa porque já não dá mais para viver aqui”, referiu uma moradora.

Diante da calamidade, na perspectiva da mudança, os moradores do edifício não sabiam o que seria a sua vida dali em diante. Gente há que habita ali há trinta anos e mais, tinham ali a sua vida organizada, com os seus locais de trabalho e a escola dos seus filhos nas proximidades e saírem de repente representa um transtorno drástico nas suas vidas.

Em meio a agitação que ali se vivia, sem que os moradores soubessem para onde seriam trasladados, a situação foi rapidamente resolvida. Autocarros foram postos à disposição dos moradores que foram ver e receber as suas novas residências.

A maioria, senão todos, ficou satisfeita com o desfecho, porquanto beneficiaram de residências novas em edifícios novos, num local novo. Claro que os transtornos não vão faltar, sobretudo nos primeiros tempos, afinal estão a vinte quilómetros do antigo local de residência e quiçá, dos locais onde trabalhavam, estudavam, etc. Porém o receio que algumas pessoas tinham de beneficiar de apartamentos inferior aos que possuíam no prédio da Cuca, por causa do seu agregado familiar e até mesmo dos seus pertences, esfumou-se porque foram realojados de acordo com as dimensões dos seus anteriores apartamentos.

A organização dessa transferência teve o empenho pessoal do actual responsável pelas requalificações municipais, o ex-vice governador de Luanda, Bento Soito, para além de funcionários do GPL, dos bombeiros e Protecção Civil e Polícia Nacional. AP Quanto ao futuro do edifício, Bento Soito disse à imprensa presente que o mesmo será demolido. Viviam nele 190 famílias.

6.10 Como tudo começou

Angolense
11 de Dezembro de 2010

O primeiro e único sorteio para as casas do projecto «Angola Jovem» em Luanda foi realizado em Abril deste ano. Entre os dias 12 e 21 daquele mês, centenas de jovens com idades entre os 23 e 35 anos, dirigiram-se aos postos de atendimento do Projecto de Habitação Social para a Juventude espalhados pela cidade, munidos de declaração de rendimentos, atestado de residência, certidão matrimonial ou declaração de união de facto, fotocópia do Bilhete de Identidade e do cartão de contribuinte, e a confirmação da situação militar regularizada, conforme exigido.

Depois veio a se descobrir que, afinal, não eram para as casas social que estavam a concorrer, mas sim para outras de média renda e que custavam 170 mil dólares.

Na reunião que os jovens «sorteados» tiveram com a vice-governadora de Luanda para a esfera social, Juvelina Imperial, os jovens ficaram a saber que tinham que pagar 80 mil Kwanzas mensalmente durante 20 anos e que essas casas se destinam a pessoas com rendimentos acima de 200 mil Kwanzas por mês. Lá também ficaram a saber que era uma iniciativa público/privada, sendo ainda informados sobre a série de requisitos que acarretavam outros custos adicionais. Foi exactamente após esse encontro que os jovens criaram uma comissão para defender os seus interesses.

Os jovens foram depois surpreendidos ao saberem que, quando Juvelina Imperial falava de «parceria público/privado», estava-se a dizer que aquelas casas não são propriedade do ministério da Juventude e Desportos, mas sim de uma empresa privada do ramo imobiliário.

O Governo, através do ministério da Juventude e Desportos, em colaboração com o Banco de Poupança e Crédito, apenas actuou como intermediário junto dos jovens e dessa empresa promotora, no sentido de alargar o prazo de pagamento para 20 anos, conforme revelou, na altura, ao *Semanário Angolense*, uma fonte ligada ao assunto. «Embora façam parte do programa ‘Angola Jovem’, ainda não são casas construídas pelo Governo. As casas que o ministério vai construir são as dos bairros sociais para jovens, que custarão entre 40 a 50 mil dólares», assegurou a nossa fonte naquele momento.

6.11 «Angola Jovem» em banho-maria Angolense

11 de Dezembro de 2010

Oito meses depois do lançamento do famigerado projecto de habitação social para a juventude, os «sorteados» no processo de selecção ainda aguardam a conclusão dos tais bairros sociais e vêem-se cada vez mais longe de conhecerem as moradias garanti: das pelo Executivo. Num recente encontro com o Ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, à comissão dos jovens sorteados foi garantida que seriam entregues neste mês de Dezembro as casas aos 90 «sorteados». Este grupo, designado por «comissão de jovens sorteados», foi criado pelos próprios jovens para defender os seus interesses depois de identificada uma série de irregularidades no processo.

Entretanto, uma fonte deste jornal disse que, embora se esteja a resolver a situação dos 90 jovens beneficiários das primeiras residências no âmbito do programa «Angola Jovem», é quase certeza que as casas não serão entregues neste ano.

«Não sei como a situação está nesse exacto momento, mas posso garantir que não será neste ano que vão se entregar as casas», revelou a nossa fonte, sem adiantar mais detalhes.

Um dos membros da comissão dos jovens que participou do encontro disse que o Ministro da Juventude e Desportos explicou as razões da lentidão do «processo», as dificuldades encontradas, porquê se optou por uma parceria público/privada e como foi a negociação com o BPC (o banco financiador) para determinar o tempo de amortização do crédito e os juros aplicados.

Na mesma reunião, foi-lhes dada ainda a opção de escolha entre as 90 casas de média renda, já sorteadas, que estão no valor total de 170 mil dólares, e as dos bairros sociais que custarão 50 mil dólares. Sendo que a maioria optou por esta última e estavam também identificados os candidatos às casas de média renda, ficou acordado entre o ministério e os jovens «sorteados» que antes da conclusão das casas lhes seriam mostrados o local onde está a ser erguido o bairro social para a juventude, a casa modelo e que se iniciaria a celebração dos contratos com o banco para a aquisição das moradias. Tal não aconteceu até agora.

«O chefe do gabinete do ministro apenas nos pede calma. Diz que as casas de 50 mil dólares estão a ser construídas próximas das outras de 170 mil, mas nós nunca lá fomos nem nos foi mostrado uma casa modelo. Única coisa que nos garantiram é que terão as dimensões que estão estabelecidas, no regulamento», diz um dos membros da comissão de jovens.

6.12 Buraco afugenta moradores do prédio Cuca

Novo Jornal

10 de Dezembro de 2010

“HÁ MALES QUE vem por bem”, assim diz o velho ditado. Por volta das 20h00 de domingo, uma enorme cratera bem à frente do prédio da Cuca, de 15 andares, abriu-se, provocando o desabamento da guarita dos guardas da zona em construção. Não há danos humanos a registar, conforme relatos de testemunhas no local, mas a situação criou pânico aos moradores do edifício, tendo-se aventado mesmo a hipótese de que o prédio estava a cair.

O “falso alarme” obrigou o Governo da província de Luanda a movimentar a sua equipa técnica para o local, tendo optado pela transferência dos moradores para o Zango I, “por uma questão de precaução”, segundo Bento Soito, o coordenador para o realojamento da população em Luanda. O processo de cadastramento das 170 famílias que viviam no local decorreu durante a madrugada de segunda-feira. Apesar de alguns moradores afirmarem ter sido apanhados de surpresa pela decisão do governo, “a medida veio mesmo a calhar: “Nós já não aguentávamos mais viver aqui. As condições eram precárias. Valeu a pena”, disse um morador visivelmente satisfeito com a mudança.

Dona Felisbela, que residia no prédio da Cuca há mais de 30 anos, disse que o processo de cadastramento foi feito na mesma hora. “Eles vieram, bateram à porta, pediram-me para arrumar e começaram o cadastramento. Perguntaram o nome da proprietária do apartamento, tiraram-nos as fotografias e depois disseram-nos para esperar pelos camiões e os autocarros que vinham buscar as pessoas”, explicou a anciã que se congratulava pelo facto de ser contemplada com um apartamento do primeiro andar no Zango.

“Aqui vivo com os meus filhos neste apartamento do sexto andar. Só tem dois quartos e a minha família é numerosa. Estou feliz porque o do Zango é maior e bem arejado”, atestou.

INSATISFAÇÃO

Se para alguns moradores a alegria pela mudança era visível, para outros não. O GPL entendeu dar um outro destino aos moradores que viviam no interpiso do prédio. O Zango 4 foi o local destinado para eles. Joaquim, morador do prédio há mais há 20 anos, manifestou estar insatisfeito e injustiçado, alegando com o facto de as casas que lhes foram atribuídas não estarem em condições. “São casas que não estão rebocadas, nem ladrilhadas. Dentro é terra vermelha, não tem água, nem luz”, desabafou o interlocutor que diz não entender a decisão do governo, uma vez que, “ainda existem apartamentos vazios nos prédios”.

Por seu turno, o coordenador do Gabinete para o Realojamento das Populações, Bento Soito, reagindo à insatisfação dos moradores, disse que “eles viviam à margem da lei e que o assunto seria resolvido com a Polícia. Mas, por se tratar de uma situação de emergência, o governo perdoou”.

“Eles ocuparam as áreas de serviço, tal como a caixa do elevador e não vamos dar um apartamento que custou ao Estado mais de 100 mil dólares. Nem podemos compará-lo com aquele cidadão que sempre pagou a renda”, justificou o dirigente.

O edifício da Cuca tem 162 apartamento de dois quartos cada e poderá ser demolido, segundo Bento Soito. O prédio apresenta fissuras nas paredes e a água canalizada já não jorra em todos apartamentos. O elevador do edifício há muito que não funciona e as escadas não tem corrimão. Os corredores não têm iluminação. Já os novos edifícios da comuna do Zango, com 15 andares, têm 50 apartamentos, todos do tipo T3, com energia eléctrica, água canalizada e elevadores.

E os moradores da lagoa ... Esquecidos?

OS MORADORES DA LAGOA do Kinaxixi continuam a aguardar ansiosamente pela sua transferência, vários anos depois da promessa do Governo da província de Luanda-GPL.

Em Março do ano passado, durante a retirada da grua

que tinha sido abandonada no edifício, o GPL havia prometido, mais uma vez, transferir aquela população para as localidades seguras do Zango, Sapú e Panguila num prazo de um ano, o que até ao momento não aconteceu. Porém, a realidade, é que as mais de 100 famílias que habitam naquele edifício, continuam a aguardar pela transferência. Alguns mostram-se mesmo cépticos e dizem sentir-se abandonados e esquecidos: “O governo brinca connosco, chega aqui, promete e nada... Nós também somos pessoas como eles. Quando é que vão nos tirar daqui?”, indagaram-se alguns moradores.

O coordenador para o Realojamento das Populações, Bento Soito, garantiu, durante a transferência dos moradores do prédio Cuca que o governo vai transferir todos os moradores residentes em edifícios que apresentam situações de risco. Na ocasião afirmou ainda que os moradores do edifício Cuca estavam a ser evacuados por uma situação de emergência.

A estrutura inacabada, de 17 andares, foi ocupada na altura da guerra, por aquelas pessoas que vindas de outras províncias que não tinham onde habitar. O imóvel está desprovido de saneamento básico, situação que permite o aumento de casos de doença, principalmente o paludismo.

6.13 Um bairro do “fim do mundo” em Luanda

Semanário Continente

10 de Dezembro de 2010

O bairro Malangino, um dos mais marginalizados de Luanda, vive sérios problemas, desde a falha de saneamento básico, criminalidade, délice nos serviços de saúde e educação, desemprego e prostituição, sendo o comércio informal a principal ocupação e fonte de rendimentos dos moradores da zona, uma boa parte dos quais exerce a sua actividade no mercado dos Correios ou mesmo nas inúmeras praças e pracinhas existentes nas esquinas, como a pracinha do Lumbondo

A população daquele bairro reclama por falta de água potável, energia eléctrica, hospital público, escolas, unidade policial e ruas em condições. Vivendo momentos de desespero durante a época chuvosa, tudo porque as autoridades locais não repararam, ao contrário do prometido, a vala do Catintom que por aquela circunscrição. Também estão preocupados com o desemprego e a delinquência na zona. Situado no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, mais concretamente entre o mercado dos Correios e o bairro Cassequel do Buraco, o bairro Malangino vive sérios problemas, por falta de tudo e pelo alto nível de delinquência e prostituição. Enquanto os moradores, na sua maioria desempregados. Vivem de pequenos biscates ou fazem negócios de roo,

os senegaleses estão a desenvolver-se com as suas cantinas na zona.

Manuel José, morador do bairro desde 1970, conta que “a situação melhorou um pouco”. apesar de continua a haver muitos problemas e alerta para o facto de haver muita água parada nas ruas. “mas não existe água potável nas casas dos populares. Há canalização de água potável nos tanques. mas as canalizações são privadas. Algumas pessoas que têm condições financeira entenderam fazer esse projecto para ajudar a população do bairro. Vendem o bidão de 20 litros a 50 kwanzas”.

José referiu que o sacrifício da população é grande. Os jovens não têm como ocupar os tempos livres. o campo de futebol que existia já foi vendido e os jovens divertem-se bebendo regularmente todos os dias muitas doses de álcool dando uns chutes de bola de quando em vez na rua já que não há melhor recinto para a prática de qualquer desporto.

Dona Maria Luísa Francisco, vendedora, está descontente com a situação dos ditos fiscais e critica a sua conduta: “os fiscais que aparecem dentro e fora do mercado, são grandes e metem medo, mas alguns não sabem falar bem o português, quando apanham as senhoras distraídas. levam as mercadorias ou simplesmente deitam fora o seu negócio. Não podemos deixar de vender, porque é aqui que tiramos alguma coisa para sustentar as nossas famílias”.

O Continente apurou que as pessoas vivem como podem e não como gostariam de viver. Não querem muita coisa, apenas o suficiente para viver com dignidade. A luta pela sobrevivência caracteriza o dia-a-dia dos populares que logo pela manhã partem em busca do pão.

Nagrelha e Nagrelha Senior (fãs do Nagrelha dos Lambas), são dois jovens que não estudam nem trabalham. Dizem que não têm ninguém para apoiá-los. Vivem de biscates. São lotadores (termo atribuído aos que procuram ou chamam clientes para preencherem os lugares vagos nas viaturas de marca “Hiacé”, que prestam serviço de táxi, vulgo “candongueiros”). antes da viatura partir dão-lhes alguma gorjeta: 50 a 100 Kwanzas.

Moradores temem chuva

Os residentes estão receosos, em consequência da não reabimação da vala do Catinton, temendo a repetição de dramas enfrentados no passado, sobretudo quando as chuvas caem com maior intensidade na capital do país. Desde as inundações que. regra geral. Deixam as ruas intransitáveis, os populares recebem enfrentar dificuldades de acesso a água potável. Os moradores dizem que as dificuldades vão mais além e queixam-se de problemas com os transportes. Porquanto basta chover para que. no bairro nenhum carro ou motorizada circule. Actualmente. as viaturas e motorizadas já vão ao bairro Malangino. Desde o mês de Outubro do ano em curso

a ponte da vala do Catinton, na rua do Balumuca. que liga o Malangino ao Cassequel do Buraco, foi levada pela chuva. No local foi posta uma ponte de madeira por Man-Lilas. agente de Trânsito. Que encontrou uma forma de angariar alguns valores para o seu bolso. Colocou no local uns jovens que cobram aos Que por lá passam. Quando há chuva, cobra entre 1 00 a 300 Kwanzas. Quando não há chuva, cobra de 50 a 1 00 Kwanzas. Quem não paga não pode transitar para o outro lado. Também no limite com o- Golfe a situação é a mesma.

Quando não chove, dizem os moradores, é um alívio. “Por exemplo, se não chover, conseguimos transitar de um lado para o outro”, o Que não é possível quando a chuva cai. “O bairro torna-se uma autêntica logoa, principalmente, quando a vala do Catinton enche. As águas entram até nas residências”, revelaram.

As preocupações da população encontram eco nos apelos das autoridades tradicionais da área Que estão solidários os seus problemas e salientam ausência de uma ponte para fazer a travessia entre os sectores. Recentemente, os responsáveis da comissão de moradores reuniram-se com as autoridades locais e receberam destas a garantia de Que a ponte seria reerguida. Porém, passou o tempo a vala do Catinton apresenta-se agora, com as chuvas, como um precipício que separa dois bairros e dois municípios, Kilamba Kiayi e Maianga, que já estiveram ligados pela ponte.

. As últimas chuvas que se abateram em Luanda desalojaram centenas de pessoas no bairro a que nos referimos.

Saúde enferma

São tantos os problemas que assolam o bairro Malangino, uns maiores que outros, que se torna quase impossível distinguir os principais. Contudo, quando a própria saúde está enferma, então tudo vai mal. O acesso aos cuidados básicos de saúde é muito difícil. No bairro, apenas um Centro de Saúde privado ajuda os residentes, sobretudo por funcionar 24 sobre 24 horas, mesmo sem dispor de energia da rede. É servido por um gerador e está razoavelmente equipado. Dispõe de uma farmácia, um laboratório para análises clínicas, salas de observação separadas, masculina e feminina, e uma enfermaria. A titularidade do Centro é da Igreja Católica de São João Cal abria, que tem feito um excelente trabalho de apoio às comunidades. Esse é o único Centro de Saúde que o bairro tem.

I Quando se trata de uma doença difícil, transferem o paciente para o Hospital da Divina Providência, também da Igreja Católica. Quando este Centro não suporta a demanda, os

Luz e água inexistentes

A falta de energia da rede geral, é outro problema que aflige a população. O bairro tem um poste de transforma-

ção (PT) privado, que não fornece electricidade a todas as pessoas que ali vivem. A resolução deste problema passa pelo aumento de mais postes de transformação.

O projecto “água para todos” fez a construção de lavandarias e alguns chafarizes que só jorraram o precioso líquido na semana em que foi inaugurado. O problema é que isso data de há três anos. De lá para cá, já não corre água nas torneiras.

“Só temos um chafariz. O bairro é maioritariamente abastecido por cisternas que enchem os tanques para que os respectivos proprietários revendam o precioso líquido, um bidão de 20 litros custa 50 kwanzas”, afirmam os moradores.

O soba Samuel local lamenta e afirma que “temos graves problemas”. Queixa-se do mau funcionamento do Governo Provincial de Luanda, em particular da Administração Municipal do Kilamba Kiaxi. “A água potável que consumimos provém de umas canalizações nos tanques de alguns moradores e eles, por sua vez, fazem a venda do líquido. Mesmo assim, nem sempre tem água. Há vezes que ficamos uma semana ou duas sem água. Para abastecer os tanques faz-se muita ginástica, porque os camiões não conseguem atravessar esta vala por falta de ponte na vala do Catintom”. Até agora, avança o soba, “não temos uma resposta dos responsáveis da comissão dos moradores acerca do fornecimento de energia ao bairro. Foi montado um novo PT que ainda não foi inaugurado e nada nos dizem sobre o seu funcionamento, sobre a água nem se fala”, desabafou.

Um morador reforça a posição do líder tradicional, reafirmando que, como alternativa, os moradores adquiriram geradores, com todos os inconvenientes que o uso de tais aparelhos implica: “provocam muito barulho, todas as noites”

6.14 Arquitectura da cidade de Luanda apresentada ontem em livro técnico

Jornal de Angola
11 de Dezembro de 2010

O departamento da Arquitectura da Universidade Agostinho Neto realizou ontem em Luanda o lançamento do livro de “Arquitectura de Luanda”.

A obra trata da arquitectura entre os séculos XVII e XIX com destaque para a arquitectura militar, religiosa, residencial e pública.

Um capítulo do livro trata da arquitectura moderna e contemporânea entres os séculos XX e XXI. A obra contém plantas e fotografias dos períodos em análise e apresenta um glossário sobre as principais correntes e estilos arquitectónicos.

O livro foi coordenado pela arquitecta Isabel Martins e são co-autores os arquitectos Roberto Machado, Maria João Grilo e Isabel da Silya Martins. Os autores contaram com a colaboração de mais de 200 finalistas do curso de Arquitectura.

A ministra do Ensino Superior Ciência e tecnologia, Cândida Teixeira, elogiou o trabalho e disse que “uma universidade sem trabalho e sem pesquisa não é uma universidade”. Encorajou as empresas públicas e privadas a patrocinarem projectos desta dimensão: “é necessário que os nossos estudantes comecem a investigar muito cedo para terem gosto pela investigação”.

Isabel Maria Martins, coordenadora do projecto, disse que o livro é resultado da investigação aplicada da disciplina de História da Arquitectura e das Cidades e tem como objectivo final a investigação das diferentes tipologias arquitectónicas de Luanda. Acrescentou que o livro “Arquitectura de Luanda” serve também averiguar o trabalho académico dos estudantes e professores. Maria João Grilo, da Ordem dos Arquitectos de Angola e co-autora do livro, disse que o livro revela o desenvolvimento arquitectónico da cidade de Luanda através de 50 edifícios e serve para “mostrar o património da cidade”.

6.15 Presidente da República visita projecto habitacional

Jornal de Angola
11 de Dezembro de 2010

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, visitou, ontem, o projecto habitacional “Zango III”, em Via na, onde vão ser realojadas as pessoas que residem em zonas de risco.

O Chefe do Executivo recebeu explicações sobre o projecto, que prevê a construção de cinco mil habitações do tipo T3 no sistema de “casas evolutivas”, onde o beneficiário recebe a moradia com apenas dois compartimentos e um WC e depois dá continuidade à construção.

José Eduardo dos Santos ouviu as explicações sobre o “Zango III” e entrou numa das casas praticamente concluída e numa outra em fase de construção. Bento Soito, director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga, anunciou que, numa primeira fase, o projecto compreende a construção de três mil casas. Até Fevereiro devem estar prontas as primeiras 1.500_

Está, também, garantida a construção de infra-estruturas sociais, como escolas e hospitais, com água potável, energia eléctrica e saneamento básico disponíveis.

Bento Soito justificou a adopção pelas “casas evolutivas” com a necessidade de se conferir mais celeridade ao processo construtivo e maior dignidade às pessoas.

“Penso que Sua Excelência o Senhor Presidente da República saiu daqui satisfeito com a modalidade definida pela comissão técnica”, disse o antigo vice-governador de Luanda. O Chefe de Estado esteve acompanhado do Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, do ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência, Carlos Feijó, do ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, e do governador de Luanda, José Maria dos Santos.

6.16 Lançado programa para construção de centenas de habitações no país

Jornal de Angola

11 de Dezembro de 2010

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, testemunhou ontem, em Luanda, no Zango, município de Viana, a cerimónia de lançamento do projecto para a construção de 100 mil fogos habitacionais em todo país até 20 12.

A construção das casas, inseri da no Programa Nacional de Habitação, começa no primeiro trimestre do próximo ano. O Executivo pretende, até 2012, construir o maior número de casas possível.

A Sonangol Imobiliária coube apenas a responsabilidade de desenvolver o projecto habitacional em 13 províncias. A construção de habitações nas províncias do Bié, Kwanza-Sul, Uíge, Huambo e Moxico, como garantiu à nossa reportagem um responsável da Sonangol Imobiliária, pode ser garantida por outras entidades que desenvolvem projectos idênticos no país.

O ponto mais alto da cerimónia foi marcado com o corte de fita da Casa Modelo T3, pelo Chefe de Estado, um dos protótipos dos 10 mil fogos habitacionais que nos próximos tempos são edificadas no Zango IV, numa área de 790 hectares.

Ainda ontem, o Presidente da República visitou o projecto imobiliário Zango Cinco, onde são construídos 13.636 fogos habitacionais, para alojar 80 mil pessoas.

O projecto habitacional Zango Cinco prevê a construção de edifícios de quatro pisos, casas geminadas, centros hospitalares e administrativos, locais de diversão, bombeiros, entre outras infra-estruturas sociais.

Além do projecto ontem lançado, crescem no país novas centralidades nas províncias do Kuando-Kubango, Malange, Cabinda, Lunda-Norte e na província de Luanda, município do Cacucaco. A maior centralidade é a do kilamba Kiaxi onde estão a ser erguidos 710 edifícios, para acolher mais de 100 mil pessoas, numa área de oito mil quilómetros quadrados.

No cumprimento do seu programa de trabalho no município de Viana, o Chefe de Estado esteve no Zango 3, onde também visitou um longo espaço onde são erguidas três mil casas, sobretudo para alojar as famí-

lias que estão a ser transferidas das áreas degradadas de Luanda. Sobre os projectos, o administrador municipal de Viana, José Moreno, disse que surgem da necessidade que o Executivo tem de conferir melhor qualidade de habitabilidade às populações.

José Moreno destacou o facto de, nos últimos tempos, Viana ser o município eleito para acolher pessoas que vivem em zonas de risco.

6.17 Cooperativas habitacionais provinciais

Angolense

11 de Dezembro de 2010

Acabei de conhecer, a partir de uma consulta realizada no Brasil, um programa de parceria entre a Secretaria de Estado da Habitação e associações e cooperativas habitacionais. Promovido com intuito de facilitar à população o acesso mais rápido e mais organizado a habitação própria, o programa estabelece os critérios e cria os instrumentos que regulam as condições para participação, habilitação e classificação das famílias e entidades brasileiras interessadas no programa para obtenção de casa própria.

Fiquei completamente convencido da sua inatacável eficácia. Em tudo quanto me apercebi, este programa habitacional assenta em princípios sérios por via de uma modalidade de gestão compartilhada entre o Estado e a população interessada, devidamente organizada.

Atento e completamente tomado pela curiosidade, rebusquei para comparação e análise alguns extractos dos nossos mais recentes discursos sobre a matéria e relativos a legislação, compromissos assumidos e caminhos já trilhados. Não me parece que estejamos bem. E foi exactamente por isso que decidi recomeçar meus escritos avulsos com este tão candente tema. Ora, façamos um exercício corajoso: em que pé nos encontramos desde o dia em que o Chefe de Estado se dirigiu à nação com o desafio do milhão de casas, aos dias de hoje, passados mais de 2 anos? O balanço, para além de pouco animador, por razões várias não necessariamente assacadas à governação, comporta erros de natureza estrutural passíveis de afectar a dinâmica geral do processo de construção habitacional em curso, e de um modo mais abrangente, o próprio crescimento económico e industrial registado no sector. Recorde-se que Angola figura ainda como um país que surpreendeu a comunidade internacional, crescendo em bom nível mesmo em tempos de crise e certa penúria financeira e que por isso mereceu o reconhecimento de país promissor, capaz de realizar o programa habitacional milionário e da construção civil em geral.

É pois nessa senda que se considera imperdoável e fortemente frustrante, qualquer derrapagem que se verifique

a nível da construção, quer seja pela inviabilidade dos programas gizados no capítulo da construção massiva de casas, quer pelo simples abrandamento dos ritmos de crescimento no ramo da engenharia e construção civil em tempos actuais, incomparavelmente de maior optimismo mundial.

Uma das causas do brusco abrandamento verificado no sector e particularmente no âmbito da construção habitacional massiva - tenho que assumir pela primeira vez esta posição céptica, descrente mesmo, porque os dados estatísticos não são dos melhores -, um atraso declaradamente irrecoverável para as metas de 2012. E nesta corrida para o milhão - entre as causas, dizia, temos que apontar a falta de acutilância dos poderes locais, e no caso de Luanda é ainda mais notória, pois, muito pouco ou nada se fez para arregimentar as sinergias necessárias junto das populações através de programas de diálogo de novo tipo, ou seja através do fomento ao cooperativismo e, consequentemente às parcerias compartilhadas entre o Estado e os cidadãos beneficiários das habitações em causa. No caso em que me baseio a partir da experiência do Brasil, a ideia foi criação de mecanismos de mobilização para a adesão massiva das famílias interessadas na habitação, ajudar a organizá-las, a divulgação de abundante informação, a reprodução e distribuição massiva de cópias dos regulamentos, e todos os demais actos administrativos com cunho institucional forte, com os quais foram cooptadas as energias e as poupanças possíveis para o programa comum.

Eu tive o privilégio de estar por perto da governação de Luanda cerca de 7 magros meses, e daí em diante ficou-me de sobra muito evidente, que o GPL, naquelas condições orgânicas e funcionais que testemunhei, não estaria capaz de liderar uma emulação inter-provincial, não teria pernas para andar, nem serviria de exemplo referencial, na medida em que o programa não foi colhido pela instituição como uma prioridade das prioridades como se fez sentir na comunicação oficial do programa «milhão de casas». Por sua vez, é Luanda quem concentra o maior número de cidadãos interessados por Km², motivo bastante para a procura de soluções e iniciativas de toda a ordem, e quanto mais não seja, para bater-se com as forças disponíveis na aprovação de uma lei das cooperativas, assunto que já leva tempo de espera insustentável, cujo projecto de lei se encontra enclausurado pela burocracia, algures em gabinetes, se calhar, «competentemente» arquivado.

Acresce-se às constatações menos abonatórias para o programa, o facto de que Luanda representou um ponto de ruptura grave para a própria sustentabilidade do processo, pois foi farta em exemplos desagradáveis de mobilização, incentivo e organização, tais como aquele infeliz acontecimento ocorrido no pavilhão da Cidadela Desportiva, apontado como um escândalo, o tal da «casa sorteada» que passou repentinamente de sorteada a com-

prada, num valor acima dos 100.000 dólares americanos longe dos bolsos dos pobres jovens, com a triste recolhida de muitas centenas de rapazes numa manhã inescrutável de histórias habitacionais de sonho irrealizado, com promessas institucionais mal configuradas.

Não foi só a história da cidadela desportiva onde vários jovens madrugaram para assistirem e participarem de uma maratona entristecedora para esquecer - rapazes e raparigas devidamente esperançados na casa da sorte, conforme inicialmente prometido, acabaram frustrados, por um triz não foram atentados a uma manifestação de rua em repúdio e protesto que só não teve lugar por milagre.

Foi também a vez do falso alarme inscrições para obtenção gratuita de lotes de terreno que seriam oferecidos à população e munícipes, acto para o qual bastaria dar o nome e manifestar o interesse por casa própria. Também este falso passo falhou. As filas de espera e as multidões desesperadas embrulhadas em lutas pelo lugar cimeiro, não se fizeram esperar. Agentes da fiscalização enfurecidos pela desordem e trabalhadores ausentes dos postos de trabalho para lograrem o lote oferecido, trocaram palavras azedas e insultos, até que uma ordem contrária censurou e desmobilizou aquele processo empírico e mal concebido pela governação. Era a prova de mais um exemplo mau, comprometendo todo o sistema, e de arremeço, agredindo a esperança alimentada pelo governo central há 2 anos. Ora, para estes e outros momentos de mobilização e enquadramento das populações para o grande desafio da construção de casas, a aposta no cooperativismo habitacional me parece ser uma solução válida a ter em conta, de molde a obtermos dos cidadãos maior força e união, com as quais o Estado poderá compartilhar, facilitando aos cidadãos o acesso ao programa, pois nada melhor que, o colectivismo organizado, e nesse caso particular, o cooperativismo habitacional assente em leis e regulamentos colectivistas que urge aprovar para a maior sustentabilidade e eficácia do programa de construção de um milhão de casas.

6.18 Promotoras desrespeitam procedimentos legais

Jornal de Angola

17 de Dezembro de 2010

O especialista em mercados imobiliários, Cleber Corrêa, considerou em Luanda, que é “tão grande a necessidade dos angolanos terem uma residência, que as pessoas se preocupam logo em receber a casa, em vez de obterem primeiro os documentos”.

As promotoras e imobiliárias partem para o processo de construção de projectos imobiliários sem que primeiro reúnam o estritamente necessário e exigível, notou o especialista, ao mesmo tempo que observa que os clien-

tes, ávidos de adquirir a casa, agem às “cegas”. Muitos clientes pagam as habitações sem se certificarem primeiro que o empreendimento tem licença, é legal ou que o vendedor tem legitimidade para fazer o negócio. Estes problemas legais surgem a cada passo.

Há também promotoras imobiliárias que fazem publicidade enganosa. Prometem grandes condomínios, belos edifícios, dizem que estão prontos para entregar as casas mas algumas vezes o que existe é uma maquete e um terreno cheio de capim. Mas também há casos em que nem sequer existe o terreno onde vai nascer a casa dos sonhos do comprador.

Falando na cerimónia de apresentação do condomínio residencial “Ginga Cristina”, da Imobiliária Genea Angola, Cleber Corrêa critica procedimentos dessa natureza e aconselha as promotoras imobiliárias a não construírem sem os mínimos requisitos, que passam pela documentação, escrituras de direito de superfície registada e licença de construção. Em Luanda há casos em que os clientes adquirem as habitações e só depois é que vão tratar da escritura. Uma casa é um bem muito dispendioso e ninguém deve pagar ao promotor imobiliário sem que seja feita uma escritura pública no Notário e a propriedade da fracção ou moradia esteja legalizada no Registo Predial. Só assim é possível ter a certeza que a casa comprada não vai depois ser vendida a outros clientes.

“Para estes casos, uma vez que não se conhece o histórico da promotora imobiliária deve pagar primeiro. E preciso pagar de acordo com o andamento das obras, mesmo que o preço seja aliciante”, advertiu.

O também membro da direcção da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), notou serem poucas as imobiliárias que reúnem as condições necessárias e exigidas antes do processo de construção e cita alguns casos isolados.

“A título de exemplo, a Genea tem mais de duas mil unidades para construir em diversos pontos do país, mas por falta de documentação não deu início às construções”, referiu alertando para o “perigo” que as pessoas correm ao procurarem obter a casa em primeiro lugar e só depois os documentos.

“Os clientes podem ser lesados”, disse o especialista, lembrando casos ocorridos no Brasil, onde muitas famílias ficaram prejudicadas.

Cleber Corrêa acredita que para 2011, com o surgimento do Fundo de Desenvolvimento Habitacional, que vai financiar a aquisição de casa própria, o cenário no mercado pode conhecer melhorias, uma vez que as expectativas são positivas e também há notícias da possibilidade de mais empreendimentos virem a ser erguidos.

Os clientes que compram casa própria devem ter sempre presente que comprar uma habitação apenas no projecto

é sempre um grande risco. As habitações devem ser compradas quando concluídas e devidamente legalizadas. Só depois se faz o pagamento.

6.19 Urbanizações amputada

Angolense

18 de Dezembro de 2010

Projectadas para desanuviar a enorme carga populacional e habitacional que pesa sobre

Luanda, as urbanizações localizadas na periferia da capital, estarão longe de cumprir com o objecto social para os quais foram criadas.

Os objectivos traçados pelo Governo, que visavam melhorar a qualidade de vida das populações, sobretudo as de baixa renda, correm risco de não se concretizarem. Mais do que melhorar as condições de habitabilidade, para a subida da qualidade de vida concorrem uma série de factores, sendo a promoção do emprego e a sua proximidade aos locais de residência um dos elementos de suma importância.

Quando se projectou o Zango, uma localidade que dista 30 Km a sul de Luanda, falava-se com algum fervor e romantismo à mistura na criação do chamado Programa Industrial de Viana (PIV).

Volvidos vários anos desde que inúmeras massas populacionais foram deslocadas para aquela zona deixou de se falar do PIV e dos supostos «milagres» que o referido programa poderia causar no tão propalado crescimento económico e social projectado para aquela zona da periferia.

Consta mesmo que inúmeros terrenos integrados nesse programa terão sido negociados visando aquele desiderato, mas, ao que tudo indica, o projecto terá sucumbido à nascença. Ou, no seu lugar, surgido obras que nada terão a ver com o PIV.

Verdade ou mentira, o facto é que ainda não emergiam as grandes empresas ou indústrias, cujo anúncio quase levou, em anos passados, ao delírio alguns dos nossos governantes. Não menos grave: nenhum desses membros do Executivo ou da Assembleia Nacional já questionou sobre as razões do fracasso do PIV.

O Zango, à semelhança de outras urbanidades, ou, antes, centralidades, como se agora dizer-se, não só carece de infraestruturas básicas, como escolas de nível médio, mercados formais, hospitais, centros de saúde, farmácias, lojas, padarias, talhos, peixarias, serviços de registo civil e de identificação, dentre outros, como também de vias rodoviárias e meios de transporte à altura do crescimento daquela zona.

Viver no Zango ou no Panguila tem estado a significar para muitos uma espécie de marginalidade urbana, um «desterro forçado», a que muitos dos seus habitantes terão sido sujeitos, devido à míngua de postos de traba-

lho, oportunidade de negócios e de dinheiros. Por incrível que pareça, o Zango que se encontra situado a escassos «metros» de Luanda, não dispõe de uma casa mortuária, cuja ausência estará a fazer com que os mortos sejam enterrados atabalhoadamente, com os riscos que isso acarreta para a saúde dos familiares e próximos do defunto, por um lado, e contra algumas das nossas tradições nesta matéria, por outro.

Talvez sejam estes e outros motivos que têm estado na origem dos «focos de resistência» de alguns habitantes de Luanda em transferir-se para o Zango ou Panguila, já que estarão a sentir-se arredados dos locais de concentração monetária, ou seja, de meios de sobrevivência. Não só pela falta de empregos, como também pela oportunidade de negócios.

Numa altura em que Luanda cresce em direcção a sul, devia-se já pensar na extensão da linha-férrea para aquela zona, estendendo o Caminho-de-ferro de Luanda ao Zango. Ou, ainda, proceder-se ao alargamento da estrada que vai de Viana em direcção à nova urbanidade daquela zona.

Antes que seja tarde, deve-se impedir novas construções ao longo da via, de forma a permitir o seu alargamento, sem que acarrete custos adicionais ao Estado com futuras demolições.

6.20 Jovens recebem casas sociais no Kwanza-Norte

Jornal de Angola
18 de Dezembro de 2010

Um conjunto de 45 residências sociais, das 96 previstas para o bairro da juventude, em Ndalatando, província do Kwanza-Norte, foram entregues na quinta-feira aos beneficiários, em cerimónia presidida pelo ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba.

As casas do tipo T2 possuem três quartos, sala comum, cozinha e quarto de banho e foram construídas no âmbito do programa “Angola Jovem”, do Executivo angolano. Localizadas no bairro “Catome de Baixo”, arredores de Ndalatando, as obras foram executadas num período de dois anos e deverão custar 40 mil dólares cada.

Na ocasião, Gonçalves Muandumba lembrou que as residências sociais com todas as condições de habitabilidade são para os jovens que têm necessidades efectivas de moradia. O projecto foi implementado em parceria com o Banco de Poupança e Crédito (entidade financiadora) e contou com a parceria do governo da província, que cuidou da infra-estrutura dos terrenos, tendo por isso agradecido ao executivo do Kwanza-Norte pelo cumprimento da parte que lhe estava reservado.

Os beneficiários deverão pagar, como amortização dos custos, prestações mensais de 25 mil kwanzas durante

20 anos. Por sua vez, o governador do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, considerou o gesto como uma “importante dádiva” do Executivo para a juventude, esperando que as residências sejam utilizadas segundo os propósitos a que se destinam. Para o governador, a construção do bairro da juventude representa apenas um primeiro passo de uma longa caminhada que visa a melhoria das condições sociais da população.

Aos que não foram sorteados nesta etapa, o governador encorajou a acreditarem nos programas do governo com vista à resolução dos problemas que assolam a população, com destaque para a juventude, como a falta de emprego e de moradias. “O governo vai continuar a edificar outros equipamentos sociais”, garantiu.

André Júnior acrescentou que estão ainda em curso obras de melhoramentos do sistema de drenagem de águas pluviais e de distribuição de água potável ao bairro da juventude que já beneficia de energia eléctrica da rede pública, para otimizar as condições

No quadro do seu programa de actividades, o ministro Muandumba deslocou-se ainda ao município do Golungo-Alto, onde procedeu igualmente à entrega formal ao governo da província de dois centros comunitários da juventude, sendo um construído naquela circunscrição e outro no município de Kambambe.

Do programa do ministro, contam ainda visitas às obras de beneficiação do pavilhão desportivo “Engenheiro José Eduardo dos Santos” e ao estádio municipal dos “Dinizes”, ambas localizadas na cidade de Ndalatando. Os beneficiários das residências foram seleccionados em Outubro, de um total de 76 candidatos que concorreram às casas sociais da juventude, durante um sorteio assistido por entidades do governo local e representantes da sociedade civil.

A selecção dos candidatos foi efectuada mediante apresentação de um comprovativo da capacidade financeira do concorrente em liquidar a primeira prestação do contrato, de 10 por cento, mediante recurso ao crédito bancário, devendo o restante valor ser pago num prazo de 15 a 20 anos.

6.21 Jovens e habitação

Jornal de Angola
20 de Dezembro de 2010

O problema habitacional vai sendo resolvido no país, estando o Executivo a dar prioridade à concessão de casas a jovens em diferentes províncias do país, em condições que possam ser suportadas pelos beneficiários.

Embora o problema da habitação em Angola seja complexo, uma vez que existem ainda muitos angolanos sem uma residência condigna, é de realçar o empenho das autoridades na execução de diversos programas desti-

nados a construir casas sociais com boas condições de habitabilidade. Ter moradia própria é o sonho de muitos angolanos, em particular os jovens, que pretendem legitimamente organizar as suas vidas e constituir família. Tendo moradia, os jovens trabalhadores poderão concentrar-se mais no processo produtivo, entregando-se com maior afinco ao trabalho. Tendo casa, o jovem tem, com efeito, menos um problema, pelo que tudo tem sido feito para que milhares de jovens no país possam ter acesso a moradias condignas.

A concessão de casas à juventude tem grande impacto social e constitui uma das grandes tarefas em que o Executivo está apostado, no quadro da resolução dos problemas das populações.

No quadro ainda do empenho dos governantes em resolver esta questão, há um outro grande programa que o Executivo está a implementar. Trata-se do denominado “Água para todos”. O Governo central pretende que, nos próximos dois anos, 4,5 milhões de pessoas tenham acesso a água potável. No início da implementação do programa, em 2007, estimava-se, por exemplo, que apenas 22 por cento da população rural tinha acesso a água potável.

O abastecimento de água à população constitui um programa cuja execução fará mudar consideravelmente a vida de muitos milhões de angolanos, particularmente dos que se dedicam à agricultura, sector que, havendo água em abundância, poderá conhecer um grande desenvolvimento.

Além disso, fará com que sejam eliminadas diversas doenças, evitando-se assim múltiplos problemas de saúde pública e reduzindo-se um número substancial de pacientes que recorrem aos diferentes postos de saúde, vítimas de enfermidades provocadas pela falta de potabilidade da água que consomem. Abastecer a população de água potável é uma forma de se prevenirem situações que podem pôr em risco vidas humanas.

As autoridades estão a executar programas destinados a aumentar a qualidade de vida das populações e, dentro de alguns anos, o panorama em termos de habitação e de abastecimento de água será radicalmente diferente do actual. O país está a mudar. Mas não é possível mudar tudo de uma só vez. Há problemas simples de resolver. Mas também há os mais complexos. E notório o grande esforço financeiro que o Estado tem feito para financiar obras de grande vulto que permitiram, por exemplo, ligar diferentes regiões por estrada, tomando fluida a circulação de pessoas e bens e incrementando assim as trocas comerciais, com ganhos para a economia.

Nada é mais como antes de 2002, ano em que alcançámos a paz que tem permitido ao Executivo desenvolver inumeráveis iniciativas voltadas para o desenvolvimento de todas as províncias do país, esbatendo paulatinamente as assimetrias regionais acentuadas.

São visíveis em todo o território nacional as marcas da

concretização de programas do Executivo, que tem no centro da sua actividade a resolução dos problemas do povo. Constitui exemplo disso o facto de estar prevista a entrega de 96 residências a jovens de Ndalatando (província do Kwanza-Norte), tendo já sido distribuídas recentemente 45. São casas sociais que estão a ser construídas no âmbito do programa “Angola Jovem”, implementado em parceria com o Banco de Poupança e Crédito (BPC). Os potenciais beneficiários dessas casas são muitos, mas há a certeza de que progressivamente todos eles terão as suas moradias, concedendo-as àqueles que realmente delas necessitam.

O sonho de muitos jovens de ter casa própria está a ser realizado. O Executivo está atento aos principais problemas dos jovens e vai honrar o compromisso de resolvê-los dentro dos prazos estabelecidos. O direito à habitação está consagrado na nossa Constituição, pelo que ao Estado compete criar as necessárias condições para o concretizar. Dispõe o artigo 850 da nossa Lei Constitucional que “todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida”.

Todos conhecemos a capacidade das nossas autoridades para levarem a bom porto tudo aquilo que foi programado, no que diz respeito à melhoria das condições de vida das populações e na perspectiva de se dar uma vida condigna a todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene.

6.22 Casas sociais entregues no Cattome de Baixo

Jornal de Angola

20 de Dezembro de 2010

No âmbito do Programa “Angola Jovem”, o ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, fez recentemente a entrega de 45 casas sociais, construídas na localidade de Catome de Baixo, na província do Kwanza-Norte. Trata-se do embrião de novas urbanizações, que vão dispor de equipamentos sociais como hospitais, escolas, bibliotecas, salões de beleza e outros.

As obras, que duraram 24 meses, foram executadas num perímetro de aproximadamente 70 hectares e custaram aos cofres do Estado a quantia de cerca de um 1,8 milhões de dólares. As casas possuem três quartos, cozinha, casa de banho e despensa. Os seus preços variam entre 40 mil e 50 mil dólares, reembolsáveis num período de 20 anos, através de um prestação mensal de 25 mil kwanzas.

Na cerimónia de entrega das chaves aos contemplados, o ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, disse que os principais executores do projecto “Angola Jovem” são os membros do Executivo central e os governos provinciais e o Banco de Poupança e Crédito.

O referido programa é uma iniciativa do Presidente da República, com o objectivo especial de criar habitações

para juventude. “Assumimos o compromisso, arregaçamos as mangas e fomos para o terreno para materializarmos o projecto”, disse o ministro.

Lembrou aos beneficiários que as residências “não são de luxo, foram projectadas com um carácter económico, mas com condições de habitabilidade”.

O projecto foi criado, fundamentalmente, para ajudar os jovens que nunca tiveram residência própria. Os utentes que pretendem efectuar o trespassado das chaves das casas, ou arrendá-las a outrem, foram aconselhados pelo ministro a não o fazer, tendo sublinhado ainda a importância de serem plantadas árvores no local, como forma de contribuir para o equilíbrio ambiental!

Gonçalves Muandumba apelou aos jovens, em geral, no sentido de serem pacientes e “não se precipitem em relação à concretização dos anseios pessoais”. Depois de adiantar que o futuro da nação depende da juventude, agradeceu a todas as forças envolvidas na materialização do projecto.

Por seu lado, o governador provincial do Kwanza-Norte, Henrique André Júnior, exortou a população no sentido de creditar as acções do governo e afirmou estar consciente das dificuldades do povo. Por outro lado, mostrou-se preocupado com os indivíduos que, através de palavras desencorajadoras, semeiam a suspeição no seio da população, o que, no seu entender, não ajuda a harmonizar os espíritos, provocando apenas alarmismos.

Prometeu, ainda, para breve, a construção de valas de drenagem ao longo das ruas da nova urbanização. Em relação ao fornecimento de água, a reportagem do Jornal de Angola constatou que estão em curso trabalhos de edificação da rede de distribuição. O projecto está concebido de tal modo que a conduta a vai levar ao domicílio de cada uma das famílias, através de furos hertzianos que estão construídos. A zona já conta com uma rede de distribuição de energia eléctrica.

Visivelmente satisfeito, Henrique Júnior afirmou que o governo vai continuar a edificar equipamentos sociais. “A construção das casas da juventude é apenas um dos passos de uma longa caminhada para o desenvolvimento, que não se prevê parar tão cedo”, concluiu.

Insuficiências preocupam

Conceição Cumbi, em nome dos moradores do novo condomínio, manifestou a satisfação geral da comunidade, mas mostrou-se preocupada com insuficiências como a fragilidade de alguns muros, que tendem a desabar, e a aglomeração de terras nos quintais de algumas residências.

A porta-voz dos moradores reclamou ainda pela falta de valas de drenagem das águas pluviais, pelas ruas por asfaltar e pediu o assoreamento do riacho que está junto ao condomínio.

Conceição Cumbi foi igualmente portadora da preocupação comunitária em relação a um embondeiro cujas

raízes já começaram a danificar o muro de uma das residências.

O não acabamento da quadra de jogos e o ladrilho por colocar nalgumas casas de banho, são outras inquietações apresentadas pelos moradores.

Os jovens também apelaram às entidades competentes para que continuem a viabilizar projectos semelhantes, para beneficiar os cidadãos que não foram sorteados. Sublinharam igualmente a importância de se favorecer, cada vez mais, os cidadãos menos remunerados, sem perder de vista o fomento da autoconstrução dirigida.

O ministro Gonçalves Muandumba atribuiu a responsabilidade da qualidade dos acabamentos aos empreiteiros, que alegaram os custos económicos das residências e o seu carácter social.

O empreiteiro António João Pinto, responsável pela construção das primeiras 45 casas do projecto “Angola Jovem” no Kwanza-Norte, revelou que a execução da segunda fase do programa arranca em Janeiro próximo, com a construção de mais 47 casas, com o mesmo padrão.

As residências da segunda fase vão ser construídas na reserva fideiúrgica da Aldeia de Cazela, cinco quilómetros a Norte de Ndalatando, num perímetro de 100 hectares. De acordo com o empreiteiro António Pinto, a nova zona urbana vai albergar mais de mil imóveis, incluindo residências destinadas aos estratos sociais de baixo, médio e alto rendimento, supermercados, lojas, quadras desportivas e igrejas. No fundo, trata-se de uma nova cidade que se projecta na província do Kwanza-Norte.

O Jornal de Angola constatou que neste momento decorrem os trabalhos de desmatção e alisamento dos terrenos.

Cambambe e Golungo-Alto

Durante a sua estadia na província do Kwanza-Norte, o ministro Gonçalves Muandumba também inaugurou as casas destinadas à juventude nos municípios de Cambambe e Golungo-Alto. De acordo com Gaspar Domina, director provincial da Juventude e Desportos, em ambos os municípios as obras duraram 24 meses.

Cada um dos projectos custou ao Estado o montante em kwanzas equivalente a 500 mil dólares. Tanto em Cambambe como no Golungo-Alto, as novas urbanizações não se resumem às habitações.

Tratam-se de embriões de novas cidades, dotadas, já nesta fase inicial, de equipamentos como bibliotecas, salões de beleza, centros de aconselhamento e testagem voluntária para o HIV /Sida, salas para reuniões, salões de festas e exposições, cafetarias e salas onde serão ministrados cursos de informática.

O director provincial da Juventude e Desportos frisou que a gestão dos imóveis de uso comercial vai ser atribuída a empresários privados, seleccionados pelas administrações municipais.

Para o próximo ano aguarda-se pelo consolidar do projecto “Angola Jovem” que, tendo em conta que a habitação é um dos maiores objectivos a alcançar na vida de qualquer cidadão, já se tomou urna esperança cada vez maior ao alcance da juventude trabalhadora.

6.23 Quando se perde património já não se recupera

O País

20 de Dezembro de 2010

No seu quintal encontramos, soltos, galinhas e pintainhos. Sinais de que estávamos em casa de um homem que vive a cidade de forma diferente, um pouco corno nos outros tempos, um pouco também corno recomendam ecologistas e estudiosos de hoje. As transformações de Luanda ditaram o rumo da conversa.

Começam a aparecer, cada vez mais, pessoas que se dizem preocupadas com o rumo de Luanda.

O que representam estas pessoas nesta dinâmica de transformações da cidade... são nostálgicos ou as transformações são de tal forma que levam a urna preocupação genuína?

Acho que subsistem os dois casos.

Há os nostálgicos e há os que têm a preocupação correcta e que afirmam que não há futuro sem passado. Há sempre algo de onde se vem e ternos de ter um caminho para onde se vai, em termos gerais. Mesmo na lógica do desenvolvimento futuro da cidade e do país temos de ter um passado para mostrar aos nacionais e aos visitantes, não tem havido preocupações com isso. Há pessoas que estão preocupadas com a conservação de bens e valores importantes, isso há.

Fala-se agora do turismo, uma actividade em que uma parte importante é mostrar o passado dos sítios, nós estamos a apagar este passado. Ainda que se trate de um passado não directamente ligado à população actual, não deixa de ser o passado desta terra, corno acontece em muitos lugares do mundo, em que os actuais utilizadores não são os originais. Muitos povos terão passado por vários sítios mas os seus vestígios persistem e faz-se por conservá-los. No nosso caso, isso já não foi acautelado suficientemente até à Independência, porque não estava no espírito da política portuguesa a conservação do património e nós também não nos estamos a preocupar suficientemente com isso. Estamos a liquidar valores importantes até para o turismo.

A notícia da evacuação, por iminência de colapso, do prédio da Cuca, num local de onde já foi retirado o mercado do Kinaxixi, isso, a retirada destes dois símbolos de Luanda, apaga o quê exactamente?

Apaga um pouco de um período da história da cidade, embora o prédio da Cuca seja do período mais moderno,

do fim da era colonial. O mercado do Kinaxixi era de urna ou duas gerações antes. Era sobre isso que eu falava, algumas destas coisas eram símbolos visuais da cidade, deveria haver preocupação em mantê-los...

E esta falta de preocupação derivará da substituição da população que habita Luanda e revela uma falta de ligação emocional ao local?

Uma das explicações que encontro para a falta de protecção ao património histórico da cidade é a substituição de pessoas que houve. Mas uma das primeiras leis no pós-independência é a lei sobre cultura nacional, onde está integrado o património. Esta preocupação não foi por acaso, foi mesmo para salvaguardar o património. Infelizmente não teve o desenvolvimento desejado ao longo do tempo. Por outro lado, são as elites, nas quais se situam as autoridades que se tinham de preocupar com isso, fazendo passar a mensagem para as massas.

O primeiro dirigente da cultura foi

António Jacinto e, naquela altura, lembro-me que havia preocupação com as maiangas. Seguramente que uma grande parte da população de Luanda, hoje, não sabe o que são maiangas, porque não são kimbundos... Aqui há algum tempo até colocaram um sinal aí junto à entrada da passagem aérea na Samba, do lado direito, aí havia a antiga Maianga do Rei, que milagrosamente sobreviveu à passagem dos tempos. As maiangas representavam uma ligação entre o antigo e o novo. Eram de construção colonial mas eram maiangas, com designação nacional...

Maianga do Rei ainda existe

E quem não é kimbundo irá perguntar o que significa maianga...

Poço. Maianga significa poço de água. Havia a maianga do povo junto ao Clube 1º de Agosto. Aí onde agora é o rio seco era um rio mesmo, molhado, que desaguava numa lagoa que era a Lagoa dos Elefantes. Isso é no bairro da Samba, onde desaguava o rio, mas o rio desaguava numa lagoa antes de dar para a baía. Essa era uma lagoa de elefantes, frequentada por elefantes. Quando os portugueses cá chegaram, e durante muito tempo, aí havia elefantes, que depois foram descendo e acabaram por ficar-se pela Kissama. Mas até ai tiveram azar.

O que hoje se conhece por Morro dos Veados foi, até ao séc. XVIII, o Morro dos Elefantes, está escrito em mapas, só que os bichos foram diminuindo e, no séc. XX, já era o Morro dos Veados e agora, se calhar, já só há lá ratos.

Mas depois da Independência, dizia, havia a preocupação com as maiangas. A Maianga do Povo, ao lado do Clube 1º de Agosto e a Maianga do Rei

que ficava no cruzamento da Rua da Samba com a que vem do Prenda. Recentemente uma empresa que por aí andou colocou-lhe uma tabuleta a dizer cacimba, o que já não é o termo adequado... falei disso a alguém da cultura provincial, tiraram a tabuleta, mas não colocaram outra.

Quando os militares tomaram o espaço do hoje Clube 1º de Agosto, havia aí um descampado e havia também a Maianga do Povo, mas os militares foram construindo as suas casas e não respeitaram a distância mínima que se deveria observar em relação aos monumentos. O António Jacinto creio que não se quis meter com os militares. Não se fez nada e a Maianga do Povo desapareceu no meio das casinhas. A Maianga do Rei, por milagre, ainda lá está.

A substituição dos utilizadores da cidade, voltando à sua pergunta, naturalmente que tem grande impacto na cidade e na sua utilização.

Isso leva-me a 1975, em que uma parte da população suburbana veio para as cidades, ocupou-as e dá a impressão de lhes estar a dar uma utilização inadequada ou diferente, quer nos prédios, quer nos bairros das elites. Um dos problemas foi que as pessoas que vinham do campo não tinham canalizações nas suas casas, usavam bacias, etc., o que aconteceu foi as pessoas deixarem ir tudo pelos canos. Claros que os entupiram.

Se numa casa térrea isso significa dois ou três metros, num prédio de andares isso são metros e metros de entupimentos, com águas putrificadas e virem para fora. Eventualmente o prédio da Cuca já não estaria em condições de ser recuperado, por causa desse mau uso ao longo de 35 anos. Essa é uma parte da factura do facto de Angola ter chegado à Independência nas condições em que teve de chegar...

Isso remete-nos para as novas centralidades, edifícios altos...

É um problema porque pode levar -se para lá pessoas sem os hábitos, educação e cultura para viver em prédios de vários andares.

Não há-como o Estado impor regras de comportamento? Já que se enveredou por aí, acho que tem de haver uma acção muito concreta e organizada de formação para habitar este tipo de edifícios, de controlo de maus comportamentos, como o caso dos entupimentos... ou apostar mesmo nas canalizações por fora, que podem parecer deselegantes, mas são mais práticas para as reparações.

Temos, portanto as populações rurais que chegaram a cidade e tiveram um conflito com o novo modo de habitar...

E que são a grande maioria.

Falta ligação emocional aos espaços?

“Claro, porque algumas pessoas não sentem qualquer relação com o espaço e com as coisas e também não foram alertadas pela nova elite para a preservação dos espaços...” E temos um outro grupo, o das populações semi-urbanas, que se transformam em elites mas que também não conseguem preservar o património...

Claro, porque algumas pessoas não sentem qualquer relação com.

O espaço e com as coisas e também não foram alertadas pela nova elite para a preservação dos espaços, inclusivamente como valor económico futuro, no turismo, por exemplo. Quando se perde património já não se recupera.

Veja o caso do projecto da UNESCO a Rota dos Escravos. Cerca de um terço dos africanos exportados para as Américas proveio do sul do equador. A grande maioria foi da área que vai do Luango a Benguela. Quantitativamente, isso dá-nos uma importância grande neste projecto. Talvez mais que em toda a costa africana, ao longo da nossa havia mais sinais desses acontecimentos. E nós não nos temos preocupado com isso, que é um valor turístico importante. O Senegal tem aproveitado em Gore, por exemplo. Embora haja agora sinais de se querer fazer alguma coisa no Morro da Cruz, no Museu da Escravatura.

Isso não terá a ver também com o facto de os angolanos não estarem educados a gastar com o turismo no seu próprio país?

Se falarmos da maioria é verdade, mas há já uma minoria, que nem é apenas a elite mas urna burguesia nacional, que já viaja muito e, lá fora, aprecia as casas velhas, os museus, etc., mas não transfere isso para cá. Não será a sensação da consolidação da condição de elite, q privilégio

de poder gozar o que os outros não podem?

Poderá até ser, mas eu acho que deveria haver um sentimento nacional de fazer alguma coisa para ter também no seu país.

Se fosse guia turístico quais seriam os pontos inevitáveis de Luanda para conhecer a história das pessoas e da cidade?

As fortalezas e as igrejas. A própria baía e as baías. A baía é uma das razões para o nascimento da vila europeia de Luanda. Foram as baías, a sua qualidade que determinou a criação da vila, não foram os critérios normais de criação de centros urbanos, até porque, já nessa altura, faltava água em Luanda, o que se mantém, até aos nossos dias. As baías são um elemento importante da história da cidade. Depois há um símbolo importante dessa história que também pertence aos angolanos, embora como a parte sofredora, porque eram o produto do comércio dos escravos. As fortalezas, apesar de símbolos de opressão também nos pertencem. As igrejas são outro

elemento que, não fazendo parte da cultura original, passaram depois a fazer parte da vida das pessoas. Há também casas que são sinais visuais e históricos. Havia muito de angolano nas casas, como a cal de mabanga, os forros feitos

de bordão, um material altamente isolante e que permitia manter as casas frescas. Não sei se ainda existem sinais de tetos de bordão nas casas velhas de Luanda. O último que conheci estava na Igreja do Carmo, mas já foi substituído. Portanto, estas edificações estão aqui, foram feitas com mão-de-obra de cá, são nossas, não são de lá.

Além das transformações arquitectónicas, físicas, há um coro de lamentações sobre a qualidade de vida na cidade. Com o que é que se perde as relações humanas? Com mais televisores, mais trânsito, a vida moderna?

Acho que entra tudo. Partiram-se”as duas estabilidades: a cidade dos brancos e a periferia. Havia uniões entre elas, como o Clube Atlético de Luanda. cada uma destas duas sociedades, porque havia um corte a separá-las, tinham as suas organizações, os seus clubes. O seu modo de vida, com os seus divertimentos, cada um da sua maneira.

Luanda teria entre 300 a 400 mil habitantes, metade seria de europeus. De repente, noventa por cento de uma parte foi embora. Os da periferia vieram para a cidade e também os regressados. Criou-se um desequilíbrio que modificou os modos de vida...

Não seria espectável que as pessoas que saíram da periferia para o centro da cidade ao menos levassem o seu modo de relações sociais?

De certa maneira transportaram, tanto quanto me apercebo. Algumas famílias dos subúrbios mudaram apenas em parte. Como as famílias eram numerosas, no subúrbio, a parte extra que se mudou para a cidade continuou a manter a relação com a outra parte, pelo menos ao fim-de-semana, essa é uma das coisas boas que se mantiveram. Com a guerra, com o recolher obrigatório, isso criou um novo modelo social, somados os constrangimentos da falta de abastecimento, algumas vezes, a falta de electricidade... houve ruptura dos equilíbrios e estão a criar -se novos equilíbrios.

A cidade que cresceu com populações de fora está agora num período de construção e reconstrução de uma cidade que nunca voltará ao que era...

Não se recuperarão as maiangas. *Mas e a mutamba?*

E uma árvore. Tudo o que é “mu” em kimbundo é árvore. Mutamba é tambarino.

Que já não encontramos no largo da Mutamba

Há fotografias que ainda mostram as árvores no antigo

largo da Mutamba. Mas depois vieram os edifícios da Fazenda, o outro onde está a Sonangol, mas o nome ficou. É como o Kinaxixe que era o nome de UIÍla lagoa.

E Ingombota?

Aqui há uma mudança. No início da vila aquilo era mato, era lá que se refugiavam os escravos fugitivos, era o primeiro refúgio. Em kimbundo refúgio é Ingombota, e essa acção de se esconderem aí baptizou o local. Quando o local passou a ser habitado as pessoas diziam que moravam na Ingombota e os portugueses corromperam a expressão adicionando o “1”, ficou Ingombota. É engraçado ver que há nomes da cidade que se mantiveram. A Samba, por exemplo, veio de Elefante: nsamba, em kimbundo, significa elefante. Daí também a tal lagoa dos elefantes de que falámos há pouco. O nome vem daí.

Luanda vai ser conjunto de cidades

Olhando para Luanda, consegue imaginar uma cidade que recupere as tardes num jardim com os filhos, a andar de bicicleta, etc., ou na cidade nova a sul?

Lamentavelmente, na cidade antiga, mesmo na parte mais moderna, deram cabo de uma grande parte de largos e campos de futebol, não percebo como dizem gostar de futebol e não há campos. Agora dizem que vai ser feito um projecto director da cidade, o que poderá preservar algumas coisas... falta o tal plano, com autoridade suficiente...

A nova parte sul da cidade é de um novo modelo, com condomínios...

Pode-se considerar isso como vida numa cidade?

Risos... Não há definições petrificadas, as coisas evoluem, acho que isso faz parte de uma evolução. Nunca estive numa mega cidade como S. Paulo’ ou cidade do México, que são somas de pequenas cidades. Talvez aí se encontrem exemplos. Quando estive a estudar em Lisboa, por exemplo, vivi num bairro que era mais província, mais campo do que cidade de Lisboa. As pessoas tinham um comportamento que era mais para o lado da província portuguesa do que da cidade. A barreira era apenas uma linha de comboio e uma rua de 80 ou 100 metros. Eram duas formas de vida diferentes. Transformar os musseques em formas urbanas de boa qualidade, isso acho muito bem...

Vamos ter uma Luanda com várias cidades...

Exacto, vamos ter vários centros urbanos onde espero que haja a capacidade de as pessoas viverem agradavelmente. Fala-se muito do lixo de Luanda. Isto é só o espelho da avalanche de gente que não era urbanizada, ou é mesmo

a incapacidade de se lidar com uma realidade urbana? As duas coisas. O africano comum tradicional é urna pessoa limpa.

Basta ver as casas dos camponeses. A passagem para a cidade fez quebras, perde-se o quintal e, às vezes, até os hábitos de limpeza. Na cidade cada pessoa produz X quilos de lixo por dia, isso acumula-se rapidamente. Tem de haver mecanismos de fazer desaparecer o lixo, por causa das doenças. Por outro lado, na nossa época, o lógico é montar sistemas de recolha de lixo em paralelo com a sua rentabilização, para até diminuir as despesas, porque as despesas da recolha do lixo são cada vez maiores, aumentam com o crescimento da população. Recolher o lixo custa dinheiro, o que temos é pura perda, estamos a acumular toneladas de lixo sem buscar saídas para ganhar dinheiro com o lixo. Pode usar-se o lixo até para a produção de energia, recolhendo o gás que o lixo produz e utilizar para a iluminação, para cozinhar etc. Temos desperdiçado os benefícios do lixo. Há experiências universais que devemos aproveitar. Quando colabora com o Núcleo de Arquitectura da Universidade Lusíada e com a Associação Kalu é porque sente que a palavra poderá ajudar Luanda?

São iniciativas importantes. Acho que a Kalu deveria ter maior interacção com as organizações nos bairros, é um exemplo que se deve reproduzir até noutras cidades. A Kalu é urna associação de elite, de vanguarda, com informação e deve interagir com as outras associações de amigos de cidades e bairros pelo país. O Núcleo de Estudos da Lusíada traz um aspecto técnico e investigativo que casa bem como os propósitos da Kalu e acho que se deve multiplicar também pelo país. O pouco que sei vou partilhando com eles.

Andava há tempos para fazer urna visita pela cidade com a arquitecta Ângela Mingas, acho que esta relação dos arquitectos com as cidades, que não havia nem no tempo colonial...

O futuro de Luanda está na palavra?

Sim. É importante divulgar e levar as pessoas a lidar melhor com os seus espaços. Mas isso tem de passar pela escola, etc., até pelas escolas de condução, tanta é a falta de educação no trânsito.

6.24 Casas sociais para a juventude são entregues só no próximo ano

Jornal de Angola
20 de Dezembro de 2010

O director da Juventude e Desportos, no Kwanza-Sul, disse, na semana finda, aos jornalistas, que das 92 casas destinadas a jovens apenas podem ser entregues 81 e não este ano, como o previsto, mas no próximo.

Manuel da Silva justificou o atraso da entrega das casas, todas no Sumbe, no bairro social da juventude, com o facto de “ainda estarem em fase de acabamento as redes técnicas e as fossas”.

Quanto à redução do número de casas a entregar referiu dever-se a “dificuldades de transporte dos materiais de construção”

Sobre o preço das casas afirmou que oscilam entre 30 e 40 mil dólares e que o pagamento é feito em 20 anos, com uma entrada de 1 O a 20 por cento.

O secretário executivo do Conselho Provincial da Juventude manifestou-se “surpreendido com os sucessivos adiamentos” e com a redução do número de casas a entregar.

Agostinho Mikinho disse que vão ser pedidas explicações ao governador provincial, pois, garantiu, o Conselho Provincial da Juventude e as organizações filiadas não têm nenhuma informação sobre a diminuição do número de casas, nem dos preços a que vão ser vendidas, nem do facto de terem sido canceladas as construções nos outros dois municípios.

O bairro social da juventude, enquadrado no programa Angola Jovem, do Ministério da Juventude e Desportos, é um dos projectos que visa contribuir para a melhoria das condições de vida dos Jovens.

Os candidatos devem ter entre 20 e 35 anos, actividade profissional remunerada e residência habitual na província onde o projecto é implementado.

6.25 Começou construção em Saurimo de centenas de habitações sociais

Jornal de Angola
22 de Dezembro de 2010

A primeira pedra para a construção de cerca de três mil casas e uma clínica da Endiama com capacidade para cem camas, no bairro social Mwono Waha, afecto à Sociedade Mineira de Catoca, foi lançada ontem, pela governadora provincial da Lunda-Sul. Cândida Narciso disse que “o lançamento desta nova centralidade é uma valia, porque vai aumentar o número de casa sociais projectadas para a província”.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Endiama, Carlos Sumbula, recordou que este projecto se enquadra numa das orientações dadas pelo Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, e vai proporcionar melhores condições de habitabilidade à população. A construção dos imóveis, T3 e T4, vai demorar dois anos.

Inauguração no Bié

O governador provincial do Bié, Alvaro Boavida Neto, entregou, ontem, no Cuito, quatro casas a quadros das

direcções das Obras Públicas e Construção, do Gabinete de Planeamento do governo e dos serviços de apoio. As casas, do tipo T3, estão orçadas em cerca de 41 milhões de kuanzas provenientes do fundo de gestão municipal. O administrador municipal lembrou que a construção das casas para quadros do governo da província “tem o objectivo de reduzir os elevados valores monetários que o governo gasta, mensalmente, no pagamento de rendas para os quadros que trabalham em diferentes sector do Estado”. Américo Kapapelo referiu que, no município do Cuito, foram construídas, este ano, 36 casas para médicos, professores e enfermeiros,

6.26 Cidade do Caxito com mais casas

Jornal de Angola
29 de Dezembro de 2010

A Cooperativa Projecto Pérola Verde vai construir em Caxito, na zona das Mabubas, 350 fogos habitacionais, de baixa média e alta renda.

A colocação da primeira pedra do projecto foi, no fim-de-semana, em cerimónia presidida pelo vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, Jorge Bessa. O vice-governador afirmou a cooperativa prevê construir cinco mil fogos, que “vão dar outro impacto à província e baixar a taxa de desemprego”.

O projecto Pérola Verde, das Forças Armadas Angolanas, vai beneficiar militares, ex- militares e deficientes. Catata Wenda, Vice-Chefe do Estado- Maior do Exército, salientou a importância do projecto para o país.

6.27 Começou construção em Saurimo de centenas de habitações sociais

Jornal de Angola
22 de Dezembro de 2010

A primeira pedra para a construção de cerca de três mil casas e uma clínica da Endiama com capacidade para cem camas, no bairro social Mwonu Waha, afecto à Sociedade Mineira de Catoca, foi lançada ontem, pela governadora provincial da Lunda-Sul. Cândida Narciso disse que “o lançamento desta nova centralidade é uma valia, porque vai aumentar o número de casa sociais projectadas para a província”.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Endiama, Carlos Sumbula, recordou que este projecto se enquadra numa das orientações dadas pelo Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, e vai proporcionar melhores condições de habitabilidade à população. A construção dos imóveis, T3 e T 4, vai demorar dois anos...

Inauguração no Bié

O governador provincial do Bié, Alvaro Boavida Neto, entregou, ontem, no Cuito, quatro casas a quadros das direcções das Obras Públicas e Construção, do Gabinete de Planeamento do governo e dos serviços de apoio. As casas, do tipo T3, estão orçadas em cerca de 41 milhões de Kuanzas provenientes do fundo de gestão municipal. O administrador municipal lembrou que a construção das casas para quadros do governo da província “tem o objectivo de reduzir os elevados valores monetários que o governo gasta, mensalmente, no pagamento de rendas para os quadros que trabalham em diferentes sector do Estado”. Américo Kapapelo referiu que, no município do Cuito, foram construídas, este ano, 36 casas para médicos, professores e enfermeiros.

7 TERRA

7.1 “Terras do futuro” dá os primeiros passos

Semanário Económico
2 de Dezembro de 2010

O projecto “Terras do Futuro”, localizado a cem quilómetros do município da Kibala, província do Kwanza-Sul, começou com a sua produção, um ano depois do lançamento da primeira pedra ocorrida a 27 de Novembro de 2009. No perímetro do projecto, foram preparados 100 hectares de terra onde estão plantados milho, feijão, ananás e couve para consumo interno.

Com financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), o projecto ‘Terra do Futuro’ contempla, numa primeira fase, 40 fazendas para a produção de cereais e hortícolas, a começar em Fevereiro. Cada uma terá uma área de 250 hectares. Cada fazenda terá um responsável que está a ser formado para esse efeito.

Das 40 fazendas, foram identificadas 10 e em três delas houve a desmatção de 150 hectares de terra, 50 hectares cada. A previsão é que, até Fevereiro, se comece a dar início à produção de arroz, feijão e soja. A este número, juntar-se-ão outros 150 hectares disponibilizados a um fazendeiro local que estão igualmente a ser preparados totalizando 400 hectares. “Este é um processo contínuo. À medida que vamos desmatando o terreno começamos também a produzir”, explicou o consultor técnico para a área de produção do projecto, Fernando Carreira.

Numa primeira fase, as fazendas produzirão milho, soja, feijão e arroz, cujas sementes virão do Brasil e Portugal. “Depois iremos semear as hortícolas já que a zona é propícia para o cultivo de couves, repolho, cenouras e tubérculos como a batata”, avançou Fernando Carreira, acrescentando que o solo será rectificado com calcário.

Alunos satisfeitos

Amílcar Samuel, um dos estudantes e futuro proprietário da primeira fazenda, disse sentir-se lisonjeado por fazer parte do primeiro leque de indivíduos que estão ser formados para serem futuros empresários agrícolas. Para ele, a formação que teve no projecto sobre gestão e tratamento dos solos das culturas foi uma mais-valia para o sucesso do projecto.

Um outro futuro empresário agrícola, Ernesto Lando Júnior, ocupante da fazenda número 2, agradece “a Deus pela oportunidade” que lhe deu para abraçar “um projecto como este”. Formado em agronomia, no Instituto Médio do Sumbe, Lando Júnior revela que o seu sonho está à beira de ser concretizado.

Alcibíades Mário J amba, futuro ocupante da fazenda 4, formado na Faculdade de Ciências Agrárias do Huambo, espera ansioso que a sua fazenda comece

a produzir. Formada no Instituto Médio Agrário do Huambo, Débora Manuel Vunda, 23 anos, ocupante da fazenda 5, faz questão de lembrar que “a agricultura é a base de desenvolvimento de um país”. Daí a sua aposta neste ramo.

Apesar de os formandos serem os proprietários naturais das fazendas, Edgar Somacumbi, director do projecto, notou que o BDA é que decidirá se os candidatos estão aptos para receberem as respectivas fazendas. Algo que poderá acontecer no decorrer do primeiro trimestre de 2011.

Em relação ao nível de aproveitamento, dos alunos durante os seis meses de formação, Somacumbi garante que se “saíram bem em função das avaliações feitas pelos formadores”, alguns dos quais brasileiros e portugueses.

Os responsáveis asseguram que os timings da execução do projecto estão a ser cumpridos. O primeiro, ano consistiu na instalação do projecto, com a criação de infra-estruturas e o parcelamento das fazendas. O destaque vai para a construção de alojamentos para os alunos que dirigirão as fazendas, uma área de lazer, armazém, uma clínica e casa modelo, que será erguida em cada uma das fazendas servindo de moradia do fazendeiro e outras estruturas como refeitório, cozinha etc. Neste momento frequentam a formação nove estudantes. No próximo ano, mais 15 ingressarão no projecto.

A segunda fase do projecto acontece no próximo ano e contempla a construção das residências dos futuros empresários e a sua instalação definitiva nas fazendas.

BOA promete mais dinheiro

O representante do BDA, Bonifácio Sessa, da direcção de política e programa de financiamento, garante que “o dinheiro para as distintas fases do projecto será desembolsado de acordo com o plano financeiro da direcção”.

7.2 Luanda e o novo (re) começo

O País
3 de Dezembro de 2010

Delimitação das águas, logo de entrada, foi aquilo que o Palácio da Cidade Alta pretende para Luanda numa altura em que a difícil gestão da província começa, com uma nova equipa e um novo figurino.

Carlos Mária Feijó, ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República foi na quarta-feira, à sede do Comité Provincial do MPLA, de mala em punho, para deslocar sobre a mesa o que ao nível mais elevado dos poderes públicos e tem como canjinhos para Luanda, 10 esforço continuado - que desta vez tem um novo recomeço - de se resolver os intrincados problemas da capital.

E os pontos essenciais foram dois, como aliás se esperava: o estabelecimento de fronteiras entre os poderes que coabitam no território que é, a IID mesmo tempo, província entre o conjunto das dezoito que formam o nacional, mas também a capital do Estado de Angola. Este um velho dilema, responsável por inúmeros episódios de colisão e desinteligências no passado que, ao que parece, se quer definitivamente resolver desta vez, por via dos diplomas sobre a Coordenação e Delimitação de Responsabilidades do Governo central e da Administração Local sobre o Regime Financeiro Local.) Outro ponto, relaciona-se com a estão em si do quotidiano de uma parcela onde habita quase a metade ia população total do país, com uma intensidade per capita muito pressiolada e o subsequente multiplicar ias contravenções camarárias da vida ordeira e com qualidade quase uma meta inatingível.

Se a definição dos campos onde levem actuar o Governo Central e o GPL pode, em tese, ser pacífica com 1 existência de normas escritas resultadoras dessa necessidade vital, já J resto é, como se sabe, a eterna dor de cabeça que transforma Luanda no solo compressor com um potencial brutal de aniquilamento das carreiras dos servidores públicos que aceitam o desafio de trabalhar no Palácio com vista para a Mutamba.

A eles, e em força!

No mês de Junho deste ano, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou a Comissão Técnica do Conselho Estratégico de Coordenação para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico para a cidade de Luanda.

Foi este grupo que procedeu, desde então, a uma inventariação exaustiva dos principais problemas da capital e com base na qual se estruturou o programa que a equipa de José Maria dos Santos, o novo governador, terá a pesada responsabilidade de concretizar. Estão lá os pendentes de sempre, a começar pelas nossas “famílias” insuficiências no abastecimento de água e luz, os bens básicos mais críticos de qualquer ajuntamento humano, seja ele no Norte rico e desenvolvido como numa aldeola perdida de Kiribati, no Pacífico.

Diz-se entre nós, com algum sarcasmo mas absoluta propriedade, que a água e a luz chegam e sobram para fazer a cama a qualquer governador.

Na mesma linha do líquido da vida e do recurso que move o mundo moderno, está o saneamento básico que, em Luanda, surge muito associado à drenagem. O Executivo, de forma sintomática, refere-se inclusivamente a eles na listagem dos problemas como “drenagem e saneamento”, numa ligação umbilical que em

muitas outras metrópoles não é o caso. Aqui fala-se da capacitação da cidade para se livrar das águas residuais e pluviais e da recolha dos resíduos sólidos (lixo).

7.3 Ocupação ilegal de terrenos passa a ser crime público

O Independente

4 de Dezembro de 2010

O Governo Provincial de Luanda vai produzir a lei de alteração ao código penal, à semelhança do que se faz com o código comercial e do registo predial, para criminalizar as ocupações e vendas ilegais de terrenos, enquanto conduta susceptível de provocar danos ao património público, anunciou na semana passada em Luanda o ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó.

Um medida sem precedentes que consta no programa do Executivo e que será produzida no quadro da regulação da ocupação e uso do solo na província de Luanda faz parte da lei de alteração ao código penal, que vai consagrar a ocupação ilegal de terrenos como um crime público.

De acordo com o programa, serão criadas nos municípios repartições técnicas municipais, com a incumbência de ocupar-se dos cadastros, das cartas cadastrais de detalhe, dos levantamentos topográficos, planos directores municipais, urbanos, bem como de sistemas de informação geográfica (SIG) e toponímia, avançou aquele alto funcionário do Estado angolano.

O Executivo aprovará planos urbanísticos ou forais, sob propostas das respectivas administrações municipais’ ficando sob gestão destas, com vista a satisfazer a demanda da população, sob forma de auto-construção dirigida, cujas infra-estruturas serão feitas a partir do rendimento e venda dos respectivos lotes.

Na elaboração e aprovação destes planos, prevê-se medidas restritivas às substituições na concessão, bem como na transmissão de direitos fundiários, com vista a evitar a apetência em adquirir terrenos para logo desfazer-se deles a título oneroso, como simples forma de negócio especulativo.

Ainda no quadro da regulação da ocupação e uso do solo da província de Luanda, o Executivo vai accionar o sistema de requalificação urbana em algumas localidades devidamente delimitada e identificada, que consista no cadastramento da população afectada no perímetro, transferi-la para zonas loteadas, com base em programas de auto-construção dirigida.

Após a transferência, ainda de acordo com o documento, proceder-se-á a elaboração de um programa de demolição massivas dos artefactos de chapas, madeira ou betão, com o superior envolvimento das Forças Armadas Angolanas, Polícia Nacional e outras forças.

Reforçar as repartições municipais de fiscalização e ordenamento do território, com meios técnicos e humanos apropriados para fazer face às ocupações em curso na periferia de Luanda, são entre outros planos traçados. O programa de acções já entregue ao novo governador de Luanda, José Maria dos Santos, antes da sua nomeação, consta ainda a sensibilização da população sobre os riscos das construções anárquicas e em zonas vulneráveis, uma realidade que marca, nos dias, muitas localidades da periferia de Luanda.

Os militares das FAA e efectivos da Polícia Nacional, de acordo com o plano do Executivo, serão destacados em varias localidades para a protecção das áreas decretadas como reservas fundiárias do Estado, satisfazendo desta feita, a demanda da população interessada em construir a casa própria.

A cerimónia de apresentação deste programa que contem as linhas de força para o novo executivo da província de Luanda, decorreu no comité provincial do partido, onde se fizeram presentes membros do MPLA, governantes e membros da sociedade civil.

Esta lei que o Governo vai introduzir para criminalizar ocupações e vendas ilegais de terrenos em Luanda vai servir de precedente para que a médio e longo prazos os esforços de requalificação não sejam postos em causa pela onda de construções anárquicas, que proliferam em muitas partes de Luanda.

É um projecto inovador na medida em que, além de desencorajar o uso fundiário para fins especulativos, vai permitir que as famílias angolanas possam proceder a ocupação de terrenos tendo em conta padrões relacionados com o ordenamento do território.

Dos levantamentos topográficos, planos directores municipais, urbanos e outros. Portanto, a perspectiva da ocupação ilegal de terrenos passar a ser crime público vai ser um ganho para as populações e para o Estado angolano.

7.4 Casas comerciais da ilha de Luanda perderam espaço a favor da requalificação da baía

Terra Angola

De 04 à 18 de Dezembro

Mais de 30 casas comerciais serão encerradas brevemente na ilha de Luanda. Segundo a emissora católica de Angola, a medida está a preocupar os proprietários daquela zona.

O governo demonstra-se implacável na sua medida e deu apenas 7 dias para os comerciantes removerem os seus haveres, alegando que a referida área será ocupada pelo projecto de requalificação da Baía de Luanda.

Com esta medida do governo provincial de Luanda, mais de 800 trabalhadores poderão perder o seu emprego e

empurrados para o mundo da miséria e da fome.

Os proprietários de casas comerciais reclamam que sete dias não são suficientes para a remoção dos meios, alguns dos quais instalados na área desde o período colonial e exigem que o governo os indemnice pela perda de negócios e do seu ganha-pão. Por sua vez, o governo parece não estar disposto a atender as preocupações dos exploradores das referidas casas comerciais e está somente Interessado na retirada dos mesmos da zona.

Este é mais um problema de injustiça que o governo cria, poucos dias depois da nomeação e empossamento do novo governador de Luanda.

7.5 Sonangol Imobiliária prepara no Cazenga terrenos para construção e habitação

Jornal de Angola

5 de Dezembro de 2010

Uma delegação da Sonangol Imobiliária inspeccionou em Ndalatando as reservas fundiárias do município de Cazengo, cujo relatório preliminar de avaliação topográfica vai permitir a implantação da nova centralidade urbana da capital provincial do Kwanza-Norte.

A informação foi prestada à imprensa, em Ndalatando, pelo vice-governador do Kwanza-Norte para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Arlindo Ernesto Lidador, no fim de um encontro entre o governo provincial local e representantes da Sonangol Imobiliária.

A equipa técnica verificou a caracterização topográfica da área escolhida para a implantação da nova centralidade, com a finalidade de lançar, dentro de um mês, os trabalhos estruturantes para o início da construção de casas.

A deslocação da equipa à província visou também verificar os estudos topográficos já realizados, onde estão feitas as projecções das redes técnicas, tais como água, energia e saneamento, de acordo com o plano de urbanização definido e aprovado pelo governo local.

O vice-governador referiu que plano envolve 210 hectares para edificação de 2.870 fogos habitacionais, ó que exige mais 200 hectares porque a Sonangol Imobiliária tem projectos para edificar quatro mil fogos.

Arlindo Ernesto Lidador lembrou que na província estão identificados cinco mil hectares e a urbanização e infra-estruturação das reservas fundiárias estão na agenda do Governo Provincial, cuja meta é atingir 10 mil hectares para a constituição de reserva fundiárias destinadas a projectos habitacionais centrais e locais.

O espaço para a edificação da nova centralidade urbana está localizado no bairro Catome de Baixo, na parte sul da cidade de Ndalatando. Durante a visita, Arlindo Ernesto Lidador afirmou que vai impulsionar a materialização do programa habitacional. “A equipa

da Sonangol Imobiliária fez uma apreciação positiva dos espaços, o que indica que o programa na província começa em breve”, sublinhou.

Um dos técnicos da Sonangol Imobiliária referiu que ainda não estão definidos os tipos de casas mas podem ser de tipo piso térreo em banda e rés-do-chão e um piso. O projecto está ainda na fase de cálculos de custos das habitações e contempla nesta fase inicia apenas as sedes provinciais.

A construtora China International Trust and Investment Corporation cabe a responsabilidade de construir os fogos habitacionais, enquanto a subsidiária da Sonangol Holding se encarrega da gestão do projecto.

7.6 Moradores do prédio Cuca foram realojados no Zango

Jornal de Angola

7 de Dezembro de 2010

As famílias que viviam no prédio Cuca, no Largo do Kinaxixi, em Luanda, foram, ontem, transferidas para a nova centralidade construída no Zango, município de Via na, devido a uma enorme brecha no edifício, situação que colocava em risco a vida dos moradores.

Ontem, no período da manhã, 170 moradores que já se encontravam sensibilizados a abandonarem os apartamentos estavam concentrados à entrada do edifício para se registarem no realojamento dos prédios de 15 andares, construídos no Zango, a 50 quilómetros de Luanda

O coordenador do Programa de Realojamento, Bento Soito, garantiu à imprensa que o processo de realojamento está a decorrer da melhor maneira.

“Vamos, o mais breve possível, realojar estas famílias, para que possam, a partir de hoje, estar acomodadas condignamente nos novos edifícios que preparamos no Zango”, disse Bento Soito, que foi durante alguns anos vice-governador de Luanda para a Área Técnica.

As famílias transferidas para o prédio Cuca vão ocupar dois edifícios, em apartamentos com dois, - três e quatro quartos.

De acordo com Bento Soito, as pessoas que têm estabelecimentos comerciais no edifício vão receber apartamentos no Zango, enquadrados no Programa de Auto-Construção dirigida.

O coordenador da comissão de moradores do prédio Cuca, Joaquim Ndombaxi, disse que os moradores estavam à espera de realojamento há 20 anos, altura em que o prédio começou a degradar-se de forma acentuada.

Moradores insatisfeitos por causa da distância

Eisa Guimas morava no edifício Cuca há 32 anos. Diz que o realojamento já devia ter acontecido há muito tempo. “Em parte estamos felizes, porque vamos morar em casas mais confortáveis, apesar de ser muito longe do

local onde estudamos e trabalhamos. Mas vai ser melhor assim do que continuar a viver num sítio que não oferece segurança”, reconheceu Elsa Guimas.

Tociano Ribeiro, outro morador, frisou que “este processo de realojamento está a acontecer no momento oportuno, mas vai interferir na minha vida de estudante, por causa da distância entre o Zango e o centro da cidade de Luanda”. O jovem é estudante na Universidade Metodista de Angola, há três anos. “Com esta mudança repentina, logo no [mal do ano, as coisas vão ficar complicadas para mim, devido à distância”, sublinhou.

O edifício Cuca, inaugurado em 1974, tem 14 andares, 162 apartamentos e quatro estabelecimentos comerciais.

7.7 Mais de 10 por cento da reserva ALDASA ocupada

O País

10 de dezembro de 2010

Uma parte do terreno reservado pelo Estado para a implementação do projecto cidade Aldasa, que comporta edifícios de serviço e habitação no perímetro adjacente à centralidade do Kilamba Kiaxi, foi ocupada por entidades particulares, razão pela qual o Governo Provincial de Luanda emitiu um comunicado na última semana.

A informação foi avançada pela vice-governadora de Luanda para a Área Técnica, Carla Ribeiro de Sousa, que diz terem já feito um diagnóstico e acreditam que podem reverter quadro.

O terreno em causa tem a Norte a urbanização da Sapú, a Sul a circular Cabolombo- Viana, a Oeste a nova via rodoviária que interliga a referida estrada com a via do Golfe. No lado Este o seu limite projecta-se a aproximadamente 1800 metros de forma paralela com a conhecida ‘via expressa’ e a via do Golfe.

No comunicado o GPL revelou que dar-se-á o irrilcio à construção da vedação que delimitará o espaço consignado para a implementação desta nova urbanização, aprovada em sessão ordinária da Comissão Nacional para a Implementação de Programa de Urbanismo e Habitação, mas O PAÍS constatou que no local existem várias infra-estruturas, desde simples residências, condomínios, pensões, lojas e até um hotel de cinco estrelas. Os cidadãos que ergueram os referidos empreendimentos deverão provar a titularidade e legalidade dos espaços ocupados, tendo em conta todo o procedimento administrativo até ao registo predial e ainda o aproveitamento útil nos termos da Lei.

Os que provarem terem contrato-promessa deverão provar o aproveitamento útil e efectivo do terreno, que a Lei de Terras estabelece que “os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos nos termos da lei, extinguem -se pelo seu não uso ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante

três anos consecutivos ou seis anos interpolados, qualquer que seja o seu motivo”.

A nota do GPL revela ainda que serão consideradas nulos os eventuais detentores de títulos que decorram contrato-promessa ou direito de superfície ou ainda eventuais terceiros adquirentes por violação dos procedimentos ou formalidades administrativas, princípios de imparcialidade, incompetência do seu autor, ou porque não se respeitou os limites admissíveis para as áreas urbanas ou ainda sem a autorização administrativa para irrilio de construção, de trespasso ilegal do título de direito de superfície, da venda de produto imobiliário sem cumprir com os pressupostos legais para o efeito.

Apesar destas medidas avançadas, a vice-governadora de Luanda para a Área Técnica revelou que não pretendem “aniquilar tudo aquilo que se

7.8 Preocupados

O País

10 de dezembro de 2010

As obras decorrem a um ritmo vertiginoso. Os prédios são em maior número a cada dia que passa, e podem ser vistos já a partir da zona da Camama. Os moradores do bairro Camama Dois convivem agora mais de perto com os operários chineses que estão destacados naquela importante frente da (re) construção nacional, e vêem os seus dias contados nas casas em que ainda residem, sabendo de antemão que serão desalojados e postos a viver noutra área.

Estes, maioritariamente camponeses, pelo menos têm a certeza do seu destino: serão realojados. Apesar de conhecerem exactamente onde, e se lá poderão continuar a sua actividade. Já os moradores e proprietários dos muitos empreendimentos que se encontram nos bairros que se seguem, em direcção ao Benfica, vivem dias de incertezas. Nada sabem que tratameno.será dado à sua situação, visto que as novas centralidades de Luanda tendem a se estender até à zona em que estão situadas as suas propriedades.

E não são pequenas propriedades, como as dos camponeses da Camama. São residências de valores astronómicos, com designes caprichosamente escolhidos, de encher os olhos a qualquer um e que fazem muitos transeuntes sonhar alto. Existem também condomínios e outros projectos habitacionais particulares a serem erguidos, bem como uma série de empreendimentos como hotéis, clínicas, escolas e muitos outros, todos de iniciativa privada.

Numa extensão de mais ou menos quinze quilómetros - a contar da zona da Camama até ao antigo Controlo do Benfica, foram investidos biliões em dinheiro, por pessoas que vão à busca de novas oportunidades de negócios e outras que simplesmente querem satisfazer os seus gostos.

Entretanto, a preocupação tomou conta de muitos que ouviram falar do último comunicado do Governo da Província de Luanda referente à de limitação das reservas fundiárias do Estado na referida zona, para atender às obras das novas centralidades. Questionam se os seus empreendimentos serão demolidos ou se serão enquadrados na futura cidade. O executivo de Luanda, através da vice-governadora para a Área Técnica, já admitiu que muitos dos imóveis que se encontram na zona deverão desaparecer, mas nem todos. A questão está a ser estudada.

Enquanto isso, permanece a dúvida de quem investiu aí os seus sonhos. A nossa reportagem efectuou, terça-feira última, uma ronda por vários bairros da referida área. Por ter acontecido num dia de semana, foi difícil falar com muitos moradores, já que àquela hora encontravam-se nos seus locais de trabalho. Mas os poucos com quem conversamos, exprimiram um sentimento que parece ser comum em situações do género: existe muito anseio e preocupação. “Vamos esperar para ver o que é que o Estado vai fazer aqui, mas temos de ser informados com muita antecedência, para termos tempo de negociar. Não podemos ser apanhados de surpresa”, disse uma senhora que pediu anonimato, proprietária de uma residência localizada no bairro do Sossego.

Mais à frente, mesmo à beira da auto-estrada, parámos diante de duas grandes vivendas que, ficamos a saber, pertencem a um pastor da Igreja do Bom Deus. O proprietário também não se encontrava presente, mas na conversa com alguém que se identificou como sobrinho, ficou claro que este assunto não constitui grande preocupação para a família.

“Eu não consigo imaginar o Estado angolano a indemnizar todas as pessoas que construíram nesta zona. Há aqui casas cuja construção custou muito dinheiro. Se fosse para demolir, o Estado não devia deixar que fossem construídas”.

7.9 Do prédio Cuca ao Zango III

O País

10 de Dezembro de 2010

Os moradores dos entre pisos do prédio Cuca, no Quinaxixe, município da Ingombota, em Luanda, viram-se transferidos para as novas casas do Zango III, no município de Viana, terça-feira, 7, apurou O PAÍS junto de um do exocupante desses compartimentos.

De acordo com a fonte, que preferiu falar sob anonimato, a medida não agradou às dez famílias que viviam nos referidos compartimentos, devido ao desejo inicial de também habitarem nos apartamentos dos prédios do Zango, lugar onde foram realojadas as mais de 100 famílias com quem partilharam a vida no edifício da Cuca, durante muito tempo. “Nós vivemos muito tempo

juntos, como é que agora alegam que nós não contamos como residentes?”, contestou,..” invocando os seus mais de 20 anos de morador como argumento suficiente para merecer igual tratamento ao que foi dado à maior parte dos vizinhos.

Até à noite de domingo, os residentes ficaram a saber que não constavam da lista de beneficiários das residências prediais do Zango, apurámos junto do nosso interlocutor, que revelou de que forma surgiu a “sentença” do Zango m.

“As 10 famílias que viviam nas chamadas casas de serviço do referido edifício só ficaram a saber da solução para o Zango m, na manhã de segunda-feira, 6, pelo coordenador da Comissão de Realojamento de Luanda, Bento dos Santos Fragoso Soito”, pormenorizou.

Esta decisão, avançou a fonte, resultou das reclamações sucessivas dirigidas à equipa daquele dirigente, porque, até às seis horas da manhã de segunda-feira, via o seu destino, tal como o dos companheiros, marcado pela incerteza.

“Os homens do Governo não nos diziam nada, passavam e repassavam a chamar os nomes dos outros moradores, que constavam de uma nova lista; feita na madrugada de domingo, 5, até que decidi discutir com a comissão de realojamento sobre a nossa situação”, revelou, adiantando ter obtido como resposta esperar pela atribuição de um terreno, onde viriam a ser construídas as suas casas, com ajuda do Governo da Província de Luanda (GPL).

Vale lembrar que aquele que o nosso entrevistado considera como primeiro cadastro do pessoal do prédio Cuca, feito no princípio do ano em curso, contemplou os residentes dos entrespisos, cujos compartimentos tinham sido numerados, na ocasião. Por isso, a solução de construção de casas deixou o nosso interlocutor ainda mais inconformado, ao ponto de exigir aos efectivos do GPL que averiguassem as condições de que dispunha o seu habitat.

“Só desse jeito consegui convencer os funcionários do GPL que eu e os meus confrades merecíamos também uma casa condigna”, disse, confessando que não esperava a solução do Zango m, quando ele e outros sabiam que, nos dois prédios de destino dos moradores da Cuca, havia apartamentos para todos.

Segundo disse, a sua tristeza aumentou pelo facto de saber que outras pessoas, que também viviam em apartamentos pequenos, com apenas um quarto, teriam sido contempladas com residências de luxo nos novos prédios.

Trata-se do tipo de entrespisos classificados como apartamentos, ao passo que os entregues aos dez dos queixosos foram concebidos para funcionar como dispensa ou arrecadação, mas acabaram por ser transformados em pequenos apartamentos, equiparados a , que já albergavam famílias constituídas.

Questionado sobre a maneira como adquiriram a propriedades daqueles aposentos, a nossa fonte começou por reconhecer que vivia no entrespiso de forma ilegal, tendo confessado que, até o momento da evacuação, não possuía nenhum documento do imóvel.

“Acabamos por fazer um bem a nós próprios, porque, antes disso, o local era aproveitado para actos de prostituição, tráfico de droga, violações e outros tipos de crime”, acrescentou ao reconhecimento da sua ilegalidade, para fazer crer que a sua ocupação valia por uma causa nobre. Por isso, contrapõe-se, a ferro, contra aqueles que classificam a tipologia da transferência do governo de Luanda como um grande favor prestado a si e aos seus vizinhos.

“Sou contra aqueles que dizem que aqui vivíamos mal e o governo nos fez um grande favor em darmos uma casa no Zango III”, contradisse, argumentando que seus lares tinham condições aceitáveis para a habitabilidade de uma família.

Ainda nos edifícios do Zango, antigo morador do prédio Cuca alegou que as habitações do Zango III não estavam prontas a serem habitadas, realçando o facto de só possuírem um quarto, uma sala, uma cozinha e casa de banho, sem água nem energia eléctrica.

No Zango III

Obtida esta informação, a nossa reportagem rumou, na manhã de terça-feira, 7, para o Zango III, com o objectivo de apurar a sua viabilidade habitacional.

O País deparou-se com novas residências, numeradas, a fim de receber os novos inquilinos. Nas paredes das casas eram notórios registos como D659AE, D659AD e D660DD; D660DE, D660DB e D660BE, para além de D660CE, D660CD, D660Ae e D660AD, bem como D661DD, D661DE, D661BD e D661BC.

Um funcionário da Odebrecht, empresa encarregue de construir as casas do Zango III, assegurou que as casas do Zango não têm muitos quartos reunindo, no entanto, condições mínimas para albergar uma família. Segundo um morador que se identificou com o nome de Jorge, realojado no local há menos de dois meses, é que, na tarde do dia anterior ao da nossa reportagem, o elenco de Bento Soito esteve no local a averiguar e aprontar as condições básicas para um realojamento sadio.

Entre as grandes inquietações que se impõem ao nível dos condicionamentos vitais para uma família, Jorge acusou o estado crítico da luz, mas assegurou que o problema da água já se encontra resolvido. Para demonstrar o que acabava de afirmar, abriu a torneira da sua residência, de onde saiu uma forte torrente do precioso líquido. “Aqui água tem demais”, gabou-se o ex-morador do Rocha Pinto. Em relação à chegada de novos vizinhos, Jorge demonstrou estar bem informado, confirmando que são dez casas para o mesmo número de famílias,

retiradas do prédio da Cuca, às quais já foram dadas as referidas chaves pela equipa de Bento Soito, na segunda-feira, 6.

Na quinta-feira, 9, O PAÍS voltou a contactar os antigos habitantes do Quinaxixe, que por sinal já tinham passado duas noites no Zango III.

Contrariamente à ideia que defendiam antes da mudança, acabaram por admitir, no local, que o governo melhorou as suas condições de vida.

7.10 “Serão respeitados os interesses públicos e privados

O País

10 de Dezembro de 2010

Qual é a percentagem do terreno do projecto ALDASA que está ocupada ilegalmente?

No ALDASA não acredito que a ocupação esteja acima dos por cento. Provavelmente haverá alguma ocupação num dos extremos do perímetro e é esta com que estamos a lidar. Mas a maior parte da área está livre, que é aquela adjacente ao Campus Universitário.

Temos aí meio jurídico da perequação ou no equilíbrio de interesses hotel de Cinco estrelas. Não estará dentro? Sim. Em homenagem ao princípio será sempre respeitada a justa ponderação de interesses privados e públicos ocupados tendo em conta o procedimento administrativo vigente.

Assim o Governo da Província procederá à prova de titularidade e legalidade dos espaços.

Do perímetro Aldasa, sim. Mas pretendemos um desenvolvimento inclusivo integrado, que passe pelas sinergias e parcerias. Vamos rever o que temos, não vamos arquivar nem desestruturar economias.

Entendemos que essas economias se integrem, sejam revistas, principalmente se forem positivas.

Se elas forem positivas poderão considerar -se mais-valias, trataremos de integradas e fazer com que elas se insiram no desenvolvimento planificado aquele perímetro o comunicado fala em medidas urgentes. Para quando?

E um projecto iminente, ele está a sair. Medidas já começaram a ser aplicadas. A partir de agora o perímetro é vigiado, não se permitirá mais a construção de qualquer empreendimento ou instalação até que o projecto emerja. Esta é uma das medidas. A segunda é a identificação dos actuais ocupantes, daqueles que se identificam com os empreendimentos executados e tentar a negociação. A terceira é, portanto, a limitação, a vedação com elementos e obstáculos que definam o perímetro de ocupação do projecto.

E quanto à responsabilização, tendo em conta que aquelas infra-estruturas só poderiam ter sido autorizadas por responsáveis da administração do Kilamba Kiaxi e do próprio Governo Provincial de Luanda?

Infelizmente estamos num mundo complexo, onde as pessoas tinham “que saber ser e saber estar. E de preferência procurar os locais adequados para que se assegure os seus empreendimentos e economias. Entendendo assim, aconselhamos as pessoas que procurem as entidades do Governo

da província. Não quero dizer que até então não o tenham feito, se calhar em fórum em que a responsabilização efectiva não existe. Recorrem frequentemente ao pessoal da fiscalização, que trabalha nas unidades técnicas sem qualquer estatuto de decisão. E provocam situações desagradáveis como estas, fazem uso inclusive de titularidade falsa. Existem vários casos em que o cidadão confia nos indivíduos que lhes trazem a documentação, mas quando chegam vimos que não têm autenticidade e que são falsos.

Gostaríamos de incentivar o cidadão a seguir outro caminho. O GPL admite que existe alguma incapacidade técnica e administrativa nas entidades administrativas municipais, mas tem envidado esforços para que as coisas mudem a partir do mês de Janeiro. Queremos que o cidadão se aproxime do Estado, mas que se dirija aos locais indicados, como Instituto Público de Gestão Urbana, que é um órgão instituído para tratar das questões ligadas aos terrenos e ao desenvolvimento territorial.

Queremos que os cidadãos se informem melhor com estas instituições e que se evite o contacto directo com funcionários e técnicos das administrações e das equipas de fiscalização o Governo está preparado para indemnizar as pessoas que construíram dentro do perímetro da cidade ALDASA? Falar de indemnizações para mim é complexo. Como é que se sentiria se você exige por um terreno em que não te identificas como proprietário legal? Se lhe falar em indemnização estarei a cometer, se calhar, uma imprudência.

Como é que pensam lidar com o caso?

Repare que nos programas da Comissão Estratégica do GPL em relação aos desalojamentos. Hoje o cidadão constrói q casa onde quer, numa vala de drenagem, linha de água, em espaços não consolidados, desestruturados porque em baixo não tem uma fundação que permita sustentar a sua casa. Tem lixo, chove e a casa cai, mas hoje o Estado está aí e pretende proteger o cidadão, não obstante o facto de ele ter incorrido na transgressão. Mesmo tendo incorrido em transgressão, o Estado aparece para salvaguardar o seu direito de vida. Nestes casos o Estado parte sempre para uma negociação, quanto mais numa condição em que o cidadão enveredou por implantar as

suas economias num determinado espaço que se acha dono. E quando o Estado aparece e lhe apresenta um programa de desenvolvimento, ele apresenta resistência. Quando assim acontece, o Estado tem de tomar uma atitude, mas nunca deixa de negociar com o cidadão. Portanto, o processo de negociação é sempre interactivo, necessário. Coloca-se sempre na imparcialidade. Falou de deveres e obrigações, tanto para o Estado como para os cidadãos.

Mas hoje muitas pessoas que estão a construir em bairros tidos como urbanizados ou organizados não têm licença de construção? Como é que chegam e conseguem implantar grandes obras sem a vossa autorização?

Não é mais oneroso negociar para gastar dinheiro?

Infelizmente a dinâmica do crescimento de Luanda é muito forte. Hoje ouvi um cidadão na IAC a dizer que Luanda estava a passar por um processo violento em termos de crescimento demográfico, que se tornava já uma cidade com pouca possibilidade de governação ou quase desgovernável. Portanto, quero-lhe dizer que o crescimento é tão dinâmico, activo e intensivo que as nossas capacidades de resposta são poucas. Quase nula, mas na pouca capacidade existente tem sido feita alguma coisa. De qualquer modo reconhecemos que hoje a dimensão da construção, aquela que podemos chamar de espontânea, está acima daquilo que se considera normal.

Estamos a enveredar por um processo diferente, o novo elenco junto de orientações do Executivo pretenderá mudar o cenário a partir do próximo ano, principalmente no primeiro semestre. De certeza que apresentaremos uma imagem completamente diferente, com relação àquilo que já existe, tentaremos no máximo regularizar, através de processos de regularização fundiária, onde trataremos de escolher aquilo que connosco deve permanecer e aquilo que deve sair. Entre aquilo que se considere negativo, tentar conceber o positivo. Ou seja seleccionar áreas que possam conviver com o processo de desenvolvimento urbano e outras que eventualmente tenham que desaparecer em função da abertura de vias, introdução de elementos de segurança, coabitação e serviços. Estou -lhe a falar por exemplo do Rocha Pinto que para nós hoje é um facto. Como é que vamos lidar com o Rocha Pinto? Esquecer aquilo que existe? Passar uma peneira no que está lá? Temos uma visão em relação a isso e pensamos que enquanto não temos os recursos financeiros para enveredar para um processo de requalificação urbana na sua totalidade, se reconheça a presença do cidadão e do espaço. Não estou a dizer que se intitule o cidadão como ocupante definitivo do espaço, mas sim que se reconheça nele um ocupante do espaço, com uma obrigação para com o Estado, de modo que ele possa ser um elemento participativo deste processo de requalificação a posterior ou em momento s indicar.

Então a população do Rocha Pinto pode ficar descansada que não vai sair de forma compulsiva?

O processo nunca é compulsivo. Em momento nenhum o processo foi compulsivo, mesmo em condições em que o cidadão atravessa um risco de vida. O processo foi sempre negociado. Mas como é que os Estado intervêm numa zona com uma concertação altíssima como o Rocha Pinto, quando sabemos que está encravado em duas zonas de expansão de desenvolvimento urbano com qualidade? Estamos a ver o desenvolvimento da Samba e do 21 de Janeiro. O Rocha Pinto está aí encaixado. Mantê-lo assim? Não! Haverá um processo de requalificação, necessariamente não agora. Mas na sequência do processo de desenvolvimento urbano e requalificação de Luanda, certamente que o Rocha Pinto é uma das áreas indicadas para este processo. Mas como inserir este processo de requalificação? Primeiro que ela seja interventivo, inclusivo, aquilo que for feito ali deve ter em linha de conta que o cidadão que vive ali deve ser incluído. Provavelmente esta inclusão inclua um desenvolvimento em termo de ocupação vertical, para que o Rocha Pinto como está, sem espaço, se desafogue. Vai -se desafogar num crescimento em altura com o surgimento de edifícios altos e o cidadão que se encontra no bairro seja inserido no processo. Um ou outro eventualmente poderá mudar de localização para permitir que existam bolsas para a construção. Mas quero-lhe dizer que o processo é inclusivo e queremos evitar ao máximo que o cidadão sinta dificuldade de se inserir na sua vida activa. Isso não quer dizer que ele não possa ser levado para outro sítio.

Falou-nos do projecto Aldasa, mas temos também o do Camama, que muitos conhecem como a Nova Cidade do Kilamba Kiaxi. Se olharmos para delimitação feita naquela área anteriormente também vamos constatar que existem várias construções ao redor. *Vão esperar que cheguem à porta do projecto?*

Já estamos a actuar e a preparar equipas e técnicos para reforçar as administrações municipais, particularmente as ligadas ao planeamento e gestão urbana, de modo a levar ao conhecimento dessas pessoas a alteração de metodologias, regras e atitudes. Hoje as coisas desenvolvem -se um bocadinho de forma emotiva, porque as pessoas não estavam convenientemente informadas. Trataremos de difundir nos meios mais próximos da população, nas rádios e outros canais de informação, uma nova cultura de lidar com essa questão do solo, da utilização do terreno, requalificação urbana e a preservação, manutenção e gestão urbana da cidade.

As casas e empresas construídas ao lado da nova cidade estão legais.

O perímetro da cidade do Kilamba Kiaxi, em princípio, hoje já não tem problemas e a área adjacente ao Kilamba Kiaxi que também é reserva do Estado repare que a reserva não é apenas a cidade, mas sim todo o perímetro

que sai da costa norte a sul. Sai das Palmerinhas para dentro, tendo sempre como limite o rio Kwanza naquele lado, passa pelo Zango e atravessa a Zona Económica Especial. Passa pelo Siquele, que está em desenvolvimento e é sempre reserva do Estado até ao quilómetro 44 e aquela zona de Bom Jesus, onde se está a construir um novo aeroporto. Vem até Cacuaco e apanha o litoral norte, portanto estou a falar entre o litoral Norte e Sul, e a limitação com a província do Bengo. Onde encontra o limite da Barra do Dande, que ainda pertence ao Bengo. *Mas estamos a falar do terreno que está ao lado da nova Cidade do Kilamba Kiaxi?*
Tudo é reserva do Estado.

Mas aí existem empresas?

Já lhe disse que o processo é interactivo. O facto de se considerar reserva não implica que o Estado construa sozinho. O Estado tem parcerias, aproveita as mais valias físicas, mas agora vai tentar orientá-las de forma melhor, para que nas próximas construções não se desvirtue os interesses dos programas ali delineados. Mas o Estado tem de rever o posicionamento daquilo que existe.

7.11 A «outra vida» dos antigos inquilinos do prédio Cuca

Angolense

11 de Dezembro de 2010

Um jardim, amplo e bem tratado, abre-se aos pés dos novos inquilinos do Zango, que antes habitavam o conhecido prédio da «Cuca». Confinados, num passado recente, às paredes de betão, eles dispõem agora, de um espaço verde, arejável e respirável.

O jardim constitui um dos cartões-de-visita com que os forasteiros se deparam quando chegam às três novas torres de 15 andares cada, nas quais foram alojados os ex-moradores da «Cuca». O jardim constitui um ponto de encontro dos novos inquilinos e poderá representar, no futuro, uma ponte de socialização da vida entre eles. Sentada a um canto de uns bancos corridos do jardim, Luísa, uma mulher na casa dos 50 e tal, parece fazer contas a vida. Provavelmente, a juntar fragmentos de memória de uma vida, ou, antes, pedaços de uma história de 32 anos, que marcaram a sua passagem e vivência no edifício da Cuca.

Quando foi abordada na quarta-feira, 08, pela reportagem do SA, ela estava apenas há 24 horas no Zango. Tempo curto, mas, pelos vistos, já suficientes para tirar as primeiras ilações sobre a sua nova vida naquelas paragens. Ou seja, sobre o «antes» e o «depois» da «Cuca».

Confessa que já sente «imensas saudades» da «Cuca», da vida agitada naquela zona do kinaxixe, onde todos pareciam correr «atrás do prejuízo», em velocidade de cruzeiro.

No prédio da «Cuca», orgulha-se esta mulher de cabelos grisalhos à espreita, nasceram-lhe 4 filhos. «Uma boa parte da minha vida foi passada naquele edifício», afirma.

Um imóvel que, entretanto, teve que abandoná-lo na última terça-feira, «às pressas», deixando atrás si uma boa parte da sua mobília, que espera resgatá-la em breve. «Empurrada» para fora das quatro paredes, tal como outros vizinhos seus, debaixo de rumores insistentes de um desabamento iminente do edifício de traça colonial, que fora construído no limiar da década de 70.

No Zango, mergulhada em cogitações, Luísa parece mostrar-se indiferente a agitação à sua volta, aos movimentos dos inquilinos que transportam mobílias e outras «imbambas» para os seus novos apartamentos.

Admite que os novos fogos são mais amplos e dispõem de maior espaços na cozinha e sala de visitas. Os moradores, na sua generalidade, convergem nesse ponto. Mas, são unânimes em reconhecer que presentemente o maior problema reside na «falta de luz e nos mosquitos que infernizam a vida dos moradores no período nocturno». Lamentam que o gerador tem servido apenas para alimentar os elevadores, e que os apartamentos têm estado mergulhados na escuridão e sufocados pelo calor infernal, já que os aparelhos de AC não funcionavam.

Luísa reconhece, porém, que a nova urbanidade dispõe de mais espaço para o estacionamento de viaturas, ao contrário do Kinaxixe, onde «os carros pareciam amontoados uns em cima dos outros».

Nas suas contas, assim como de outros moradores, o maior desafio que têm pela frente reside na falta de transportes públicos, para se deslocarem aos mais distintos locais, sobretudo para o trabalho.

«Os que não têm transporte próprio terão a vida mais dificultada», prognostica.

Uma outra moradora do mesmo edifício que, entretanto, não quis dar o rosto, não só se queixa da falta de energia eléctrica, dos mosquitos, mas também da falta de escolas próximas para os seus filhos.

«As mais próximas estão localizadas em Viana, num raio de aproximadamente 5 km. Esta zona não dispõe de transportes públicos, não sei como serão as deslocações dos meus três filhos à escola», lamenta a nova inquilina do Zango, com inquietação estampada nos olhos.

«Pressão do GPL foi superior ao susto»

Adilson Sousa, um jovem empresário, na casa dos 30, diz que não discorda com a transferência dos moradores da «Cuca» para a nova centralidade do Zango, mas mostra-se revoltado com a forma como o processo foi conduzido. Acusa os responsáveis do GPL, nomeadamente nas pessoas do governador José Maria dos Santos, e do seu assessor para área Económica e Produtiva, Cesário Claudino dos Santos Miguel, de terem dramatizado a situação, «pressionando os moradores» a abandonarem o prédio em «poucas horas».

Disseram que até às 15 horas de terça-feira o edifício tinha de ser evacuado.

(Foram eles que criaram aquela agitação toda, fazendo com que muitos moradores entrassem em pânico, ao ponto de perderem os seus haveres», denuncia.

Adilson acredita que o processo de transferência bem podia ser feito no espaço de uma semana, (sem agitações e sobressaltos», já que não estava iminente a queda do edifício.

«O que aconteceu é que houve um aluimento de terras nas obras que estão a fazer ao lado do nosso prédio, onde será erguido o futuro shopping do Kinaxixe. O prédio da Cuca não foi afectado, ao contrário do que eles pretendiam fazer crer junto dos moradores».

7.12 União Nacional dos Artistas Plásticos suspende alguns dos seus membros

Jornal de Angola

11 de Dezembro de 2010

A assembleia-geral ordinária da União Nacional de Artistas Plásticos (UNAP), realizada ontem no Museu de História Natural, em Luanda, decidiu suspender todos os seus membros que ocupam ilegalmente as instalações do edifício-sede da instituição.

No edifício Mendes Vaiada, classificado como Património Cultural, além da sede social da UNAP existe o atelier de alguns artistas plásticos, cujos mandatos foram ontem suspensos pela assembleia-geral ordinária. Entre os membros suspensos destaca-se o artista Hildebrando de Meio.

Segundo um documento a que *Jornal de Angola* teve acesso, a suspensão de Hildebrando de Meio, “evitando numa primeira fase a sua expulsão compulsiva”, é fruto das decisões da última assembleia-geral.

Nos espaços ilegalmente ocupados pelos artistas, a direcção da UNAP tenciona criar uma oficina de cerâmica, como forma de sustento da organização, e de outras disciplinas artísticas.

Acesos debates

Durante a assembleia-geral, que até ao fecho desta edição ainda não tinha produzido o comunicado final foram discutidos e aprovados a acta da assembleia-geral anterior, o relatório de actividades e contas referentes ao primeiro ano administrativo de gestão da direcção e a quotização e admissão de novos membros.

Acesos debates tiveram lugar com a informação da transformação da UNAP como instituição de utilidade pública, tendo os membros questionado sobre os valores adjudicados à instituição pelo Executivo.

Bastos Galiano, actual secretário-geral, justificou dizendo que no primeiro tranche apenas recebeu do

Executivo o montante de dez mil dólares, o que deixou a maior parte dos membros indignados. Manuel António de Oliveira “Dudu”, presidente da mesa da assembleia-geral da UNAP, disse ao *Jornal de Angola* que a reunião de ontem perspectiva um novo rumo para a instituição. “Dudu” explicou que a UNAP foi instituída com a finalidade de defender os interesses dos homens das artes plásticas, tendo acrescentado que essa instituição tem três grandes objectivos a defender, nomeadamente a identificação, promoção e valorização dos artistas através da sua actividade.

“Temos de acabar de pensar em saudosismo para se mentalizar as pessoas a pensar num futuro brilhante e próspero para os artistas plásticos”, disse Manuel António de Oliveira, acrescentando que vai trabalhar no sentido de se criar uma direcção coesa e independente, com vista à alteração do actual estatuto da instituição, dentro da modernização, de maneira a beneficiar todos os associados.

7.13 Fiscal burla 40 mil dólares na venda de terreno ao Kifika

Angolense

11 de Dezembro de 2010

Cristóvão João, um antigo fiscal ligado à Administração municipal da Samba, é acusado de ter burlado 40 mil dólares na venda ilegal de um terreno, no Kifika, com uma do Benfica.

Segundo apurou o *Semanário Angolense*, a negociata teve lugar no mês passado, tendo o suposto burlador procedido à venda do referido terreno numa zona destinada à arborização, denominada de «Pulmão verde».

Artur Matias, um dos filhos do cidadão lesado na alegada burla, não só confirmou o facto ao SA, como também acusou o ex-fiscal de ter agido de forma dolosa e de má-fé.

Artur diz que o seu pai, José Matias, procedeu à entrega do dinheiro ao antigo fiscal da Administração da Samba, na convicção de que «o espaço não constituía nenhuma reserva do Estado».

«Na semana passada fomos, entretanto, surpreendidos com presença de fiscais no local, com ordens para demolir as obras», revelou o interlocutor do SA.

«o meu pai investiu aqui milhares de dólares não só na compra do terreno, como também dos materiais de construção. Tudo foi por água abaixo», lamenta Artur Matias, ao mesmo tempo que aponta para os escombros que restam daquilo que foi o muro de vedação.

Diz que o suposto burlador tem sido pressionado a preceder à devolução do dinheiro. “Ele devolveu apenas metade desse valor, ou seja, 20 mil dólares, embora tenha se comprometido a entregar o remanescente ainda esta semana», acrescentou.

Não adiantou se o seu progenitor irá accionar os mecanismos judiciais, em caso de incumprimento do pagamento da dívida ou por ter sido vítima de burla.

«Ti Chico» confirma demolição da obra

O administrador António Francisco Jacinto «Ti Chico» confirmou nesta quinta-feira, 09, que a obra foi demolida, porque estava a ser executada no chamado «Pulmão verde» do Benfica.

Segundo ele, a zona em causa «constitui uma reserva do Estado», um espaço vedado à execução de obras.

Disse que conhecia o elemento envolvido na alegada burla, a quem definiu como sendo «um indivíduo bastante referenciado como burlador de terrenos».

«Conheço a pessoa que foi lesada nesse negócio, que me contactou telefonicamente para me informar sobre a sua intenção de comprar um terreno na zona do Benfica. Não me opôs aos seus intentos, mas adverti-lhe sobre os riscos da compra de terrenos a terceiros, como também em áreas reservadas ao Estado», afirmou «Ti Chico». Nega que tenha dado luz verde para que a transacção se concretizasse.

«Tivesse tido conhecimento de que a zona que estava a ser objecto de negociação era reserva do Estado, teria desaconselhado a outra parte a não efectivar o negócio», reforça.

O administrador comunal diz que já accionou os mecanismos administrativos, tão logo teve conhecimento da suposta burla. «Remeti uma informação ao administrador municipal da Samba dando-lhe conta da ocorrência do facto», reforça «Ti Chico», ao mesmo tempo que vasculha uma pasta de arquivo onde consta a aludida informação.

Aproveitou a ocasião para exhibir outras informações, que igualmente envolviam a venda ilegal de terrenos em zonas sob sua jurisdição. E aponta nomes de Cristóvão João, Agostinho Neto e Maria Zinha como sendo os maiores negociantes de terreno na zona do Kifica.

Recorda que o «Pulmão verde» tem sido uma zona bastante polémica, onde regularmente «têm sido feitas várias demolições». E lança um aviso à navegação: «Dentro de dias, procederemos a novas demolições».

7.14 «Pressão do GPL foi superior ao susto»

Angolense

11 de Dezembro de 2010

Adilson Sousa, um jovem empresário, na casa dos 30, diz que não discorda com a transferência dos moradores da «Cuca» para a nova centralidade do Zango, mas mostra-se revoltado com a forma como o processo foi conduzido.

Acusa os responsáveis do GPL, nomeadamente nas pessoas do governador José Maria dos Santos, e do

seu assessor para área Económica e Produtiva, Cesário Claudino dos Santos Miguel, de terem dramatizado a situação, «pressionando os moradores» a abandonarem o prédio em «poucas horas».

Disseram que até às 15 horas de terça-feira o edifício tinha de ser evacuado.

«Foram eles que criaram aquela agitação toda, fazendo com que muitos moradores entrassem em pânico, ao ponto de perderem os seus haveres», denuncia.

Adilson acredita que o processo de transferência bem podia ser feito no espaço de uma semana, «sem agitações e sobressaltos», já que não estava iminente a queda do edifício.

«O que aconteceu é que houve um aluimento de terras nas obras que estão a fazer ao lado do nosso prédio, onde será erguido o futuro shopping do Kinaxixe. O prédio da Cuca não foi afectado, ao contrário do que eles pretendiam fazer crer junto dos moradores»

7.15 Acabou o pesadelo do «Prédio Cuca»

Angolense

11 de Dezembro de 2010

Os sobressaltos para os antigos moradores do «Prédio Cuca», no Kinaxixi, município da Ingombota, acabaram-se, depois da evacuação, segunda-feira, 06, do edifício e a mudança das pessoas para novos edifícios no Zango, município de Via na.

A rápida transferência foi decidida na noite de domingo, 05, depois do desabamento de uma parte da obra do futuro shopping center que está a ser erguido no local onde existiu o mercado do Kinaxixi, desactivado em 2003. Nessa mesma noite, assustados, os habitantes contactaram responsáveis do Governo Provincial, o Serviço Nacional de Bombeiros e outras entidades, apresentando o cenário da edificação como perigoso.

«A população entrou em pânico, ligaram para os Bombeiros, a Polícia e as autoridades surgiram. Por volta da uma, duas horas da madrugada, funcionários do Governo Provincial cadastraram os moradores e agora estão a transferir o pessoal», disse ao Semanário Angolense, Da Silva, antigo trabalhador do edifício.

Na manhã seguinte, registava-se um movimento frenético de transportação dos haveres do edifício para a rua, sendo posteriormente conduzidos para as novas moradias. O sentimento era de alívio e satisfação, pois os longos de agonia chegaram ao fim. Felizarda, que viveu durante 35 anos no «Prédio Cuca», juntamente com filhos, netos e sobrinhos, considerou que a mudança «veio em boa hora, vivíamos aqui com os corações nas mãos, depois da queda do antigo prédio da DNIC então o nosso pavor aumentou.»

A preocupação dos antigos habitantes daquele prédio

remonta a entre princípio da década de 90 e finais da de 80, quando se começaram a destapar os seus problemas, que se resumiam à infiltração de águas de uma grande lagoa que existia na parte traseira do edifício. Posteriormente, na lagoa foram feitas edificações, mas, coladinho ao edifício existe uma grande lixeira.

Também, as canalizações de água potável e dos dejectos foram tendo rupturas, causando fissuras nas estruturas de betão. «Todos os dias cai um pedaço do edifício», revelou João Pedro, antigo combatente e deficiente físico, que ali morava desde 1990.

A situação vivida pelos habitantes desse edifício fez correr muita tinta nos órgãos de comunicação social e gastar imensa saliva, tendo, em distintas ocasiões, sido aventada a sua evacuação.

Ainda por acção da obra do futuro shopping, há cinco meses, uma enorme cratera abriu no asfalto da rua que divide o prédio e o antigo mercado do Kinaxixi. Apesar dos receios dos ex-ocupantes, o «Prédio Cuca» nunca estremeceu, mas conta-se que sofreu um desvio de 17 centímetros e baixou de altura.

«Dizem, que o prédio desviou-se 17 centímetros e ficou mais baixo, mas nós não podemos confirmar isso porque não somos arquitectos», sublinhou Manuel da Silva, morador.

Construído na década de 60, altura em que Luanda, em particular, e Angola, em geral, se haviam transformado num verdadeiro canteiro de obras, o «Prédio Cuca» tem seis andares, mas por possuir apartamentos do tipo duplex, contam-se 10 andares, com dois quartos por cada habitação.

Fonte deste jornal informou que o «Prédio Cuca» vai ser demolido e o espaço aproveitado pelos proprietários do futuro shopping, possivelmente para parque de estacionamento ou outro fim.

O governador provincial de Luanda, José Maria, na companhia de alguns dos seus colaboradores, esteve, na tarde de segunda-feira, por breves instantes, no local, onde trocou impressões com funcionários do GPL que ali estavam a trabalhar.

7.16 Desalojamentos no Lubango

Angolense

11 de Dezembro de 2010

Foi, como já dissemos, o desalojamento mais desumano alguma vez realizado em solo nacional. Nem o colono, no auge da repressão foi tão longe. É de algum consolo que ninguém, mas ninguém mesmo, com excepção do próprio Governador da Huíla concordou com o procedimento. Mas fica a amarga memória de pessoas retiradas à força de casas onde investiram todas as suas poupanças, crianças com traumas para toda a vida, arredadas

brutalmente dos amigos da escola do ambiente onde se sentiam felizes e protegidas e alojadas em tendas onde partilhavam o mesmo espaço com os pais e estranhos, sem condições de saneamento, testemunhas cientes do desespero dos pais que era suposto dar-lhes o conforto. Enfim, um cortejo de horrores que simplesmente brada aos céus!

7.17 Fiscais de Viana envolvidos na venda ilegal de terrenos

O independente

11 de Dezembro de 2010

Fiscais de obras de construção civil da Administração Municipal de Viana são apontados pelo cidadão e empresário Bento dos Santos Kangamba de estarem envolvidos em esquemas de venda ilegal de terrenos e de licença de construção, na zona do Zango.

Estas acções acontecem em áreas onde estão a ser distribuídos lotes de terra a famílias desfavorecidas, provenientes de diferentes regiões de Luanda, no âmbito do programa do Executivo de autoconstrução dirigida.

O carismático empresário fez esta constatação, recentemente, durante uma visita às áreas onde estão localizadas dezenas de famílias oriundas da Ilha do Cabo, município da Ingombota, num dos seus habituais contactos de ajuda e solidariedade às famílias desfavorecidas.

Bento Cangamba aproveitou a ocasião e apelou aos cidadãos para, sempre que estiverem diante de uma situação semelhante, denunciar às autoridades.

“As administrações municipais e comunais devem estar mais atentas a estes casos”, disse.

O empresário disse ao semanário O Independente que está envolvido em trabalhos de Estado e a trabalhar com o Executivo, associações e pessoas de bem para desenvolver um esforço no sentido de, num curto espaço de tempo, se dar dignidade às pessoas que estavam a viver em tendas, dando-lhes melhores condições habitacionais. “Não se trata de questões de fórum político, mas sim do espírito de cidadania e boa fé. Não podemos estar de braços cruzados, diante de situações do género, onde um grupo de ambiciosos busca a todo o custo o lucro fácil, afundando, e de que maneira, a vida das comunidades já pobres. Por isso prometo levar o assunto aos órgãos de decisão do partido e também ao governador de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, que é uma pessoa de bom coração e sensível a estas questões”, sublinhou.

Na sua opinião, é preciso alertar as autoridades para que ponham a “mão” no assunto o mais rápido possível, detendo os supostos infractores e submetendo-os à justiça, para desencorajar os demais noutras áreas de Luanda.

Executivo Impõe nova era na gestão fundiária

Recorde-se que o Governo Provincial de Luanda vai produzir a lei de alteração ao código penal, à semelhança do que se faz com o código comercial e do registo predial, para criminalizar as ocupações e vendas ilegais de terrenos.

Esta lei será produzida no quadro da regulação da ocupação e uso do solo na província de Luanda, como consta do programa do Executivo, o qual foi apresentado, recentemente, pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil, Carlos Feijó.

Na lei de alteração ao código penal será consagrada a ocupação ilegal de terreno como um crime público.

De acordo com o programa serão criadas repartições técnicas municipais, com a incumbência de ocuparem-se dos cadastros, das cartas cadastrais de detalhe, dos levantamentos topográficos, planos directores municipais, urbanos, bem como de sistemas de informação geográfica (SIG) e toponímia.

O Executivo aprovará planos urbanísticos ou forais, sob proposta das respectivas administrações municipais, ficando sob gestão destas, com vista a satisfazer a demanda da população, sob forma de auto-construção dirigida, cujas infra-estruturas serão feitas a partir do rendimento e venda dos respectivos lotes.

Na elaboração e aprovação destes planos, prevê-se medidas restritivas às substituições na concessão, bem como na transmissão de direitos fundiários, com vista a evitar a apetência em adquirir terrenos para logo desfazer-se deles a título oneroso, como simples forma de negócio especulativo.

Ainda no quadro da regulação da ocupação e uso do solo da província de Luanda, o Executivo accionará o sistema de requalificação urbana em algumas localidades devidamente delimitadas e identificadas, que consiste no cadastramento da população afectada no perímetro, transferindo-as para zonas loteadas, com base em programas de auto-construção dirigida.

7.18 Três famílias para uma casa no Zango IV

Agora

11 de Dezembro de 2010

Os moradores desalojados pelo governo provincial, nas imediações da Assembleia Nacional, manifestaram-se descontentes devido à má distribuição das casas de três quartos, de cinco largura e sete de comprimento, duas portas de entradas e um w.c sem condições.

A zona onde vivem ainda carece de condições básicas como escolas, centros de saúde, lojas ou supermercados, energia eléctrica, iluminação pública unidade policial para acalmar os conflitos existentes no local.

Para chegar ao centro da cidade e regressar-se têm de gastar no mínimo 1000 kwanzas e abandonar as suas casas antes das cinco horas para não pegar o congestionamento de Viana.

À noite o ambiente é bastante complicado, pois para ver a televisão uma vizinha tem de colocar um televisor fora porque apenas uma pessoa possui gerador.

Os novos moradores do Zango IV dizem que algumas pessoas que não residiam no antigo bairro apareceram dias depois para ocupar as mais de 100 casas que ainda se encontram fechadas.

“As habitação foram ergui das para acomodar os antigos moradores do Capolo mas estamos a observar algumas figuras de instituições a ocuparem casas, alegando que comprou a chave aos elementos dessa comissão”, desabafou a jovem Mania, ex-moradora da favela há 19 anos, notando que ninguém deixará pessoas estradas ocupar uma casa, pois estas foram construídas apenas para eles. O número de casas podem alojar todos os moradores sem precisar de repartir uma por três famílias, algumas das quais formadas por mais de cinco elementos. Partilham quase tudo e com brigas constantes devido ao comportamento de muitas casas que embaraçam o ambiente salutar.

Um morador assegurou-nos que se sente completamente frustrado por dividir o mesmo tecto com um casal que consome droga pesada (libanga), sendo constantes as brigas entre os vizinhos.

“No pretérito sábado uma casa foi incendiada porque dois dos casais eram dependentes de drogas e o outro não se familiarizando com o ambiente, daí surgiu uma briga que terminou num incêndio”, reforçou.

N a nossa presença, uma criança que aparentava sete anos, foi agredida inocentemente por uma vizinha que andará pela casa dos 50, por brincar na lama e os seus pais biológicos a terem abandonado no Zango IV.

“Estou aqui muito frustrada a suportar-te e os teus pais estão na cidade a comer bem e não tenho bebé que chora, por isso não me lixes a cabeça”, frisou, reclamando que há famílias a alimentarem-se apenas de manga e mamão que apanham nos arredores.

O jovem Adérito Garrido, 35 anos, que habitava nas barrocas há mais de 19 anos, contou que foram surpreendidos na noite da sexta-feira passada, data em que desalojaram os antigos habitantes, estando o local completamente cercado com um forte cordão policial com ameaças para abandonarem imediatamente a favela.

“OS homens chegaram no local sem nenhum comunicado e os órgão de comunicação social não se fizeram presentes, o que nos levou a entender que alguma coisa estará mal.

Bento Soito garantiu que não seria importante a presença da média por se tratar de algo muito normal e pensamos que se tratava de um busca de um indivíduo

que se encontrava encurralado, mas depois assustamos-nos com os estragos que nos impuseram”, desabafou.

Uma senhora apareceu um dia depois com uns estrangeiros a dizer que possui uma casa porque à Casa Militar foram oferecidas 15 casas por participar no processo de desalojamento, e caberia ela decidir se vendia ou oferecia. “Como seriam capazes de colocar três famílias numa casa e com muita facilidade a Casa Militar beneficiaria de 15 casas à toa”, questionou Cecília Esteves, referindo que a Dr^a. Paulina Semedo esteve também no local para comprar uma casa e foi surpreendida com a informação do que se estava a passar e horas mais tarde regressou com o ex-governador Bento Soito, acompanhado de um carro da polícia e o comandante do Zango I, incentivando-os a lutarem pelos seus direitos.

Por outro lado, Jerónimo Agostinho, 26 anos e ex-morador da favela, contou ao AGORA que foi detido pela Polícia do Zango I por mais de 5 horas por reivindicar as condições apresentadas pela comissão que se encarregou deste processo de transferência.

Com esposa e três filhos, “Jojó” referiu que depois de ser solto encontrou as casas distribuídas, não sendo beneficiada de nada. “A Polícia pensou que estava a criar um ambiente de vandalismo ou de manifestação para discutir os nossos direitos”, apontou, sublinhando que “encontrei todas as coisas roubadas e tive de me sujeitar na que estava já aberta”. “A minha esposa está grávida e nem sempre consigo estar aqui por causa do trabalho que exerço no centro da cidade, tenho a sorte de ter um carro e não fico cornos os vizinhos que não têm transporte”, disse Adérito Garrido, notando que os desempregados não têm como sobreviver, pois antes estavam habituados a “se virar” para conseguir alimentos.

A pequena Wanguinha, 8 anos, também foi vítima dessa problemática numa altura em que havia terminado a 2^a classe numa escola do centro de Luanda. “Terei muita saudade da minha ex-professora Helena”, emocionou-se. O bairro Capolo era uma favela muito perigosa onde moradores dedicavam-se à venda de bebidas alcoólicas e drogas pesadas.

A favela alojava cerca de 100 famílias com um número elevado de desempregados e das 300 casas existentes no Zango IV apenas 30 foram distribuídas.

7.19 Constituição em vigor

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

A TERRA, que constitui propriedade originária do Estado, pode ser transmitida a pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e efectivo aproveitamento, nos termos da Constituição e da lei.

São reconhecidos às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei.

O disposto nos números anteriores não prejudica a possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei.

E OS RECURSOS NATURAIS?

Os recursos naturais, sólidos, líquidos ou gasosos existentes no solo, subsolo, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental sob jurisdição de Angola são propriedade do Estado, que determina as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração, nos termos da Constituição, da lei e do Direito Internacional.

7.20 Moradores promovem vigília para clamar pelos seus direitos

Angolense

De 18 a 25 de Dezembro de 2010

Os cidadãos que perderam as suas casas no bairro do Chimbicato, sector 4 “Iraque”, promoveram uma vigília no dia dezanove do corrente, na praça da Independência, para clamarem por justiça, uma vez que viram as suas casas serem demolidas e até hoje se encontram ao relento. Segundo a nota de imprensa que fizeram chegar no nosso jornal, os moradores dizem que para além de terem perdido as casas foram agredidos. “Houve espancamento, dispararam contra populares indefesos, prisões arbitrárias e perseguições”.

Os moradores recorreram as autoridades competentes em busca de orientação como a administração do Kilamba Kiaxi, Governo Provincial de Luanda, Tribunal Civil de Luanda, Assembleia Nacional, Procuradoria-geral da República, Provedor da Justiça e Presidência da República em busca justiça, mas, segundo os moradores, até ao momento nenhum dos implicados foi julgado enquanto os moradores vivem ao relento.

“Estamos a ver também que os ricos e poderosos em Angola estão perseguir os pobres e fracos, arrancando-lhes o pouco que têm, pela força poder. Eles atacam-nos violentamente com as mãos de ferro. Não 50 bonecos dos poderosos”, lamentam os desabrigados em carta a que tive acesso. Os cidadãos, que reclamam pelo respeito dos seus direitos, que entendem terem sido desrespeitados, uniram-se para protestar contra a situação vivem. Para fazer ouvir as suas vozes agendaram a vigília em protesto contra essas violações.

7.21 Jovens suicidam-se em série

Folha 8

18 de Dezembro de 2010

O semanário F8 constatou a triste notícia de quatro jovens que se suicidaram. Preferiram acabar com a vida

para não sofrer eternamente, neste mundo de muito orgulho e pouco amor, revelaram as famílias e os amigos dos falecidos jovens.

De acordo com informações recolhidas, semanalmente morrem velhos e crianças, fruto das condições desumanas a que estão submetidos pelo governador da HU11a, Isaac dos Anjos. A frustração da população aumenta cada dia que passa, pois as promessas do Executivo da Huíla em apoiar as comunidades a erguerem as suas residências não passaram de mera falsidade.

Madalena Tchitungo testemunha que a sua vizinha de 60 anos se atirou ao fogo, depois de se unguir de combustível e faleceu. Francisco do Rosário testemunhou, igualmente, o suicídio de um jovem por enforcamento. “O jovem deixou uma carta no bolso, dizendo que já não aguentava mais a batida do governador. Não me deram o que prometeram, não nasci para sofrer”, *lê-se na carta?*

Os dados apurados naquelas comunidades pelo F8 foram igualmente confirmados pelos activistas dos direitos humanos em retiro na cidade do Lubango: a imagem do suicídio de uma menina estudante universitária e três rapazes estudantes do ensino médio. As idades, os nomes e a filiação não foram revelados.

Em função desses cenários desoladores, o director da Open Society, Elias Isaac, lançou um repto ao Governo Angolano, aos deputados e à sociedade civil angolana, para se travar esta onda de suicídios de jovens, resultante da frustração provocada pelas políticas condenáveis do Governo da HU11a. De igual modo, rogou ao Governo da Huíla, para conferir dignidade a este povo que morre todas as semanas, sob olhar sereno das autoridades e sob silêncio dos órgãos de comunicação social estatais.

Mais adiante, Elias Isaac diz não acreditar haver vontade deliberada de o Governo Central criar condições para o suicídio da população. Acredita sim que aquela juventude está a suicidar-se, devido às políticas incoerentes da Governação da Huíla.

“O povo votou em massa no partido no poder. O País tornou-se democrático; os deputados votados por este mesmo povo estão no parlamento. Não se pode permitir o que se está a passar na Província da Huíla e de forma reiterada, sem haver vozes dos representantes do povo, para a mudança de atitude de governação”, lamentou Elias Isaac.

O F8 constatou, igualmente, a proibição de as comunidades entrarem em contacto com os seus familiares. Indivíduos discretos vigiam as que exprimem o que sentem. Em contrapartida, muitos escaparam à vigilância do Governo e exprimiram o que lhes vem à alma.

Outrossim, um número elevado de crianças perdeu o ano lectivo 2010, o que constitui grave violação dos 11 compromissos assumidos internacionalmente pelo Governo Angolano, em defesa da protecção da criança. Mulheres chefes de família e geradoras de negócios de

subsistência entraram em falência, complicando, cada vez mais, a situação de pobreza.

A maior parte dos sinistrados das demolições do Lubango, continuam martirizados e pela segunda vez enfrentam as chuvas ao relento no matagal de Tchavola e Tchimucua.

7. 22 Governo apoio construtor e transfere moradores

Folha 8

18 de Dezembro de 2010

A transferência urgente de cerca de 170 famílias residentes no conhecido prédio Cuca, no Largo do Kinaxixi, em Luanda, iniciado no 06 terminou dois dias depois de uma equipa de engenheiros ter considerado que há risco de derrocada do edifício, pese estar construído sob estacas. Um abalo, no dia 04, nas estruturas físicas do edifício, provocado por uma rotura nas obras de construção do futuro shopping Kinaxixe.

Em risco há vários anos, com várias fissuras, infiltrações de água, entre outros problemas, esta derrocada deixou os moradores em estado de preocupação e temor, tendo as autoridades provinciais de Luanda efectuado a avaliação da gravidade da situação.

“Nós acreditamos não se ter tratado de uma rotura natural, mas provocada, pela empresa que está a construir o Kinaxixe, que tem ambições no prédio Cuca e agora, com esta engenharia vão poder ficar com todo o espaço. E uma vergonha, eles não vêem meios para atingir os seus fins e lixar sempre o povo”, lamentou ao F8 o morador Agostinho da Silva, acrescentando, “mesmo assim eles estão a fazer batota pois ao segundo dia já não havia apartamentos”.

Segundo o coordenador do gabinete de requalificação dos municípios do Sambizanga e Cazenga, Bento Soito, as famílias serão realojadas em dois edifícios de 15 andares cada, situados na nova centralidade do município de Viana, na zona do Zango.

A transferência dos moradores do emblemático prédio Cuca, com 12 andares e 106 apartamentos, foi apresada depois de parte da estrada defronte ao edifício ter cedido.

“Vão ser transferidos porque a situação é de emergência e não podem ficar ao relento”, justificou Bento Soito

Uma equipa de especialistas em arquitectura do governo Provincial de Luanda e do Laboratório Nacional de Engenharia do Ministério das Obras Públicas e Urbanismo estiveram a avaliar o estado do prédio, tendo concluído que se encontra em estado avançado de degradação.

7.23 Filme “Não apartam a minha casa” exibido em Luanda

Agora

18 de Dezembro de 2010

A Associação cívica Omunga lançou ontem na capital do país o documentário “Não partam a minha casa”, integrado na campanha contra a demolição e desalojamentos forçados, de que têm sido alvo milhares de cidadãos em cidades como Luanda, Benguela e Huíla.

O documentário denuncia Violação do direito à habitação, segundo os seus realizadores, jornalistas da Associação Omunga, com sede no Lobito, e pela Open 50ciety, em parceria com a Acc e a 50S Habitat.

O filme retrata a situação de mais de quatro mil famílias desalojadas que vivem no bairro Bagdad, em Luanda, mas também de muitas outras que viram as suas casas serem partidas por tropas do governo provincial no Lubango, na Huíla e Benguela, sem ao menos terem tempo de se instalarem em outro sítio.

Para lá das casas, as autoridades demoliram igualmente escolas, postos de saúde, as vendas de alimentos e os desabrigados foram colocados em tendas, sem quaisquer infra-estruturas. “Não partam a minha casa” faz parte de uma campanha da sociedade civil para a denúncia dos atropelos cometidos em vários pontos do país e luta pelo direito à habitação “um direito humano fundamental que dá alicerces para o exercício de vários outros direitos, como à família, à água e alimentação”.

A iniciativa testemunha violações de direitos humanos que comprovam que Angola está longe de alcançar os Objectivos do Milénio estabelecidos pelas Nações Unidas. Demonstra ainda a luta de activistas para evitar esses desalojamentos forçados, desde a assinatura da Declaração de Benguela, em Agosto de 2009, à marcha pacífica “Não partam a minha”, realizada em Abril último na mesma cidade.

A acção decorreu no Hotel Skyna e os presentes tiveram direito a uma copia do documentário e a uma tshirt.

7.24 Governo continua a gerir sem transparência

Folha 8

18 de Dezembro de 2010

Discrepâncias significativas nos dados publicados pelo Governo Angolano sobre os rendimentos na indústria petrolífera subvertem as tentativas de o mesmo se libertar da sua reputação de corrupto, de acordo com um novo estudo da Global Witness e da Open Society Initiative for Southern Africa – Angola (OSISA-Angola).

“A dimensão destas discrepâncias é chocante, totalizando milhares de milhões de dólares. Os problemas com os dados oficiais não fornecem provas de corrupção, mas

suscitam questões profundas quanto à qualidade dos números oficiais de Angola relativos a receitas petrolíferas”, referiu Diarmid O’Sullivan da Global Witness.

“O povo de Angola tem o direito a informações completas e fiáveis sobre os ganhos do país provenientes do petróleo, os quais são vitais para o desenvolvimento de Angola. Os números publicados pelo Governo são inferiores a este padrão e precisam de ser consideravelmente melhorados”, referiu Elias Isaac, Director Nacional da OSISA-Angola. Angola depende, grandemente, das receitas do petróleo: cerca de dos terços do rendimento do Governo e 42,5% do Produto Interno Bruto do país provêm actualmente do petróleo. Desde 2004, o Governo tem respondido a preocupações relativas à corrupção na sua gestão das receitas petrolíferas, através da publicação de números pormenorizados sobre a produção, a exportação, os preços e os impostos relacionados com o petróleo.

Em contrapartida, o relatório revela sérias lacunas e anomalias nos números de 2008 provenientes das três fontes mais importantes de dados sobre o petróleo: os Ministérios das Finanças e do Petróleo e a poderosa empresa petrolífera estatal, a Sonangol. As principais conclusões incluem o seguinte:

Uma discrepância, de um valor teórico de 8,55 milhões de dólares americanos, entre os valores dos ministérios quanto a volumes de petróleo vendido pela Sonangol em 2008, a diferença entre os valores dos ministérios para impostos sobre o rendimento das empresas petrolíferas é de um valor teórico de mais de 1,2 mil milhões de dólares.

Uma discrepância de 87 milhões de barris entre os resultados dos dois ministérios quanto a exportações de petróleo em 2008. A falta de uma explicação visível para esta diferença e, profundamente, problemática.

Em 2006, os meios de comunicação noticiaram que empresas petrolíferas tinham oferecido mais de 3,2 mil milhões de dólares em bónus de assinatura ao Governo de Angola. Em contra partida, as contas do Governo parecem apenas registar 998 milhões de dólares em receitas. Estas não parecem registar grandes dividendos da Sonangol.

Nenhum dos valores oficiais parece ter sido verificado por uma fonte independente. As contas da Sonangol são auditadas de forma independente, mas os auditores proferiram várias advertências. Por conseguinte, os cidadãos de Angola não têm qualquer garantia de que os valores sejam exactos.

Os esforços por parte de Angola para demonstrar transparência não alcançaram as referências internacionais, tais como a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE). O relatório lança um apelo ao Governo Angolano, no sentido de realizar uma análise independente às conclusões do relatório e de publicar dados mais completos sobre o petróleo, que sejam veri-

ficados de forma independente por uma terceira entidade. A Global Witness e a OSISA-Angola apelam ao Governo que responda publicamente ao relatório.

7.25 Três famílias numa casa

Angolense

De 18 a 25 de Dezembro de 2010

Antigos moradores bairro Capolo, localizados por trás da Assembleia Nacional, foram retirados de casa na calada da noite. A operação começou por volta das vinte e duas horas. Os agentes que estavam no local impossibilitaram a entrada e saída dos moradores que não se faziam presentes naquele momento.

Segundo informações, os mesmos fizeram apenas o registo dos moradores que se encontravam no local, assinalando cada família. Foram transportados até ao Zango. Até ao momento muitos dos seus pertences estão na rua, por falta de espaço porque em cada casa estão agrupadas três famílias. “Nós vivíamos em casas de chapas, mas ao menos tínhamos privacidade”, disse um dos lesados.

Hoje o Zango IV, que era um local calmo, transformou-se em campo de batalha. “Cada pessoa tem o seu hábito e as suas coisas, como estão várias famílias numa casa, todos os dias há guerra, porque roubaram a cadeira, porque não limpavam o chão, os casais não têm privacidade, porque são obrigados a dividirem o quarto com os filhos, enfim, como está não dá para continuar, nos ajudem, por favor”, pediram.

Os ex moradores do Capala disseram que lhes foi garantido pelo Governo Provincial de Luanda que esta situação seria provisória, mas até ao momento nada foi feito para melhor acomodar as famílias. Adérito Garrido, um dos lesados, contou-nos que no sábado apareceu um grupo de pessoas, com carros luxuosos, a fim de tomarem posse das casas que se encontram vazias, alegando que eram suas.

“O Sr. Bento Soito disse que foram reservados 30 casas para o pessoal casa militar e, por causa da confusão que se verifica no local, alguns moradores estão arrombar as casas reservadas. *Nós encontramos no Zango pessoas que vivem em casas de chapas há a mais de dois anos, se até agora não conseguiram resolver o problema deles, quando vão resolver o nosso?*”, interrogou.

Os fiscais do Governo Provincial de Luanda, contam os moradores, aparecem com os agentes da polícia em caso de arrombamento de alguma resistência por parte dos moradores. “Colocaram três famílias numa residência para poderem vender as casas a outras pessoas. Alguns dos moradores, para terem acesso as suas casas, tiveram que pagar uma quantia monetária aos agentes da polícia postos no local”, acusaram.

Foram vinte casas, para os ex-moradores do Capolo,

mas existem no local mais de trezentas casas, que até ao momento estão fechadas.

A luta pelas casas é tal que há registo de lutas entre os realojados e supostos proprietários, que se dirigem ao local para tomar posse das suas casas.

7.26 Visados em venda de terrenos desmentem administrador do Benfica

Angolense

18 de Dezembro de 2010

Ao EX.mo

Sr. Director Interino do Semanário Angolense LUANDA
Eu, Agostinho Neto, funcionário público, sirvo-me da presente para solicitar ao Exmo Sr. Director do jornal por si dirigido, que autorize a publicação da presente carta, dentro do Direito de Resposta que me assiste.

Esta carta surge em resposta a uma matéria publicada pelo seu jornal referente à semana de 4 a 11 de Dezembro de 2010, sob o título «Fiscal burla 40 mil dólares na venda de um terreno no Kifika», no qual o meu nome é mencionado pelo Sr. António Francisco Jacinto “Ti Chico”, administrador da Comuna do Benfica.

1.º Quanto às acusações que ele me faz não só as considero de falsas, como também atentatórias ao meu bom nome e reputação.

2.º Este assunto será tratado em sede própria, ou seja, na esfera judicial, tendo para o efeito solicitado ao meu advogado no sentido de accionar os mecanismos legais, para a devida responsabilização cível e criminal.

3.º Em relação ao chamado “Pulmão Verde», gostaria de situar os leitores que o mesmo tem servido para garantir a “facturação” de terrenos no Kifika por parte de certas pessoas menos honestas. Sob pretexto de que os mesmos terrenos eram reserva do Estado foram partidas uma série de casas naquela zona e “usurpados” muitos terrenos, alguns dos quais foram ou têm sido revendidos. Não fui eu, Agostinho Neto, quem autorizou tais vendas, mas, muito provavelmente, pessoas com responsabilidades na gestão administrativa do Benfica.

4.º *Quero aproveitar a ocasião para questionar o Sr. António Francisco Jacinto, qual foi o destino que ele deu aos sete (7) terrenos que tinha sido arbitrariamente “confiscados” aos populares junto ao mercado “Poupalá”, junto à nova autoestrada?*

5.º *Já agora gostaria que o Sr. administrador explicasse, de quem é esta casa (cuja foto anexo à carta) que está a ser erguida numa zona que era destinada a uma das ruas*

do Kifca, conforme o traçado do Governo Provincial de Luanda (GPL), com a particularidade de que a referida obra embora tenha sido embarcada contínua, teimosamente, a ser erguida? •

Luanda, 15 de Dezembro de 2010
Sem outro, subscrevo-me atenciosamente
Agostinho Neto

7.27 GPL distribui terrenos para auto-construção em 2011

O País
20 de Dezembro de 2010

A partir de Janeiro do próximo ano os cidadãos poderão obter informações sobre o processo de aquisição de terrenos para a auto-construção dirigida, particularmente para aqueles que não pretendem adquirir as residências que serão colocadas à venda pelo Estado.

Segundo Carla Ribeiro, as casas serão feitas pelos próprios cidadãos respeitando um projecto próprio, mas que respeite o gabarito, nível de ocupação ou critério de cada uma das zonas que serão colocadas à disposição. A zona do K.Ijamba Kiaxi serão incentivadas a construção de residências de média renda, ao passo que entre VIÉIIa e Cacuaco está reservada para construções de média e baixa renda.

“Ernfunção das pretensões saberão onde melhor se localizar. A partir da determinação do local o cidadão terá acesso a um plano de urbanização ou loteamento de espaço. Ao ter o plano, ele estará em condições de escolher o local onde se pretenderá instalar”, garantiu a nossa interlocutor revelando que “neste momento o cidadão legaliza o espaço junto das instituições do GPL, faz o pagamento, é-lhe recomendada a construção em função do espaço, ainda que de forma evolutiva”.

O Governo Provincial de Luanda suspendeu temporariamente em Outubro de 2009 um processo de inscrição que previa também a atribuição de parcelas para a auto-construção.

Até o mês acima mencionada tinham sido inscritos cerca de 40 mil pessoas. Só o município de Viana que tem mais de 85 por cento do seu território como reserva do Estado, registou 23.623 indivíduos, entre os quais 1.542 apresentaram documentos incompletos e 22.081 completos.

Para concorrerem aos terrenos, os interessados tiveram de apresentar somente um requerimento endereçado ao administrador do município, quatro fotografias tipo passe, cópia do bilhete de identidade e pagar 1.300 Kwanzas na conta da administração no Banco de Poupança e Crédito.

Entre os inscritos 13.323 eram homens e 10.300 mulhe-

res. Destes, 173 tinham menos de 18 anos de idade e 571 mais de 59 anos de idade. O processo foi dominado sobretudo por cidadãos naturais de Luanda (10.194), Malange (2.445) e Uíge (1.804).

A nível de Luanda destacaram-se os nascidos nos municípios do Cazenga (1.916), Rangel.828), Ingombota (1718) e Vlana (1216).

7.28 Instituto entrega terras prontas para o cultivo

Jornal de Angola
20 de Dezembro de 2010

População da localidade de Tuco recebeu com alegria a declaração de terra livre de minas

o Instituto Nacional de Desminagem (INAD) no Zaire removeu e destruiu, este ano, na província do Zaire, cerca de 600 engenhos explosivos, anunciou, na sexta-feira, o responsável do departamento provincial daquele organismo.

Os engenhos, disse, foram removidos numa extensão de mais de três mil quilómetros quadrados. António Francisco Yesu afirmou que a província do Zaire tem muitas regiões suspeitas de estarem minadas. “Por não termos o número exacto de minas, consideramos que toda a área só deixa de ser suspeita quando uma equipa especializada fizer o rastreio e a declarar livre”, referiu.

António Yesu esclareceu que durante o ano foram realizadas campanhas de esclarecimentos sobre os perigos das minas e cuidados a ter quando em presença de objectos suspeitos. A última acção de destruição de 3.958 engenhos explosivos realizou-se, na sexta-feira, na localidade do Tuco, Mbanza Congo, num acto a que assistiu o administrador comunal do Nkiende, Alberto Lusala. Os engenhos explosivos detonados foram removidos em operações desenvolvidas nas cinco comunas do município de Mbanza Congo.

Ao todo, foram destruídos 2.936 munições de G-3, 308 de 2,7 milímetros, 300 de PKM, 128 de cinco milímetros, 28 macarof, 16 de ZU-23 e 12 de 14 milímetros, além de 185 Uxus, 25 espoletas, 11 cabeças combativas e uma mina anti pessoal, do tipo Ponz-2M. O INAD entregou, recentemente, às populações das aldeias do Tuco e Ntoni, esta última nas margens do rio Luanda, uma área destinada, com mais de 24 mil metros quadrados.

“É com satisfação que entregam às populações estas áreas livres de minas”, declarou o responsável, que exortou as populações a continuarem a colaborar com as autoridades, cultivando apenas em zonas declaradas oficialmente livres.

O número reduzido de sapadores constitui preocupação do departamento do INAD no Zaire. António

Francisco Yesu disse que dos 48 efectivos que o INAD tem no Zaire, apenas dez são sapadores.

Destruídas milhares de armas na Huíla

O coordenador adjunto da subcomissão técnica de desarmamento da população na Huíla revelou, no sábado, no Lubango, que o comando provincial da Polícia Nacional destruiu, nos últimos 11 meses, perto de seis mil armas de calibres diversos.

Feliciano António disse que foram igualmente destruídos, entre outro material, 1.563 carregadores, 31.354 munições, 673 explosivos. O oficial da Polícia Nacional afirmou que, no mesmo período, foram recolhidas coercivamente 121 armas, 653 munições e um explosivo. Da recolha compulsiva de armas em posse ilegal de civis, referiu, resultou a detenção de 60 pessoas. Até agora na Huíla foram recolhidas mais de 13 mil armas.

Sem outro, subscrevo-me atenciosamente
Agostinho Neto

7.29 GPL distribui terrenos para auto-construção em 2011

O País

20 de Dezembro de 2010

A partir de Janeiro do próximo ano os cidadãos poderão obter informações sobre o processo de aquisição de terrenos para a auto-construção dirigida, particularmente para aqueles que não pretendem adquirir as residências que serão colocadas à venda pelo Estado.

Segundo Carla Ribeiro, as casas serão feitas pelos próprios cidadãos respeitando um projecto próprio, mas que respeite o gabarito, nível de ocupação ou critério de cada uma das zonas que serão colocadas à disposição. A zona do Kilamba Kiaxi serão incentivadas a construção de residências de média renda, ao passo que entre Viélla e Cacuaco está reservada para construções de média e baixa renda.

“Ernfunção das pretensões saberão onde melhor se localizar. A partir da determinação do local o cidadão terá acesso a um plano de urbanização ou loteamento de espaço. Ao ter o plano, ele estará em condições de escolher o local onde se pretenderá instalar”, garantiu a nossa interlocutor revelando que “neste momento o cidadão legaliza o espaço junto das instituições do GPL, faz o pagamento, é-lhe recomendada a construção em função do espaço, ainda que de forma evolutiva”.

O Governo Provincial de Luanda suspendeu temporariamente em Outubro de 2009 um processo de inscrição que previa também a atribuição de parcelas para a auto-construção.

Até o mês acima mencionada tinham sido inscritos cerca de 40 mil pessoas. Só o município de Viana que tem

mais de 85 por cento do seu território como reserva do Estado, registou 23.623 indivíduos, entre os quais 1.542 apresentaram documentos incompletos e 22.081 completos.

Para concorrerem aos terrenos, os interessados tiveram de apresentar somente um requerimento endereçado ao administrador do município, quatro fotografias tipo passe, cópia do bilhete de identidade e pagar 1.300 Kwanzas na conta da administração no Banco de Poupança e Crédito.

Entre os inscritos 13.323 eram homens e 10.300 mulheres. Destes, 173 tinham menos de 18 anos de idade e 571 mais de 59 anos de idade. O processo foi dominado sobretudo por cidadãos naturais de Luanda (10.194), Malange (2.445) e Uíge (1.804).

A nível de Luanda destacaram-se os nascidos nos municípios do Cazenga (1.916), Rangel (1.828), Ingombota (1.718) e Viana (1.216).

7.30 OMUNGA lança documentário sobre demolições no país

Novo Jornal

23 de Dezembro de 2010

A ASSOCIAÇÃO CÍVICA de Benguela OMUNGA lançou há dias em Luanda um documentário intitulado “Não Partam a Minha Casa”, que denuncia as violações do direito à habitação, de que milhares de angolanos se queixam em municípios de Luanda e Lubango.

O vídeo retrata a situação em que se encontram mais de quatro mil famílias desalojados do bairro Bagdad, no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, e de outras centenas vítimas de desalojamento forçado na cidade do Lubango, capital da província da HUÍla, registadas em 2009 e no ano em curso, por ordem das autoridades governamentais.

Em declarações à Agência Lusa, o coordenador da OMUNGA, José Patrocínio, disse que o documentário, com 23 minutos de duração, é o conjunto de informações obtidas na altura das demolições, que tem como principal objectivo trazer a público “o que viveram e vivem essas pessoas”.

“Acredito que há pessoas que se protestar, pode haver todo o tipo de reacção. O que queremos é mostrar relatos de pessoas, seres humanos, que viveram e vivem ainda a tragédia das demolições em Angola”, disse José Patrocínio. Segundo o coordenador da OMUNGA, uma das organizações da sociedade civil mais activas de Angola, o vídeo mostra igualmente um pouco do que aconteceu em Luanda, no Lubango, bem como as iniciativas da sociedade civil para tentar deter a tendência das demolições.

José Patrocínio referiu que a realização do documen-

tário visou também mostrar as violações dos direitos humanos, que comprovam que Angola “está longe de alcançar os Objectivos do Milénio”.

“A ideia é mostrar como é que as demolições estão em choque com os Objectivos do Milénio que o Estado angolano assumiu a nível da saúde e educação”, sublinhou.

O vídeo é uma realização da “brigada de jornalistas” da OMUNGA, em parceria com a Associação Construindo Comunidades.

A OMUNGA desenvolveu várias campanhas de protesto contra as demolições em Luanda e Benguela, tendo sido a sua primeira posição pública a chamada “Declaração de Benguela”, em que contou com o apoio de várias pessoas, entre intelectuais, religiosos, políticos, sociedade civil, estudantes, jornalistas e artistas.

“Quando as demolições começaram novamente a surgir no Lubango, tornou-se necessário haver uma campanha concreta, então surgiu esta campanha “Não partam a minha casa”, inicialmente com a ideia apenas de prestar solidariedade, ou seja, dar visibilidade ao que estava a acontecer, porque ninguém tinha informações”, explicou José Patrocínio.

De acordo com o activista cívico, as primeiras poucas informações obtidas de companheiros no Lubango foram transmitidas pela OMUNGA para o público a nível nacional e internacional, para depois se dar início a “acções de pressão, com a ideia das marchas e depois também a necessidade de ter tudo documentado

7.31 Cidadãos descontentes com as residências

Angolense

25 de Dezembro de 2010

Mais milhares, recentemente desalojadas do bairro da «Favela», por detrás da Assembleia Nacional, também conhecido como Capolo II, e transferidas para o Zango IV, estão insatisfeitas, pelo facto de as autoridades obrigarem três agregados a coabitarem a mesma residência. O descontentamento é visível no rosto dessas famílias que lá habitam, principalmente nas crianças.

Jerónimo A Gostinho, de 26 anos, um dos moradores mais antigos do bairro de onde saíram, esclareceu que até ao momento encontra-se sem moradia, por se ter afirmado que não sairia do bairro caso partilhasse uma cada com outra família.

«Eu reivindiquei simplesmente sobre um direito que a qualquer ser humano cabe e se sente injustiçado, não sei por que é que nos retiraram como se fôssemos animais», reclamou. Os moradores do Zango IV também protestam contra o facto de não terem sido avisados com a antecedência de alguns meses.

No acto da retirada dessas pessoas outro jovem tentou reivindicar, mas responsáveis do Governo Provincial

pediram à Polícia para que levassem o jovem até à esquadra do Zango I, onde permaneceu durante três horas. Com esposa e pai de três filhos, o jovem está alojado em casa de seus familiares, porque no momento da distribuição das casas encontrava-se detido.

As famílias alegam que, na noite em que foram retirados, eram 21 horas e quase toda vizinhança estava a dormir e algumas pessoas ainda se encontravam fora das suas casas. «Eles pediram que ninguém se retirasse nem entrasse e quem assim procedesse ficaria sem residência», disseram.

Os queixosos dizem também que há desentendimento nas residências comuns, constituídas por três quartos, uma cozinha, um quarto de banho, duas saídas, sendo uma na cozinha e a outra na sala. Outro problema com que os habitantes do Zango IV se confrontam é a falta de iluminação, de escolas e também centros saúde.

No sábado da semana passada houve cenas de pancadaria, originada pela presença de um casal que surgiu com um camião que transportava mobílias e com chaves prestes a ocupar uma casa desabitada. Segundo eles o bairro da «Favela» era um espaço muito pequeno, onde quase todos se conheciam, apesar de que nem todos se relacionavam.

Interrogada sobre quem era e como conseguiu uma habitação individualmente, a mulher respondeu em termos arrogantes: «eu não tenho nada a que vos dar explicações, não falo com gente como vocês, se cá estou é porque a Casa Militar ofereceu casas às pessoas que estiveram à frente deste projecto. Por isso, nós temos o direito de oferecê-lo a quem nós quisermos».

A reacção da mulher foi motivo suficiente para que os residentes se sentissem insultados e a agredissem, ao ponto de lhe arrancarem alguns fios de cabelo da cabeça.

Segundo os circunstantes, depois da confusão que houve, Bento Soito, actualmente chefe da comissão que supervisionará a requalificação dos municípios do Sambizanga e o Cazenga, surgiu no local e garantiu aos novos habitantes do Zango IV que a situação é provisória e que as definitivas serão construídas depois, sendo as actuais posteriormente entregues aos municípios do Sambizanga.

Cecília Justino disse ao Semanário Angolense que no Zango IV, existem uma média de 400 residências, das quais 300 estão desabitadas, e reiterou e pergunta por que razão o governo colocou três famílias numa só residência. Eles reclamam também a ausência de transportes públicos, pois quem sai do Zango IV pata o centro da cidade tem de desembolsar mil e quinhentos Kwanzas, valor que consideram muito alto, se atender ao facto de se tratar famílias desfavorecidas.

Muitas dessas pessoas sobreviviam da venda de bebidas como cerveja e outros tipos de refrigerantes, já segundo eles não têm como começar por que falta de energia eléc-

trica para refrescar, muitos perderam os seus bens como mobília, tudo por causa da forma como foram retirados. Não á mercados, nem super mercado existem famílias que nesta altura estão a se alimentar de frutas não têm dinheiro para chegar ate a cidade e comprar alguma coisa mais reforçado. Por causa de tantas desavenças entre as três famílias na mesma casa decidiram incendiar a casa e cada um refugiaram-se em suas famílias tudo aconteceu no sábado a noite. “ Eu pessoalmente conseguirei suportar o barulho dos meus filhos e da minha mulher, mais já o barulho dos filhos do meu vizinho poderá me causar transtorno, ponto de cometer. Sublinhou Adérito, acrescentando que “nos não acreditamos que em 20 dias irão resolver esse problema por que existem famílias no mesmo local que estão a viver em chapas a mais de três anos, a gora pergunto e será que nós que viemos agora resolverão o mais breve possível? não acredito. Reclamou outra moradora. Catarina Dias que perdeu agilidade o televisor e as grades de cervejas que ela vendia, o marido está desempregado e não têm outras fontes de como obter dinheiro. Os residentes deixaram um apelo ao governador de Luanda perguntando se ele vive com sogra vizinhos cunhadas e sobrinho na mesma casa e se admitiria compartilhar todos na mesma cozinha, quarto de banho e sala. Aquele bairro ainda se vê capim causando cobras dentro das residências.

7.32 Entregues terrenos para a autoconstrução dirigida

Jornal de Angola
25 de Dezembro de 2010

O director provincial da Juventude e Desportos na Huíla, Francisco Barros, informou na quinta-feira que a instituição começou este ano a conceder lotes de terrenos aos jovens de baixa renda.

Disse que o processo já contemplou, numa primeira fase, mais de 300 jovens e outros vão beneficiar, em função das reservas fundiárias disponibilizadas pelas autoridades locais. Segundo ele, o objectivo visa estimular a autoconstrução dirigida da nas novas urbanizações.

Francisco Barros, que balanceou trabalho desenvolvido em 2010, disse na cerimónia de cumprimentos de fim de ano que a direcção provincial está a distribuir lotes de mil metros quadrados para proporcionar oportunidade aos jovens de erguerem casas próprias.

Esclareceu que o programa é extensivo a todos os municípios da província da Huíla, nos quais muitos jovens enfrentam ainda algumas dificuldades para conseguir um terreno para construção de um projecto de vida para a família.

“Vamos continuar, no próximo ano, a identificar mais jovens com falta de habitação e com possibilidade de construir as próprias residências, para que estes beneficiem

7.33 Moradores da Tchavola continuam ao relento

Angolense
De 25 de Dezembro de 2010
à 15 de Janeiro de 2011

O ano está a caminhar para o fim e como é óbvio - trazemos para a sua leitura dinâmica a retrospectiva de alguns factos sociais que marcaram o ano de 2010. Siga os factos

Dez meses se passaram desde que a população na Tchavola, uma localidade que dista a cerca de nove quilómetros da cidade de Lubango, se encontra debaixo do sol, num campo desértico.

O desastre começou no mês de Março de 2010 quando mais de três mil famílias foram obrigadas a abandonar as suas residências, devido a uma onda de demolições que assolou a província da Huíla, propriamente na zona do caminho-de-ferro de Moçamedes orientada pelo Governo local, semanas antes ter criado condições mínimas para o alojamento condigno.

Na Tchavola, os moradores continuam a viver em situações precárias, as crianças viram-se obrigadas a abandonarem as escolas, devido a distância e falta de recursos dos encarregados de educação para suportarem os custos com o transporte.

Os moradores estão engajados no fabrico de adobes para construir outras casas. Algumas crianças tornaram-se adultas tão cedo para ajudarem os pais na feitura de adobes.

“A vida aqui não está boa, não temos água potável nem comida. Tenho nove filhos e a fome é demais. Não temos Cimento para construir, não sabemos o que fazer”, lamentou Augusto António, tendo acrescentado que o Governo local faz a distribuição de água apenas duas vezes durante semana, fruto disso, muitas famílias recorrem a cacimba, onde pagam cinquenta Kwanzas pelo balde de vinte litros.

No único posto médico existente na Tchavola, as crianças são as que mais morrem, segundo a enfermeira Guilhermina Angélica, que falou ao Angolense na edição de 09 a 16 de Outubro de 2010. “As doenças diarreicas, malária e pneumonia e má nutrição continuam a ser a epidemia que levam às crianças a morrerem mais cedo em consequência das péssimas condições. O posto médico carece de quase todo tipo de medicamento, dispõe apenas de uma médica, que no entanto atende apenas duas vezes, informou.

Depois de ter atirado para Tchavola cerca de três mil famílias, o governo da Huíla “atacou” os bairros Lucrécia e Laureanos, localizados a margem do rio Mucussi, no centro da cidade de Lubango. Foram destruídas nesses bairros 1.557 residências. Os de alojados passaram noites ao relento com trochas e crianças em cima dos

escombros. Em função das demolições que ocorreram no Lubango, várias identidades se dirigiram a província para consolar o povo, foi o caso do presidente da UNITA, Isaías Samakuva e um grosso de deputados do MPLA.

Na altura da visita dos deputados do MPLA, Isaac dos Anjos disse, em conferência de imprensa que a primeira fase do processo de demolições das casas construídas no espaço do caminho-de-ferro de Moçamedes estava concluído, o que permite continuar com as obras de reabilitação da linha-férrea. 'Mas as demolições ainda não terminaram, pois haverá uma segunda fase que prevê destruir duzentos e setenta e nove casas, que também se encontram junto a linhas-férrea, uma vez que as demolições, na sua óptica do governo, permitem a recuperação do caminho-de-ferro de Moçámedes.

Segundo o Padre Jacinto Pio Wacussanga, o Governo não teve em conta cinco aspectos principais quando decidiu demolir às residências no Lubango e em consequência disso violou a Lei.

“Estamos perante um caso de violação da Lei e de tudo que diz respeito aos Direitos Humanos”, afirmou.

O responsável enumerou os erros cometidos pelo Governo local, a saber:

1- Não houve informação suficiente e de qualidade direccionada às pessoas cuja as casas seriam demolidas.

2- Não se levou em conta a Lei, os protocolos internacionais, a constituição e outras legislações avulsas que falam sobre os cuidados que ,... deve ter aquando de um processo de expropriação pública.

3- Não se teve em conta o tempo chuvoso em que se tiram as pessoas de suas casas, para colocá-las em tendas sem condições alguma.

4- Não ficou acautelado, no bairro em que às pessoas estão a ser encaminhadas, o acesso a água, a escola, a saúde e ao emprego.

5- Não se levou em conta o número de agregado familiar, nem se verificou a acomodação dos vulneráveis, como os doentes, idosos, crianças e as famílias mono parentais.

De lembrar que no dia 14 de Outubro de 2010, o Director Provincial da Ordem Pública, comandou uma operação em que ameaçaram três jornalistas que haviam se deslocado a província da Huíla para constatarem a realidade que se vivia nas zonas onde o Governo local colocou os referidos populares cujas casas caírem por terra, O grupo estava formado por jornalistas do Jornal 'O País e um do Angolense. Os agentes da polícia apre-

enderam o material dos repórteres, três horas depois devolveram o material do jornalista do Angolense, os outros só receberam os seus meios as dezanove horas.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Municípios do Prenda vandalizam condutas da EPAL

Angolense

De 4 à 11 de Dezembro de 2010

Governo Provincial de Luanda lançou o Projecto “água para todos”, que beneficiou algumas zonas da cidade capital e o município da Maianga foi um deles, com destaque para a comuna do Prenda.

A refletida comuna, de acordo com informações disponíveis, estava privada da água potável durante muito tempo. Quando lançado, muitos moradores regozijaram-se com o projecto porque a água estava mais próximo das suas casas. Através do projecto, que se estendeu ao Prenda em 2009, a EPAL distribuiu material aos consumidores, embora tenha sido considerado insuficiente para todos. Os que não beneficiaram o material distribuído pela EPAL uniram forças no sentido de adquirirem tubos e torneiras por meios próprios. Todo o processo contou com o apoio de toda a comunidade. “Íamos a procura de água no bairro Azul quando houve-se corte a alternativa eram os parques , que vendiam um recipiente de vinte e cinco litros por 100 kwanzas. Na primeira fase, soube este jornal, foram construídos seis fontanários, que, mais tarde foram vandalizados pelos próprios moradores. Dos seis, apenas um está tem um estacionamento e cobra-se cinco por recipiente para a obtenção da água. O valor cobrado visa a manutenção dos fontanários.

Por causa da confusão que se verificava na obtenção do precioso líquido, adoptou-se o método de cartão, mas que acabou por não resultar porque nem todos tinham acesso aos cartões.

Passado algum tempo, a água viria a chegar as residências, mas nem todas foram abrangidas. No entanto, os problemas agravaram-se em 2010 com os cortes constantes no fornecimento da água. Actualmente, apenas uma parte do bairro beneficia da água. Ela começa a sair a madrugada até às cinco da manhã. Os moradores têm que despertar na calada da noite para conseguir o líquido, correndo risco de vida devido a onda de delinquência que aflige a zona nos últimos tempos. Segundo Velasco de Carvalho, Porta-voz da EPAL, o problema deriva dos próprios moradores. “A EPAL tem conhecimento da situação que se verifica no Prenda. A avaria deveu-se a um acta de vandalismo por parte dos moradores”, acusou, o acrescentado que “os moradores que vivem na parte baixa do bairro, têm a água como um negócio e por esta razão danificaram a válvula reguladora no intuito de que apenas eles possam beneficiar. Os cones constantes de energia eléctrica têm dificultado

a distribuição da água. Com as fontes alternativas que usam, disse, não é possível fornecer os pontos mais distantes da zona de distribuição. “Dentro em breve vamos repor a válvula reguladora e a partir da nova rede que está na rua da oitava esquadra vamos proceder ao reforço do abastecimento a esta zona do Prenda”, prometeu.

A fonte que temos vindo a citar informou que neste momento o sistema de cobrança é por estimativa. Todos aqueles que receberam factura e que não estão a consumir devem apresentar reclamação ao piquete para cancelar a sua conta.

“ Nós vamos confirmar a informação e a partir do tempo que o mesmo parou de consumir a água, então cancelaremos a conta”, frisou, acrescentando que o trabalho que farão vai envolver a polícia, administração local e que, por isso, não sabe precisar quanto tempo levará.

“Algumas ruas serão bloqueadas, o que poderá causar transtornos aos moradores”, concluiu.

8.2 Luanda precisa de tempo

Jornal de Angola

6 de Dezembro de 2010

O melhor remédio para os grandes males é o tempo. Os que Têm a responsabilidade de gerir Luanda precisam de muito tempo para devolverem à capital a grandeza de outrora. Mas os luandenses têm pressa. Querem agora mesmo as ruas limpas, os esgotos arranjados, a rede de águas pluviais reparada, as valas de drenagem desobstruídas.

Os luandenses querem água potável em casa ou nos charizes dos bairros. E têm razão, porque de uma forma ou outra, todos sofrem com as permanentes falhas. Mas fornecer água a milhões de pessoas é obra que demora tempo. Os luandenses querem energia eléctrica em casa porque estão cansados da escuridão ou do ruído ensurdecedor dos geradores. Mas renovar a rede de alta, média e baixa tensão exige tempo e sobretudo exige muito dinheiro. E neste ponto começamos a falar dos deveres dos luandenses.

Todos os habitantes de Luanda têm o direito a uma cidade limpa e organizada. Mas esse direito exige de todos um dever muito simples: não sujar, não desorganizar, respeitar os direitos que todos temos a viver com limpeza e organização. Todos os habitantes de Luanda têm direito a água em casa. Seguramente. Mas também são obrigados a pagar as contas da água e acabarem com os roubos. Todos sabemos que na nossa cidade há milhares de ligações ilegais e que na prática são autênticos roubos. Até existem casos em que a água é roubada directamente das condutas. De tal forma que a pressão se perde nessas ligações abusivas e depois os que pagam

e cumprem são também prejudicados.

Nos tempos modernos ter acesso à energia eléctrica é um direito básico que não deve excluir ninguém. Mas nenhum luandense pode fazer ligações clandestinas roubando o que é de todos. Fazer a manutenção das redes de água e energia eléctrica custa muito dinheiro. Comprar os equipamentos sai mesmo muito caro. Se os luandenses não pagam a água e a luz ou danificam os equipamentos estamos todos a perder. Os nossos direitos estão a ser violados por pessoas sem civismo. Quem atenta contra os direitos, dos outros tem de ser exemplarmente castigado.

E verdade que temos pressa de viver numa cidade organizada e limpa, onde tudo esteja no seu lugar. Mas também é urgente acabar de vez com os abusos e a falta de civismo. Cada luandense tem que contribuir para que a cidade seja o nosso lar. Para isso há que acabar com os abusos de alguns que prejudicam a vida de todos.

Temos pressa de ver os nossos direitos respeitados. Mas também temos de ser apressados no cumprimento dos nossos deveres. Queremos um trânsito fluido que não sej a uma dor de cabeça para quem se desloca na cidade de automóvel ou a pé. Mas cada condutor e cada peão devem perguntar a si próprio se tem feito tudo para que o trânsito na capital seja melhor. A realidade está à vista. Muitos condutores que circulam pela cidade deixam os carros mal estacionados embaraçando o trânsito, querem passar à frente de todos, fecham os cruzamentos, estacionam em cima das passadeiras de peões, ignoram a prioridade.

Poucos condutores em Luanda cumprem as regras de trânsito. E como há poucos a cumprir, o caos aumenta de dia para dia. Ninguém pode esperar que seja a Polícia Nacional ou o Governo Provincial a resolver os problemas de trânsito. Ninguém nos vai garantir o direito a circular confortavelmente na nossa cidade, enquanto nos comportarmos como donos das ruas. Com egoísmo e falta de cortesia, o trânsito vai piorar todos os dias. Com respeito pelo Código da Estrada e pelos direitos dos outros, vamos todos beneficiar e o trânsito em Luanda melhora.

Temos direito a uma habitação. Mas temos o dever de fazer tudo por merecê-la. O Estado não é nenhum pagador de promessas nem pode dar aos cidadãos aquilo que eles não procuram ter com o seu trabalho. Em Luanda há um negócio às claras que consiste na ocupação de terrenos do domínio público para depois os ocupantes sacarem chorudas indemnizações ao Estado. Depois recebem uma casa que foi construída com o dinheiro de todos nós e no dia seguinte alugam-na a terceiros. Na semana seguinte ou naquele dia mesmo, vão ocupar mais um terreno do domínio público, levantam o casebre com chapas velhas “recuperadas” da anterior e ficam com mãos livres para pressionar de novo o Estado no sentido de obterem uma nova habitação.

Há milhares de luandenses que precisam de casa. Mães solteiras com filhos a seu cargo, antigos militares, jovens que querem começar as suas vidas e precisam desse “empurrão” inicial. Mas o que esta a dar é o repugnante negócio das ocupações ilegais de terrenos e o aluguer de casas onde os oportunistas foram realojados.

Aqui sim, os luandenses têm pressa de ver o fim do negócio. Que seja rapidamente alterada a lei para que os ocupantes de terrenos respondaJ11 em Tribunal e sejam exemplarmente castigados. Luanda está a mudar. E preciso dar tempo ao tempo e todos temos que ajudar.

8.3 Começou limpeza de valas

Jornal de Angola
7 de Dezembro de 2010

A limpeza das valas de drenagem do município do Cazenga começou no domingo, na sequência da orientação dada pelo novo governador de Luanda, José Maria dos Santos, às administrações municipais, no sentido de criarem condições para facilitar a circulação de peões e de veículos, no prazo de uma semana.

O Jornal de Angola constatou que algumas valas de drenagem, como as do Asa Branca e do Tala Hady, foram limpas no domingo e já apresentam uma outra imagem, facilitando o escoamento das águas, mas as restantes continuavam sem ser limpas, originando que lixo e águas paradas fossem alvo das brincadeiras das crianças. O administrador municipal de Cazenga, Victor Nataniel Narciso, disse ao Jornal de Angola que o processo de limpeza das valas de drenagem é contínuo. “O que acontece é que as constantes chuvas que caem sobre a cidade de Luanda têm inundado algumas ruas, que acabam por ficar intransitáveis”, justificou.

A empresa contratada pela administração do Cazenga para executar os trabalhos de desassoreamento das áreas mais críticas do município é chinesa. Questionado sobre a quantidade de lixo nas ruas e junto a moradias, Nataniel Narciso explicou que a recolha de lixo não é da responsabilidade da administração municipal mas sim da operadora ELISAL, que há já alguns dias não tem feito limpeza das ruas nem a recolha do lixo.

O administrador municipal do Cazenga informou ainda que, ontem, esteve reunido com o governador de Luanda, com quem abordou a alteração do processo de limpeza e recolha do lixo da capital, com particular realce para o Cazenga, já que as operadoras de limpeza que trabalham no município não têm capacidade humana nem técnica para efectuar com rigor a recolha do lixo.

8.4 Governador de Luanda exige mais competência

Jornal de Angola
9 de Dezembro de 2010

O trabalho das operadoras de recolha e tratamento de resíduos sólidos contratadas pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), tem, a partir de agora, urna avaliação redobrada, revelou, na terça-feira, o governador provincial.

José Maria dos Santos, que fez o anúncio numa reunião com representantes das operadoras, anunciou que, até 15 de Janeiro, período que coincide com a quadra festiva, em que a quantidade de lixo é maior, todas as operadoras têm de observar urna prevenção permanente e que a avaliação do seu desempenho vai determinar a continuidade ou não dos contratos com as operadoras. “A nossa responsabilidade é grande e vamos procurar trabalhar para salvaguardar o interesse do Estado e dos parceiros, disse, salientando:

“É nosso desejo continuar esta parceria, mas de forma séria e responsável”, disse.

O governador reconheceu existirem dificuldades em meios materiais por parte das operadoras de recolha de lixo e afirmou que as novas prioridades de intervenção passam pela alteração do quadro da empresa ELISAL.

José Maria dos Santos disse à direcção da ELISAL para promover encontros de articulação com os gestores das operadoras.

8.5 Gestão das águas passa por instituto

Vários ensaios efectuados para o abastecimento à população não podem ser considerados eficazes, sendo um dos exemplos a própria cidade capital onde o líquido precioso tem de ser adquirido a preços elevados em cisternas por falhas no sistema de distribuição público.

Contudo, no que parece um exercício para dar volta ao problema, o Executivo acaba de decretar a criação do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos (Inarh), bem como o seu estatuto orgânico visando assegurar a execução da política destes recursos, o seu uso, preservação, protecção e controlo.

O Inarh deverá velar pela articulação do Plano Nacional dos Recursos Hídricos com o dos sectores de utilização, como o planeamento de ordenamento do território, da orla costeira, gestão ambiental e do desenvolvimento económico e social.

A esta nova instituição cabe ainda inventariar os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras e estabelecer procedimentos e recomendações obrigatórias pelos Gabinetes de Administração das Bacias Hidrográficas (Gabh).

São também suas atribuições autorizar restrições de utilização de recursos hídricos em áreas determinadas, bem como de perigo de esgotamento, degradação ou contaminação, ao mesmo tempo que promove e avalia a construção de infra-estruturas hidráulicas que pela sua natureza ou dimensão ultrapassem a jurisdição dos Gabh.

Além de coordenar os planos de segurança de barragens, é igualmente da sua competência emitir parecer nos casos de outorga de concessões de utilização de recursos hídricos disponíveis.

As decisões das autoridades vistas neste prisma parecem vir no sentido de melhorar a gestão de um dos mais importantes recursos na vida da população. Especialistas abordados por este jornal admitem, porém, que as intenções dificilmente serão materializadas por falta de vontade política.

Por isso não deixam de expressar o seu pessimismo nestas palavras: “O Inarh é mais uma estrutura para a água dentro de outras existentes como o próprio Ministério da Energia e Águas. Pensamos que isso não poderá traduzir eficiência”.

Considerando haver “um certo mimetismo político”, sustentam que a medida dá uma ideia de que se está a fazer alguma coisa, mas depois nada se traduz na prática. Ainda a esse respeito dão o exemplo do bairro Benfica onde há um ano se tinha iniciado um projecto para a distribuição de água que terá enalhado.

A obra a cargo de uma empresa israelita sob coordenação da Empresa Pública de Águas de Luanda paralisou sem dar qualquer explicação aos munícipes que aguardavam o fim do seu calvário na obtenção do precioso líquido.

Em seu entender tudo isso não passa de “um exercício pantomima do Governo que fazendo gestos à distância para dar a entender às pessoas de que está a fazer alguma coisa e amá-las

Investimento de 300 milhões de dólares

8.5.1 Apresentado projecto para construção de novos sistemas de captação de água

Jornal de Angola
17 de Novembro de 2010

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) apresentou, ontem, um projecto de construção de novos sistemas de captação e tratamento de água para abastecer a capital do país.

Trata-se dos sistemas que vão ser construídos no Bita e no Quilonga Grande e que podem vir a atingir, cada um, uma capacidade de seis metros cúbicos de água por segundo até 2015.

Ontem, durante o encontro sobre a construção dos dois sistemas, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, disse que a necessidade de ampliação da capacidade de produção de água é imperiosa e as várias alternativas analisadas apontam como primeiro passo a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água, com captação a partir do rio Kwanza.

Luís Filipe da Silva considerou que devem ser dados passos seguros, embora urgentes, na ampliação dos sistemas ou na construção de novos, sob pena de se verificar uma regressão nos níveis de cobertura já alcançados e surgirem constrangimentos no abastecimento de água a Luanda e, particularmente, nas novas centralidades e pólos industriais.

“O investimento a realizar não se pode limitar ao aumento da capacidade de produção dos sistemas. É necessário que componentes, como o armazenamento e a distribuição, se desenvolvam paralelamente para que a água produzida chegue aos consumidores”, disse.

Luís Filipe da Silva realçou que, face ao crescimento populacional e à expansão geográfica registada em Luanda nos últimos anos, o fornecimento de água potável em quantidades necessárias para responder ao aumento de consumo actual, e para os próximos anos, coloca à EPAL desafios no tratamento e na distribuição. Lembrou que os sistemas de captação de água herdados da época colonial há muito que deixaram de corresponder às necessidades

8.6 Água rara, água rara...

Agora

18 de Dezembro de 2010

De acordo com Luís Filipe, deverá ser redobrado esforço para serem alcançadas as metas preconizadas.

O Executivo pretende atingir, nos próximos dois anos, cerca de 4,5 milhões de pessoas com acesso à água potável.

No início da implementação do programa, em 2007, estimava-se que apenas 22% da população rural tinha acesso à água, informando que deverão ser construídos no mínimo 750 novos pontos de água e 600 sistemas de abastecimentos de média e pequena dimensão.

“Na realidade a população servida tem aumentado, mas de forma muito ténue em parte significativa do território nacional”, realçou.

O governante reconheceu ter existido dificuldades na materialização do programa água para todos desde 2007, por causa das insuficiências de dados.

O plano de acção associado ao programa água para todos revelou ao longo da sua execução algumas dificuldades nos elementos de base como o desajustamento ou insuficiência de dados.

“Pela grande extensão do país e elevada dispersão

populacional, fluxos migratórios intensos, informação baseada no senso populacional, acessos difíceis a zonas mais remotas são, entre outros, factores justificáveis para o fraco desempenho do programa”, realçou.

Estas debilidades são, sem dúvidas, mais que justificáveis por vários motivos colho a inexistência de uma informação baseada no senso populacional.

A revisão dos processos de licitação e da fiscalização das empreitadas, a criação e implementação dos modelos de gestão que assegurem a sustentabilidade operacional dos pontos de água e dos sistemas de abastecimentos para responder a qualidade e irregularidade funcional foram outras preocupações do secretário do Estado de Água.

Os participantes analisaram temas como a construção de pequenos sistemas em cinco províncias, informação sobre as acções de contratação, fornecimento e montagem de ETAs modulares na região sul, execução de captações subterrâneas, bem como informação sobre os ajustamentos institucionais na coordenação do programa.

Acompanhou os trabalhos, em que participaram directores nacionais e provinciais, a secretária para os assuntos sociais da Presidência da República, Rosa Pacavira.

8.7 Execução do Programa exige atenção redobrada

Jornal de Angola

18 de Dezembro de 2010

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, exigiu aos responsáveis locais do sector que dirige, na província da Lunda-Norte, o “cumprimento escrupuloso” do programa “Água para todos”.

Ao intervir num fórum de esclarecimento sobre o programa, que decorreu nos passados dias 14, 15 e 16, na cidade do Dundo, Luís Filipe da Silva defendeu que o programa, de responsabilidade central, deve merecer “redobrada atenção de todos, tanto do ponto de vista do controlo como no domínio da execução, daí exigir-se dos responsáveis a diferentes níveis uma nova e reforçada entrega nas respectivas missões”.

Segundo ele, o Governo pretende atingir, nos próximos dois anos, cerca de 4,5 milhões de pessoas com acesso à água potável.

No início da implementação do programa, em 2007, estimava-se que apenas 22 por cento da população rural tinha acesso à água potável, devendo ser construídos, no mínimo, 750 novos pontos de água e 600 novos sistemas de abastecimento de média e pequena dimensão. “Na realidade, a população servida tem aumentado, mas de

forma muito ténue em parte significativa do território nacional”, realçou.

Luís Filipe da Silva reconheceu ter existido dificuldades na concretização do programa água para todos desde 2007, por causa das insuficiências de dados, tendo revelado, ao longo da sua execução, algumas dificuldades nos elementos de base, como o desajustamento ou insuficiência de dados.

“Pela grande extensão do país e elevada dispersão populacional, fluxos migratórios intensos, informação baseada no senso populacional, acessos difíceis a zonas mais remotas são, entre outros, factores justificáveis para o fraco desempenho do programa”, realçou.

De acordo com o responsável, essas debilidades são, sem dúvidas, mais que justificáveis por vários motivos, como a inexistência de uma informação baseada no senso populacional. Indicou que, com a experiência já adquirida com a implementação do programa, se recomenda o ajuste e aperfeiçoamento dos procedimentos adoptados para o aumento da produtividade para o sucesso da sua execução no terreno.

A revisão dos processos de licitação e da fiscalização das empreitadas, a criação e implementação dos modelos de gestão que assegurem a sustentabilidade operacional dos pontos de água e dos sistemas de abastecimentos para responder às exigências de qualidade e irregularidade funcional foram outras preocupações do secretário do Estado.

Os participantes analisaram temas como a construção de pequenos sistemas em cinco províncias, informação sobre as acções de contratação, fornecimento e montagem Estações de Tratamento de Água (ETA's) modulares na região sul, execução de captações subterrâneas, bem como informação sobre os ajustamentos institucionais na coordenação do programa. Acompanhou os trabalhos, a secretária para os assuntos sociais da Presidência da República, Rosa Pacavira.

8.8 Ministra da Energia e Águas verifica obras em Cambambe

Jornal de Angola
18 de Dezembro 2010

A ministra de Energia e Águas verificou, na quinta-feira, no Kwanza-Norte, o grau de execução do projecto de modernização e ampliação da arragem de Cambambe.

Emanuela Vieira Lopes, acompanhada do governador provincial, Henrique André Júnior, foi informada pelos técnicos sobre as obras em curso no âmbito da primeira

empreitada começada em 09, designadamente a reabilitação e modernização da primeira central, cujo início de funcionamento está previsto para meados de 2011. Em declarações à imprensa, após a visita, a ministra disse que os trabalhos de reabilitação e modernização do empreendimento decorrem a bom ritmo e salientou os benefícios do projecto para o país.

“A barragem vai permitir o abastecimento de energia ao Kwanza-Norte e às províncias do norte e centro do país, contribuindo para a melhoria do nível de vida e na criação de postos de trabalhos nessas regiões”, sustentou.

O governador Henrique Júnior referiu que a reabilitação da barragem de Cambambe vai aumentar a capacidade de geração de energia do país e contribuir para o surgimento de vários empreendimentos.

8.9 Execução do Programa exige atenção redobrada

Jornal de Angola
18 de Dezembro de 2010

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, exigiu aos responsáveis locais do sector que dirige, na província da Lunda-Norte, o “cumprimento escrupuloso” do programa “Água para todos”.

Ao intervir num fórum de esclarecimento sobre o programa, que decorreu nos passados dias 14, 15 e 16, na cidade do Dundo, Luís Filipe da Silva defendeu que o programa, de responsabilidade central, deve merecer “redobrada atenção de todos, tanto do ponto de vista do controlo como no domínio da execução, daí exigir-se dos responsáveis a diferentes níveis uma nova e reforçada entrega nas respectivas missões”.

Segundo ele, o Governo pretende atingir, nos próximos dois anos, cerca de 4,5 milhões de pessoas com acesso à água potável.

No início da implementação do programa, em 2007, estimava-se que apenas 22 por cento da população rural tinha acesso a água potável, devendo ser construídos, no mínimo, 750 novos pontos de água e 600 novos sistemas de abastecimento de média e pequena dimensão. “Na realidade, a população servida tem aumentado, mas de forma muito ténue em parte significativa do território nacional”, realçou.

Luís Filipe da Silva reconheceu ter existido dificuldades na concretização do programa água para todos desde 2007, por causa das insuficiências de dados, tendo revelado, ao longo da sua execução, algumas dificuldades nos elementos de base, como o desajustamento ou insuficiência de dados.

“Pela grande extensão do país e elevada dispersão

populacional, fluxos migratórios intensos, informação baseada no senso populacional, acessos difíceis a zonas mais remotas são, entre outros, factores justificáveis para o fraco desempenho do programa”, realçou.

De acordo com o responsável, essas debilidades são, sem dúvidas, mais que justificáveis por vários motivos, como a inexistência de uma informação baseada no senso populacional. Indicou que, com a experiência já adquirida com a implementação do programa, se recomenda o ajuste e aperfeiçoamento dos procedimentos adoptados para o aumento da produtividade para o sucesso da sua execução no terreno.

A revisão dos processos de licitação e da fiscalização das empreitadas, a criação e implementação dos modelos de gestão que assegurem a sustentabilidade operacional dos pontos de água e dos sistemas de abastecimentos para responder às exigências de qualidade e irregularidade funcional foram outras preocupações do secretário do Estado.

Os participantes analisaram temas como a construção de pequenos sistemas em cinco províncias, informação sobre as acções de contratação, fornecimento e montagem de Estações de Tratamento de Água (ETA's) modulares na região sul, execução de captações subterrâneas, bem como informação sobre os ajustamentos institucionais na coordenação do programa. Acompanhou os trabalhos, a secretária para os assuntos sociais da Presidência da República, Rosa Pacavira.

Quem especular preços vai ter sérios problemas com a Polícia Económica.

Os comerciantes que forem apanhados a especular com os preços dos produtos alimentares durante a quadra festiva são punidos com penas de prisão até dois anos e multa correspondente, alertou na quinta-feira, em Luanda, Cristiano Francisco, da inspecção da Polícia Económica.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, Cristiano Francisco, disse que a Polícia Económica tem vindo a intensificar as acções de fiscalização e inspecção nos estabelecimentos comerciais estatais e privados do país, para evitar a apetência pelo lucro fácil que muitos comerciantes têm durante o período da quadra festiva.

“Esta prática é punível por lei, e os eventuais prevaricadores devem abster-se dela, sob pena de passarem a quadra festiva na cadeia”, lembrou.

Cristiano Francisco informou que a Polícia Económica criou 70 brigadas que estão distribuídas pelo país e acrescentou que a acção de fiscalização é abrangente aos taxistas, que tendem a encurtar as rotas ou cobrar preços além do estabelecido e aos postos de venda de combustíveis e lubrificantes. “Aproveitamos a ocasião para prevenir também os organizadores de festas que solici-

tem autorizações às respectivas direcções provinciais da Cultura, caso queiram realizar convívios seguros e tranquilos, sob pena de serem punidos, caso não cumpram”, disse. Cristiano Francisco apelou à população para denunciar toda a situação que envolva especulação, produtos deteriorados, em mau estado de conservação ou outras situações que carecem da intervenção dos órgãos da Polícia Nacional. Para o efeito, deixou disponível os telefones 914041033; 222336691 e também o site www.Policia.economica.

8.10 Governo melhora o abastecimento de água potável e energia eléctrica

Jornal de Angola

20 de Dezembro de 2010

O Governo do Bié irá, em 2011, trabalhar para o melhoramento do abastecimento de água potável à população local, através da expansão do programa “Água para todos” e da energia eléctrica, com aquisição de novos grupos geradores.

O governador do Bié, Boavida Neto, disse que a expansão deste programa para as localidades mais longínquas da província, vai consistir na construção e reabilitação dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, para benefício da população. Informou, ainda, que o Governo provincial, em colaboração com os seus parceiros e no quadro do mesmo programa, irá continuar a construir pontos de água potável nas localidades, com vista a melhorar o abastecimento nas comunidades.

O governante salientou que a melhoria do abastecimento de água potável à população desta parcela do país vai contribuir para a redução de doenças causadas pelo consumo de água não tratada. Quanto ao fornecimento de energia eléctrica, Boavida Neto disse que o seu Governo irá igualmente trabalhar na melhoria do fornecimento deste bem à população, através da aquisição de mais grupos geradores, com grande potência. A entrada em funcionamento da barragem do N'gove, na província do Huambo, em 2011, assim como a construção de uma central eléctrica na localidade do Kaluapanda, irão melhorar o fornecimento de energia eléctrica.

8.11 Água insalubre provoca fuga de habitantes

Novo Jornal

23 de Dezembro de 2010

O DEFICIENTE MANTO aquífero da comuna de Xandel, no município do Quela, 117 quilómetros a leste de Malanje, obrigou muitas famílias a abandonarem o referido território em busca de novas áreas de sobrevivência.

Os rios são intermitentes e a água consumida em pouca escala é proveniente do negócio dos irmãos asiáticos “chineses”, que saldaram o tambor de 200 litros a igual valor em kwanzas, sem contudo os consumidores determinarem a sua origem. A garrafa de meio litro de água mineral é comercializada a AKZ 1100.

João Fernandes, de 49 anos, natural da aldeia do Moma, deixou a enigmática vila e refugiou-se na comuna de Muquixe, município de Caculama, onde adquiriu duas casas e se instalou com a família.

Relatos de deslocados são muitos. As doenças do foro hídrico, como desinsterias bacilar e amebíase e a schistosomíase afectam todas as idades.

“A água aqui é suja, agradece os estrangeiros que saem em Malanje e vendem água aqui no Xandel. Um angolano vai comprar um tambor de água por AKZ 1500? Sabendo que Angola é dos angolanos, aqui no tempo seco não conseguem beber água? É mesmo verdade! A água aqui é suja, cheira mal. Para as pessoas irem lavar a roupa têm de percorrer uma distância de uma hora e meia”.

O nosso interlocutor adiantou que as manivelas e os chafarizes nunca funcionaram. “Te pago mil vezes, agradecemos a água das chuvas”, admitiu.

O gerente de um estabelecimento comercial, Joaquim Jacinto, envaidecido por estar numa região rica em diamantes, reafirmou que a falta de água é superada no período chuvoso.

Os cidadãos sem recursos financeiros caminham mais de uma hora para chegarem ao rio Muamba ou à lagoa Kibemba, recorrem às cacimbas de água salgada ou ainda esperam pelas chuvas.

As crianças, tal como os adultos, são obrigadas a “caçar” a água para o consumo e para outros afazeres, como disse Francisco João Figueira, de 11 anos, que necessita de uma hora para recolher 20 litros de água na única manivela em péssimas condições localizada nas imediações do centro de saúde, da Administração Municipal e do comando da Polícia Nacional. “A mãe foi à lavra e eu vim acarretar”, informa a criança que, desta forma, alivia a progenitora.

Uma das residentes, que preferiu o anonimato, reiterou as queixas e fez referência às doenças que afecta a população local. “Há muita diarreia aqui, há muita urina com sangue, até bebês pequeninhos, com 2/3 anos, já têm problemas de bexiga. Precisamos que aparece. Neste momento, precisamos de metronidazol, nos kits, não existe”, discriminou.

O responsável da unidade de saúde, Augusto Lourenço Vieira, disse ter registado o controlo de 71 casos de doenças diarreicas agudas e 45 pacientes com infecção urinária. A inexistência de água potável arrasta-se há vários anos. “Antes da reabilitação e ampliação deste centro tivemos sempre esta dificuldade. O problema

da água é muito preocupante, porque só no tempo chuvoso é que as pessoas aproveitam a água das chuvas. Nós temos dado comprimidos para desinfectar a água e demos conselhos às populações para utilizarem lixívia”, garantiu o responsável.

8.12 Natal e ano Novo sem lixo

Jornal de Angola

28 de Dezembro de 2010

A empresa de limpeza e saneamento básico RANGOL lançou a operação “Natal e Ano Novo sem lixo no município do Sambizanga”. Para a operação foram mobilizados 500 funcionários, 37 camiões e sete tractores.

“A RANGOL vai contar com SOO homens que vão estar envolvidos na limpeza do município do Sambizanga”, disse Eduardo Eugénio, responsável da empresa. Este ano a RANGOL vai reforçar a recolha de lixo “porque temos a quadra festiva e as festividades da cidade de Luanda e logo a seguir o Carnaval”.

Em algumas locais do município a população não colabora no acondicionamento e deposição dos resíduos sólidos nos contentores. Eduardo Eugénio disse que muita gente insiste em depositar o lixo fora do horário estabelecido e em locais já limpos pelas brigadas.

“O não cumprimento do horário de deposição do lixo em locais já varridos tem estrangulado o nosso plano de recolha de”, disse. Por isso, aconselhou a população a depositar os resíduos sólidos em locais e horários estabelecidos para facilitar a recolha.

Eduardo Eugénio lamentou o comportamento de alguns moradores que depois da passagem dos carros de recolha, depositam o lixo nos muros e gradeamentos dos quintais.

“Quando os moradores perderem o carro de recolha do lixo devem manter o lixo acondicionado e aguardarem pela segunda passagem dos carros mas nunca devem pendurar os sacos do lixo nos muros dos quintais”, disse o responsável da operação.

Para além da fraca colaboração dos munícipes no acondicionamento do lixo outro problema tem a ver com o difícil acesso dos carros de recolha ao interior dos bairros. Muitas vezes os moradores são forçados a deslocarem-se com os sacos do lixo até às ruas principais.

“Os principais bairros que formam o município do Sambizanga têm as ruas muito estreitas, o que não facilita a movimentação de máquinas e camiões”, disse Eduardo Eugénio.

Eduardo Fernandes informou que a zona do São Paulo, na Rua do Quicombo, e arruamentos interiores do bairro Sambizanga são os que mais preocupam a RANGOL porque apresentam problemas estruturantes graves no que diz respeito ao saneamento básico e tem as

ruas degradadas ou estão intransitáveis devido às obras. “As zonas que mais nos preocupam continuam a ser aquelas com menos infra-estruturas”, disse o chefe da operação.

O responsável da RANGOL disse que “hoje a limpeza é feita com equipamento mecanizado e quando há dificuldades de circulação dos carros do lixo nos eixos viários do município a dificuldade de limpeza aumenta”.

Valas assoreadas

As valas de drenagem do município começaram a ser desassoreadas para facilitar o escoamento das águas residuais e pluviais. De acordo com o responsável da RANGOL, neste momento decorre a operação de desassoreamento na vala de drenagem do município do Sambizanga. Nos próximos dias, arrancam operações idênticas na vala do Vale Soroca. “Hoje as valas de drenagem constituem um problema grave para o Sambizanga”, disse Eduardo Eugénio.

Os principais sistemas que evacuam as águas pluviais e residuais do Sambizanga estão obstruídos por práticas incorrectas dos habitantes da cidade, que colocam o lixo nas valas de drenagem e nos colectores de esgotos, o que impede a evacuação das águas da chuva e dos efluentes domésticos. “Coloquem o lixo nos locais apropriados para a recolha e não nos cursos de água da cidade”, disse Eduardo Eugénio.

Equipamento assegurado

Quanto aos equipamentos mecânicos e contentores, o chefe da operação “Natal e Ano Novo sem lixo”, Eduardo Eugénio assegurou que tudo está garantido.

O responsável da RANGOL fez uma visita às empresas subcontratadas e constatou que todas adquiriram novos equipamentos: “recebemos garantias da direcção das operadoras envolvida na limpeza de Luanda que os equipamentos estão assegurados. Uns já estão em circulação e outros vão começar nos próximos dias”.

O responsável da RANGOL garante que não há défice de equipamentos para limpeza durante a quadra festiva. “Foram feitos esforços para que nada falhe e tudo indica que vamos estar à altura de responder ao aumento de produção de resíduos em Luanda”, disse.

Eduardo Eugénio pediu à população que colabore com a RANGOL não depositando o lixo em locais como as valas de drenagem e no caminho-de-ferro.

“Os luandenses devem colocar o lixo em frente à porta das suas casas ou nas fachadas principais dos edifícios, nos horários aprovados, para que as equipas recolham os resíduos acondicionados em sacos de plástico ou dos contentores existentes nos edifícios”, afirmou.

Geradores de lixo

A Gajajeira e São Paulo são áreas onde proliferam os mercados informais que têm a grande desvantagem de gerar muito lixo. Eduardo Eugénio diz que as pessoas que fazem a sua actividade diária nestes mercados não estão interessadas em participar na limpeza. “A sua actividade gera muitos resíduos. Se passarmos na zona do São Paulo, na chamada zona do Arreio, Arreio, vamos verificar que os níveis de resíduos são elevadíssimos”, disse o responsável da RANGOL. Eduardo Eugénio garantiu que as equipas de recolha de lixo se têm empenhado diariamente para limpar todos os resíduos deixados pelos vendedores nos mercados informais.

O novo governador da província de Luanda, José Maria dos Santos, instruiu, há dias, as administrações municipais a imprimirem uma nova dinâmica para que o sistema de recolha de lixo domiciliário melhore na capital do país.

A orientação é resultado da constatação feita por José Maria dos Santos durante uma jornada de campo realizada há dias ao município do Kilamba Kixaxe.

8.13 O desafio de saciar a sede com qualidade

Jornal de Angola

31 de Dezembro de 2010

O Projecto Água para Todos vai beneficiar milhões de cidadãos sem todo o país

Ao longo do ano de 2010, o Executivo estendeu o Programa Água para Todos a numerosas comunidades no mundo rural.

Todas as semanas deste ano foram inauguradas novas centrais de captação, tratamento e distribuição de água potável nas mais recônditas regiões. Projecto transversal a todo o país, o Programa Água para Todos visa fornecer água potável a 80 por cento da população das zonas rurais até 2012.

A materialização deste programa é vector de grandes transformações no espaço rural, tendo em conta a importância do consumo da água potável para a melhoria dos indicadores sanitários. Em muitas pequenas localidades onde até há pouco tempo a população bebia água recolhida directamente dos rios e outras fontes, existem hoje sistemas de captação, tratamento e distribuição à dimensão local. O sector das Águas reabilitou e ampliou os sistemas de captação e abastecimento de água, com a finalidade de alcançar uma taxa de cobertura de 100 por cento nas zonas urbanas e 80 nas zonas suburbanas e rurais. Actualmente apenas 33 por cento da população rural tem acesso a água potável. Até 2012 mais de três milhões de pessoas vão beneficiar de água potável no meio rural. No âmbito do Programa Água para Todos algumas províncias, estão mais avançadas que outras. E

o caso da Huíla, onde desde 2007, segundo dados da Direcção Provincial de Energia e Águas, foram construídos mais de 150 sistemas de captação subterrânea e 200 mil pessoas tiveram acesso a água potável. Para melhorar os sistemas de captação, tratamento e distribuição de água a toda a população da província são necessários 250 milhões de dólares.

No Bié dois terços das 30 comunas passaram a dispor de sistemas integrados de abastecimento de água potável. Na cidade do Cuito, 80 por cento da população tem acesso a água potável.

Num encontro realizado no Dundo, entre os dias 14 e 16 de Dezembro, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, deu a conhecer que devem ser construídos, até 2012, no mínimo, 750 novos pontos de água e 600 novos sistemas de abastecimento de média e pequena dimensão. O Programa Água para Todos começou em 2007 e a sua materialização viu-se confrontada com enormes desafios, a começar pela insuficiência ou inexistência de dados demográficos fiáveis a respeito do mundo rural.

Luís Filipe da Silva justificou o facto de em três anos não se terem alcançado os grandes objectivos pretendidos, com “a grande extensão do país, a elevada dispersão populacional, os fluxos migratórios intensos, a escassa informação baseada no senso populacional e acessos difíceis a zonas mais remotas”.

O ano de 2012 está perto, e há muito por fazer no sector das Águas. As reclamações são muitas. Na cidade do Sumbe a população queixa-se de estar a ser abastecida com água de má qualidade. No Cunene e no Namibe, a população rural é assolada pela escassez. Apesar do país possuir o segundo maior potencial hídrico da África Austral, depois da RDC, em muitas localidades a água é uma raridade e é consumida sem ser tratada, sendo, por isso, fonte de doenças que ninguém poderia prestar declarações sobre o problema sem a sua prévia autorização.

Dada à falta de uma unidade Sanitária os moradores da Açucareira afirmam ser bastante difícil deslocar-se do bairro e percorrer quatro quilómetros a pé, quando “não há dinheiro para o táxi, muito menos para sustentar os filhos”, manifestaram.

As diarreias agudas, febre e a bilharziose são as muitas patologias enfrentadas pelos moradores da Açucareira, no município do Dande, cuja situação se degrada dia-adia.

O director do hospital central da cidade de Caxito, António Martins, afirmou ser necessária a reabertura da antiga unidade sanitária da localidade da Açucareira para acudir a crítica situação que prevalece nos habi-

tantes do bairro.

Ao falar à imprensa local, afirmou: “estamos prontos para reabrir o hospital da Açucareira ainda neste ano de 2010”, sem explicar as razões que estiveram na base do seu encerramento.

António Martins adiantou que a unidade sanitária contará com mais de 70 camas para suportar a demanda que hospital central de Caxito tem vindo a sentir de um tempo a esta parte.

9. Genero / Violencia

9.1 Viver em harmonia

Jornal de Angola
2 de Dezembro de 2010

A lei sobre a violência doméstica pode ser proximamente aprovada pela Assembleia Nacional e a partir da sua aprovação o país dá um passo importante na defesa dos direitos humanos e das camadas da sociedade mais vulneráveis, as crianças, as mulheres e os idosos, precisamente aqueles que mais sofrem física e psiquicamente grandes violências dentro e fora da família.

A aprovação da lei é aguardada com muita expectativa pelos diversos segmentos da sociedade civil, particularmente pelas organizações que trabalham intensamente na defesa das vítimas de violência nos lares. A lei não é tudo, mas vai seguramente pôr um travão no actual quadro social que é a todos os títulos preocupante.

O problema da violência doméstica não ocorre só em Angola. É um problema universal. Há países que têm legislações que prevêem duras penalidades para os que praticam actos de violência doméstica, como forma de prevenir ilícitos criminais no lar.

Essas legislações dão também ampla protecção às vítimas da violência doméstica, salvaguardando os direitos fundamentais

O Conselho de Ministros já apreciou a proposta de lei sobre a violência doméstica, tendo esta sido remetida à Assembleia Nacional para discussão e aprovação. É uma proposta que, segundo a ministra da Justiça, Guilhermina Prata, assegura a protecção das vítimas da violência doméstica, sejam elas homens, mulheres, crianças ou idosos.

O que o Executivo pretende é que a protecção das vítimas da violência doméstica seja abrangente, para que qualquer cidadão cuja integridade física e moral tenha sido violada seja protegido, na perspectiva do combate e erradicação de um fenómeno que a ministra Guilhermina Prata considerou ser de “acentuada gravidade social”.

A par da lei que vai ser aprovada, está também o Executivo a trabalhar, no quadro do combate à violência doméstica, em campanhas de informação, educação e formação, o que constitui uma aposta em acções preventivas.

Na verdade, não podemos esperar que os problemas aconteçam para depois os reprimir. É necessário sobretudo evitar que os actos de violência ocorram e com a gravidade a que temos assistido.

É preciso educar e aconselhar as pessoas, de forma persistente, em campanhas expressivas e sugestivas. Por esta

via podemos contribuir para que os casos de violência nos lares diminuam.

Sendo um fenómeno de acentuada gravidade social, justifica-se a mobilização de meios materiais e humanos para atacar o problema da violência em todas as suas vertentes. É preciso estudar, de forma aprofundada, as causas do fenómeno para que os remédios para os males sejam os apropriados. Uma lei contra a violência doméstica, por muito bem feita que seja e preveja duras penalidades, é insuficiente. Além da legislação é preciso trabalhar a outros níveis, com especial ênfase para o aconselhamento e a educação cívica.

Temos uma rica experiência, ao nível do aconselhamento, adquirida pela Organização da Mulher Angolana (OMA), que, ao longo de muitos anos pôde resolver, informalmente, centenas de casos relacionados com conflitos nos lares.

Essa experiência devia ser objecto de estudo e mesmo aproveitada por órgãos especializados na solução dos conflitos familiares. O que a OMA fez durante muitos anos no seu trabalho de dar solução a problemas nos lares é deveras positivo e é de reconhecer o seu grande contributo para a pacificação de muitas famílias angolanas. Não foi por acaso que a ministra da Justiça elogiou o trabalho da OMA, que considerou “defensora principal dos direitos das mulheres” e que presta ao longo dos anos “apoio material e psicológico às vítimas de violência doméstica”.

É preciso trabalhar no que de positivo a OMA produziu ao longo dos anos, no domínio da defesa das pessoas vulneráveis, particularmente das crianças. Esse estudo permite partir com segurança e eficácia para acções concertadas que devem ser levadas a cabo pelos diferentes organismos que concorrem para o combate à violência doméstica.

O Instituto Nacional da Criança (INAC) adquiriu igualmente muita experiência no que diz respeito à protecção de menores, sendo um organismo que tem a responsabilidade de desempenhar um papel importante na defesa e protecção das crianças que são vítimas da violência.

E horas de todos conjugarem esforços a fim de os centrar no grande objectivo comum a todos os angolanos, a erradicação da violência nos lares.

Temos de trabalhar arduamente para que os nossos lares não sejam manchados por actos que atentem contra a dignidade humana. Queremos lares pacíficos em que todos possam viver harmoniosamente.

9.2 Parlamento estuda projecto de lei

Novo Jornal
3 de Dezembro de 2010

SE O PROJECTO DE LEI contra a Violência Doméstica que, neste momento, já se encontra na casa das leis, for

aprovado pelo Parlamento, todo e qualquer pai que não registre o seu filho no prazo de um ano ficará sujeito ao pagamento de uma multa nunca inferior ao salário mínimo, ou de prestação de serviços à comunidade.

O projecto que já foi entregue aos deputados para análise, foi aprovado pelo Conselho de Ministros, órgão de consulta do Presidente da República, que por sua vez o enviou para o Parlamento para estudo e aprovação.

Para além de condenar qualquer tipo de violência no lar, este projecto de lei enquadra no seu espírito a criação de condições para a prevenção e punição dos prevaricadores e para a segurança das vítimas, através da institucionalização de centros de Acolhimentos. Segundo o disposto no artigo 19º do presente projecto, “o Estado deve promover a criação de casas de abrigo para a protecção temporária das vítimas de violência doméstica em situação de perigo”. Através desta lei, todo aquele adulto que tenha sobre sua tutela um menor que não esteja a frequentar a escola, será punível por lei, e que se traduzirá numa condenação e o mesmo terá de prestar trabalhos a comunidade.

Dados oficiais do Ministério da Família e Promoção da Mulher demonstram um acréscimo bastante elevado de casos de violência doméstica nos lares, que segundo alguns analistas, deve-se substancialmente às difíceis condições sociais em que vive grande parte da população angolana.

“O aumento no consumo de estupefacientes por parte da juventude, assim como o consumo em excesso de álcool, aliado ao desemprego, passaram a ser motivos mais do que suficientes para que a violência nos lares angolanos aumentassem”, disse uma fonte afectada ao Ministério da Família e Promoção da Mulher.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS?

Um dos grandes dilemas que se encontra quando se discute o elevado número de casos de violência no género que se regista em todo o país é se o mesmo terá realmente aumentado ou existe maior conhecimento sobre situações deste género, e com uma maior divulgação da imprensa. Segundo estatísticas oficiais, em 2008 foram registados cerca de 640 casos, sendo que 424 destas situações foram resolvidas com aconselhamento profissional e os restantes encaminhados para os órgãos de justiça. Este número é superior ao registado em 2007, o que significa, conforme já referido, que as vítimas deixaram de recluir-se e apresentar queixas às autoridades competentes, o que, por si só, representa um passo em direcção ao fim dos abusos.

Contrariamente ao que se pensa, a lei não protegerá apenas mulheres, elas são as principais vítimas das agressões, mas não são as únicas. Como vem explanado no artigo nº1 do projecto de lei contra a violência doméstica, na sua alínea K, a presente lei deve “garantir uma efectiva protecção da integridade física e moral, dos

homens, mulheres, crianças e idosos, viúvas e portadores de deficiência que são vítimas da violência doméstica”.

Dados do Centro de Aconselhamento Jurídico da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher aponta que, de 2009 até meados de 2010, mais de 330 casos de violência doméstica foram registados a nível da cidade capital, o que deixou preocupados os responsáveis pelo centro.

A agressão física, fuga à paternidade, assim como o abuso sexual, são as principais causas das agressões que atinge, as vítimas que recorrem ao centro.

“O centro tem feito várias acções de sensibilização do tipo jurídico, económico e emocional, mas os casos têm subido. Continuaremos a trabalhar, porque acredito que entre as situações existentes há casais que têm acatado os nossos conselhos”, disse José Congo, responsável pelo centro, frisando que o maior número de agressões advém dos homens, adiantando que o bem-estar da mulher reflecte-se na harmonia e concórdia dentro de uma família.

A psicóloga do Centro de Aconselhamento Jurídico da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, Ester João, sublinha que a falta de diálogo e informação coadjuvam para os casos de violência doméstica e que maiores trabalhos de sensibilização devem ser feitos. Para si, as escolas devem colaborar esclarecendo os alunos sobre as consequências e as causas da violência de modo a educá-los desde a infância a não exercerem tal prática.

Pediú à população em a encarar o problema de violência doméstica não só no âmbito familiar, mas também social, afirmando que só assim será banido.

CRIME PÚBLICO

No âmbito das jornadas sobre “os 16 dias activos contra a violência doméstica”, que está a ser comemorado em todo o país, devido ao Dia Internacional da Violência Contra a Mulher, efeméride celebrada a 25 de Novembro, a ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, disse à imprensa que “a lei já foi aprovada pelo Executivo e que a partir de Janeiro de 2011 os técnicos começam a trabalhar na sua regulamentação, para quando for aprovada, pela Assembleia Nacional, começar imediatamente a ser aplicada”. Genoveva Lino afirmou igualmente que a criação da lei é efectivamente necessária, considerando a violência doméstica “como um crime público”.

Outros dos pontos realçados pela ministra da Mulher é o facto de quando a lei entrar em vigor passar a ser possível qualquer um denunciar, para os tribunais, órgãos de justiça e policiais, para que estes possam tomar conta do caso até ao fim.

Quanto ao aumento da violência doméstica em Angola, a ministra mostrou-se preocupada, mas disse acreditar

que nos dias de hoje há um maior número de denúncias destes casos, estando na base da aparente subida dos números.

Fez saber que, em função dos casos de violência verificados no país, os seus parceiros vão trabalhar com o acompanhamento de sociólogos e psicólogos, que têm dado uma prestação valiosa.

A representante máxima do Ministério da Mulher disse haver estudos para o arranque do projecto de construção de casas de abrigo e protecção da pessoa vítima de violência, sendo estas casas temporárias, onde se manterão as pessoas até que seja resolvido o diferendo familiar, que é um dos pontos apontados pelo Projecto de Lei.

Segundo Genoveva Lino, quem recorrer aos serviços destas casas beneficiará de um conjunto de serviços do ponto de vista psicológico e sociológico.

Por outro lado, a ministra do Minfamu afirmou aos órgãos de comunicação social que, em 2010, foram registados em todo o país três mil casos de violência doméstica, isto de Janeiro a Novembro, um número que pode vir a aumentar, visto que o ano ainda não findou. Genoveva Lino considerou preocupantes os números adiantados, tendo chamado a atenção da sociedade para a necessidade de reflectir sobre o assunto.

A governante afirmou que a violência acarreta consequências negativas do ponto de vista psicossocial, mostrando-se preocupada com a destruição familiar, uma vez que esta “é a primeira instituição social, por ser dela onde saem homens e mulheres que vão dar corpo às demais instituições e ajudar à reconstrução do país”, asseverou.

“O tecido social está bastante afectado”

25 de Novembro foi o dia reservado à luta contra a violência doméstica. Como a UMA tem encarado a crescente onda de violência no seio das famílias angolanas? A questão da violência preocupa toda a sociedade. Temos constatado que dia após dia o índice de casos tem aumentado, o que é bastante preocupante. A violência que atinge tanto o sexo feminino, como as crianças, idosos e deficientes, como o caso daquelas crianças que são acusadas de feitiçaria, tudo isto é violência. Enquanto organização feminina, a UMA tem a responsabilidade de educar e sensibilizar a sociedade em si para vermos se podemos, pelo menos, minimizar os casos de violência, porque constatamos também que uma das causas de violência é a falta de diálogo nas famílias, para além de outras, como o alcoolismo, as drogas, a prostituição, o desemprego, a desestruturação da própria família. O tecido nacional angolano está bastante afectado. As causas da violência devem ser detectadas, analisadas para pudermos combater a própria violência. Sou mesmo de

opinião que é neste ponto que devemos nos ater mais.

As vítimas desta violência também procuram a LIMA?

Sim, porque também temos estruturas a nível dos municípios, para além da estrutura provincial e a nacional, sedeadas em Luanda. Nós temos recebido muitos casos que recorrem às nossas instituições no sentido de aproveitarem um aconchego, uma vez que a vítima procura sempre alguém que a possa ouvir e ajudar. É neste sentido que nós temos acompanhado vários casos.

Qual é a sua opinião relativamente ao projecto de Lei entregue à Assembleia nacional, pelo Conselho de Ministros? Acredita que ajudará a baixar os altos níveis de violência na nossa sociedade?

A expectativa é grande na sociedade. Esta Lei vai, pelo menos, responsabilizar o agressor, e proteger as vítimas. Porque até ao momento não havia propriamente um instrumento jurídico que pudesse punir os agressores. Estamos esperanças que a Lei venha preencher esta Lacuna, para poder, no mínimo, responsabilizar os agressores. Porque em termos de violência doméstica nós podemos também apontar a fuga à paternidade, a recusa da prestação de alimento às famílias que encontram respaldo na Lei, e que pode responsabilizar os agressores. E há medidas que podem ser tomadas em relação ao incumprimento de determinadas regras.

Uma palavra amiga de uma mulher para todas as vítimas de violência doméstica.

Para todas as mulheres angolanas, e não só, gostaria de apelar à unidade de todas as mulheres angolanas neste combate contra a violência no género. Mas é um problema que nós sabemos que aflige a nossa sociedade, porque há casos que se registam todos os dias, como a violação de menores. Como mães, como educadoras, nós precisamos estar unidas neste combate para Limitarmos, senão mesmo erradicarmos, a violência na nossa sociedade. O nosso país está em paz, precisamos de consolidar esta paz, tendo uma paz de espírito, porque se as famílias não estão unidas, não têm uma paz social, com certeza que os casos de violência vão aumentar. Nós precisamos criar uma sociedade mais estável, mais harmoniosa, mais solidária, onde haja amor, fraternidade para contribuirmos para o desenvolvimento da Nação.

9.3 Comunicação e violência doméstica

Semanário Angolense

3 de Dezembro de 2010

Homo homini lupus, versão clássica criada por Plauto mais ou menos 200 anos antes de Cristo e popularizada no séc. 18 pelo filósofo inglês Thomas Hobbes. Pouco interessam esses nomes. mas o mais interessante é que

esta frase significa que o home é lobo do homem. Muito profunda e tem muito a ver com a violência de todos os tempos entre os humanos. Sejam quais forem as motivações ou as razões, a violência doméstica sempre foi escamoteada e no séc. 21 ganha impulso em visibilidade. Tudo começa pela ausência de comunicação entre os pares e pela prática da lei do mais forte. O mais forte comanda e impõe as regras e o mais fraco submete-se. A violência doméstica é exactamente o reflexo das teorias do biólogo inglês Charles Darwin, sobretudo nos aspectos passionais e financeiros. O grande problema é como controlar a violência que se processa entre as quatro paredes.

Nada existe na vida das pessoas que não tenha tido as suas origens ou causas. É na história das causas e das consequências que me posiciono nesta interessante abordagem sobre a violência doméstica entre as famílias. O ser humano é violento desde que o mundo é mundo. Como inverter isso? Cristo veio ao mundo e disse: amai-vos uns aos outros e na verdade acabou vítima das mais atrozes violências do mundo pregado na Cruz com mais dois malfetores Que no fundo reconheceram as suas culpas.

A Educação escolar é apenas uma aquisição de conhecimentos Que amenizam e adormecem nosso lado primitivo para interagirmos com os outros. Cada um de nós bebeu de um berço Que sendo diferente marca a personalidade e orientação no espaço e no tempo de modo a estarmos inseridos na comunidade e na sociedade. O Direito é apenas a construção histórica que envolve tudo e todo nos seus regulamentos mas não se faz substituir pela família., Ninguém nasce violento, no entanto entre os pequeninos já se nota essa pré-disposição natural para a pancada, porque a criança ainda não tem a noção do diálogo. É na família onde se estrutura a sua personalidade. Lá onde a violência é apanágio do grupo, nasce naturalmente uma patologia do corpo individual que contamina o corpo social, contribuindo para o desequilíbrio. Não há violência, mas sim violências que vão da verbal à física e essas experiências são estruturadas nos grupos humanos. O filósofo francês Rousseau no séc. 19 disse que o homem nascia naturalmente bom e era a sociedade que o corrompia, através de menos boas contaminações. podemos ler e reler a célebre “Teoria do Bom Selvagem” de Rousseau, as preocupações das desactualizações do humano do seu tempo estão Espelhadas.

O ser humano desde os primórdios da sua existência essencialmente violento.

Concordemos Que é complexa a cultura da violência, porque depende de muitos factores entre os Quais a justiça humana rápida nos resultados dos julgamentos. As crenças e o modo de vida de cada cultura têm como

implicação a noção do bem e do mal. Há exemplos na história que são de arrepiar. A noção do bem e do mal fez e ainda faz correr muita tinta; daí a declaração universal dos direitos humanos de 1948, terem surgido como instrumento universal de defesa e justiça para com os mais frágeis.

Vejam esta célebre máxima: “entre marido e mulher não metas colher”. Triste frase de que me reservo comentar e com a Qual nunca concordei. Meter colher sim. O código da família tem que meter colher sim, mais para educar e reeducar em matéria relacional e adequá-lo onde for pertinente. O dia internacional contra a violência doméstica, trouxe novidades num dos países da U.E. ao instituir a lei da “pulseira electrónica”. O violento anda amarrado à pulseira electrónica que denuncia cada pancada na sua companheira. Com essa medida acredito que a comunicação entre os casais, pais e filhos, vai definitivamente para o caixote de lixo. Não concordo. Imagem duas pessoas comungando do mesmo tecto e uma delas usando essa pulseira.

Também há mulheres invulgarmente violentas. Seus companheiros transformam-se em senhores do mutismo, quando estão junto delas. Difícil perceber o que se passa nos sorrisos contidos pelo hábito de cerrar os lábios. Tudo isto porquê? A meu ver, pela ausência de comunicação. Muita gente não conhece ou despreza os benefícios da boa comunicação. Comunicar é vida, é saber ouvir e fazer-se ouvir. Precisamos tanto de comunicar como precisamos da água para beber. Há quem considere o sorriso trivial e despersonalizante. No entanto, há civilizações que cultivam o sorriso, como uma das componentes das boas maneiras e da melhor educação social dos grupos humanos. As sociedades periféricas estão mais vulneráveis aos conflitos domésticos. Muitas vezes devido à falta das condições de vida e por outro lado famílias há em que a violência estrutura-se como uma herança cultural. Isto é outra história.

Se a violência faz parte da vida, precisamos de procedimentos cirúrgicos que desencorajem cada vez mais essas práticas. É evidente que nenhum governo deste mundo pode estar em todas as casas para apoiar o lado mais fraco a questão, mas sabemos que da parte das autoridades competentes, procura-se o melhor nos programas de acompanhamento através de fórmulas firmes para que cada indivíduo possa viver e usufruir de uma vida social mais satisfatória e confiante em termos de vivências e convivência com os seus semelhantes mais próximos.

9.4 Marginais assaltam e violam menores no Catinton

Semanário Continente
3 de Dezembro de 2010

Os moradores do bairro Catinton, no município da Maianga estão atemorizados por causa dos marginais que estão a violar sexualmente crianças dos oito aos dezasseis anos, informaram ao Continente os residentes locais.

Os mesmos acrescentaram que os criminosos introduzem-se nas residências, roubam dinheiro, botijas de gás e outros bens materiais, “Eles aparecem em grupo, batem as nossas portas ameaçando. Caso não abramos, eles abrem a força e de seguida nos matam, precisamos da ajuda da polícia”, salientaram.

“Quando entram, a primeira preocupação é receber o telefone e a botija de gás e depois fazem acordar as meninas, mesmo que sejam de menor idade, para ajudarem a transportar os artigos assaltados. Pelo caminho violam as crianças e mandam-nas de volta para casa”,

Marta Manuel, residente no bairro há três meses, manifestou o desejo de abandonar a casa por suspeitar que também possa ser alvo da violência dos bandidos. “Se hoje está a acontecer com as crianças de outros, tarde ou cedo poderão ser também as minhas filhas, é doloroso mano”, lamentou a mãe de três filhas.

Segundo ela, os criminosos aproveitam-se da ausência de policiamento na zona no período nocturno.

“Muitas vezes, interrogamo-nos porque será que pensam que quando se liga para o 113 é a brincar. Há momentos que alguns jovens procuram colaborar com os agentes da ordem para acabar com este flagelo que se instalou no bairro, mas não são atendidos pela polícia, não há abertura, e acabamos por ficar assim”, frisou.

Dona Gina, 28 anos, mãe de duas filhas, também pretende abandonar o bairro: “eu terei que ir para outro bairro que me dê segurança e aos meus filhos. E de mais nem se quer um carro da polícia passa aqui no período nocturno para acudir a população que vive amedrontada com a bandidagem e violação das suas Crianças”.

A nossa reportagem tentou contacto com a 8ª Esquadra Móvel da Polícia Nacional localizada na rotunda Cassequel do Lourenço, mas o nosso esforço foi em vão.

9.5 Vítimas de violência tendem a despersonalizar-se

Novo Jornal
3 de Dezembro

PARA DISTINGUIR o que está na base da violência contra as mulheres é necessário primeiro, de acordo com o psicólogo clínico Nvunda Tonet, ver a forma como as pessoas se relacionam para poder entender o comportamento de determinados indivíduos numa relação. “O modo com que as pessoas se relacionam durante o processo do conhecimento ou do namoro e, também, ao longo do próprio casamento, vai determinar o período de desconfiança, traição e de desespero, que em último caso, ou seja, quando vêem que o diálogo já não é a solução e os instintos internos o empurram para agressão”, disse.

Nvunda Tonet assume, no entanto, que a questão da agressão é também muito instintiva por parte de alguns homens. “Nem sempre é premeditado, mas é uma situação em decorrência dos instintos que surgem e que vão-se formando ao longo da relação”, precisou.

O psicólogo acredita que este tipo de comportamento tem muito a ver com os instintos do ponto de vista fisiológico da pessoa e do ponto de vista psicológico tem “mais a ver com a pressão do relacionamento conjugal, com o nível de desconfiança, com o amor que um sente pelo outro e pela a obsessão que algumas pessoas apresentam pelo parceiro”, ilustrou, acrescentando que em casos patológicos há o transtorno obsessivo compulsivo que faz com que as pessoas pensem e ajam de acordo com a estrutura psicológica que desempenham sobre determinado objecto.

“A violência é algo que sempre reduz a nossa capacidade de resposta. Mas também é preciso observar que este fenómeno, quando admitido no plano inferior, ou seja, do ponto de vista masoquista, que é a pessoa que tem prazer neste modo de ser”, pode ser observado como um reforço da própria relação. “Por isso, é que nós observamos alguns casais que mesmo apesar das brigas constantes e desentendimento permanecem juntos ao contrário da opinião popular”

O psicólogo disse também que as mulheres mais fracas à violência diária tendem a despersonalizar-se, ou seja, elas deixam de ter algumas atitudes e hábitos que faziam antes de serem violentadas” e a partir de determinado momento “passam a adoptar outra postura face à situação que elas estão a viver. Nós podemos chamar isto de despersonalização”. “crianças que vivenciam o contexto de agressão podem desenvolver perturbações da primeira infância e adolescência, como podem também apresentar traumas de perdas. Mas também há petizes que vivenciam situações de violência e quando adultas podem tornar-se pessoas anti-sociais “, respondeu

Nvunda Tonet, quando questionado como crescem os filhos que presenciaram o pai a bater na mãe ou vice-versa.

Quando o Príncipe vira sapo

MUITOS CASOS de violência doméstica encontram-se associados ao consumo de álcool e drogas, que pode tornar a pessoa mais irritável e agressiva. É este o caso de Maria do Céu, de 29 anos. A sua vida mudou quando começou a viver com o marido. “Ele foi sempre agressivo, mesmo no namoro já me batia, mas pensei que com o tempo ele ia mudar. O amor que sentia por ele era mais forte do que eu, e suportava todas as humilhações”. Mãe de três filhos, de nove, seis e dois anos, a jovem diz que não abandona o marido por causa dos filhos. “Eu aprendi com os meus pais que o melhor para um filho é ver o pai e a mãe juntos. É por causa deles que estou com ele até hoje. O amor que sentia virou ódio e rancor, eu vivo com ele mas já não fazemos relações sexuais como antes, porque em vez de sentir prazer, sinto dor. Estou a deixar que os meus filhos cresçam mais um pouco para me separar. Acho que assim que com um pouco mais de idade vão entender a situação porque agora mesmo não tem como. Eles são muito ligados ao pai”.

Maria do Céu diz que os filhos já presenciaram muitas vezes as brigas do casal. Questionada se isso não afetaria as crianças, a jovem respondeu que sim. “Já fui chamada pela escola do meu filho mais velho, porque briga com os colegas. Ele tem o comportamento do pai. Só faz aquilo que quer”.

A jovem é funcionária pública e diz que já faltou várias vezes ao trabalho, por causa do espancamento que sofre por parte do companheiro, quase todos os dias. “Tenho vergonha de contar às pessoas o que vivo. As minhas colegas quando vêem que faltei ao serviço sabem já que o meu marido me bateu. Ele não tem limites, numa das brigas que tivemos bateu. até na minha irmã mais velha”. Segundo a jovem, as brigas acontecem mais, quando o companheiro chega a casa em estado de embriaguês. “Quando vem com os copos, a coisa pega fogo, não respeita ninguém, até à própria mãe dele falta ao respeito. Eu vivo um inferno, mas jurei no dia do casamento que ficaria com ele na saúde e doença e vou aguentar porque é o pai dos meus filhos”. Normalmente, os homens que batem nas mulheres fazem-no entre quatro paredes, para que não sejam vistos por parentes, amigos, familiares e colegas de trabalho, o que torna a denúncia mais difícil.

Fui obrigada a casar

LOURDES ANTÔNIO, de 36 anos, disse que engravidou aos 20 anos e foi obrigada pelos pais a casar para não manchar o nome da família. “No namoro, ele era o homem mais doce do mundo. Os meus pais queriam que eu me casasse, eles gostavam muito dele e diziam que seria um bom marido. Casei e a minha vida mudou

por completo. Ele, às vezes, não aparecia em casa, as namoradas ligavam a toda hora e eu não podia fazer nada. Quando reclamava, batia-me. Foi assim durante os cinco anos. Não tinha paz em minha própria casa, só emagrecia, porque a minha vida era só chorar”, lembra a jovem.

Segundo Lourdes, o casamento durou apenas cinco anos. Dois anos depois, o filho que a prendia à relação acabou por falecer. “Quando o meu filho morreu, vi que já não estava ali a fazer nada. Foi então que tomei a decisão de deixar a casa e a vida dele”. Regressar a casa dos pais não foi fácil. “Os meus pais não queriam aceitar, diziam que era uma vergonha ter uma filha separada. Conversei com eles, disse-lhes que eu não estava bem e acabaram por aceitar que voltasse para casa”, relata.

Lourdes António conta que depois da separação, o que mais a entristeceu foi o facto das pessoas pensarem que já não conseguiria arranjar outro companheiro. “Quando tinha os meus 31 anos, as pessoas diziam à minha mãe que com a idade que eu tinha já não conseguiria marido só para mim e que eu seria a outra. Mas graças a Deus encontrei um homem bom, já tenho três filhos, dois biológicos e um adoptivo”.

A nossa interlocutora realçou que muitas mulheres suportam maus-tratos dos maridos por causa da família. “Reclamam junto da mãe e a resposta que obtêm é que têm de aguentar. Para onde é que vais com estes filhos? Acho que os pais têm errado muito, ao obrigarem os filhos a casar. As pessoas têm de pôr uma coisa na cabeça, que o fim de um casamento não é o fim da vida, porque as pessoas não nascem juntas”.

A jovem deixa um conselho às mulheres para terem a cultura de denunciar este tipo de homem. “Acho que a mulher tem de trabalhar, ter a independência económica, e não deixar que os pais tomem conta da sua vida, porque se eu fizesse o que o meu coração me mandava, não iria aguentar aqueles cinco anos de tanto sofrimento”, sublinha.

Eles também apanham

NÃO EXISTE SÓ VIOLÊNCIA contra as mulheres. Também há a violência praticada contra o homem, só que eles tendem a esconder por vergonha. Existem casos em que o homem é apanhado de surpresa, por exemplo, enquanto dorme, e elas aproveitam para descarregar. O Novo Jornal relata a história de um homem que era constantemente violentado pela mulher, tanto física como psicologicamente.

O jovem, de 35 anos, que não quis identificar-se, conta que a mulher sempre foi agressiva e que é maior que ele. “Ela é muito agressiva, é alta, grande, praticou judo, não me respeita. Já fui agredido por ela fisicamente duas vezes, estava muito embriagado e ela aproveitou-se do meu estado e bateu-me”.

Segundo o jovem, a violência que mais sofre da companheira é a psicológica. “Sofro todos os dias. Ponho tudo em casa, mas para ela nunca faço nada. Fala comigo sem maneiras, ofende a minha mãe, já fui desprezado pela minha família por causa dela”, nota o homem.

9.6 Jornalistas solidárias com a igualdade no género

Novo Jornal
3 de Dezembro

COMO FORMA DE COMBATER a violência contra as mulheres e de género, as profissionais de comunicação criaram uma organização denominada Fórum das Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género. O fórum é constituído por jornalistas de órgãos de comunicação social públicos e privados. As suas acções estão viradas para a promoção dos ideais de igualdade de género, através dos meios de comunicação social.

O organismo é composto apenas por mulheres. Embora elas defendam a igualdade no género, do fórum os homens não fazem parte.

Criada em 2007, somente em 2009 é que o fórum passou a ser reconhecido legalmente como uma organização. Sem estrutura para debater os problemas que as afligem, as jornalistas tentam, através da comunicação social, passar a mensagem à sociedade sobre formas de alertar as violações contra as mulheres. Os seus parceiros são organizações não governamentais, como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), OPEN SOCIETY, Embaixada da Holanda, etc.

Josina Carvalho, membro do Fórum, disse que a instituição a que pertence é constituída por jornalistas de vários órgãos de comunicação social privado e estatal, que decidiram juntar-se para prestar solidariedade às mulheres vítimas de violência e também promover uma campanha intitulada «Os meios de comunicação contra a violência sobre as mulheres». “Com esta campanha queremos também mostrar que as jornalistas não estão à margem dos problemas sobre a violência, porque é um assunto geral que envolve todas as mulheres, de qualquer estrato social, quer sejam médicas, zungueiras, economistas, etc.”, disse, acrescentando: “Esta é a nossa contribuição para que o problema de violência no género seja combatido na sociedade no sentido de despertar as mulheres a não ficarem de braços cruzados quando são desrespeitadas”.

Questionada sobre de que forma é que o Fórum das Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género tem interagido com as mulheres que vêem todos os dias os seus direitos violados, a também jornalista do Jornal de Angola disse que o contributo das profissionais de jornalismo, em primeira instância, é solidarizarem-se, alertar e chamar a atenção, através de campanhas, e, em

segundo, ajudar as mulheres, através dos media, sensibilizando sobre as formas que os meios de comunicação têm para tratar com maior frequência a questão da violência. Isto “porque o tema da violência doméstica até há alguns anos não era muito valorizado nos meios de comunicação. Pretendemos também fazer com que os meios de comunicação coloquem na agenda os problemas sobre violência de género e contra as mulheres”.

Sobre o facto de não trabalharem com organizações já existentes, como a Organização das Mulheres Angolanas, Josina Carvalho esclarece que cada um tem o seu objectivo e a forma de o concretizar. “Não nos associamos à OMA, porque é uma organização partidária e tem outros fins com os quais não nos revemos. Elas fazem um trabalho lindo, mas a nossa organização é mais livre, não entram só mulheres do MPLA, mas sim todas, independentemente da cor partidária”, clarificou. “De uma forma ou de outra - acrescentou - estamos ligadas porque fazemos quase os mesmos trabalhos”.

Josina Carvalho disse também que o fórum espera que a questão do género seja vista com maior importância. “Ou seja, todas as políticas do governo devem ter em conta a questão do género, porque tem-se notado a desigualdade de entre homens e mulheres no acesso ao poder”, sublinhou, rematando: “Queremos que os homens e as mulheres tenham os mesmos direitos dentro de uma sociedade”.

Ter consciência do risco mas não poder saber como fugir dele VÁRIAS SÃO AS MULHERES que sofrem a violência doméstica às garras dos maridos e namorados. A cada dia que passa este facto aumenta na nossa sociedade e não só. São poucas as mulheres que têm coragem de procurar a polícia, contar o que vivem em casa e denunciar o agressor. Muitas também não têm a audácia suficiente para contar a uma amiga, um familiar, ou mesmo colega a situação que vivem e quebrar o ciclo dos maus-tratos, físico ou psicológicos. A violência doméstica acontece em vários estratos sociais, culturas e grupos. São mulheres de várias faixas etárias e de todas as confissões religiosas. Todas elas partilham sentimentos de desconfiança, responsabilidade, pavor e vergonha.

A denúncia é o caminho certo para acabar com este mal. O primeiro passo para acabar com o sofrimento e que tem de ser dado.

A violência assume tantas formas quanto a imaginação humana permite. Algumas mulheres de agressão chegam mesmo a ficar dois meses no hospital nos cuidados intensivos, como relatou uma vítima, e outras ainda são obrigadas a casar para não envergonhar a família.

As mulheres não são as únicas que têm sofrido a violência doméstica. Começam a surgir relatos de homens a serem violentados pelas mulheres, física e psicologicamente.

A mulher tem vários sinais no corpo, na sequência dos maus-tratos por parte do companheiro, mas normal-

mente esconde-os. Com um saía de cor preta e blusa branca, lágrimas a correr no rosto, Ana, como se identificou a nossa fonte, conta ao Novo Jornal os maus momentos que viveu ao lado do esposo. Segundo ela, foram 13 anos de muito sofrimento. “Ele sempre foi assim. Quando pega, bate-me até eu desmaiar. Já ameaçou-me várias vezes com uma arma de fogo. É um sofrimento que vivo desde o primeiro ano de casamento”, recorda.

Ana diz que pôs fim ao matrimónio, quando o esposo tentou abusar sexualmente da filha, de apenas 10 anos. “Aquilo foi o fim. Eu amava muito ele, mas fazer aquilo com a minha filha, foi o pior de tudo. Perdi o amor que sentia por ele, porque primeiro estão as minhas filhas. Me separei e hoje estou bem com elas”. A jovem, de 32 anos, acrescenta que ficou durante muito tempo com o esposo para não ser uma mulher separada e para que os seus filhos não vivessem longe do pai.

Para muitas mulheres, manter estes relacionamentos doentes faz parte do respeito e da sobrevivência, não só dela, mas também a dos filhos. Ou seja, a mulher não se separa do seu agressor porque julga não ter como sustentar os filhos sozinha. Isto revela que elas têm consciência do risco que correm, mas não sabem como sair dele.

Ana está separada há cinco meses, mas os sinais de agressão ainda são visíveis no rosto e no seu corpo.

“Da forma que está a minha cara tenho vergonha de procurar emprego, porque as pessoas podem pensar que estes sinais que tenho apareceram porque sou alcoólatra”, afirma, garantindo que nunca bebeu bebidas alcoólicas. A jovem voltou para a casa da mãe com os três filhos e diz que não tem condições para o sustento dos filhos. “A minha mãe não trabalha, vende peixe. Eu, neste momento, não tenho como procurar emprego por causa dos sinais que tenho no rosto e também já não gozo de boa saúde. Ele nunca gostou que eu trabalhasse. Sempre que saía, para ele, era um problema”.

Questionada se arranjará um companheiro depois do que passou, Al’la respondeu que não.

“Não quero passar por aquilo que passei. Sei que os homens não são iguais, se arranjar marido cada um vai morar em sua casa. Preferia que ele ficasse em sua casa e eu na minha. Não tenho namorado porque não me sinto preparada”, remata.

9.7 Governador reitera importância da igualdade no Género

Angolense

De 4 à 11 de Dezembro

O governador do Kwanza Norte, Henrique Júnior, apelou os jornalistas angolanos a empenharem-se na promoção de acções que visem combater a discriminação e a violência contra as mulheres.

O governante, que marcou presença na sessão de abertura do sobre “Género e governação local” promovido, na semana finda, pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (FMJIG), em Ndalatando, disse que o evento decorre numa altura em que o governo manifesta-se fortemente empenhado em superar as barreiras da desigualdade no género, mediante a fixação de quotas estimuladoras de participação feminina na vida da nação.

Na ocasião, Henrique Júnior destacou a Constituição angolana que consagra a igualdade entre homens e mulheres no país, pelo que frisou a necessidade da sociedade agir de forma equilibrada, responsável e humana, para que as práticas discriminatórias sejam abandonadas.

O Governador da província do Kwanza Norte acrescentou que o estágio actual de crescimento do país reserva um papel decisivo para a mulher que deverá desempenhar com zelo e competência as suas atribuições, tendo em atenção a reorganização e manutenção dos mecanismos de funcionamento da família.

O seminário sobre “género e governação local”, promovido em Ndalatamlo, segundo nota de imprensa da organização, contou com o apoio do Ministério da Família e Promoção da Mulher, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Cooperação Espanhola.

9.8 LIMA no combate à violência doméstica

Terra Angola

De 04 a 18 de Dezembro

No quadro dos 16 dias de activismo contra a violência doméstica, a organização feminina da UNITA, LIMA realizou no dia 2 de Dezembro de 2010, no Instituto Nacional da Criança (INAC), um workshop sobre Violência no género com dois painéis, sendo um sobre Delinquência Juvenil causas e Consequências e o segundo que abordou “Violência Doméstica, seus efeitos nefastos no seio da Família”.

Miraldina Olga Jamba, presidente da Liga da Mulher Angolana e prelectora do painel sobre Violência doméstica, disse na ocasião, que a sua organização realiza esses actos, não só em Luanda, mas em quase todo o país, através de palestras e visitas a pessoas vulneráveis, como forma de sensibilizar a sociedade para a questão dos direitos humanos das mulheres e encontrar soluções para este problema.

A também Deputada à Assembleia Nacional, fez menção aos diferentes tipos de violência, sua distinção e apelou para a necessidade das mulheres terem coragem de denunciar os casos de violência. Deu o exemplo do homem, que usurpou o património (casa) da sua esposa, roubando seu bilhete e posteriormente passar a títu-

laridade em seu nome, em detrimento da mulher que perdeu a titularidade. Apontou algumas causas da violência doméstica, tendo salientado a falta de diálogo no lar, a fuga à paternidade, a pobreza, o complexo de inferioridade por parte dos homens de entre outras.

Por seu turno, o Sociólogo Rafael Aguiar, prelector do tema sobre Delinquência juvenil causas e efeitos, apontou a necessidade do Estado interagir com os agentes de socialização, tal como as famílias, igrejas, escolas, associações, municípios etc., na sua acção e estratégias para se combater este mal social. Segundo disse não basta o papel da polícia, nas unidades prisionais, pois as prisões são espaços de reprodução de actos de delinquência, porque daí, os jovens aprendem técnicas mais sofisticadas, pelo facto de misturar jovens que apenas roubam lápis com os que às vezes antes de roubarem praticam homicídio voluntário.

“Não devemos nos preocupar a elaborar normas jurídicas, porque na realidade a teoria jurídica, contraria a prática jurídica” disse, lamentando que a nova política apresentada ao governo de Luanda, não prioriza os programas sobre delinquência juvenil, e nunca são consultados os municípios para poderem dar suas contribuições”, sugeriu, rematando que os poucos que são chamados, as suas contribuições nunca são tidos em consideração. Participaram do acto membros da sociedade civil, entidades religiosas, representantes do ministério da família e promoção da mulher, de partidos políticos e associações juvenis.

9.9 Parlamento analisa proposta

Jornal de Angola
9 de Dezembro de 2010

A Assembleia Nacional reúne-se na próxima terça-feira, para e apreciar na generalidade, a proposta de Lei contra a Violência Doméstica.

De acordo com a proposta de Lei à qual o Jornal de Angola teve acesso, o Executivo pretende dar maior celeridade processual ao tratamento de situações de violência doméstica.

A violência no lar é um dos temas mais mediatizados, nos últimos tempos, por força das ocorrências diárias, que fazem dele um caso nacional urgente. Tem contornos violentos, em total desrespeito pelos direitos mais elementares da vida humana.

O projecto, que se enquadra no programa do Executivo para o quinquénio 2009-2013, visando a harmonização das famílias e o combate à violência doméstica, vem reforçar o Código Penal, debruçando-se sobre aspectos que este não contém, nomeadamente, a especificação do crime de violência doméstica.

A proposta de lei alarga o número de pessoas que podem

denunciar e tomar público o crime de violência doméstica, protegendo a vítima das desistências que têm ocorrido por pressões do agressor, da família e até do instructor que a desincentiva, na prossecução da queixa.

Um relatório do Ministério da Família e Promoção da Mulher entregue à Assembleia Nacional, revela que, desde a criação da Secretaria de Estado para a Promoção da Mulher, o combate à violência contra a mulher, constitui uma grande preocupação.

No relatório, o ministério de tutela esclarece também, que a Secretaria de Estado para a Promoção da Mulher, reforçou o seu trabalho, criando centros de aconselhamento em todo o país, tornando possível conhecer a dimensão do problema de violência conjugal e familiar. No documento refere-se que, apesar da violência doméstica ser ainda hoje um “crime oculto”, constituindo tabu para muita gente, cresce o número de pessoas que rompem as barreiras psicológicas, denunciando os maus-tratos a que são sujeitas. Para o Ministério da Família e Promoção da Mulher é também grande preocupação o surgimento de fenómenos como o da feitiçaria, em que as crianças e os idosos são acusados de serem portadores de grandes males e desgraças para a família.

9.10 Há cada vez mais pessoas a denunciar a violência doméstica

Novo Jornal
10 de Dezembro de 2010

A PRIMEIRA SECRETÁRIA da Organização da Mulher Angolana (OMA), Eulália Rocha afirmou em exclusivo ao NJ que a violência doméstica no país está a ser usada para resolver os conflitos existentes.

Eulália Rocha que falava ainda no âmbito dos “16 dias de activismo contra a violência doméstica”, afirmou que a violência doméstica ganhou maior visibilidade actualmente, fruto de um trabalho que a OMA vem desempenhando desde há década de oitenta.

“Este fenómeno tem maior visibilidade hoje, fruto do trabalho que se vem fazendo desde a década de 80. Hoje, as pessoas que são violentadas reagem ao silêncio, as mulheres sentem-se mais apoiadas e mais confiantes, porque já encontram alguns espaços onde podem ser ajudadas na resolução dos seus problemas”, afirmou. Para a dirigente do braço feminino do MPLA, o crescimento de casos de violência doméstica no país, deve-se, sobretudo, a problemas de índole político, social, económico, cultural e legal.

Segundo a dirigente, o facto de a mulher ser considerada inferior em relação aos homens, na cultura africana, é um dos factores que contribui para a violência contra a mulher, assim como o facto da própria mulher ver no homem um ser superior.

“A noção de família como esfera privada sob controlo

masculino, os costumes de casamento, como por exemplo o alambamento da forma que é feito actualmente com um certo exagero que dá poder ao homem, e ainda a aceitação da violência como meio de resolver conflitos”.

“Do ponto de vista económico, a dependência económica das mulheres em relação aos homens, o acesso a educação e a formação profissional limitada, enquanto que do ponto de vista legal, temos a definição do abuso doméstico que não é considerado crime público, e os altos níveis de analfabetismos entre as mulheres, assim como a falta de conhecimento especializado sobre questões do género e tratamento moroso. Do ponto de vista político, ainda se verifica uma representatividade quase nula de mulheres nos partidos políticos”.

A dirigente da OMA apontou, igualmente, a pobreza, como um dos principais factores que contribui para a violência dentro dos lares. Relativamente a aprovação do projecto de lei contra a violência doméstica no país, Eulália Rocha enfatizou afirmou que a entrada em vigor da lei não irá, por si só, acabar com a violência doméstica. “A lei por si só não acabará com a violência doméstica, mas ajudará a punir os perpetradores da violência e a prevenir os casos mais graves de abuso contra as mulheres”.

A responsável da OMA adiantou a este semanário que a implementação da lei foi elaborada num plano nacional de combate à violência doméstica, cujo principal objectivo é a informação e educação para prevenção dos casos de violência. “Importa referir que nos termos da lei é considerado crime público qualquer caso de violência doméstica o que poderá ser denunciado por qualquer pessoa”, finalizou.

Projecto de lei contra a violência doméstica

Preâmbulo

A presente Lei cria mecanismos para impedir e prevenir o surgimento de actos de violência doméstica no seio familiar entre os seus membros; cria os gabinetes especializados de atendimento as vítimas; assegura a continuidade dos centros de aconselhamento para apoio psicológico e jurídico das vítimas ou seus familiares.

Capítulo I Disposições Gerais Artigo 1º (Objecto)

A presente Lei tem como objecto o combate aos crimes de violência familiar, a criação dos mecanismos legais que protejam a vítima do crime de violência doméstica praticada no âmbito das relações domésticas e familiares, designadamente:

- a) Prevenir o surgimento de actos de violência;
- b) Apoiar as vítimas dos crimes de violência doméstica;
- c) Informar as vítimas dos crimes de violência doméstica sobre os seus direitos;
- d) Criar junto dos órgãos de investigação criminais

gabinetes de atendimento imediato das vítimas de maus-tratos ou de violência doméstica;

- e) Apoiar e incentivar as associações que tenham como objecto a defesa de todo o indivíduo vítima de violência doméstica;
- f) Criar mecanismo de combate a violência doméstica;
- g) Instituir mecanismos de indemnizações as vítimas de violência doméstica;
- h) Criar Centros de Aconselhamento e Casas de Abrigo;
- i) Proteger a vítima se, por intimidação, ameaças de morte, for coagida a abandonar o lar;
- j) desencorajar qualquer acto que, com base em crenças tradicionais ou costumes, violem os direitos dos indivíduos no seio das famílias;
- k) Garantir uma efectiva protecção da integridade física e moral, dos homens, mulheres, crianças, idosos, viúvas e portadores de deficiência que são vítimas da violência doméstica;
- l) Afastar o agressor de perto da vítima quando se mostre necessário;
- m) Conferir poder as autoridades competentes para a tomada de medidas que protejam a vítima de imediato.

Artigo 2º (âmbito)

A presente Lei aplica-se a todos os factos puníveis de violência doméstica ocorridos no Território Nacional, e a todas as acções e omissões que consubstanciem violência doméstica, quando ocorram nos seguintes casos:

- a) No seio da família, compreendida como um espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar, incluindo as pessoas temporariamente agregadas;
 - b) Entre cônjuges ou parceiros de união de facto, reconhecida ou não, tenha ou não havido coabitação, bastando apenas que exista ou tenha existido relação doméstica ou familiar;
 - c) Em qualquer relação íntima de afecto na qual o agressor conviva ou tenha convivido de alguma forma com a pessoa ofendida, independentemente da coabitação.
- Artigo 3º (Definições) Integra o crime de Violência doméstica qualquer das seguintes condutas:

- a) **Violência física** - toda a acção ou omissão que cause dor ou sofrimento físico.
Violência sexual – toda a acção ou omissão que obriga a vítima contra a sua vontade manter relações sexuais de qualquer natureza e a participar ou presenciar acto sexual contra a sua vontade ainda que se trate do cônjuge ou parceiro sexual.
- b) **Violência patrimonial** - toda a acção ou omissão que configure a retenção, a subtracção, destruição parcial ou total dos objectos, documentos instrumentos de trabalhos, bens móveis e imóveis registados ou não, valores e direitos, ou recursos económicos.
- c) **Violência psíquica** - toda a acção ou omissão que atinja a vítima no seu direito a dignidade, ao bom nome, a liberdade, ao relacionamento social, bem como toda a coacção e ameaças.

9.11 INAC regista 378 casos de violência contra crianças

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

A PROBLEMÁTICA do assédio, exploração sexual e comercial de menores foi dada a conhecer na cidade do Sumbe pelo Instituto Nacional da Criança a nível da província do Kwanza-Sul, tendo-se registado 378 casos de violência contra crianças no ano que agora termina.

Os dados, tornados públicos em conferência de imprensa pela direcção do INAC, visam sobretudo a implementação da Resolução no 24/99 de 31 de Dezembro da Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

As orientações actuais do executivo angolano quanto à aplicação legislativa de medidas de prevenção criminal e de protecção social na perspectiva de observância dos 11 compromissos assumidos pelo Estado angolano sobre os direitos da criança também mereceram a atenção dos presentes. Na ocasião, o director provincial do Instituto Nacional da Criança, Correia Bongue, manifestou-se preocupado e chamou a atenção aos parceiros no sentido de encontrarem mecanismos que visam o bem-estar das crianças em 2011. Correia Bongue sublinhou, de igual modo, que o seu sector tem estado continuamente a constatar os movimentos de raparigas em cenários impróprios para a sua própria vida, procurando por inocência a satisfação das suas próprias necessidades, recorrendo àquelas que têm a ver com a sua exposição e com a exposição do próprio corpo para encontrar soluções que visam a sua sobrevivência e também a manutenção da sua vida.

“Essas acções, que são tomadas por indivíduos irresponsáveis em termos de alienação, indicição e também

de corrupção aberta no seio da juventude feminina, têm estado a preocupar o próprio governo. Através do Instituto Nacional da Criança, têm sido tomadas decisões e também realizadas reflexões que visam, não só a aplicação da legislação correspondente à criança no seu supremo interesse, mas também àquilo que tem a ver com a educação, com a sensibilização dos adultos para que se mude de uma vez por todas a questão da nossa consciência”, afirmou

Para aquele responsável, a sociedade deve cultivar a preservação dos direitos da criança em todos os domínios para que o país possa se rever nos patamares tão ansiados pelos angolanos.

Segundo ele, as crianças estão sujeitas a direitos e deveres. A elas está reservado o direito de serem cuidadas, de preservação da sua integridade física, moral e psicológica de modo a que possam crescer em harmonia familiar, num ambiente sadio, capaz de construir uma Angola renovada.

“Estamos fazendo a reconstrução de Angola, construindo infra-estruturas que visam a formação multifacetada das jovens gerações. Precisamos investir um pouco mais naquilo que é a mudança de mentalidade e da nossa própria consciência. As raparigas, fundamentalmente, expõem-se porque elas vivem situações de extrema pobreza, por isso, é preciso combinarmos esforços a nível inter-sectorial visando assegurar, por um lado, a aplicação legislativa dos instrumentos jurídicos legais para que os crimes contra elas possam ser reduzidos”, acrescentou Correia Bongue.

Aquele responsável disse também que é preciso que a juventude seja moldada aos padrões de vida qualitativa para se evitar o acentuado número de morte por doenças sexualmente transmissíveis.

Correia Bongue apontou o elevado índice de pobreza que afecta a sociedade como a causa principal que tem estado na base da precipitação de adolescentes para actos indecentes.

Nesses casos, as doenças sexualmente transmissíveis são inevitáveis, sobretudo o VIH/SIDA, aflorou aquele responsável.

O director do INAC sustentou, por outro lado, que não se deve olhar simplesmente para os rendimentos económicos, mas sim deve-se transformar as instituições em verdadeiros amigos das crianças.

9.12 Arma e faca viraram brinquedos para as crianças angolanas

Angolense

De 18 à 25 de Dezembro de 2010

Segundo o dicionário prático ilustrado, Novo Dicionário Enciclopédico Luso-brasileiro, publicado sob a direcção de Jaime de Séguier, Lello e Irmão, Porto 1988, a delinquência é o estado ou a qualidade de um delinquente e delinquente é a pessoa que delinuiu. Delinquir é cometer delito.

Delito é a violação da lei a que correspondem penas correcionais

No seu livro “Quem produz delinquentes, Modelos de delinquência II”, a psicóloga Maria da Encarnação Pimenta (Epimenta) considera que um delinquente é um produto acabado de má qualidade.

Para os bantu, a delinquência é Kimpumbulu, Kilau, mvolua a nkanu. O delinquente é Mvodiankanu. Delito é Nkanu, na língua Kikongo.

Há vários tipos de delitos: Assassinato, agressão, roubo, violação, prostituição, adultério, etc.

O delito poderá ser cometido por jovens, adultos e mesmo mais velhos.

As causas que levam as pessoas, em particular os jovens, a cometerem o delito são de carácter endógeno e exógeno.

As causas endógenas são biológicas, genéticas e hereditárias e as exógenas são de ordem política, social, cultural e económica.

As causas endógenas são hereditárias, significa isto dizer que são herdadas de geração em geração. Segundo o abado e botânico austríaco Gregor Mendel os determinantes hereditários são transmitidos como unidades separados de geração em geração.

Os caracteres de um indivíduo são hereditários. Herdou-os dos pais. “Muana nyoka, nyoka” (filho de cobra é cobra), diz a sabedoria Kikongo.

Geralmente, o filho de um bruxo é bruxo, o de um delinquente também é delinquente.

Numa aldeia, quando alguém comete um crime, pergunta-se se ele é filho de quem. O pai, a mãe ou avó dele era também assim, comenta-se, razão pela qual os pais ou a comunidade escolhem noivos/noivas para seus filhos ou filhas ou mesmo recusam certos noivados.

Para evitar de introduzir sangue nocivo na família.

As causas exógenas são de ordem política, social, económica e cultural.

Os sistemas políticos influenciam muito nos caracteres da população de um 1 país.

No caso de Angola, as longas guerras que duraram de 1961 a 2002, moldaram muito o comportamento da população angolana, em particular o dos jovens.

Durante este longo período de conflito armado, os jovens familiarizam-se com as práticas e os materiais letais dos seus progenitores militares. Os filhos são criados num meio armado.

Em certos casos, crianças foram incorporadas no serviço militar. Aprenderam a combater e a matar.

Durante a guerra pela independência nacional de 1961 a 1975 (14 anos), os guerrilheiros da FNLA e do MPLA misturavam-se com as populações nas aldeias transformadas em quartéis onde estas se haviam refugiado nos Congos Kinshasa e Brazzaville. Os da UNITA nas suas bases do ma quis viviam juntos com os seus filhos.

Após a independência, os soldados e os polícias vivem misturados com as populações nos bairros onde arrendam casas. A juventude geralmente convive com a tropa e a polícia familiarizando-se, deste modo com o material bélico que estes guardam em suas casas.

O quê se pode esperar de um filho nas mãos de quem foram colocadas granadas, baionetas e outras armas? “Mbele, nkele, kensansi zasansila wanako” (a faca e a arma não são brinquedos para as crianças), diz um ditado da sabedoria kikongo.

Nas lojas, vendem-se brinquedos militares.

Angola está a colher o que semeou. Quem semeia o vento, recolhe a tempestade.

Nos bairros, os meninos estão constantemente expostos a cenas de violência protagonizadas pelos adultos.

A promiscuidade entre tropa, polícia e população alimenta a delinquência. As cidades, as vilas e até as aldeias de Angola tornaram-se em verdadeiros quartéis militares e policiais. Qualquer pessoa usa o fardamento e o material militar ou policial, sem se sentir inquietado.

A tropa, a polícia e os elementos de segurança não são aquartelados, vivem nos bairros, nos prédios e hotéis misturados com as populações.

Uma criança que cresce no meio de material letal, brinca com armas, granadas e baionetas, terá grandes probabilidades de ser no futuro um delinquente.

A distribuição descontrolada de armas de guerra à população é outro factor que contribuiu bastante na delinquência em Angola.

Em Angola, a quantidade de armas que se encontram nas mãos da população civil pode competir com o

número de habitantes do país e o que mais preocupa é que quase todos, de crianças a velhos, sabem manusear uma arma.

A perda dos valores culturais bantu influi muito no comportamento da juventude angolana.

A cultura bantu condena a violência e a falta de respeito. Ameaçar ferir alguém é crime, pior ainda é ameaçar matar.

Acontece que as crianças angolanas são criadas segundo a cultura europeia, nomeadamente a portuguesa.

Em Angola a palavra “matar” é parte do léxico comum da população, ouve-se falar frequentemente nas ruas de Angola, como acontece nos filmes e telenovelas de violência e terror. Se na cultura europeia, um filho é pertença exclusiva dos seus pais, para os bantu esta criança pertence e deve obedecer a toda a comunidade. “Pua, owa dia s’ aku; pua, owa dia ngu’ aku; pua, owa dia muntu ke muntu, o muntu ke muntu Nzambi a Mpungu” (obedeça aos teus pais e a todas as pessoas, pois estes encarnam Deus), recomenda-se ao um bebé recém-nascido, na cultura Kikongo. O respeito ao mais velho é recomendado, assim como o amor ao próximo e a solidariedade comunitária. A infelicidade de uma família afecta toda a comunidade, contrariamente a cultura europeia em que os vizinhos festejam (com música alta) outro tem óbito.

Antigamente, nas aldeias os aldeões iam às lavras, encostando apenas as portas das suas casas. Não recebiam serem roubados.

A globalização é uma outra causa que leva os jovens a delinquência. Os filmes e as novelas de violência, terror e sexualidade (pornografia) que invadem as nossas casas através da Televisão e Internet, são autênticas aulas de maldade para a população.. A juventude copia apenas o que é nocivo.

De igual modo, a poligamia e o adultério devem ser considerados delitos. Homens irresponsáveis dizem ser monógamos quando na realidade têm colunas de amantes, recusando a paternidade dos filhos que fazem com estas. Isto acontece também com os jovens que usam e abusam filhas alheias sem se comprometerem para elas. Recusam a gravidez, contando os meses desde que se envolveram sexualmente com elas.

“Não faça ao outro, o que não gostaria que se faça a ti” - diz a moral cívica.

Por parte das meninas, um mau comportamento e uso de roupa indecente para seduzir os homens é também um delito.

Por outro lado, as injustiças sociais e a exclusão social alimentam também a delinquência.

Ninguém gosta de viver mal. É inaceitável que num país, uns vivem bem, outros vivem mal.

“Crianças têm casas, mansões e viaturas de luxo, quando mais velhos nem sequer uma bicicleta conseguem comprar” - lamentou um cidadão nacional.

Filhos/filhas de ricos ostentam riquezas, provocando inveja e revolta por parte do(a)s filho(a)s de pobres que não têm outra alternativa senão delinquir-se para competir com eles.

A insuficiência ou mesmo a falta de escolas, de emprego, a pobreza e a exiguidade de salários pagos aos que trabalham fazem com que os jovens angolanos abraçam a delinquência como meio alternativo para a sua sobrevivência.

Um menino bem formado dificilmente se tornará num delincente.

Na falta de emprego, os jovens desempregados refugiam-se no álcool e na droga. Os alcoólatras ou consumidores de droga quando agem sob efeito do álcool e da droga, violam, roubam, agredem e matam.

A pobreza e a fome são outros factores da delinquência juvenil. Os jovens gostam de estarem na moda, mas os pais não têm condições financeiras para satisfazer as necessidades dos filhos. As famílias angolanas perderam o hábito de terem três refeições por dia (pequeno-almoço, almoço e jantar), menos ainda os lanches. Apenas jantam e a refeição é de fraca qualidade alimentar.

Há famílias que vivem dos frutos de roubo dos filhos ou da prostituição das filhas.

Devido a pobreza, os perdem o poder de pai. “Ventre affamée, n’a point d’ oreilles” (Ventre esfomeado não tem ouvido) - diz um ditado francês.

A preguiça, a inveja, a ganância e a cobiça alimentam a delinquência. Os preguiçosos que não gostam de trabalhar nem de estudar são potenciais delinquentes. “Quem não trabalha, não come” - diz um ditado popular.

Os gananciosos buscam feitiços para satisfazer as suas ambições. O feitiço tem regras duras e fatais. Como sacrificar vidas dos parentes, violar bebés, mães, filhas ou fazer sexo com animais.

A má companhia induz também a delinquência. “Laranja podre no meio das boas, acaba por estragar todas” - diz-se.

Meninos caem na delinquência por andarem com malandros e meninas prostituem por terem companhias prostitutas.

“Diga-me com quem andas, dir-te-ei quem és” diz uma sabedoria popular.

A solução para acabar ou reduzir o nível de delinquência é de deter, reabilitar e reeducar os prevaricadores. Matar os chamados delinquentes como acontece actualmente não é solução e é também crime.

“Lau, lau kiaku” (malandro, e teu malandro) - diz a sabedoria bantu. Um pai, não mata um filho que cometeu falta. É a parábola do filho pródigo.

9.13 A lei e a violência

Jornal de Angola

16 de Dezembro de 2010

Finalmente, a proposta de lei contra a violência doméstica foi ao Parlamento que a aprovou na generalidade na terça-feira, para satisfação de diferentes segmentos da sociedade civil, que esperavam ansiosamente por um instrumento jurídico que fosse suficientemente inibidor de actos que atentam contra a integridade física e que ocorrem em muitos lares angolanos.

O problema da violência doméstica vinha sendo discutido há muito, por diferentes sectores da vida nacional, tendo diversas instituições do Estado trabalhado intensamente na realização de estudos que ajudassem a descobrir as causas do fenómeno e a encontrar as melhores soluções para ultrapassá-lo.

A violência doméstica foi já considerada por personalidades ligadas aos poderes públicos como um dos mais graves fenómenos da nossa sociedade, que requer uma intervenção que possa atenuar os efeitos de acções de indivíduos que, por via da violência constante contra familiares seus, violam de forma recorrente a sua integridade física, pondo permanentemente em risco as suas vidas.

Não são poucos os casos de homicídio ou de danos à integridade física irreparáveis em consequência da violência doméstica, situação que levou as autoridades e a sociedade civil a criarem as condições para que surgisse um diploma legal com duras penalidades para os agressores e medidas de protecção das vítimas das agressões. A proposta de lei estabelece no seu Artigo 1º que o objecto do diploma é a “criação dos mecanismos legais que protejam a vítima do crime de violência doméstica praticado no âmbito das relações domésticas e familiares (...)” e define violência doméstica como “toda a acção ou omissão que cause lesão ou desconformidade física permanente ou temporária, dor ou sofrimento, ou qualquer outro dano, quando existam vínculos de parentesco, afinidade ou outro tipo de relação familiar entre o agressor e a vítima”.

Deve-se fazer particular referência ao facto da violência doméstica ser, nos termos do Artigo 50 da proposta de lei, um crime público, quer dizer, o procedimento criminal pode ser instaurado na sequência de denúncia de actos de violência feita, não só pela vítima, mas também por membros da família, agentes de autoridade, agentes de saúde, assistentes sociais, professores, vizinhos, membros de organizações não governamentais e por todo aquele que tenha conhecimento do facto criminoso.

O facto do crime de violência doméstica ser um crime público tem muita relevância, já que o potencial agressor dificilmente será tentado a cometer actos de violência, porque o procedimento criminal, para ser instaurado,

não depende exclusivamente de queixa da pessoa ofendida, como acontece nos crimes particulares.

Se a norma que considera crime público a violência doméstica se mantiver, acreditamos que pode haver uma diminuição considerável de actos contra a integridade física nos lares.

E que actualmente acontece, não raras vezes, que a vítima de violência no lar não apresenta queixa junto das autoridades competentes com receio de ser, por exemplo, expulsa do lar ou de não ter como sustentar os seus filhos se optar pela separação do agressor, que se aproveita dessa situação para causar mais sofrimento à vítima.

E também digno de registo o facto da proposta de lei contra a violência doméstica prever medidas de protecção da vítima, de prevenção e apoio do Estado, que tem de desempenhar um papel importante na luta contra o fenómeno, não só produzindo diplomas legais, quando necessário, mas criando também condições materiais que contribuam para uma efectiva protecção de todos os que sejam vítimas de agressões físicas e estejam em situação de perigo.

Ainda bem que a proposta de lei prevê que o Estado promova o estabelecimento de centros de aconselhamento familiar e jurídico e apoio psicológico às pessoas vítimas de maus-tratos e crie junto dos órgãos de investigação e instrução criminal gabinetes de atendimento imediato às vítimas de violência doméstica.

Além do Estado, deve a sociedade civil organizar-se para dar igualmente o seu contributo à luta contra a violência doméstica, em concertação com as autoridades, desenvolvendo campanhas de educação e de sensibilização em todo o território nacional.

A lei ajuda muito a controlar a violência doméstica. Mas para acabarmos com esse mal que afecta milhares de vítimas, sobretudo mulheres e crianças, é preciso uma mudança radical das mentalidades e cultivar princípios de tolerância e respeito pelo próximo. Antes dos Tribunais, devem ser os cidadãos a fazer tudo para que nenhum caso seja levado ajuízo. Se todos colaborarem, a violência doméstica acaba de uma vez por todas. Mas enquanto não atingirmos a situação ideal, a lei vai ajudar a minorar o sofrimento das vítimas.

9.14 Violência doméstica poderá ser crime público

O País

17 de Dezembro de 2010

A prática da violência doméstica poderá ser tipificada como crime público nos termos do ante-projecto de Lei aprovado na generalidade plenária da décima sessão, e última ordinária, da Assembleia Nacional este ano.

O diploma visa essencialmente colmatar a vazios legal

no que toca à punição dos crimes relacionados com a violência praticada no âmbito das relações domésticas e familiares cujo número de casos em Angola se tornou crescente, a avaliar pelo registo diários de situações deste género, pretendo-se assim que se torne um elemento inibidor daquela prática.

O ante-projecto de lei, vem responder ao cumprimento específico dos vários instrumentos internacionais, regionais e nacionais, entre os quais a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração de Viena e o programa de acção da III conferência mundial sobre os direitos humanos de 1993, bem como a declaração das Nações Unidas sobre a eliminação da violência contra as mulheres, de 1993.

A lei Contra a Violência Doméstica contém 48 artigos, está estruturada em seis capítulos, referentes às disposições gerais, ao atendimento à vítima, às medidas de protecção e de segurança provisória, prevenção e apoio do Estado. natureza da pena, e ainda as disposições [mais e transitórias.

Este pacote contempla também criação de centros de aconselhamento familiar e apoio psicológico às vítimas, casa de abrigo para a protecção temporária, principalmente das que se encontram em risco.

Para Genoveva Lino, ministra do Família e Promoção da Mulher, a criminalização da violência doméstica em crimes públicos é de transcendental importância, porque significa que a denúncia pode ser feita por qualquer membro da família ou ainda outra pessoa, contrariamente ao que acontece agora.

O facto de ser aprovada com distinção na generalidade, representa um imenso passo, que levou a ministra a considerá-lo como “o melhor presente de natal que o parlamento oferece a todas mulheres angolanas”.

O deputado da UNITA Silvestre Gabriel “Samy” louva a projecto de lei manifestando embora alguma apreensão com as questões ligadas à vida íntima dos casais. Apela, por isso, a que, a nível da discussão na especialidade se encontrem medidas consensuais para que possa aprovar uma lei que vai em defesa desta realidade.

“Não sei o carácter desta lei. Se o crime de violência doméstica é de carácter público ou semi-público” a dúvida é suscitada pelo deputado, que a pretende ver esclarecida, no momento certo ou quando da discussão do diploma na especialidade.

O líder da bancada da FNLA espera que esta lei venha constituir um verdadeiro ponto de referência para o esforço da moralização da sociedade em geral, e em particular das famílias

Mulheres jornalistas congratulam-se
Suzana Mendes, do Fórum das Mulheres Jornalística, congratulou -se com este passo do Executivo, salientando que instituição que representa vem, desde

Dezembro de 2008, batendo-se pela aprovação de um mecanismo relevante de combate à violência doméstica em Angola. Daí ter procedido ao lançamento de uma campanha com esse objectivo.

Regozija-se ainda pelo facto do anteprojecto final submetido à Assembleia Nacional contemplar uma grande parte das propostas colhidas nos diversos fóruns que versaram a problemática, as quais foram submetidas ao ministério da Família e Promoção da Mulher aquando da elaboração deste ante projecto.

A porta - voz do Fórum concorda plenamente com a tipificação da violência doméstica como crime público, recorrendo ao argumento de que “há casos em que a mulher evita fazer a denúncia por temer vir a ser estigmatizada pela sociedade; colocada face à dependência financeira e ainda na tentativa de salvaguardar o casamento abdica de qualquer acção”.

Suzana Mendes é de opinião que ministério de tutela deverá, ante mesmo da aprovação final do projecto começar a edificar as casas de abrigo, que qualificou como de “extrema importância” dado visarem a preservação das vítimas, evitando o contacto com agressor. Considerou ainda que devem começar a ser acautelados outros aspectos como a acomodação da crianças nas escolas, depois de retira da dos respectivos lares devido à com provação de violência.

9.15 “Bater” contra a violência doméstica

Agora

18 de Dezembro de 2010

A partir de Janeiro de 2011, a Lei para punição dos crimes e Violência doméstica começa ser aplicada. Aprovado por unanimidade pelos deputados durante a sua 16a sessão ordinária, desta terça-feira, os técnicos começaram a trabalhar na sua regulamentação que será imediatamente aplicada.

A ministra da Família e Promoção da Mulher, que apresentou o diploma aos parlamentares, disse que a este diploma legal não se reflecte apenas nos conflitos entre os cônjuges, mas a todos os membros da família que coabitam sobre o mesmo tecto, sendo uma das principais linhas de força do documento.

“A criação da Lei é efectivamente necessária, sendo considerada a violência doméstica como um crime público”, reforçou a governante.

Quanto ao aumento da violência doméstica no país, Genoveva Lino mostrou-se preocupada, mas acredita existirem maior denúncia dos casos, estando na base da aparente subida dos números.

“Tratando-se de um crime público, qualquer pessoa na família ou fora dela, que se tenha apercebido da violência pode denúncia aos órgãos de justiça. Em caso de reconciliação, a Lei prevê simplesmente que o processo seja suspenso devendo ser agravado à violência posterior, se houver”, asseverou.

Fez saber ainda que, em função dos casos de violência verificados no país, os seus parceiros continuarão a trabalhar com o acompanhamento de sociólogos e psicólogos que têm dado uma prestação valiosa.

“Existe um projecto para a construção de casas de abrigo e protecção da pessoa vítima de violência, sendo estas casas temporárias, mantendo-se as pessoas nessas residências até que seja resolvido o diferendo familiar”.

A governante frisou que dos instrumentos jurídicos que sustentam a Lei constam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Declaração de Viena e programa de acção da 4ª conferência mundial sobre os Direitos Humanos, de 1993, bem como a declaração das Nações Unidas sobre a eliminação da violência contra as mulheres de 1993.

Fazem também parte dos mesmos instrumentos a Plataforma de Pequim da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, bem como as declarações dos chefes de Estado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Sadc) sobre o género e desenvolvimento de 1997 e a prevenção e erradicação da violência contra a mulher e a criança, de 1998.

A estratégia para a promoção e igualdade de género 2001-2005, o protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, relativos aos direitos da mulher em África no ano 2003, bem como o protocolo da Sadc sobre o género e desenvolvimento de 2008 foram de igual modo apontados como parte dos referidos instrumentos.

Números – Três mil casos relacionados com a violência doméstica foram registados no país de Janeiro a Novembro deste ano, sendo provável que este número venha a aumentar nos próximos tempos. Os dados mais avançados pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, considerando preocupantes estes números, chamam atenção da sociedade para a necessidade de reflectir sobre o assunto.

A presidente da 7ª comissão da Assembleia Nacional, encarregue de assuntos ligados à saúde, ambiente, acção social, emprego, antigos combatentes, família, infância e promoção da mulher, disse com a entrada em vigor da Lei Contra a Violência Doméstica vai diminuir a incidência deste mal no seio familiar.

“A violência doméstica é um crime público, porque deixa de ser um crime oculto, confinado à família ou ao fórum privado. O diploma terá igualmente um carácter pedagógico e vai acabar com a impunidade”.

Irene Neto acredita que o diploma não se reflecte apenas aos conflitos entre os cônjuges, mas a todos os membros da família que coabitem sobre o mesmo tecto e desta forma, as pessoas terão uma noção sobre as penas a que ficarão sujeitas na decorrência de crimes desta natureza.

Já para a deputada Ana Maria de Oliveira, o diploma impulsiona medidas preventivas às vítimas, bem como da “não repetição das agressões”, cumprindo assim com as políticas de prevenção especial e geral.

“Atendendo que o sistema jurídico-legal em vigor no nosso país é insuficiente e inadequado, não conseguindo dar resposta aos inúmeros casos de violência doméstica, não prestando por isso um serviço satisfatório às vítimas deste tipo de comportamentos, o Executivo propôs a aprovação de uma Lei sobre a matéria”, esclareceu.

A Lei contém na sua generalidade 45 artigos, subdivididos em seis capítulos, sendo o primeiro com três artigos, que trata das disposições gerais e o segundo com cinco referente ao atendimento à vítima.

O terceiro capítulo comporta três artigos e trata das medidas de protecção e de segurança provisória, o quarto com oito, tratando das medidas de prevenção e apoio do Estado.

As penas a serem aplicadas aos infractores, entre dois a oito anos de prisão, prevê igualmente a prestação de serviços à comunidade em casos de menor gravidade, devendo ser conformadas ao Código Penal que se encontra em revisão.

Para a sua elaboração, foram tidos em conta os múltiplos valores tradicionais através de um amplo processo de consulta que abrangeu todo o país.

9.16 “Violência Doméstica” discutida em mesa redonda

Angolense

De 18 à 25 de Dezembro de 2010

Depois do bem sucedido encontro comunitário do Caimbambo, o Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (FMJIG) realizou, também com sucesso, há uma semana, na cidade de Benguela, uma mesa redonda sobre “Violência Doméstica”, durante a qual foi realçado o papel de todas as forças da sociedade civil no combate à violência na família. Mais do que isso, suscitou debates que servem para uma ampla reflexão dos participantes, sobretudo no tema “A Violência Doméstica e o VIH/SIDA”, dissertado por Perpétua Chalupa, supervisora provincial do Programa de Luta

contra a SIDA. A responsável começou por definir a violência contra a mulher como um grave problema de saúde pública. “A violência, tanto física como sexual, condiciona o tratamento, na medida em que o receio de discriminação de mulheres abusadas sexualmente está presente”, disse.

Perpétua Chaluca indicou o medo como um dos vários factores que inviabilizam denúncias sobre casos de abusos sexuais, mas reiterou a abertura dos serviços de aconselhamento. “Ainda assim, é necessário que os casos sejam denunciados”, vincou a supervisora, certa de que Benguela tem as bases para a resposta que se impõe. Para além dos serviços de aconselhamento, existe uma rede pública que garante assistência médica e medicamentosa a custo zero. “O quadro estará bem melhor quando tivermos psicólogos clínicos, mas é um problema com os dias contados”, reforçou. Já o tema “O Exercício do Poder Paternal”, dissertado pelo Padre Eduardo Alexandre, sociólogo, mostrou que o deficiente exercício da autoridade paternal é um tipo de violência doméstica. “Cada membro da família tem as suas responsabilidades, tendo em conta as expectativas das crianças em relação aos pais, que são o garante da saúde, educação, alimentação, desenvolvimento intelectual e muito mais”, frisou.

O Padre Eduardo Alexandre, Vigário Geral da Diocese de Benguela e professor universitário, definiu a fuga à paternidade como um desvio social, uma prática reprovável que se aprende longe da família ou da escola. De resto, todos os temas deram lugar a interessantes debates, com as ideias centralizadas nas causas e formas de erradicação, tendo o papel do jornalista sido vincado em diversas ocasiões. Afinal, a mesa redonda foi mais uma actividade inserida na campanha “Desafiando o Silêncio, os Meios de Comunicação Social na luta contra a Violência Doméstica”, levada a cabo pelo FMJIG.

Importa realçar que, na ocasião, o Director Provincial da Comunicação Social, Alexandre Lucas, falou da violência enquanto problema social, ressaltando que dissemina dor, tristeza e instala na família um ambiente perverso, com profundas consequências para a saúde mental, física e espiritual dos seus membros.

Sentados à volta da mesa estiveram membros do Governo, jornalistas de diferentes órgãos de comunicação e representantes de organizações não governamentais.

9.17 Moradores da Sapú amedrontados

Novo Jornal

23 de Dezembro de 2010

OS MORADORES DO BAIRRO da Sapú estão preocupados com a onda de assaltos, que se tem registado nos últimos dias e apontam a culpa à Polícia Nacional. A situação está a inquietar os moradores e com a chegada da quadra festiva o desespero aumenta, porque até ao

momento não sentem a presença do efectivo no local. Segundo os moradores, tem sido um terror, nos últimos dias, circular no bairro da Sapú, município do Kilamba Kiaxi. Os residentes dizem que já contactaram o comandante da divisão e já escreveram cartas ao Comando Provincial de Luanda mas nada até agora foi feito. Os moradores dizem que estão em pânico, porque a onda de criminalidade “está a invadir o bairro” e a “tornar-se desagradável”.

Os populares dizem mesmo que com a chegada da quadra festiva a situação complica-se “Já não sabemos o que fazer, nem qual é o trabalho da polícia, eles aqui não aparecem, estão a passar a mensagem que foram mobilizados mais de 10 mil homens, mas esta é uma realidade que não se vive neste bairro. Podemos ficar duas ou três semanas sem ver a polícia”.

Adão João, morador da zona há 13 anos, disse à nossa reportagem que a criminalidade aumenta a cada dia que passa. “Agora com o Natal e o ano novo, não sei o que será de nós, já que a polícia só faz asseguramento na cidade e esquece-se da periferia. Nós conhecemos estes marginais e não podemos fazer nada, se isso continuar um dia vamos fazer justiça com as próprias mãos”.

A fonte diz que no mês passado um jovem de 18 anos foi espancado até à morte por vizinhos porque roubou um gerador. Mas não são só os assaltos que preocupam os moradores do bairro da Sapú. Fátima de Jesus, de 25 anos, conta que a irmã, de 14 anos, foi abusada sexualmente por dois marginais que assaltaram a sua residência. Segundo a jovem, a cena aconteceu no período da manhã. Ela estava sozinha em casa, a adolescente não teve reacção porque os marginais ameaçaram-na com uma arma. “Tinham uma pistola apontada à barriga da menina”, conta a irmã da jovem com lágrimas nos olhos. Entre as acções criminosas estão as violações, os assaltos às residências, as constantes lutas de garrafas e troca de tiros.

Os moradores dizem que já foram várias vezes falar com o comandante da divisão do Kilamba Kiaxi, mas os esforços foram em vão. “Disseram-nos que tínhamos de marcar audiência, marcámos mas há quatro meses que não respondem, e ficamos sem saber qual é o trabalho deste homem aqui no município”. Os grupos de delinquentes mais citados pelos moradores e que tiram o sono à comuna são os “Fatiga”, “De sangue”, “Ndombe”, “PM”, “Chene”, e os “Dibo Dr”. São considerados altamente perigosos e “reis do Sapú”, onde “ninguém está autorizado a utilizar o telemóvel sem a permissão deles”, conta um morador, sob anonimato.

O NJ tentou contactar o comandante do Kilamba Kiaxi, mas os nossos esforços foram em vão.

Esquadra policial deixa habitantes satisfeitos

OS MORADORES DO bairro Patrício, no município do Cazenga, já respiram de alívio devido à montagem de

uma esquadra móvel Depois de várias semanas de sufoco por causa dos constantes assaltos e violações, os mesmos garantiram que agora sentem-se seguros.

Segundo os residentes, a esquadra móvel foi montada na semana passada. Embora tenha sido tardia a intervenção destes profissionais da ordem, os cidadãos sentem-se mais serenos e garantem que vão colaborar com a Polícia Nacional

Mais de seis casas foram assaltadas e duas jovens estupradas, num período de três semanas, de acordo com alguns moradores.

Luzia Maria, uma das vítimas dos assaltantes, disse que os meliantes entraram na sua casa quando eram 2h00 da manhã, e por sorte não levaram nada. “Eles entraram pelo tecto. Como não guardo o dinheiro em casa, felizmente, não levaram nada graças à intervenção do meu marido, que é polícia”, explicou Luzia Maria, moradora do referido bairro há mais de sete anos.

“Esta onde de assaltos era constante, há muito tempo. Agora, não sei porque voltou. A polícia circula muito pouco nesta zona, agora só espero que a esquadra móvel as coisas normalizem para sempre”.

Rosa Silva é outra vítima que sentiu na pele o medo de ter uma arma apontada à cabeça quando os gatunos a interpelaram na rua. “Estava a sair da escola quando dois jovens me mandaram parar, tive de o fazer porque eles já tinham apontado a arma à minha cabeça”, relatou, acrescentando: “Eles levaram tudo o que eu trazia na pasta, neste momento estou sem documentos, não sei o que fazer”. Para Jorge André, também morador do bairro Patrício, com a montagem da esquadra policial as coisas “vão melhorar.

“Só temos de agradecer pela montagem deste posto policial, assim já vamos poder passar bem a quadra festiva”, agradeceu Jorge André com ar de alívio.

9.18 Dois mil casos de violência em Luanda

Semanário Continente
24 de Dezembro de 2010

Cerca de dois mil casos de violência doméstica foram registados de Janeiro à primeira quinzena de Dezembro deste ano, em Luanda, pela direcção provincial da Família e Promoção da Mulher. Em declarações à imprensa, terça-feira dia 22 do corrente, a directora Antónia Ferreira revelou que dos registos destacam-se casos de ofensas corporais, por arma branca e queimaduras, ofensas morais, privação de liberdade, incesto e fuga à paternidade. A pobreza e o desemprego foram apontados como principais causas de violência doméstica na cidade capital. Outros dados vão para o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, drogas e tabaco. Segundo o bispo principal da igreja Josafat em Angola, Domingos Costa, a ausência da

palavra de Deus nos lares tem sido uma das razões dessas práticas. “A falta dos princípios bíblicos no lar leva a que muitos casais entrem em estado de briga e discussões”, disse o bispo. Aquela autoridade religiosa, que no passado dia 17 celebrou cerca de 50 casamentos numa única cerimónia, reconheceu o esforço empregue pelo governo na luta contra a violência doméstica, mas salientou que o Estado deve encontrar nas igrejas verdadeiras parcerias e cooperação. Em relação aos casos de pais que envolvem-se sexualmente com as filhas, também conhecido como incesto, a dirigente da direcção provincial da Família e Promoção da Mulher revelou terem sido registados mais de cem casos durante o primeiro semestre, tendo reduzido posteriormente, fruto das campanhas de sensibilização, bem como o encaminhamento aos órgãos judiciais para julgamento. Pelo facto das dificuldades sociais serem apontadas com principais causas dos casos de violência doméstica, foram seleccionadas mil e 400 famílias, que beneficiaram de créditos bancários, para o início do seu pequeno negócio, frisou.

9.19 Aluna violada por quatro homens

Angolense
De 25 de Dezembro de 2010
à 15 de Janeiro de 2011

Fazendo um balanço parcial do ano lectivo que esta a terminar, o coordenador do curso do Instituto Médio de Gestão do Kicolo considerou de muito produtivo, entretanto, nem rudo foi um “mar de rosas”, naquela circunscrição do município de Cacuaco. Os delinquentes tiram o sossego de professores e alunos.

Segundo António Moisés, no IMGK a criminalidade não se verifica só a noite até mesmo durante o dia, os alunos têm sido vítimas de assaltos. A fonte acrescentou que várias vezes recorrem a polícia, particularmente a Brigada Escolar mas eS5a nem sempre apareceu, o que segundo disse, deixa a direcção do Instituto sem solução para o problema.

O caso mais grave, segundo contou, foi a violação de uma aluna por quatro elementos até aqui desconhecidos quando esta saía da escola. O coordenador do curso apela, por isso, as autoridades no sentido de terem a problemática da criminalidade nas escolas com mais seriedade.

9.20 O momento criminal do assédio sexual

Angolense
25 de Dezembro de 2010

O assédio sexual é entendido no mundo moderno, através da Psicologia, como sendo a coerção exercida por alguém sobre outrem com vista a obter favores (benefícios)

sexuais, logicamente sem vontade de quem os presta. Não importa o sexo do assediador e do assediado, pois, o assédio sexual pode acontecer de mulher para homem e vice-versa ou de um indivíduo para um outro do mesmo sexo (entre homossexuais). Também não importa a idade, embora não se conceba facilmente o assédio sexual do menor contra o adulto (descontado o idoso), por falta normal de poder de coerção daquele e de capacidade jurídica para assumir responsabilidades inerentes. Esta última condição torna igualmente os loucos e dementes manifestos isentos de culpa em caso de assédio sexual. A Psicologia Jurídica tem tendência para enquadrar o assédio sexual privilegiadamente nas situações em que se estabelece uma relação hierárquica (normalmente laboral), na qual o superior hierárquico, pretendendo obter satisfação de interesses sexuais estabelecendo uma relação afectiva com o subordinado, promove-o a um determinado cargo com a condição deste realizar tal desejo ou na situação contrária, i.e., o superior ameaça despromover o subordinado, se não aceita prestar tais favores, entre outras condutas perfeitamente enquadráveis em ambientes de trabalho.

O que é

O que é facto é que o assédio sexual pode ser visto noutros pontos das relações humanas e sociais. Exemplo: o vizinho que ameaça contar ao esposo da vizinha uma certa «peripécia» desta completamente desagradável aos ouvidos de quem quer que seja se não aceitar fazer sexo com ele; o rapaz que, a pretexto de estudar e realizar tarefas escolares, leva arditosamente a colega de escola para o seu quarto de dormir e a tranca prometendo libertá-la se aceitar o acto sexual; o ex-marido que ao passar pela creche (infantário ou jardim de infância) leva a criança e depois telefona à mãe que mantém retida a criança até ao momento que se dirigir a um quarto de hotel onde pretende fazer sexo com ela como condição para ter a filha de volta; a patroa que impõe ao motorista o desejo de satisfação sexual contínua como condição de o manter empregado transformando-o numa espécie de escravo sexual; o professor que reprova vezes sem contas uma aluna até que esta ceda aos seus caprichos sexuais; a mulher que amarra o homem na cama impondo-o o acto sexual como condição para libertá-lo e muitos outros casos que a experiência ou a fantasia do leitor pode configurar.

O assédio sexual não se confunde com o vilipêndio que desenha situações de mero aproveitamento de oportunidades para realizar actos inesperados pela vítima. Exemplo: num ambiente de festa em que um par voluntário de dançarinos, sem quaisquer compromissos amorosos entre si, se vê no centro das atenções de outros convivas aplaudindo a dança que exhibe e, em meio a euforia e do ritmo contagiante e arrebatador, o homem beija a boca da mulher inesperadamente. Aqui

diz-se que a pessoa (a mulher no caso) não foi vítima de assédio sexual, mas que foi vilipendiada, não tendo tempo sequer para reagir contra a atitude atrevida do seu parceiro de dança. É claro que pode pedir contas depois ou no momento, mas o acto está praticado. Mas a atenção: o tio que pretendeu beijar a face (bochecha) da sobrinha levando erradamente os lábios à boca desta por má aproximação dos rostos, não vilipendia ninguém, porque não demonstra qualquer intenção na prática do acto. Ou seja, não há aproveitamento de circunstâncias. O que configura um mero incidente. Também não se confunde com o temor referencial que acontece naquelas situações em que a aluna diante do professor que muito estima e admira se vê inesperada e repentinamente apresentada por este a um outro professor, longe do ambiente escolar, como noiva ou namorada e de seguida é beijada sem poder contrariar a manobra» do professor oportunista, com receio de o envergonhar, embora esteja contra a conduta manifestada. Aqui a aluna foi vítima da sua própria fraqueza de carácter (ou vontade, se quisermos) que a impediu de agir de forma a evitar a conduta agressiva. O que pode significar consentimento do acto casuisticamente analisado que seja.

Não confundir

Também não se confunde com a sedução, que é jogo de «rituais» (mediante exibição de gestos carinhosos, palavras suaves e arrebatadoras, capacidade patrimonial ostensiva, atitudes adequadas aos momentos, etc.) que alguém orienta para outrem com vista a atraí-lo para si, tornando-o parceiro sexual ou assim

Quer no vilipêndio, quer no temor reverencial e quer ainda na sedução, a vontade da pessoa é intacta e como tal a sua autonomia é perfeitamente clara, não havendo qualquer preocupação do Direito e das respectivas normas em protegê-la. Todavia, no assédio sexual, a vontade desaparece, ou seja, é suprimida pela condição imposta. E a vítima se vê na situação de aceitar uma coisa e perder a outra, nascendo então uma verdadeira crise de escolha. Um conflito, para ser mais preciso. O que, desde logo, leva a uma situação de choque emocional, chegando não raras vezes, a traumas psicológicos irreversíveis. Acontecendo mesmo situações em que o assediado não mais volta a enquadrar-se num outro ambiente de trabalho ou escolar dependentemente do local ou ambiente de ocorrência do assédio sexual. E, nesta senda, as crianças vítimas de assédio sexual chegam a abandonar, quando podem, a casa do padrasto assediador que vive com a mãe, preferindo ir viver fora e longe, independentemente do conforto que venham a encontrar. É uma situação de trauma inimaginável.

O assédio sexual desaparece a partir do momento em que a vítima, embora praticando a conduta exigida pelo assediador, deixa de estar sob chantagem. Exemplo: a empregada doméstica forçada a fazer sexo com o patrão,

sob pena de despedimento, continua a procurar o patrão para o efeito, mesmo depois de trocar de emprego por virtude do despedimento promovido pela esposa deste, que os surpreendeu numa das sessões; a repariga que tendo sido surpreendida a fazer algo impróprio para pessoas decentes é forçada pelo amigo a fazer sexo sob pena de tornar público o facto indecoroso e que depois assume a sequência dos actos sexuais numa relação amorosa voluntária; a vizinha casada que continua a sair com o vizinho, assumindo uma relação adúltera depois de desaparecidas as causas da chantagem provocada por este.

Mera chantagem

Compreende-se então que o assédio sexual é uma situação de plena chantagem a que a vítima é submetida. A pessoa assediada percebe-se num beco sem saída e desespera-se. Na verdade, o assédio sexual é a fase seguinte da sedução, quando esta entra em crise. Exemplo: o pretendente que depois de pagar gelados e custear passeios caros à repariga pretendida, durante a fase de sedução, e vem a pedi-la em namoro sem sucesso, pode querer forçar a relação amorosa com ameaças (chantagens). Aqui vem o assédio sexual. O mesmo acontece com o padrasto que, depois de tentar aliciar a pequena enteada com doces e guloseimas diversas e ver-se derrotado ante a incrível resistência da criança, ameaça-a com emprego de meios violentos para obter o acto sexual, levando a criança a ceder. Disto resulta que em geral o assédio sexual vem na sequência de um processo de sedução frustrado. Por ser contrária a vontade da vítima vem o Direito a discipliná-la estatutando as respectivas sanções. No Brasil, o assédio sexual é crime quando se verifique em ambiente de trabalho e seja praticado pelo superior hierárquico em relação ao subordinado. Nos EUA o assédio sexual se confunde com o Atentado ao Pudor previsto na legislação angolana (art.º 391.0 - Código Penal), ou seja, todo o acto que visa expor o decoro ou as partes Íntimas da vítima do assédio sexual com a simples necessidade de satisfação de desejos Íntimos (paixões lascivas - diz o nosso Código Penal), independentemente de se querer o acto sexual em concreto.

Em Angola, o assédio sexual não existe como conduta ilícita autónoma e como tal tipificada em legislação competente, embora não haja certeza da existência de jurisprudência afim. Pois, tal como o crime de pedofilia é um tipo de conduta moderna que resulta das grandes concentrações urbanas e das múltiplas relações que dela emergem transformadas muitas vezes de condutas moralmente irrepreensíveis, como o caso da pedofilia que pode nascer do simples afecto entre um professor admirável e um aluno inocente ou mesmo do assédio sexual que nasce de um jogo de sedução inicialmente desejado pelas partes envolvidas. O que não impede de merecer tutela jurídica.

Formas de tutela

No direito angolano actual, verificam-se duas formas de tutela jurídica para os actos identificados como assédio sexual, nomeadamente a tutela cível (Direito Civil), que determina esta conduta como Abuso do Direito (art. 334.º), cominando-a com a Responsabilidade Civil (art. 483.º) com vista à reparação dos danos morais e mesmo materiais dela emergentes, e a tutela penal (Direito Penal), que o identifica como um processo (iter criminis) que pode culminar nos crimes de Violação (art. 393.º) ou de Violação de menor de doze anos (art. 394.º), conforme a idade da vítima, impondo as respectivas sanções. A particularidade na tutela penal está em que o assédio sexual é visto apenas como conduta praticada por um homem contra uma mulher ou mulheres e não mais do que isso, tal é o arcaísmo do Código Penal que consagra as condutas que atentam contra a honestidade.

A queixa-crime para o assédio sexual pode ser feita junto de qualquer esquadra policial na forma de Tentativa de Violação, quando o acto sexual não tenha ainda acontecido e a mulher esteja já sob chantagem, contando que venha a mobilizar os meios de provas necessários.

De todo o modo, a reforma penal prevendo o assédio sexual é imperativa, não só pela necessidade de prever a coerção da mulher sobre o homem e entre os homossexuais, como também para prevenir criminalmente tais condutas, ao invés de esperar que se configurem em tentativas de crimes, crimes consumados ou frustrados, como actualmente se apresentam tipificados.

9.21 “Violência Doméstica” discutida em mesa redonda

Angolense

De 25 de Dezembro de 2010

Depois do bem sucedido encontro comunitário do Caimbambo, o Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (FMJIG) realizou, também com sucesso, há uma semana, na cidade de Benguela, uma mesa redonda sobre “Violência Doméstica”, durante a qual foi realçado o papel de todas as forças da sociedade civil no combate à violência na família. Mais do que isso, suscitou debates que servem para uma ampla reflexão dos participantes, sobretudo no tema “A Violência Doméstica e o VIH/SIDA”, dissertado por Perpétua Chaluca, supervisora provincial do Programa de Luta contra a SIDA. A responsável começou por definir a violência contra a mulher como um grave problema de saúde pública. “A violência, tanto física como sexual, condiciona o tratamento, na medida em que o receio de discriminação de mulheres abusadas sexualmente está presente”, disse.

Perpétua Chaluca indicou o medo como um dos vários factores que inviabilizam denúncias sobre casos de

abusos sexuais, mas reiterou a abertura dos serviços de aconselhamento. “Ainda assim, é necessário que os casos sejam denunciados”, vincou a supervisora, certa de que Benguela tem as bases para a resposta que se impõe. Para além dos serviços de aconselhamento, existe uma rede pública que garante assistência médica e medicamentosa a custo zero. “O quadro estará bem melhor quando tivermos psicólogos clínicos, mas é um problema com os dias contados”, reforçou. Já o tema “O Exercício do Poder Paternal”, dissertado pelo Padre Eduardo Alexandre, sociólogo, mostrou que o deficiente exercício da autoridade paternal é um tipo de violência doméstica. “Cada membro da família tem as suas responsabilidades, tendo em conta as expectativas das crianças em relação aos pais, que são o garante da saúde, educação, alimentação, desenvolvimento intelectual e muito mais”, frisou.

O Padre Eduardo Alexandre, Vigário Geral da Diocese de Benguela e professor universitário, definiu a fuga à paternidade como um desvio social, uma prática reprovável que se aprende longe da família ou da escola. De resto, todos os temas deram lugar a interessantes debates, com as ideias centralizadas nas causas e formas de erradicação, tendo o papel do jornalista sido vincado em diversas ocasiões. Afinal, a mesa redonda foi mais uma actividade inserida na campanha “Desafiando o Silêncio, os Meios de Comunicação Social na luta contra a Violência Doméstica”, levada a cabo pelo FMJIG.

Importa realçar que, na ocasião, o Director Provincial da Comunicação Social, Alexandre Lucas, falou da violência enquanto problema social, ressaltando que dissemina dor, tristeza e instala na família um ambiente perverso, com profundas consequências para a saúde mental, física e espiritual dos seus membros.

Sentados à volta da mesa estiveram membros do Governo, jornalistas de diferentes órgãos de comunicação e representantes de organizações não governamentais.

9.22 Combate à violência um desafio do Executivo

Jornal de Angola

29 de Dezembro de 2010

O combate à violência contra crianças acusadas de feitiçaria e ao abuso sexual infantil constam das prioridades do Ministério da Família e Promoção da Mulher para o ano de 2011, afirmou, ontem, a titular da pasta. Genoveva Lino, que falava na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, disse que para se alcançarem aquelas metas devem ser aumentadas as acções de sensibilização, com debates e mesas-redondas

Genoveva Lino destacou, igualmente, como desafios, o reforço da capacidade institucional do Ministério, através de seminários. A ministra fez uma avaliação positiva das actividades realizadas este ano, sublinhando

a conclusão de vários programas, como o de valorização da família e o do aumento das competências familiares. Genoveva Lino salientou, ainda, o lançamento do processo de revisão do Código de Família, a aprovação da Lei contra a violência doméstica e a elaboração de 840 manuais de formação técnica em matéria de habilidade jurídica de aconselhamento.

Ao todo, foram registados, em 2010, disse, 3.053 casos de violência doméstica.

No quadro do programa da mulher rural, referiu a realização, também este ano, do IV Fórum Nacional sobre micro finanças.

10 AMBIENTE

10.1 Lixo nas praias preocupa munícipes de Luanda

Angolense

De 4 à 11 de Dezembro de 2010

A situação do ambiente nas praias tem preocupado os munícipes da cidade capital. Fomos até o município da Samba, nas praias do Bairro da Coreia, onde podemos observar o seu estado lastimável.

Assim que chegamos notamos um amontoado de lixo, carros estragados e animais que deambulavam a beira da praia, incluindo cabritos e cães.

Do outro lado da praia haviam muitas crianças a brincar na água suja. À beira da praia ressaltava lama esverdeada com muitos resíduos sólidos por cima.

Segundo Paulo Nogueira, um dos pescadores, o lixo que se encontra no local é depositado pelos próprios moradores, uma situação que verifica-se há muito tempo. “Nunca apareceu nenhuma entidade para fazer limpeza nesta área”, lamentou.

Anderson Jorge, um dos moradores da zona, diz que a situação continua assim porque existem vizinhos que não colaboram na limpeza. “Normalmente nos organizamos para fazer a limpeza, mas existem vizinhos que não colaboram e o que é pior volram a colocar resíduos sólidos nos locais já limpos”, realçou.

Segundo alguns moradores ouvidos, muitos dos usuários contribuem para o cenário que encontramos “Precisamos mudar a mentalidade e isso confiança dos adultos até as crianças, ‘se trabalharmos todos juntos conseguiremos mudar a imagem das nossas praias”, aconselhou Anderson. Actualmente, como explicou, um dos moradores que preferiu falar sob anonimato, os mesmos não conseguem fazer praia por causa da situação higiénica que alguns locais apresentam, tanto mais que para o fazer, têm que atravessar para o outro lado, na zona denominada por “praia da área branca”. “Nós podemos fazer a limpeza, mas também precisamos da ajuda do governo provincial. A Elisal já estive aqui algumas vezes, mas não fez grande coisa. Apenas abriu algumas valas e nada mais”, lamentou.

A referida praia está ligada com a praia da Camuxiba e da Mabunda, que encontram-se no mesmo estado.

Tal como essas praias, as do Benfica também se encontram em estado péssimo. A praia que fica no bairro dos Ramiros, outrora limpa, hoje transformou-se em uma lixeira. Garrafas, latas e resíduos sólidos espalhados pelo chão, atentam contra a saúde dos seus frequentadores.

Enquanto aguardamos que o Governo faça alguma coisa para acabar com essa situação, todos podemos contribuir se colocarmos em prática as boas regras de con-

vivência e colocarmos o lixo no devido lugar. Caso esteja na praia, leve consigo um saco e coloque nele todo lixo que tiver, dessa maneira contribuiremos para uma praia mais limpa. Este é o conselho de um dos banhistas.

10.2 Vice-ministro está satisfeito com obras para conter cheias

Jornal de Angola

6 de Dezembro de 2010

O vice-ministro do Planeamento e coordenador do Gabinete Técnico para Avaliação de Infra-estruturas destruí das pelas cheias em Ondjiva e Regulação da Bacia do Cuvelai, Gualberto Lima Campos, manifestou-se, ontem, satisfeito com o nível dos trabalhos desenvolvidos. Falando à imprensa, no termo da visita de três dias ao Cunene, o vice-ministro sublinhou que no concernente aos trabalhos em curso, destinadas à contenção das cheias que têm assolado a província, são visíveis os esforços e empenho dos empreiteiros e do governo local, pelo que as obras de construção dos diques de protecção e passagem hidráulicas nos arredores de cidade Ondjiva decorrem a bom ritmo.

No município de Namacunde estão em curso trabalhos de recuperação das infra-estruturas danificadas pelas cheias na cidade capital e arredores, frisou.

Gualberto Lima Campos disse que situação semelhante se verifica no município do Cuvelai, onde se assiste à construção de pequenas pontes em zonas críticas, como Onanuno, Omala e Oshivemba, ao longo do troço Ondjiva/Cuvelai, numa extensão de 160 quilómetros.

Para o vice-ministro, até ao momento, os trabalhos realizados dão segurança e tranquilidade. Durante a sua estadia no Cunene, Gualberto Campos, acompanhado da secretária da Presidência da República para os assuntos Sociais, Rosa Pacavira, reuniu-se com o vice-governador da província do Cunene para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Cristino Mário Ndeitunga, e os membros do governo local, e com os empreiteiros, com os quais abordou assuntos relacionados com estado actual das obras no Cunene. Deslocou-se ainda ao município do Cuvelai, visitando as localidades críticas, como Onanuno, Omala e Oshivemba, e inteirou-se dos avanços da construção dos diques de protecção e passagens hidráulicas nos arredores de Ondjiva e no município de Namacunde. As cheias no Cunene, que se registaram pela terceira vez, afectaram 23.699 pessoas.

O Gabinete Técnico foi criado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tendo como missão implementar medidas para a reconstrução de infra-estruturas a curto e médio prazo e apresentar propostas de solução para a regulação das principais linhas de água decorrentes da Bacia do Cuvelai.

10.3 Chuvas provocam dezenas de mortes

Jornal de Angola

9 de Dezembro de 2010

Um total de 15 mortos, oito feridos e a destruição de 1.669 infra-estruturas, incluindo 24 escolas, é o resultado das consequências das chuvas que se abateram durante o último trimestre deste ano no Bié.

Fruto desta situação, de acordo com o responsável da comissão provincial para a Protecção Civil, José Pinto, que prestou na terça-feira a informação, 8.330 pessoas vivem em situação difícil de habitabilidade.

Quatro postes de alta tensão e seus respectivos candeeiros desactivados e uma residência arderam fruto de uma descarga eléctrica, na aldeia da Calalavela, na comuna do Umpulo, município de Kamacupa.

Os bairros periféricos foram os que mais sofreram com as calamidades naturais, abrangendo igrejas e o comité comunal do MPLA, no Umpulo, disse José Pinto.

De momento, as pessoas que ficaram com as residências sem tecto e com paredes destruídas são as que estão a merecer maior apoio, enquanto as restantes famílias que tiveram as casas com menos problemas vão receber chapas de zinco e outros materiais rudimentares.

José Pinto esclareceu que, após a paralisação das chuvas, as comissões municipais de Protecção Civil vão trabalhar na sensibilização da população para que se saia das zonas de risco, pelo facto de serem áreas de escoamento das águas fluviais.

O coordenador da comissão provincial para a Protecção Civil disse que estão igualmente a definir as formas para apoiar as famílias afectadas e baixar mecanismos e orientações de actuação.

De acordo com orientações do governo local, as administrações municipais deverão traçar programas de sensibilização da população sobre as melhores formas de construir as residências para evitar consequências do género.

As administrações foram ainda orientadas a criar centros de acolhimento para acomodar pessoas que venham a ser afectadas por calamidades do género, com mínimas condições aceitáveis de habitabilidade.

Nos arredores das grandes concentrações populacionais, as administrações também vão ser obrigadas a criar cortinas de vento, uma acção que contará com a colaboração da direcção provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que está já a sensibilizar a população para participar nas campanhas de plantação de árvores. A direcção provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural vai também criar mecanismos para punir as pessoas que se dedicam ao abate indiscriminado de árvores, para fazer carvão.

Cheias no Bengo devastaram campos agrícolas

Na cooperativa do campo de refugiados do Sungui, Porto Quipiri, Bengo, vários campos agrícolas foram devastados, na terça-feira, pelas fortes chuvas que se abateram sobre a região, informou à Angop o chefe da cooperativa agrícola, Yava Próspero.

Segundo o responsável, “foram destruídos mais de cem hectares de culturas, como tomate, cebola, repolho, gindungo, pepino, mamoeiros, batata-doce, milho, mandioca e banana, tendo ficado danificadas as principais vias de acesso às lavras”. Além disso, dezenas de famílias foram transferidas para outras regiões. Yava Próspero adiantou que cinco mil famílias camponesas estão envolvidas nesta época agrícola, que carecem de alfaías agrícolas, sementes para diversificar a produção e fertilizantes.

O campo dos refugiados da comunidade do Sungui tem cerca de 150 famílias.

Vítimas das enxurradas recebem chapas de zinco

Várias famílias afectadas em 2008 pelas enxurradas e actualmente a residirem no bairro da Mina, em Benguela, receberam na terça-feira, da direcção provincial da reinserção Social, 20 chapas de zinco cada, para a cobertura das suas casas, à semelhança do que vem sendo hábito um pouco em todo o país.

De acordo com a directora provincial do Ministério da assistência e Reinserção Social, Marinela Sendala, este gesto da administração municipal de Benguela tem por objectivo diminuir as dificuldades com que se deparam estas famílias.

O administrador adjunto de Benguela, Leopoldo Muhongo, disse, por seu turno, que a entrega do material representa um compromisso do governo de Benguela e da administração local, no sentido de garantir as condições básicas às populações que já dispõem de água.

Realçando o compromisso do Executivo em criar melhores condições de vida, o administrador adjunto de Benguela assegura que o bairro da Mina vai poder contar, nos próximos tempos, com uma escola, por se situar numa zona em fase de crescimento. O bairro é maioritariamente habitado por famílias angolanas provenientes da República da Zâmbia e do Congo.

10.4 Enxurradas continuam a fazer vítimas morais

O Independente

18 de Dezembro de 2010

O luto, a mágoa e a desilusão pairaram no rosto de muitos munícipes da cidade de Luanda, como consequência das enxurradas que assolaram, nos últimos tempos, a cidade capital.

E é assim! Quando chove, muitos são os munícipes que

não conseguem ir trabalhar, uns porque têm de retirar as águas para fora das suas residências, para se livrarem da inundação, outros porque as vias secundárias e terciárias ficam totalmente intransitáveis.

São muitas as explicações à volta da problemática, mas nestas últimas enxurradas, não deixamos de apontar o dedo às administrações municipais, pela incompetência na fiscalização das obras tanto asfáltica como de terraplanagem, pois muitas delas dispõem de verbas e pouco ou nada fazem para prevenir alguns males que assolam a municipalidade.

Durante as enxurradas a nossa reportagem conseguiu visualizar, em quase todos os municípios, muros de residências destruídos, desabamento de terras e pessoas que ficaram electrocutadas como resultado da inundação das suas residências.

As chuvas, o Natal e as consequências do lixo

As quedas fluviométricas continuam a ser o grande empecilho para as operadoras de recolha do lixo, que se viram impedidas de penetrar nas áreas mais recônditas dos municípios da província de Luanda.

As entradas de supermercados e os mercados informais são, sobretudo, as zonas em que maior amontoado de lixo se concentrou, como consequência das últimas enxurradas que assolaram a província de Luanda.

Vários jovens lavadores de carros aproveitaram a ocasião para extorquir dinheiro aos transeuntes, ajudando-os a atravessar os charcos e, em contrapartida, cobravam Kz 200.00 por cada pessoa transportada.

A nossa reportagem constatou, ainda, que alguns municípios, para se prevenirem de determinadas catástrofes, criaram brigadas de trabalho para a recolha do lixo local e evitar que indivíduos desordeiros sujem as ruas de forma indiscriminada.

Por exemplo, no bairro do Rangel, foi possível notar a ausência das águas estagnadas ao longo da via, assim como os amontoados de lixo que se encontravam espalhados pela rua. Na Maianga, o cenário também era diferente.

A intervenção dos operadores de recolha de lixo conta com o apoio total dos municípios. Os focos de lixo quase já não se fazem sentir, num exemplo de cidadania que deve ser seguido por todos. O momento exige de quem de direito a devida reflexão para que no futuro não voltemos a viver situações semelhantes.

10.5 Chuva deixa rasto de destruição e morte

Jornal de Angola

19 de Dezembro de 2010

Milhares de famílias desabrigadas, 31 pessoas mortas e 16 feridas são o resultado das chuvas que têm caído no Moxico e no Huambo, revela um relatório da Comissão Nacional de Protecção Civil divulgado, na quinta-feira, no Luena.

O relatório, entregue à imprensa durante a visita de uma comissão multi-sectorial, chefiada pelo vice-ministro do Interior para Protecção Civil e Bombeiros, Eugénio Laborinho, refere que mais de 8.433 famílias se encontram desabrigadas no município do Alto Zambeze, a 500 quilómetros da cidade do Luena, em consequência das fortes chuvas.

O documento sublinha que, no mesmo município, as chuvas provocaram a morte de uma pessoa e a destruíram 5.097 casas, oito escolas do ensino primário, seis igrejas e 85 hectares de cultivo de milho, mandioca e feijão.

Para acudir às populações, a comissão levou bens de primeira necessidade e tendas.

Durante dois dias, a comitiva, acompanhada pelo governador provincial, Ernesto dos Santos “Liberdade”. e de técnicos do Ministério da Assistência e Reinserção Social, da Família e Promoção da Mulher, das Forças Armadas e da Polícia Nacional, recolheu dados para a elaboração de um relatório a ser entregue ao Executivo Eugénio Laborinho disse, à imprensa, ser preocupante a situação e prometeu o empenho do Governo para realojar as pessoas sinistradas. “Viemos aqui para avaliar os danos causados pelas chuvas e, conjuntamente com as autoridades da província, encontrar formas de apoiar as vítimas e montar um sistema de alerta no Alto Zambeze”, disse.

Alerta azul no Huambo

Na província do Huambo, apesar de ainda estar sob alerta azul, já estão contabilizadas 30 mortes, 16 feridos e 248 famílias desabrigadas devido às fortes chuvas. As chuvas destruíram, igualmente, 300 hectares de culturas diversas, causando, na comuna da Tchiaca e na sede municipal do Tchinjendje, prejuízos a 1.200 pessoas, e 278 infra-estruturas, entre casas, igrejas e escolas.

Eugénio Laborinho visitou o local onde morreram quatro pessoas devido ao desabamento de uma casa no bairro de Galileia e as áreas consideradas de risco em São José, Candimba/Calilongue, Calomanda e Capango, todos na periferia da cidade.

O vice-ministro louvou o empenho do governo do Huambo, que, disse, tem feito tudo para minimizar o sofrimento das vítimas das enxurradas.

Eugénio Laborinho referiu que o Ministério vai trabalhar com a comissão provincial e com os órgãos sectoriais de protecção civil para se encontrar uma solução imediata que minimize o problema do impacto das chuvas que se registam em todo o país.

“Faltam quatro meses de chuvas e vamos ter ainda situações muito complicadas”, alertou, lembrando que a população insista em construir em zonas de risco, sobretudo nas valas de drenagem, nas linhas de águas, encostas, montanhas e, às vezes, com um tipo de bloco inadequados.

10.6 Populares do bairro Uíge prevêem em natal apartado

O País

24 de Dezembro de 2010

Os moradores dos bairros Uíge e Huambo, na comuna do Rocha Pinto, município da Maianga, em Luanda, cujas casas foram erguidas nas proximidades de uma vala de drenagem, prevêem um Natal de aflição, por causa das chuvas.

“Estamos conscientes que vamos passar o Natal com muita aflição, porque essas últimas chuvas roeram ainda mais as paredes da vala e as nossas casas estão quase a ser engolidas pelas águas que passam pelo canal”, disse Dona Maria, moradora do bairro desde ano 2000.

A residente e mãe de sete filhos, que vê agora a sua casa a menos de meio metro do caminho da água, atira as culpas para a ODEBRECHT, a empreiteira que se encarregou do trabalho.

“A ODEBRECHT tem culpa por ter colocado aí um tubo grande que, em Vf2, de atirar a água para o buraco, começou por despejá-la para os montes do limite da vala e, agora, tudo que é terra é consumido pelas correntes, cada vez que a chuva cai”, argumenta a munícipe.

Voltando às lamentações, Dona Maria referiu-se aos cidadãos reforçados que ela e as suas vizinhas passaram a dedicar aos filhos, quando chove, porque a corrente projectada pela manilha da ODEBRECHT arrasta qualquer obstáculo que encontra ao longo do percurso.

Vale lembrar que, nos dias sem chuva o piso da vala serve de campo de futebol para as crianças da área, como constatou O PAÍS no dia da reportagem, quarta-feira, 22. Os petizes, eufóricos, contaram ao jornalista que nos dias de enchentes, aproveitam para uns valentes mergulhos no local indiferentes ao perigo, na sua inocência!

Este jornal apurou dos residentes que a situação não tem sido das melhores nessas paragens, onde, há menos de um mês, uma mulher foi encontrada morta na vala, enquanto uma família chorou desalmadamente devido ao desaparecimento de uma criança, que, segundo seus companheiros também petizes, teria sido arrastada mortalmente pela correnteza.

Quem se mostrou também preocupado com os jogos e outras diversões, na vala foi Manuel da Costa, cujo filho de sete anos se feriu em data recente, num dia de chuva intensa.

Em vésperas do Natal, o cidadão disse estar preparado para evacuar dali a família, caso venha a chover na véspera do Dia da Família (hoje), já que a sua casa dificilmente resistiria.

Manuel da Costa mostrou à reportagem de O PAÍS como a sua casa já começou a ser engolida aos poucos, estando já sem o WC, arrastado pelas últimas enxurradas.

Questionado se o facto de ter construído sobre a linha de água não era, em si mesmo, uma irresponsabilidade da família, o morador explicou.

Quem contava que um dia viesse a ODEBRECHT desviar o curso de água mais para a esquerda do canal “quando eu vim para construir neste local, em 1998, a minha casa distava mais de 15 metros da vala” .

Acrescentou que as construções feitas por outros vizinhos, que lhe seguiram o exemplo, alteraram o curso das águas e isso prejudicou a estabilidade do seu imóvel.

Manuel da Costa acredita também, tal como a vizinha Maria, que parte das culpas devem-se à construtora brasileira: “quem contava que um dia viesse a ODEBRECHT desviar o curso de água mais para a esquerda do canal?”.

Manuel da Costa esperava que, à semelhança de outros pontos habitacionais do Rocha Pinto como são os casos do Morro da Luz e da “Moagem”, a ODEBRECHT construísse uma vala de drenagem a betão.

Ainda assim, apela ao Governo da Província de Luanda (GPL) a activar um projecto do género para diminuir as preocupações dos moradores.

Áreas de construções desaconselhadas

O clamor dos populares dos bairros Uíge e Huambo ocorre numa altura em que o Governo reforçou o seu apelo em relação ao perigo das construções em zonas de risco.

Tais áreas têm a ver com as linhas de água, zonas com lençol freático, cimos ou áreas transversais a morros, locais antes ocupados por salinas, mangais e outras previamente proibidas pelos órgãos de direito.

Na verdade, a província de Luanda ainda conta ainda com um número elevado de cidadãos que insiste em edificar as suas residências em áreas inadequadas, no que se constitui uma permanente fonte de dores de cabeça para as autoridades.

10.7 Luanda nunca esteve preparada para receber enxurradas

Semanário Continente

24 de Dezembro de 2010

Os cidadãos são os que mais sofrem com as chuvas, sobretudo nas províncias e nos bairros suburbanos da capital do país. A população considera que Luanda nunca esteve preparada para receber enxurradas.

A época chuvosa, que ultimamente se tornou num flagelo para muitas regiões do país, começou há cerca de

quatro meses. As imagens de mortes, destruições, desalojados e cheias poderão repetir-se em diversas partes do país, a julgar pelas torrentes de chuva que se irão abater sobre todo o território nacional, segundo previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

Tais previsões são corroboradas pela Organização Internacional de Meteorologia e por institutos da África do Sul e do Zimbabué. No Cunene, que tem sido palco de grandes cheias, desalojamentos, fome, doenças e morte, o “filme de terror” poderá ser revivido nesta estação chuvosa.

Aliás, já aconteceu no Huambo, nas Lundas Norte e Sul, em Malanje, no Moxico e no Uíge. Em relação a Luanda, o quadro também se vai manter ou seja, as zonas de risco, nomeadamente a Samba, Cazenga, Boavista, Sambizanga e Viana, em suma, uma parte considerável da periferia, onde vive a esmagadora maioria da população, voltará a sentir a fúria das águas “enviadas por São Pedro”.

Uma das consequências dramáticas das chuvas em Luanda, e não só, tem sido o surto de cólera, que há dias já registou dois casos no município do Sambizanga, em resultado das lixeiras que, por incrível que pareça, ainda se vêem um pouco por toda a cidade.

É inconcebível que a cidade esteja a crescer (!) com a construção de tantos arranha-céus, mas os seus cidadãos ainda sejam acometidos de cólera e paludismo e outras enfermidades causadas pelo lixo, falta de qualidade da água que se consome, poeiras e outros.

Este problema é agravado pelo deficiente funcionamento do sistema de drenagem. O Semanário Continente pretendia abordar este e outros problemas com a direcção da Elisal, cujo director, Lúcio Martins, e outros responsáveis se furtaram ao diálogo (vide caixa sobre o assunto).

Uma prova de que os esgotos, quando funcionam, aliviam o sofrimento da população é a rua Ngola Kiluanje, mais ou menos da antiga Padaria Pameli até à direcção da entrada da rua 12 de Julho, onde, após uma chuvada, por mais torrencial que seja, as pessoas podem circular à vontade, sem o constrangimento de enfrentar águas estagnadas.

Apesar disso, a obra naquela estrada foi abandonada pela empreiteira brasileira Camargo Correia sem a ter concluído. Acresce a isso as estradas descartáveis que abundam na cidade de Luanda e em muitas outras partes do país e que só são admissíveis em Angola, por falta de uma fiscalização rigorosa e feita por gente ímpolita.

Como exemplo (mau), citamos a rua Rei Mandume, ex-Senado da Câmara, onde também os esgotos, apesar do pouco tempo de vida, deixaram de cumprir a sua função. Essa via, reparada há me-nos de 10 anos, vem-se deteriorando, recebendo de quando em vez arranjos paliativos.

O bairro São Paulo, que até é uma zona urbanizada, ainda tem ruas em estado vergonhoso. Como os pro-

jectos de requalificação são demorados, seria aconselhável que o Executivo arrancasse, já, com aqueles que tem vindo a anunciar, nomeadamente do Sambizanga e do Cazenga, com vista a, exactamente, minimizar os efeitos das chuvas e outras calamidades, pois isso vai pressupor a criação de equipamentos sociais modernos. Angola será um dos países da região Austral do “Continente Negro” que mais vai chover nos próximos meses. Em entrevista ao Continente, Eugénio Laborinho, coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil, fez o alerta baseando-se nas previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola (INAMET) e do Centro Regional de Observação Meteorológica, sediado na África do Sul.

As previsões apontam as enxurradas para este mês de Janeiro e Abril próximo. Estão ameaçadas, segundo Laborinho, as províncias de Bengo, Benguela, Cabinda, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Kuando-Kubango (Leste), Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.

As quedas poderão ser mais ou menos intensas nessas regiões, acrescentou. Laborinho chama especialmente à atenção dos governadores de província e as comissões provinciais do seu próprio organismo sobre estas previsões.

Francisco Paulo -funcionário público, 39 anos, natural de Luanda. A capital do país não tinha que estar governado por homem que vem de uma província mais desorganizada e mais atrasada em comparação com as demais províncias do país. Esta cidade carece de uma análise muito profunda; o governo, precisa implementar políticas de reestruturação desta cidade. O governo nunca preparou Luanda para grandes enxurradas. Em épocas chuvosas, chegam a morrer mais pessoas do em qualquer outro período e muitos populares ficam desalojados. Eu, por exemplo, vivo no bairro da Boavista, aquilo é um caso sério quando chove. Assistimos populares a serem carregados pelas águas. A minha própria residência já havia desabado mais de duas vezes e tive de a e reconstruir. É que para estes casos, o governo não dá a devida atenção. Nesta época chuvosa, gostaria que o governo pudesse ter um pouquinho as valas de drenagem são devidamente. Até agora, algumas residências continuam muito mal construídas. Em todas as épocas chuvosas, assistimos a episódios terríveis, vemos pessoas a perderem a vida por um erro que pode ser evitado. A chuva é um fenómeno da natureza, mas a prevenção é uma atitude humana. Sinceramente, as zonas que sempre sofreram mais são as da periferia, às quais o governo podia prestar maior atenção. Vivo no morro da Samba, aí onde as pessoas só não morrem porque Deus ainda não quer. Mas se chover muito, haverá muitos óbitos neste ano. Os nossos governantes, não vivem na periferia. Se assim fosse, a preocupação seja maior.

Bernardo Alfredo - estudante universitário, 27 anos, natural do Huambo. Se Luanda está ou não preparada para receber as enxurradas, isso eu não sei. Mas a verdade é que Luanda não é uma boa cidade quando chove. Não é uma boa província para se visitara quando a natureza decide “bravar” ou “quando o São Pedro abre as torneiras”, principalmente nas suas zonas periféricas. Vê-se a responsabilidade de um governo muitas vezes nestes contextos. Porque é bem verdade que algumas obras orientadas pelo governo central, tem sido descartáveis e quando desabam provocam problemas aos populares. Algumas valas de drenagem, esgotos, passeios e até mesmo residências desabam quando é provada a sua capacidade de resistência. As zonas periféricas de Luanda devem merecer uma maior atenção por parte do governo, pois elas são as mais atingidas nas épocas chuvosas. São mais de centenas residências que vão sempre abaixo em épocas chuvosas e que não têm recebido um tratamento devido. Manuel Pedro - estudante universitário, 38 anos, natural de Luanda. Os meus pais são da província do Uíge, mas eu nasci em Luanda. Desde que nasci nunca saí de Luanda. Pelo tempo que estou nesta cidade, nunca passei nenhuma época chuvosa sem assistir tragédia. Sempre que chove, vejo e oiço nos órgãos de comunicação social destruição de bairros, morte em quase todos os musseques e gritos. É lastimável o que se assiste na capital do país. Em sociedades mais evoluídas, as prevenções em épocas chuvosas, são prioridades no sentido de não prejudicar o próprio cidadão. Mas o que se verifica aqui é bem diferente. Os nossos dirigentes só se preocupam depois de as desgraças ocorrerem. A verdade Luanda não está preparada para grandes enxurradas, pois, ainda existem residências em zonas de risco, sobretudo a Samba, Boavista, R0cha Pinto, no Catambor e outras zonas.

O continente tentou contactar o governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, este por sua vez estava sempre indisponível a falar neste semanário.